

Sócrates Dáskalos

**Um Testemunho para
a História de Angola**

do huambo ao huambo

PREÂMBULO

ao livro de Sócrates Dáskalos:

Um testemunho para a História de Angola

Do Huambo ao Huambo

por Adelino Torres

“Tal como a memória individual, também a memória colectiva possui uma estrutura narrativa: somos o que fizemos e nos aconteceu. Sendo assim, convirá então que se actualize a tradição dentro do molde narrativo no qual a recebemos, sob pena de, esquecendo o que fomos, perdermos a ideia de quem somos”.

*M. Fátima Bonifácio, **Apologia da História Política**, Lisboa, 1999.*

O livro de Sócrates Dáskalos, mais do que um “livro de memórias” constitui o relato vivo de uma fatia da história de Angola contada por um homem que esteve presente em muitos dos acontecimentos destes últimos 70 anos, e que participou directa e activamente nalgumas das ocorrências mais importantes dos anos 60 aos anos 90, nomeadamente do despertar do nacionalismo angolano à invasão de Angola pelas forças militares do regime do apartheid sul africano.

Sócrates Dáskalos, jovem estudante de engenharia no Instituto Superior Técnico e um dos inspiradores da criação da *Casa do Estudantes do Império*, é já nos anos 40 um opositor ao regime de Salazar.

Mais tarde em Angola como professor do Liceu de Benguela, dá expressão política à resistência anti-colonial. Conjuntamente com Fernando Falcão, Luís Portocarrero, Carlos Costa, Manuel Brazão Farinha, Carlos Morais e outros, funda em

1961 um movimento que ficará conhecido como *Frente de Unidade Angolana* (FUA), o que lhe valerá a prisão e em seguida a expulsão de Angola com residência fixa em Lisboa.

A única maneira de evitar a asfixia política, e até pessoal, foi a fuga para o estrangeiro com outros companheiros. Vive no exílio durante vários anos, percorrendo sucessivamente a França, a Argélia, a China, a Costa do Marfim e a Guiné-Conacry.

De regresso a Angola em 1974, é primeiro nomeado membro da Comissão de Descolonização nas Nações Unidas¹ e, algum tempo depois, toma posse do cargo de Governador da Província de Benguela onde viverá momentos conturbados. Mais tarde assumirá finalmente a direcção dos estaleiros navais do Lobito e aí termina a sua carreira profissional activa.

São estas últimas quatro dezenas de anos que, a meu ver, constituem a parte politicamente mais significativa do seu texto, redigido com rigorosa economia de meios, a arte de um estilo fluente e o sentido da expressão adequada.

Contrariamente a certos escritos do mesmo género, o autor não cai na armadilha da auto-complacência e menos ainda na auto-glorificação. O seu texto não é desprovido desse distanciamento bem humorado que só a idade e a experiência frequentemente permitem.

Aliás o humor com que analisa certas situações é, por vezes, mais duro para consigo próprio do que para com terceiros, mesmo quando o comportamento destes mereceria talvez outra severidade.

O livro é também o primeiro testemunho publicado até hoje por um nacionalista branco, espécie que muitos julgam nunca ter existido, por ignorância ou porque o pensamento “politicamente correcto” nunca admitiu essa ideia estranha às cartilhas deterministas.

Demasiado lúcido para acalentar ilusões, Sócrates Dáskalos bateu-se à sua maneira pela independência de Angola, talvez menos como político *stricto senso* do que como poeta. Fê-lo sem ambições materiais ou sequer de carreira política pessoal, guiado sobretudo por um humanismo tolerante, um amor à terra, às suas gentes e ao seu ritmo - seria redutor chamar a isso apenas “nacionalismo” - que lhe serviram de regra de conduta a que permaneceu fiel ao longo da vida.

¹ Jornal *A Província de Angola* (Luanda), 19 de Setembro de 1974

O texto tem importância pelo que diz - e é muito - mas também pelo que está implícito no relato, pelo que aconteceu e também pelo que “*poderia ter acontecido se...*”, como explicarei mais adiante.

Diga-se desde já que este “*se*” não se refere a uma hipótese gratuita nem a uma utopia irrealizável. Um futuro promissor para Angola esteve em determinados momentos, entre 1961 e 1974, ao alcance da mão. Contudo os homens que tomavam as decisões em Portugal em nome dos portugueses ou, no exílio, em representação dos angolanos, não o decidiram assim, talvez porque lhes faltassem os meios ou porque não tivessem tido a clarividência que as circunstâncias exigiam.

É justo reconhecer que uma transição faseada para a autonomia de Angola ou para a sua independência, numa palavra: reformista, que conciliasse interesses convergentes e atenuasse divergências mais gritantes, constituía uma tarefa enorme que o turbilhão ideológico vivido na Europa e no continente africano não facilitava.

Nos anos 60 e 70 estávamos na era dos milenarismos e das dicotomias sem meio termo. Oscilava-se entre o bem e o mal, entre romantismo e descrença, entre exaltação e desânimos. Vivia-se sobretudo no zénite de um historicismo quase místico que Karl Popper condenou tão vigorosamente na sua obra. Em todo o caso era fácil perder o sentido da medida.

Por toda a África ressoavam os tambores de guerra dos *Damnés de la Terre* de Franz Fanon, os ecos cáusticos dos escritos de Jean-Paul Sartre, a retórica messiânica vinda de leste envolta numa auréola de escritura sagrada leninista.

Do oriente provinha a febre maoista, algo inesperada e irracional, que galvanizava sectores estudantis europeus, minoritários mas aguerridos. Da América chegavam, mais atenuados ou menos perceptíveis, os sons estilhaçados da retórica dos “Black Power”. Nascidos na própria Europa, marxistas, neo-marxistas, católicos progressistas, anarquistas, trotskistas, bordiguistas, socialistas, gaullistas e extremistas de todos os horizontes, travavam duelos inconclusivos e sem fim. Num canteiro mais ou menos perdido florescia a *negritude* do presidente Léopold Senghor, em contra-corrente das ideias revolucionárias na moda, filosoficamente robusta - ainda que complexada - mas também mais difícil e exigente. Só hoje começa a ser pensada criticamente por novos filósofos africanos como A. Shutte, Kwasi Wiredu, Odera Oruka, K. Appiah, P. Bodunrin, etc.²

² Poderá consultar-se, entre outros: BIDIMA (Jean-Godefroy), *La philosophie négro-africaine*, Paris, PUF, 1995; MARTINIELLE (Marco), *L'ethnicité dans les sciences sociales contemporaines*, Paris, PUF,

Nessa época de apogeu e declínio do Pan-Africanismo inspirado por Kwame Nkrumah, apareciam já então - muito distintos do projecto humanístico da *negritude* - os primeiros sinais de um *afrocentrismo* impregnado por essa mística obscurantista recentemente denunciada por Stephen Howe³, que enviesa o pensamento afro-americano nos Estados Unidos e que em África continua perigosamente num florescimento mítico, para desgraça dos africanos actuais e vindouros.

A juventude dos anos 60 testemunhava igualmente, através de imagens dolorosas, do tratamento ignominioso infligido a um Patrice Lumumba humilhado e torturado. Tais desastres abalavam as consciências e marcavam a ferro e fogo um tempo a que Eric Hobsbawm chamou com propriedade *a era dos extremos*⁴...

Creio que uma transição moderada para a independência, apesar da atmosfera vivida e das dificuldades enormes que colocava, teria sido mesmo assim viável. Os nacionalistas angolanos, e até certos meios portugueses em Angola - a oposição portuguesa da “Metrópole”, incluindo a que esteve no exílio, nunca compreendeu o problema colonial - chegaram a propô-la ao governo de Lisboa. Sem obterem resposta⁵.

1995; SHUTTE (Augustine), *Philosophy for Africa*, Cape Town, University of Cape Town, 2ª reimp. 1996; APPIAH (Kwame Anthony) *In my Father's House: Africa in the Philosophy of Culture* (1992), trad. port. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997; CHUKWUDI EZE (Emmanuel), Ed. by, *Postcolonial African Philosophy*, Oxford, Blackwell, 1997; COETZEE (P.H.) e ROUX (A.P.J.), Ed. by, *The African Philosophy Reader*, Londres, Routledge, 1998; MASOLO (D.A.), “African philosophy: a historical overview”, in DEUTSCH (Eliot) e BONTEKOE (Ron), Ed. by, *A Companion to World Philosophies*, Oxford, Blackwell, 1999, pp. 60-77; GBADEGESIN (Segun), “Current trends and perspectives in African philosophy”, *ibidem*, pp. 548-563. No que se refere aos países de língua oficial portuguesa, o escritor angolano Tomás Ribas publicou em Luanda um magnífico artigo intitulado “Negritude na literatura de língua portuguesa”. Cf. *A Província de Angola* (Luanda), 9 de Fevereiro de 1975 (?) (não posso garantir o ano de publicação, dado que um acidente danificou alguns dos meus dossiers e a referência ficou parcialmente apagada).

³ HOWE (Stephen), *Afrocentrism - Mythical Past and Imagined Homes*, Londres, Verso, 1999

⁴ HOBBSAWM (Eric), *Age of Extremes - The Short Twentieth Century: 1914-1991*, Londres, Ed. Michael Joseph, 1995.

⁵ Basta recordar a pouco feliz experiência colonial da Primeira República, com excepção dos mandatos de Norton de Matos em Angola, nos anos 1912-15 e 1921-25, apesar das críticas justificadas que é possível fazer à sua acção, nomeadamente as que foram excelentemente expressas por René Pélissier em “Origines du mouvement nationaliste moderniste en Angola”, *Revue Française d'Études Politiques Africaines*, Paris, Junho de 1966: 14-47. Relativamente ao período do Estado Novo, Nuno M. Vaz, num livro importante, observa: “Curiosamente, se excluirmos (os) grupos de extrema esquerda, não se encontra, até meados dos anos 60, uma oposição abertamente assumida contra a política ultramarina do governo”. E acrescenta em nota de rodapé: “A reacção enérgica de Salazar e a contra-ofensiva das Forças Armadas puderam mesmo contar, em 1961, com o apoio, vocalmente expresso, de sectores da oposição republicana e socialista, para os quais a arquitectura pluricontinental de Portugal não fora obra de um regime político mas de uma Nação” [Cf. VAZ (Nuno Mira), *Opiniões públicas durante as guerras de África*, Lisboa, Quetzal/Instituto de Defesa Nacional, 1997: 232]. A esse propósito é conveniente relembrar - se quisermos transpor essa falta de “diálogo Norte-Sul” para os nossos dias - que a humilhação e o ressentimento decorrentes da antiga dominação colonial persistirão infelizmente século XXI adentro, influenciando estruturas mentais no Terceiro Mundo, sobretudo quando são aproveitadas por governos pouco escrupulosos. Podemos lamentá-lo, mas se o ignorarmos, arriscamo-nos a passar ao lado de um dos factores que determinam, ou alimentam, equívocos persistentes nas relações económicas e políticas entre

Anos mais tarde a África do Sul, em condições pelo menos tão difíceis, mostrou que esse caminho era possível. Infelizmente a lição já de nada serve a Portugal nem tão pouco à Angola dos nossos dias.



A FUA foi neutralizada em Angola pela polícia política e os seus membros mais proeminentes foram presos ou exilados. A fuga de Sócrates Dáskalos e de outros para França fez reviver o movimento em Paris.

Valerá a pena voltar a falar hoje da FUA? De facto a sua actividade no estrangeiro foi curta: de meados de 1962 a meados de 1963, após o que os seus ex-militantes se dispersaram em vários países. No total, ela existiu realmente dois anos: um no interior de Angola e um no exterior. Só se voltou a ouvir falar nela em 1974, em Luanda. Demasiado tarde: apenas um lampejo equívoco sem duração⁶.

O que significou pois a FUA?

Para alguns, esse pequeno núcleo de angolanos maioritariamente brancos, não teve qualquer influência nos acontecimentos posteriores a 1963.

Para outros, mais preocupados com a verdade histórica, é insuficiente equacionar o problema desse modo. Torna-se necessário fazer o balanço da actividade da FUA até Agosto de 1963, e sobretudo reflectir sobre o seu significado e objectivos,

o Norte e o Sul... Uma visão mais optimista relativamente à África pode ser encontrada em MERLIN (Pierre), *Espoir pour l'Afrique Noire*, Paris, Présence Africaine, 1996 (prefácio de Jacques Delors). Uma perspectiva pessimista (ou realista) é expressa relativamente à Ásia por DONNET (Pierre-Antoine): *Le choc Europe/Asie*, Paris, Seuil, 1998, pág. 215, por exemplo e relativamente à África num livro onde a problemática da gestão da desordem e a análise da questão da cultura são centrais: CHABAL (Patrick) e DALOZ (Jean-Pascal), *L'Afrique est partie! Du désordre comme instrument politique*, Paris, Economica, 1999.

⁶ Em 11 de Setembro de 1974 a imprensa angolana escrevia: “Despedida do eng. Fernando Falcão: a FUA é um movimento progressista e emancipalista” onde se anunciava o renascimento da FUA de 1961 reproduzindo declarações de Fernando Falcão cuja lucidez e inteligência política foram notadas (*A Província de Angola*, Luanda, 11/9/1974). Uma semana depois a mesma imprensa reproduzia, em primeira página, as grandes linhas das orientações da nova FUA: “Em Angola cabem todos os angolanos - declarou o presidente da Frente de Unidade Angolana” (Cf. *A Província de Angola*, Luanda, 19/9/1974). Dias mais tarde, um novo e extenso documento: “Independência de Angola: não poderá contrariar o que está democraticamente aprovado pelo consenso português e angolano - afirma-se num comunicado da FUA”. Assumindo um tom conciliatório em relação aos restantes movimentos nacionalistas, a nova FUA parece no entanto mais próxima do MPLA a julgar pela reacção violenta da FNLA de Holden Roberto que, em Fevereiro de 1975, declarava publicamente que a (nova) FUA era “uma das organizações reaccionárias: a FUA, pelo menos a nível estatal, morreu, acabou (...). (Esta) organização deixou de existir mas os organizadores existem, os instintos talvez - e até nos mostrem o contrário - têm o mesmo conceito de reacção” (sic). Cf. “Encontro popular de esclarecimento da FNLA: preparar o povo para o momento actual rumo à verdadeira Angola”, in: *A Província de Angola*, Luanda, 8 de Fevereiro de 1975.

indagando ao mesmo tempo de que modo ele poderia ter servido a descolonização se os líderes nacionalistas a tivessem acolhido.

Quanto ao primeiro aspecto, é necessário recordar que, em França, entre Agosto e Dezembro de 1962, e na Argélia de Janeiro a Agosto de 1963, a FUA teve uma actividade intensa, que não deixava adivinhar nem a terrível carência dos seus recursos financeiros nem a escassez numérica de militantes de que dispunha.

Efectivamente, a FUA publicou, em poucos meses, três números de um jornal, o *Kovaso*, clandestina e amplamente difundido em Angola, que não deixou de alarmar as autoridades portuguesas; dirigiu exposições aos chefes de Estado da OUA; enviou informações e estudos diversos sobre a situação de Angola a dezenas de organismos na Europa, Africa e continente americano; efectuou ligações com grupos de apoio franceses e belgas e contactou com pessoas ligadas a Angola, que viajaram expressamente para esses encontros vindas deste território, de Portugal e mesmo dos Estados Unidos.

Toda a sua “produção” mais parecia emanar de um organismo solidamente estabelecido, do que alicerçada na tenacidade de uma dezena de pessoas que viviam dificilmente e só beneficiavam de algumas ajudas (igrejas, associações e partidos anticolonialistas) indispensáveis a esse esforço editorial.

Mais tarde em Argel, onde a maioria dos membros da FUA se instalou a partir de Janeiro de 1963 graças à intervenção generosa do moçambicano Marcelino dos Santos junto das autoridades argelinas, um dos membros da FUA queixava-se ingenuamente à senhora Didar Fawzy, personalidade profissionalmente ligada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Abdelaziz Bouteflika (hoje Presidente da República Argelina), de a FUA ter sido “abandonada” pelo MPLA.

Esta sorriu divertida: *“De que é que estavam à espera? Vocês são meia dúzia de gatos pingados e num ano já fizeram mais trabalho do que os movimentos nacionalistas angolanos todos juntos em dois ou três! Só podem ser perigosos!”*...

Havia alguma verdade nisso, porém de somenos importância face ao papel que a FUA poderia ter desempenhado nos acontecimentos posteriores se alguém tivesse compreendido a sua utilidade. Infelizmente os tempos não se prestavam a uma reflexão em profundidade onde o pragmatismo e o distanciamento sereno servissem de diapasão às decisões importantes.

É a esse propósito que se coloca a questão do significado e potencialidades da FUA. Como poderia ela ter servido uma descolonização diferente e melhor da que ocorreu depois de 1974?

Tentar responder sem ambiguidades seria impossível. Não se pode prever o futuro nem reconstruir a história dizendo o que aconteceria se os factos tivessem sido outros. Julgo, não obstante, aceitável emitir hipóteses com base em pressupostos com algum fundamento empírico.

Um deles era o desejo do MPLA em ser tomado como um movimento “progressista” e “anti-racista”, se não mesmo *multirracial*, imagem que o MPLA gostava de apresentar ao mundo e que correspondia, em parte, às suas origens urbanas, a uma certa mestiçagem dos seus quadros, e, no dizer de alguns investigadores (Mário António Fernandes de Oliveira e, mais recentemente, Francisco Soares⁷ ou José Carlos Venâncio⁸), à sua cultura “crioula”, temas que continuam a suscitar debates nos quais a obra de Alfredo Margarido tem um papel particularmente relevante⁹. Se recuarmos mais no tempo, encontraremos no século XIX vectores que enquadram e ajudam a explicar historicamente as três ou quatro últimas décadas do século XX. Sobre o império português e a sua política colonial, assinala-se, entre outros, o estudo de Valentim Alexandre, *Os sentidos do império*¹⁰. Sobre Angola propriamente dita, duas obras recentes constituem já referências indispensáveis: a de Isabel Castro Henriques¹¹ e a de Maria Emília Madeira Santos¹²

Não é meu propósito discutir estes problemas, mas tão somente referir algumas pistas que, em meu entender e em traços gerais, serviam de pano de fundo ao pretendido modelo, que, no essencial, não correspondeu à prática efectivamente levada a cabo pelo MPLA, nos planos político e organizacional, durante os anos anteriores ao 25 de Abril de 1974.

⁷ Ver SOARES (Francisco), *A Autobiografia lírica de “M. António”: Uma estética e uma ética da criouliidade*, Évora, Pendor, 1996, 421 p.

⁸ Ver de VENÂNCIO (José Carlos) sobre essa e outras questões culturais: *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*, Lisboa, Ulmeiro, 1993; *Literatura versus Sociedade*, Lisboa, Vega, 1993; *Colonialismo, antropologia e lusofonias*, Lisboa, Vega, 1996.

⁹ A questão cultural foi abordada por Alfredo Margarido em importantes ensaios. Ver por exemplo: MARGARIDO (Alfredo), *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

¹⁰ ALEXANDRE (Valentim), *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*, Porto, Afrontamento, 1993.

¹¹ HENRIQUES (Isabel Castro), *Percursos da modernidade em Angola- Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997

¹² SANTOS (Maria Emília Madeira), *Nos caminhos de África: serventia e posse (Angola - Século XIX)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1998.

Sendo a FUA maioritariamente composta por brancos que partilhavam a causa africana, e considerando que a generalidade dos seus membros frequentara as mesmas carteiras liceais de muitos dos dirigentes e militantes do MPLA, era natural que desejasse desenvolver uma acção convergente com aquele movimento nacionalista do qual se sentia próxima.

A verdade é que nunca, até 1974, os dirigentes do MPLA (para não falar sequer do FNLA) manifestaram interesse na participação de brancos no movimento nacionalista¹³.

Uma ou outra excepção depois de 1968 é sem relevância para o problema.

Os angolanos de origem portuguesa ouviram mais do que uma vez a frase sacramental: “*Camarada: as massas ainda não estão preparadas para ver brancos nas nossas fileiras*” (sic), falsa sentença¹⁴ que, para mais, irá contrastar cruelmente, a partir de 1974, com o febril, indiscriminado e oportunista recrutamento de afiliados brancos em que todos (MPLA, UNITA e FNLA), de regresso a Angola, se empenharam pressurosamente, quando verificaram que a realidade interna era assaz diferente dos clichés imaginados no exterior¹⁵.

Todavia, é preciso fazer, neste ponto, alguma justiça ao MPLA.

Se a boa fé dos membros da FUA não pode ser posta em dúvida, a verdade é que este movimento, ainda em Paris, cometeu um grave erro: a publicação (contra a opinião de S. Dáskalos) de um *Programa e Estatutos* que era um verdadeiro “*programa de governo*” para a Angola independente. A acção, produto de um voluntarismo

¹³ A dar fé em informações que circulavam na época entre emigrados, não é impossível que pelo menos durante os primeiros anos da década de 60 tivessem sido feitas tentativas para neutralizar a influência de que a FUA poderia dispor. Quando a famosa colecção Marabout publicou a 1ª edição do *Dossier Afrique*, que fazia o ponto da situação africana, na ficha respeitante a Angola lia-se: “Os principais chefes nacionalistas são Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade (MPLA) e Holden Roberto (UPA-União dos Povos de Angola). O seu problema principal é conseguir coordenar esforços. Facto notável, uma fracção de pequenos colonos de origem portuguesa mas instalados em Angola há gerações tomaram o partido da libertação de Angola e colocaram-se ao lado dos africanos”, cf. J.J. Schellens e J. Mayer (Direcção de), *Le Dossier Afrique*, Bruxelas, Ed. Gérard/colecção Marabout, 1962, p. 289. A segunda edição da mesma obra, publicada alguns anos mais tarde, acrescenta uma menção à UNITA mas suprime qualquer referência à FUA. Cf. J.J. Schellen e P. Vandooren (Direcção de), *Le nouveau Dossier Afrique*, Bruxelas, Ed. Gérard/col. Marabout, 1971, p. 350.

¹⁴ Quando certa vez os “brancos” da FUA encontraram casualmente no café Du Berry, se a memória não me falha, um soldado negro que recebia treino militar em Argel, esse representante das ditas “massas”, homem simples e provavelmente analfabeto, abraçou-se a eles chorando emocionado por, pela primeira vez num longo tempo de solidão, encontrar enfim “angolanos”...

¹⁵ A obra notável de Jorge Eduardo da Costa Oliveira, Secretário Provincial da Economia de Angola, conseguiu transformar consideravelmente o panorama económico de Angola de meados dos anos 60 ao início dos anos 70. Os importantes resultados obtidos fizeram de J.E. Costa Oliveira, a seguir a Norton de Matos, o maior e mais decisivo agente da transformação da economia angolana deste século. Mas, apesar da imperiosa necessidade dessa mudança que os tempos impunham, a dinâmica imprimida era tal que J.E. Costa Oliveira acabou por ter dissabores com o governo de Lisboa.

precipitado e de evidente imaturidade política, foi despropositada e suscitou uma justificada desconfiança nos movimentos nacionalistas angolanos. O espectro da Rodésia do Sul de Ian Smith que já despontava, dominava então as preocupações políticas dos responsáveis nacionalistas, em especial de Angola e de Moçambique.

Se é possível, como creio, que esse erro poderá ter turvado durante algum tempo o relacionamento entre a FUA e o MPLA, com culpas da primeira, é improvável que possamos encontrar aí a causa das verdadeiras dificuldades na aceitação da FUA.

Há várias razões para o afirmar, das quais destaco duas:

Em primeiro lugar havia um conhecimento já relativamente antigo do MPLA sobre vários membros da FUA, nomeadamente sobre Sócrates Dáskalos, ex-reitor do liceu de Benguela, figura conhecida no sul de Angola, com provas dadas de insuspeita “angolanidade”.

O relacionamento pessoal consolidado em período anterior à saída de Angola era também um factor que, em África, é geralmente mais importante do que noutros lugares. Parece-me pertinente o argumento de P. Chabal e J.P. Daloz, segundo o qual os sistemas políticos africanos só em aparência se aproximam dos modelos ocidentais, sendo as “formas infra-institucionais”, no sentido de uma “informalização do político” aquelas que essencialmente predominam em África¹⁶.

Em segundo lugar, um dos objectivos da FUA era justamente integrar-se no MPLA (o que reforçava a inoportunidade do dito “*programa de governo*”). Havia mesmo membros da FUA que se consideravam, ainda que informalmente, “militantes incondicionais do MPLA”, zelo excessivo e evidentemente prematuro, por razões óbvias, mas também inábil porque, mesmo considerando essa fusão eminentemente desejável, ela deveria ser precedida de uma negociação como Sócrates Dáskalos o dá a entender no seu texto e o defendeu então.

Esta era indispensável no plano concreto da acção política e ao nível simbólico.

No plano político tal concertação justificava-se, quanto mais não fosse porque a FUA não representava apenas os seus membros no exterior, o que seria irrisório: havia outras pessoas que ficaram em Angola e que ainda confiavam neste movimento. Era do interesse de ambas as partes - FUA e MPLA - que o assunto fosse discutido com profundidade de modo a conjugar esforços que cobrissem tanto o sector africano como

¹⁶ CHABAL e DALOZ 1999, *opus cit.*

o europeu, combatendo mais eficazmente o perigo “rodesiano” que, na altura, era bem real e os racismos sempre possíveis nos dois campos.

No plano a que chamarei “simbólico” a adesão ou não de uma dezena de pessoas de origem europeia ao MPLA era, em si, irrelevante, se esses indivíduos apenas se representassem a si próprios.

Mas não era exactamente assim.

A integração da FUA enquanto movimento (ou mesmo até, no limite, a entrada dos seus membros a título individual no MPLA), não poderia deixar de ter consequências, mesmo que só a longo prazo, sobre uma grande parte da população branca de Angola. Se isso tivesse acontecido (que me seja agora permitido entrar no domínio de conjecturas assentes numa observação empírica limitada e numa lógica necessariamente circunstancial) não só não seria impossível que tivessem sido atenuadas inconfessadas tensões raciais como, mais importante, este movimento teria aparecido mais tarde aos olhos da opinião pública como um verdadeiro movimento agregativo e *multirracial*, juntando os actos às palavras.

Não deve ficar excluída a hipótese de que isso pudesse ter funcionado, a partir de 1974, como pólo de atracção para os inúmeros quadros técnicos, maioritariamente brancos, reforço decisivo da reconstrução económica, social e administrativa. Sabemos que foi exactamente o inverso que sucedeu. As dicotomias simplificadoras usuais - “bons” e “maus”, revolucionários e reaccionários, etc. - podem até comportar elementos explicativos de *puzzles* isolados de senso comum, mas estão longe de construir uma sistémica coerente e minimamente satisfatória num plano intelectualmente exigente...

A esse respeito seria útil, por exemplo, rever o estereótipo do “colono” de Angola, tal como surge ainda no imaginário da esquerda europeia e numa certa retórica africana. Ele não é, bem entendido, inteiramente falso. Todavia, a sua generalização abusiva distorce, até à caricatura, um fenómeno de muito maior complexidade do que as análises apressadas deixam antever. O “colono” das últimas décadas, estava longe de se resumir simplesmente à “*image d’Épinal*” do “alarve” de capacete colonial e “chicote na mão”. Milhares de brancos nascidos no país (mesmo se alguns extractos sociais se atolavam em preconceitos irredutíveis de outras eras) estavam disponíveis para aderir a uma causa e servi-la se a oportunidade lhes fosse oferecida. Para seu infortúnio, e sobretudo para o do povo angolano, essa promessa nunca foi cumprida...



A actividade da FUA enquanto movimento nacionalista terminou com o seu Congresso de Blida, uma vila perto de Argel, em 13 de Agosto de 1963. Esse acontecimento resultou, como explicarei a seguir, do choque entre duas tendências, ambas favoráveis aos MPLA embora de modo diferente. Na época, esta distinção era muito mais dramática do que pode parecer à primeira vista, razão pela qual seria injusto não reconhecer que, se a ruptura teve lugar de forma civilizada, foi graças à moderação e tolerância de Sócrates Dáskalos e à inegável rectidão de Adolfo Rodrigues Maria.

Este episódio pouco conhecido talvez mereça ser contado. A interpretação é da minha responsabilidade, mas penso que completa o relato de Sócrates Dáskalos, ou pelo menos não lhe é infiel.

A divisão da FUA começou a ser assumida pouco depois da chegada a Argel em Janeiro de 1963.

A primeira tendência propunha uma negociação rigorosa com o MPLA e chamar-lhe-ei, esquematizando um pouco, *tendência da "condicionalidade"* (ou dos *"condicionais"*). A segunda tendência afastava essa orientação, substituindo-a por uma *"fidelidade" a priori*, sem reserva nem exigência de *reciprocidade*¹⁷ e será referida como *tendência da "incondicionalidade"* (ou dos *"incondicionais"*).

As repercussões eram totalmente diferentes.

Com efeito a *"condicionalidade"* apontava para uma plataforma negocial onde, com vista ao futuro, pudessem sem explicitados, sem ambiguidades, os direitos da população de origem europeia a par dos da população africana¹⁸, transmitindo para o interior de Angola uma mensagem de *"unidade nacional"*. Sem descurar soluções prioritárias para a maioria da população africana mais desfavorecida e deixando claro que não se buscavam privilégios especiais para os *"descendentes de colonos"*, a

¹⁷ Segundo Rousseau, uma *reciprocidade* equilibrada atenua a dependência e torna-a compatível com a liberdade. Cf. TAYLOR (Charles), *Multiculturalism and "The Politics of Recognition"*, 1993.

¹⁸ A reflexão sobre o tema do confronto entre *igualdade* e *diferença de identidade* num contexto de liberdade e justiça, tal como é analisado por Charles Taylor (*opus cit.*), estava pouco amadurecido e revestia-se mesmo de alguma ingenuidade no pensamento da FUA. O *"igualitarismo"* subentendido ignorava vectores essenciais dessa problemática. Por exemplo, de que modo seriam reconhecidos como iguais, no domínio da vida política, cidadãos de identidade cultural diferente? Ou ainda, como conciliar as exigências programáticas das duas populações de modo a obter um ponto de equilíbrio entre as *"concepções individualizantes"* próprias do sistema socio-cultural europeu e as *"identidades colectivas"* peculiares da cosmogonia e do tecido social africano? (Ver por exemplo CHABAL e DALOZ 1999, *opus cit.*).

mensagem deveria confirmar, ao mesmo tempo, que estes últimos seriam aceites sem complexos pelo nacionalismo africano. Por razões cujo desenvolvimento não cabe neste local, era óbvio que esse *reconhecimento* implicava condições e cedências, entre as quais a inevitável pré-aceitação de recíproca legitimidade¹⁹.

Uma das suas consequências seria a unidade no combate às tentações previsíveis de uma “*secessão à rodesiana*” de que já se falava e que estava latente em Angola²⁰.

Essa negociação não implicava um confronto com o MPLA, mas, pelo contrário, era do interesse de ambos e constituía mesmo um reforço do MPLA em termos nacionais (logo multirraciais), atraindo, num horizonte mais distante, o apoio das chamadas “forças vivas”, económicas e sociais, que estivessem dispostas a “jogar a carta” da independência. Estas existiam, mas a sua confiança nos movimentos africanos era compreensivelmente muito limitada.

De facto, sobre este ponto o programa do MPLA - deixo de lado outros movimentos angolanos cuja estratégia política se resumia a pouco mais do que um populismo revanchista - limitava-se a repetir até à exaustão o *leitmotiv* de que a luta era “contra o colonialismo e não contra o povo português”, o que cobria tudo e não dizia nada.

Por isso um acordo sobre a integração da FUA no MPLA afigurava-se, para alguns, de grande importância numa perspectiva *nacional* de longo prazo. Essa ideia parecia, não obstante, de algum modo bizarra nos meios anti-colonialistas europeus e africanos que tinham esquecido a lição de William James: “*Quando se encara os factos*

¹⁹ A temática do *reconhecimento* mereceu uma análise aprofundada de Hegel no seu *Phénoménologie de l'Esprit*, Paris, Aubier, 1991. Mais recentemente, Charles Taylor demonstrou que a exigência do *reconhecimento* é uma das forças que sustentam os movimentos políticos nacionalistas e constitui um factor de *identidade* (C. Taylor, *opus cit.*). No caso de Angola, em termos da nação idealizada no início dos anos sessenta, haveria necessidade de um *mútuo reconhecimento* entre as populações africana e europeia como condição prévia da formação de uma nova *identidade* que conduzisse, para retomar a expressão de Gadamer, a uma “*mistura de horizontes*”. Essa *identidade nacional* intersubjectiva, mais complexa do que a simples sobreposição das *identidades* (monológicas) em presença, passava impreterivelmente por uma aprendizagem que teria, nas sucessivas convergências negociadas, um efeito dialógico, no sentido do termo dado por Taylor. Isso poderia incluir - e nada prova que as condições não existissem potencialmente - a participação directa de “descendentes de colonos” na própria luta armada africana, tal como outros “descendentes de colonos” já o tinham feito no século XVIII quando declararam a independência dos Estados Unidos da América após oito anos de luta durante os quais a Inglaterra sofreu “pesadas baixas humanas e fortes perdas financeiras” (Cf. G. B. TINDALL e D. E. Shi, *America: A Narrative History*, Nova Iorque, Norton, 4ª ed. 1996: 238.)

²⁰ Em princípios de 1963 a Grã-Bretanha dissolvera a Federação das Rodésias e Niassalândia criando o Malawi, a Zâmbia e a Rodésia. Em 1965 a Rodésia do Sul declarou unilateralmente a independência e instalou um governo exclusivamente branco. Em Angola essa possibilidade, com raiz em meios da direita e extrema-direita, era igualmente bem real nos anos 60-70. Aliás chegou a ter lugar uma conspiração que fracassou. Soube-se, mais tarde, que fora manipulada por São José Lopes, director da PIDE em Angola e, segundo parece, personagem com ambições políticas. O embaixador Luís Gonzaga Ribeiro confirmou-o recentemente ao jornal *Expresso* (Cf. *Expresso*, Lisboa, 7/08/1999)

olhos nos olhos, o mundo do diabo já não parece tão vasto nem tão profundo". Lamentavelmente, os que *olhavam* os factos não podiam encarar o que não *viam*. Talvez, nas palavras amargas do Rei Lear, porque tivessem "*olhos de vidro*"...

É certo que o ingresso da FUA no MPLA constituía, de imediato, uma questão delicada e teria certamente custos.

O MPLA sofreria indubitavelmente (como parece ter acontecido) pressões externas e internas opostas a essa eventualidade.

Em primeiro lugar, externamente, era claro que o reforço do movimento em quadros oriundos do próprio país (não seriam nem "mercenários" nem "cooperantes"), tecnicamente preparados e com motivação pessoal, desagradaria a forças externas que contassem (conscientemente ou não) com a fraqueza em recursos humanos dos africanos para melhor exercerem a sua influência sobre o curso dos acontecimentos, o que aliás se verificou. Como diria Eça, tudo a coberto do "manto diáfano" do pensamento correcto... Ao mesmo tempo, os efeitos provavelmente *moderadores*, decorrentes da entrada em cena de nacionalistas brancos, perturbariam os postulados de certos ideólogos europeus e americanos, cujo paternalismo gostava, como Moisés, de mostrar o caminho empunhando as tábuas da Lei...

Em segundo lugar, internamente, surgiriam sem dúvida pressões no seio do MPLA, exercidas por determinados grupos que, para além de terem o péssimo hábito de confundirem a "*vontade do povo*" com a sua própria (já vimos no exemplo dado na nota de rodapé nº 14 o quanto isso revelava de ignorância acerca desse mesmo povo), esqueciam que se o colonialismo era, efectivamente, o adversário do nacionalismo africano, também não deixava de o ser, em larga medida, de milhares de brancos que se consideravam angolanos (o epíteto de "*portugueses de segunda*" era profundamente ressentido por uma maioria nascida em Angola, que, convém lembrar, pertencia no essencial às classes média e média-baixa, assalariada ou proprietária em regime de empresa individual²¹) mas que, por razões conjunturais ou de hibernação política, não possuíam meios de se afirmar como tal.

Sem ter a pretensão de colocar direitos de africanos e europeus no mesmo prato da balança dos injustiçados (as carências e desfavorecimento de uns não tinham

²¹ Ver por exemplo: NEWITT (Malyn), *Portugal in Africa: The Last Hundred Years*, Londres, 1981: 170.

comparação com as dos outros), em última análise e apesar das ambiguidades de um processo intrincado, é legítimo afirmar que o colonialismo do Estado Novo se opunha aos interesses mais vitais de ambos, mesmo se as aparências escamoteavam essa questão fundamental.

A esse propósito é necessário abrir um parêntese para tentar esclarecer alguns pontos.

A “resistência” propriamente dita ao colonialismo por parte do sector branco era sem dúvida praticamente inexistente. Ela restringia-se a núcleos minoritários de intelectuais cuja acção era bastante diluída devido à censura e às severas restrições às liberdades cívicas. Mesmo assim, a fraseologia “unitária” da propaganda colonialista disfarçava mal uma grande desconfiança em relação à população branca²², sobre a qual exercia uma constante vigilância, em particular no que se referia às suas elites.

Eduardo Lourenço, num virulento artigo comentando uma declaração de um ex-governador de Angola, coronel Viana Rebelo, que classifica de “bufarinheiro em pânico”, sublinha que tal declaração constituía, involuntariamente, nas suas “linhas e entrelinhas” uma “machadada implacável na beata mitologia colonial do nosso regime”, nela se pondo, inclusivamente em causa a “*solidariedade integral da própria massa branca angolana com os interesses da Metrópole, o que não é de admirar, de resto*”²³.

Entre os intelectuais de origem europeia, sem falar do poeta Alexandre Dáskalos (irmão de Sócrates) prematuramente falecido em 24 de Fevereiro de 1961, bem como de nomes conhecidos²⁴ como Castro Soromenho (nascido em Moçambique), Luandino Vieira (nascido em Portugal), António Jacinto, Henrique Abranches (nascido em Portugal), António Cardoso e outros²⁵, havia também quem se ocupasse, no plano cultural, de um trabalho que, embora não fosse directamente “político” *stricto sensu*, enveredava por caminhos que, nas suas consequências (e intencionalidade) iam, a longo prazo, no mesmo sentido: sublinhar a dignidade de valores africanos alheios à cultura

²² Contrariamente ao que se pensa, essa desconfiança da “Metrópole” tinha razões que remontam ao século XVI, como se poderá verificar na *História de Angola* de Ralph Delgado. Sobre este assunto ver eventualmente: TORRES (Adelino), *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Escher, 1991.

²³ Cf. Eduardo Lourenço, “Mitologia colonialista e realidade colonial”, *O Jornal*, Lisboa, 9/3/1979 (sublinhado meu).

²⁴ Alfredo Margarido, “Literatura Angolana: do protesto à luta armada e à independência - A prosa, os elementos proféticos e o combate”, *Diário Popular*, Lisboa, 26/02/1976.

²⁵ Ver João Maria Vilanova, “Ruptura ou continuidade na poesia angolana?”, *Angola/Revista*, Luanda, 27/9/1974

européia e incentivar ou divulgar autores que os defendiam ou que com eles se identificavam.

A Sociedade Cultural de Angola (SCA), de que o signatário deste preâmbulo foi um dos últimos secretários-gerais, em 1961, desempenhou esse papel até ser fechada pela PIDE. Não sendo, como disse, uma associação “política”, não deixou de constituir o maior bastião dessa “resistência cultural” sob a presidência do advogado e ensaísta português Eugénio Ferreira, que ocupou depois altos cargos na já independente República Popular de Angola.

A SCA editou durante alguns anos, com irregularidade, a revista *Cultura* que teve grande influência e participou empenhadamente nesse esforço de dar a palavra à cultura africana e aos homens que a viviam²⁶.

Também é de salientar a existência de outros grupos - maioritariamente brancos - “não políticos”, onde tarefas semelhantes eram prosseguidas com dedicação e desinteressadamente. Por exemplo os conhecidos “*Cadernos Imbondeiro*” dirigidos por Leonel Cosme e Garibaldino de Andrade (portugueses radicados) que prestaram relevantes serviços à cultura em Angola, bem como a “*Colecção Bailundo*” editada por Inácio Rebelo de Andrade e Ernesto Lara Filho, que tiveram uma actividade editorial mais efémera²⁷.

No âmbito difícil do jornalismo (a vigilância policial neste campo era ainda mais apertada), é justo relembrar a actividade do quotidiano *ABC* de Luanda que, cercado (e, poder-se-ia dizer, constantemente “trucidado”) pela censura, sobrevivia em 1961 com quatro elementos: o director Machado Saldanha, um velho e honrado democrata; o chefe de redacção Acácio Barradas, hoje no *Diário de Notícias* de Lisboa; e dois redactores: Adolfo Rodrigues Maria e o signatário. No sul de Angola, *O Intransigente de Benguela*, dirigido por Victor Silva Tavares, fazia jus ao seu nome e conhecia uma existência precária.

Este distanciamento em relação ao regime era eminentemente suspeito aos olhos da oficialidade, para quem os conceitos de “democracia” e sobretudo de “angolanidade” ou “africanidade” tomavam foros subversivos. Essa *negação do Outro*, que Alfredo

²⁶ Vd. referência à SCA e a *Cultura* in: Edmundo Rocha, “Viriato da Cruz, o rosto político do grande poeta angolano”, revista *Afro-Letras*, Lisboa, Ed. Casa de Angola, vol. 1, nº 1, Março 1999, pp. 21-27 (excerto da obra, do mesmo autor, *A génese do nacionalismo angolano, período entre 1950 e 1964*, em vias de publicação)

²⁷ Inácio Rebelo de Andrade, *Saudades do Huambo (Para uma evocação do poeta Ernesto Lara Filho e da “Colecção Bailundo”)*, Évora, Ed. NUM, 1999.

Margarido bem desmascarou num dos seus artigos²⁸, típica do colonialismo, tinha raízes no Acto Colonial de 1930 que definia Portugal como uma entidade mítica estendendo-se “do Minho a Timor” guiada por um princípio de “assimilação” (teórica), o qual implicava a *rejeição* (essa bem real) de qualquer “*particularismo*”... Conceda-se, no entanto, que apesar da sua hipocrisia notória²⁹, nunca o colonialismo salazarista emitiu Bilhetes de Identidade que mencionassem a raça...

Por último, são igualmente conhecidas as tensões entre as Associações Económicas de Angola e o Governo de Lisboa a propósito do proteccionismo e do chamado “espaço económico português”. Nos anos setenta atingiram uma intensidade inquietante para os interesses metropolitanos, como se pode constatar na imprensa da época (*Diário de Luanda* e *Província de Angola* nomeadamente).

Num outro plano, também era em boa parte falsa a amálgama que muitos nacionalistas africanos no exílio faziam entre “população africana” e “militares portugueses”. Por motivos vários - por vezes contraditórios entre si, é verdade - houve inúmeros exemplos significativos de “hostilidade entre militares portugueses e populações brancas nos territórios africanos”³⁰, o que desmentia, em todo o caso, ideias sumárias que indiferenciavam as duas partes e pouco tinham a ver com a realidade efectivamente vivida.

Fechado este parêntese, voltemos à FUA.

Pode de certo modo considerar-se que os partidários da “negociação” com o MPLA representavam uma vertente por assim dizer *moderada*, na medida em que o seu pragmatismo atendia aos condicionamentos da génese da FUA em 1961 no interior de Angola, os quais determinavam os parâmetros da sua actuação no exterior. Reconhecendo instintivamente que a margem de manobra da FUA era estreita, os *moderados* procuravam agir com realismo³¹.

Em contrapartida, os “*incondicionais*” tinham uma perspectiva assaz distinta. A sua tese, de um optimismo imoderado que excluía dúvidas, consistia, como já disse, numa “adesão” axiomática ao MPLA, sem que a FUA colocasse condições ou salvaguardasse princípios que constituíam a sua própria razão de ser. Essa atitude

²⁸ Alfredo Margarido, “Poesia angolana”, *A Província de Angola*, Luanda, 29/01/1975,

²⁹ Ver um exemplo dessa hipocrisia no brilhante livro de José Gil, *Salazar: a retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água, 1995.

³⁰ Ver VAZ 1997, *opus cit.*: 327-328.

³¹ Advogando, nomeadamente, um relacionamento cordato entre a FUA e quaisquer pessoas ou grupos africanos, independentemente da sua opção política, o que não acontecia com a *tendência* “*incondicional*” cujo sectarismo era, como se costuma dizer, “mais papista do que o Papa”, atingindo por vezes o despropósito.

exorcista apenas obedecia ao critério restritivo da “*solidariedade revolucionária*”, grandiloquente mas vazio de substância.

Com efeito, limitando-se a esperar uma hipotética (e, nesses condições, ainda mais improvável) decisão do MPLA, não se alicerçando em indícios palpáveis de que o assunto viria sequer a ser considerado, essa tendência assumia, ao fim e ao cabo, uma postura de crente.

Os “*incondicionais*” professavam uma vulgata *marxista-leninista* - um desses conceitos que se carregou com mais peso do que ele podia suportar - profundamente contraditória, aliás, com a base social da FUA. Essa particularidade iria ajudar a precipitar o seu isolamento em relação à população de origem europeia e afastou, entretanto, todos aqueles que visitaram o grupo quando este se encontrava em Paris³². Paradoxalmente, dificultava ainda mais uma aproximação ao MPLA, pois o “diálogo” dependia exclusivamente - o que eles não compreenderam - da capacidade de negociação da FUA, a qual resultava, por sua vez, da representatividade junto da população branca. Um círculo vicioso que o monolitismo da ideologia ocultava³³.

É possível concluir (se fizermos abstracção de alguma elite angolana para quem a prevalência de um “*afrocentrismo*” dúbio³⁴ satisfazia ambições pessoais) que o principal beneficiário da marginalização ou desaparecimento da FUA era o próprio colonialismo salazarista, como o atesta a preocupação da PIDE em neutralizá-la³⁵

³² O último, que se dispunha aliás a integrar a FUA, foi Carlos Serrano (hoje professor de antropologia da Universidade de S. Paulo, Brasil) que chegou a Argel no mês de Agosto de 1963, ou seja no momento preciso em que, gorando as suas expectativas, a ruptura estava praticamente consumada no interior da FUA. Mais tarde, antes de partir definitivamente para o Brasil onde adquiriria a nacionalidade brasileira, Carlos Serrano instalou-se na Suíça, encaminhando daí (não sem alguns problemas pessoais com as autoridades helvéticas) a mesada que Sócrates Dáskalos enviava da China com destino à sua família em Portugal.

³³ Emprego aqui o conceito de “ideologia” no sentido de Legendre, para quem “as ideologias são de facto substitutos secularizados da teologia política e do sistema de crenças” (Cf. LEGENDRE (P.), *Sur la question dogmatique en Occident*, Paris, 1999: 59). Quanto à abordagem dita “*marxista-leninista*”, é verdade que ela foi, durante algum tempo, comum à maioria dos membros da duas tendências. Porém as contradições surgiram desde muito cedo e agravaram-se rapidamente.

³⁴ No sentido de que só eram africanos os negros de África, como se podia deduzir da ideia ambígua de uma “*África para os africanos*” reivindicada pela primeira vez na Conferência de Acra em 1958 (Cf. VAZ 1997, *opus cit.*). Em 1999, o ditador líbio M. Khadafi reafirmava ao jornal francês *Le Figaro* que “*não há nações nem raças em África (...). Há apenas uma raça africana negra, unida e constituída por várias tribus*”. Não é difícil prever que, enquanto houver quem defenda pensamentos indigestos como este, a África não irá a parte nenhuma. Cf. *Le Figaro*, Paris, 20/8/1999, citado por Mário Matos e Lemos num artigo vigoroso: «Os “Estados Unidos da África”», *Público*, Lisboa, 28/8/1999.

³⁵ A PIDE prendeu muito gente por simples suspeita de pertencerem à FUA. Foi o que aconteceu, por exemplo, com o escritor Alfredo Margarido em 1962.

O afastamento voluntário de Sócrates Dáskalos depois do Congresso da FUA em Agosto de 1963 (Blida), cortou os derradeiros laços entre o que poderia restar da FUA no interior e os seus elementos no exterior.

Os *moderados* que estavam a seu lado não encontraram eco nem compreensão nos movimentos africanos. Apesar de, nesse congresso, os seus argumentos se terem sobreposto convincentemente à retórica mecanista dos “*incondicionais*”, a ruptura era inevitável e a reorganização da FUA uma tarefa já impossível.

Privados igualmente de contactos directos com os meios anti-colonialistas europeus, que tinham sido *curto-circuitados* de maneira pouco clara pelo elemento mais influente da facção “*incondicional*”, como Sócrates Dáskalos refere no seu livro (a maioria dos membros da FUA era demasiado jovem e inexperiente para se ter apercebido a tempo), os *moderados* constataram que os dados estavam irremediavelmente viciados pela falácia de um “*sentido da História*” que tudo envolvia, imobilista e fechada ao questionamento. Salvo deslealdade aos compromissos morais assumidos, nada mais lhes restava do que deixar para trás projectos (ou ilusões) já sem préstimo.

Pouco depois do Congresso de Blida, aquele elemento mais responsável dos “*incondicionais*” sumiu-se curiosamente para outras paragens.

Com duas excepções tardias, houve quem continuasse a sobreviver na órbita do MPLA, sem resultados evidentes em termos de actuação política digna de registo. Mediocridade compreensível, neste último caso, se nos lembrarmos da asserção de Michael Polanyi: as pessoas que não podem libertar-se do sentimento de que “desempenham um papel” tornam-se incapazes de convicções³⁶.



Não é objectivo deste preâmbulo ser libelo acusatório ou intentar processos que seriam vãos.

Pretendo tão só projectar alguma luz sobre o que é, a meu ver, o principal ensinamento do livro de Sócrates Dáskalos: *a história de uma oportunidade perdida*. Questão de pormenor talvez, mas cujo conhecimento não será porventura inútil quando chegar a hora distante da reflexão ou do exame de consciência. História como tantas outras feita de erros que devem ser recordados e de pequenas e grandes traições que é

³⁶ Cf. POLANYI (Michael), *The Logic of Liberty*, 1951.

preferível esquecer. John Dewey dizia, com razão, que “os erros não são apenas uma infelicidade inevitável a deplorar ou pecados que, no plano moral, se devem expiar e perdoar. São também lições que provam que se utilizou mal a inteligência e indicações para fazer melhor” (*Reconstruction in Philosophy*, 1920).

O 25 de Abril de 1974, deixando a descoberto a total impreparação dos intervenientes, portugueses e angolanos, mostrou que isso já não era possível. Ao pôr a claro a imensa responsabilidade política e moral dos governos salazaristas e caetanistas, também não ilibou os políticos angolanos.

O general MacArthur afirmou certa vez que “*todas as guerras perdidas resumem-se em duas palavras: demasiado tarde*”. É de facto demasiado tarde para reparar o que já não tem remédio. Mas, pensando nas jovens gerações, é sempre tempo de cuidar da verdade das coisas e tirar ilações construtivas dos actos dos homens. Acrescente-se também, parafraseando as belas palavras de M. Fátima Bonifácio no livro citado nas primeiras linhas deste preâmbulo, que se esquecermos o que fomos perdemos a ideia de quem somos...

Cerca de trinta e seis anos depois dos acontecimentos descritos, é porventura infrutífero tentar igualmente conceber o que seria actualmente Angola se o MPLA tivesse sido capaz de utilizar o trunfo da FUA (nas suas consequências *moderadas*) de maneira realista.

Não obstante, considerando os factos expostos e os argumentos que tentei demonstrar, que me seja permitida uma afirmação que não considero gratuita nem tão pouco utópica: **em 1974 Angola poderia ter alcançado um compromisso equivalente ao conquistado um pouco mais tarde na África do Sul por Nelson Mandela e Frederic W. de Klerk.**

Não creio que haja motivos para a considerar absurda, principalmente se nos lembrarmos que, até à libertação de Nelson Mandela (1990), ninguém imaginava possível o que se passou posteriormente naquele país.

Hoje a vida quotidiana em Angola poderia até não ser mais exaltante do que noutros países africanos, mas atrevo-me a pensar - de um ponto de vista exclusivamente analítico - que, fossem quais fossem os escolhos, teria sido mais difícil, se não mesmo improvável, chegar à tragédia actual, testemunhada pela voz angustiada de bispos angolanos como de verdadeiro “extermínio” de populações (*Público*, Lisboa, 6/8/1999).

Se pensarmos no caos em que Angola se encontra mergulhada, é demasiado fácil atribuí-lo às consequências da guerra, como alguns nos querem fazer crer. A guerra

acabou por se tornar, é certo, um parâmetro central da crise angolana. Mas é necessário averiguar as suas origens, retrocedendo aos primeiros anos de independência, ou revisitando outras memórias mais distantes.

Quanto ao período do pós-independência, de 1975 aos anos 90, Manuel Ennes Ferreira, numa investigação exemplar³⁷ demonstra satisfatoriamente que a guerra é menos a causa do que a consequência de uma estratégia feita de imperícia económica e de uma discutível orientação política.

Não se ignoram, é claro, as contingências internacionais do momento, as dificuldades estruturais próprias dos países africanos nem as responsabilidades que incumbem ao antigo colonialismo³⁸. O que pretendo dizer para além disso é que talvez o desastre angolano pudesse ter sido evitado ou grandemente atenuado se, uma dezena de anos antes da independência, a história tivesse tomado outro curso.



O livro de Sócrates Dáskalos constitui um serviço e um tributo a Angola, paixão da sua vida.

Como é humano, a sua vida e acções têm virtudes e defeitos com os quais podemos concordar ou não. Mas o testemunho que nos deixa é, ao fim e ao cabo, uma lição subtil de coerência e lealdade à cidadania que escolheu. Qualidades que rareiam ou soçobraram na Angola que (des)conhecemos...

Adelino Torres

³⁷ FERREIRA (Manuel Ennes), *A indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-91)*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.

³⁸ Como CHABAL e DALOZ (cf. *op. cit.*) observam oportunamente, mesmo que as responsabilidades do colonialismo tenham sido grandes e duráveis, os políticos africanos seriam bem avisados em tomar consciência, vinte ou trinta anos decorridos depois das independências, que se fazem cada vez mais raros os europeus dispostos a expiar os pecados das velhas gerações dos “bons velhos tempos coloniais”. As gerações vindouras merecem o esforço de uma nova postura intelectual, mais virada para a descoberta do futuro do que para a digestão repetitiva de pratos requeentados...

PREFÁCIO

de Manuel Rui

O que mais me fascina por amor e triste tristeza feliz é o Sócrates colocar nestas memórias aquilo que alguns pretendem que se olvide, se apague pelo falso ou imposto esquecimento, ou ainda, se transforme, de lágrima que o tempo ainda não secou, num aparente, contemplativo e negociado sorriso. Por dívida a uma cabala a que se chama processo de paz. Para que o silêncio *cumplicitado* fosse o único testemunho de continuar a guerra. Da morte. Da fome. Do *milionarismo* de novos senhores - antigos camaradas. Da curva do vento artificial contra o voo das viúvinhas do nosso planalto ou da chuva miúda primeira, que continua a perfumar a terra. A chuva anunciada pelo salalé que, de alegria, se *camicaça* deixando cair suas asas para morrer feliz, por elogio às gotas de água caídas do céu. Céu que dá de sobra. Para todos e mais tantos. Disto, os vampiros, mesmo os nascidos no Huambo, não entendem. Coisas tão simples, tão antigas e infinitas. Coisas na natureza que os homens decidiram complicar. Estou a falar sobre estas memórias, sobre algo que não se pode apagar, esquecer, nem tão pouco morrer ou deixar-se matar. Falo da nossa memória. Da memória de cada um e da memória de nós todos como entidade colectiva que nos permite, de uma vez por todas, afirmar que temos uma identidade construída a partir de todas as memórias nossas que se compactam numa só palavra: Angola. E as memórias do Sócrates são uma componente dessa nossa memória. E é destas gotas que se fazem tantos pequenos traços de água límpida que dão o rio grande do nosso passado, presente e futuro. Um mais velho camponês, quando me queria falar de um afluente do rio Kunene dizia “um filho do rio Kunene”. E o nosso rio só pode ser entendido em movimento e navegação, quando se entenderem todas as águas afluentes para a confluência total dos seus filhos. Isto é uma razão natural. Tão clara e límpida como as folhas das vissapas ou os loengos maduros futurados num cheiro de esperança no nosso chorar hoje para evitar a cegueira.

O governante português, maçom, Norton de Matos, inventou a cidade de Nova Lisboa por decreto. Disso o Sócrates fala. As cidades, pela regra clássica, são aglomerados populacionais que se transformam de exercícios camponeses para exercícios urbanos, da agricultura para outras actividades, industriais, financeiras, de concentração e domínio dos produtos do campo, para o exercício metropolitano do domínio, principalmente da economia e do pensamento. E Norton precisava daquela cidade, inventada sobre o mapa, olhando a riqueza hídrica e o bom clima para os brancos.. Aí, colocando-se nessa pirâmide do planalto, Norton poderia reduzir MUTU YA KEVELA e SAMACACA com uma arma de penetração “civilizacional”. O Caminho de Ferro de Benguela, combóio, o Kuricutela, por ironia do destino, nome também do Ferrovía de Nova-Lisboa, clube que quando campeão de Angola, foi o primeiro a mostrar no campo a bandeira do M.P.L.^a..

Não me adianta em assuntos já adiantados pelo Sócrates na introdução a este livro e no texto memorial. O que em importa é a cidade. E o combóio. Porque também sou um deserdado disso. A cidade e o combóio, combóio belga, mala, Kamacouve ou combóio piolho. Esses todos, de barulho, faúlha, apeadeiro e estação, foram e ainda são as pequenas maravilhas antigas do nosso estar no mundo. Foi com esse combóio e por esse

combóio que nós aprendemos o interior do país que confundiu e ainda se confunde com o interior de nós mesmos. Com a penetração do combóio aprendemos, também, a penetração sob a nossa memória, de cada um, para a angolanidade.

Nova-Lisboa foi criada por decreto e nesse intento. Porém, descendentes das famílias de brancos que vieram, em verdade poucos e “mal-vistos” não ficaram apenas filhos da cidade branca que era portuguesa, do império e colonial.

Ousaram ficar filhos de Angola, o chão onde tinham nascido e, com ela e suas maiorias identificados em terra de oposição ao colonialismo português. Daí o incipiente nacionalismo que se gerou também em Nova Lisboa. E tudo isto, toda esta memória, só pode ser recuperada pela memória dos relatos de agentes dessa memória como o Sócrates.

Da família Dáskalos, minha mãe e meu pai, filho de um maçom da Loja Kuribeca da Catumbela, sempre me falaram. Inclusive, imitando a fala do grego pai do Sócrates e tecendo elogios ao Alexandre, o veterinário e o poeta que, se bem me lembro, diziam que andava de boina e falava sozinho. Dos Bernardinos da padaria Confiança, ali pertinho do rio da granja, toda a cidade olhava a maneira de como o David Bernardino, orgulho de todos os brancos, porque ele era dos poucos que viajara para Portugal estudar medicina, orgulho da cidade, quase não conversava com ninguém nas esplanadas, pastelarias e quejandos espaços de conversa urbana. O cujo metia-se numa bicicleta e andava pelos bairros dos “pretos”, com preferência pelas Cacilhas onde, mais tarde, já médico, gratuitamente e para os pobres e os humildes do subúrbio, havia de fazer, depois da sua licenciatura e regresso definitivo, melhor que Lambarène...só que não recebeu o prémio Nobel da medicina, antes pelo contrário, foi assassinado a mando de um criminoso que aqui não se nomeia para não manchar este texto, chefe de um fundamentalismo que, ainda hoje, vem merecendo o título de partido político e, por um pouco e até ver, podia ou pode merecer um estatuto especial que nunca um angolano honrado mereceu. E como o David foram outros tantos, esvaziando-se a cidade da ciência, da técnica e até dos próprios registos históricos.

Quando eu fui para Coimbra estudar direito, instalei-me numa casa onde já estavam alguns angolanos chegados primeiro que eu. A maioria relativa era originária do Lobito. Tinham feito o quinto ano no Lobito e o sétimo em Sá da Bandeira. Eu já levava aquisições, contactos e ponderações sobre a necessidade da independência de Angola a partir de Nova Lisboa. Mas, os meus colegas do Lobito falavam sempre e ainda hoje podem falar, na dívida para com o Sócrates, o professor que libertava o Liceu, as aulas, implicando uma libertação maior: a libertação de Angola e do seu povo já tanto sofrido pelo colonialismo. Mal sabíamos nós que a independência iria trazer tanta desgraça que nunca passou pela nossa imaginação. E, como se não bastasse, mesmo de sabor a fel, Marcelo Caetano, o último primeiro ministro do fascismo português, haveria de fazer a previsão desta desgraça.

Da nossa cidade, não falo mais porque o Sócrates fala disso e isso são as suas memórias. Mais todas as viagens que ele fez para ser livre e agora viver no Lobito ainda sem o ser. Tudo depois das europas sempre em busca de nós, a identidade e da independência. Foi sempre isso a vida do Sócrates desde a adolescência. Depois da Universidade em Portugal e as perseguições políticas. Depois a esperança e o exílio dividido em França ou na China. E depois...depois o regresso, a independência e o mais que está neste livro. Uma vida inteira por Angola. Sem mácula. Sem abdicar dos seus ideais. Mas da minha memória nem da memória do Sócrates, não se olvida que os fundamentalistas de um homem que aqui, mais uma vez, por pudor, não se designa,

repetidamente destruíram a cidade e partiram a linha do comboio, nunca tendo explicado porquê.

Mas o Sócrates, nestas memórias é, acima de tudo, o cronista de várias travessias favoráveis às nossas marés, como a resistência, luta no interior e no exterior para a libertação nacional, fim do fascismo em Portugal e fim do colonialismo. E quando as marés eram todas de feição, as travessias não vieram mais e sobram só encalhes para a tragédia.

Norton de Matos mandou pôr o comboio por viagem, faúlha e apito, interromper as comunicações de MUTU TA KEVELA. Depois, um tirano fundamentalista partiu o comboio, que já era nosso, para impedir a comunicação entre nós. Pior, matou tudo o que era inteligência angolana na cidade que já era Huambo. Matou também a Universidade. E como se não bastasse, enquanto o tirano ia destruindo a cidade por desgaste sucessivo, o governo mandava governadores para desgovernarem a(s) cidade(s).

As nespereiras eram muitas. As goiabeiras. As maçarocas. E ninguém nos proibia de as tirar. E nós só apanhávamos a fruta quando já estava madura. Havia pobres, sim senhor. Havia mendigos esmolando, sim senhor. Havia ricos exploradores, sim senhor. Os ricos andavam de carro e no asfalto. E os pobres andavam a pé nos passeios e só nos passeios. Porque havia asfalto e havia passeios. Agora, há mais pobres. Que não andam nos passeios porque essa fronteira entre o asfalto e os passeios se diluiu. E os mais pobres enlouqueceram. Comem do lixo dos contentores. E os novos ricos são hoje mais ricos que os colonos ricos do antigamente, pelo menos em ostentação. Os colonos que pediram e exigiram à metrópole uma Universidade para formar os seus filhos que viviam ou já tinham nascido aqui. Para não mandarem os filhos estudar em Portugal. Hoje, os ricos daqui, nem sequer se preocupam com a nossa Universidade. À custa da nossa “independência”, mandam calma e serenamente, os seus filhos estudar no estrangeiro.. Este é o quadro da dignidade para alguns perdida e que o Sócrates, nas suas memórias, pretende segurar como uma estrela que nunca mais vai cair do céu.

Meu caro Sócrates: Acabou o tempo em que a gente para lutar com um colega, na escola 33, havia regras. Primeiro era obrigatório no “bate café”. Depois havia árbitros e a malta assistia toda. Já não temos cidade e já não somos do Huambo nem de Nova Lisboa. Não é que nós quiséssemos a cidade de Nova Lisboa do antigamente colonial. Queríamos a cidade para nós agora. A história tem de ser escrita. Mesmo por cima de todos os acordos de paz ou de guerra. O que se passou foi que todos os urbanos foram mortos ou tiveram que abandonar a cidade., várias vezes e a ela regressando outras várias até ao cansaço que faz desistir. E os camponeses, pela força da metralha, tiveram que fugir do campo – salvo poucos que mesmo assim enquinaram a demografia de Luanda – e eles nunca tiveram a hipótese de apanhar avião para o estrangeiro. E não tiveram outro remédio que não fosse ocupar a cidade. O resto, na desgraça que estivemos com ela e ainda estamos, tudo isso está neste livro.

Luanda, 10-10-98

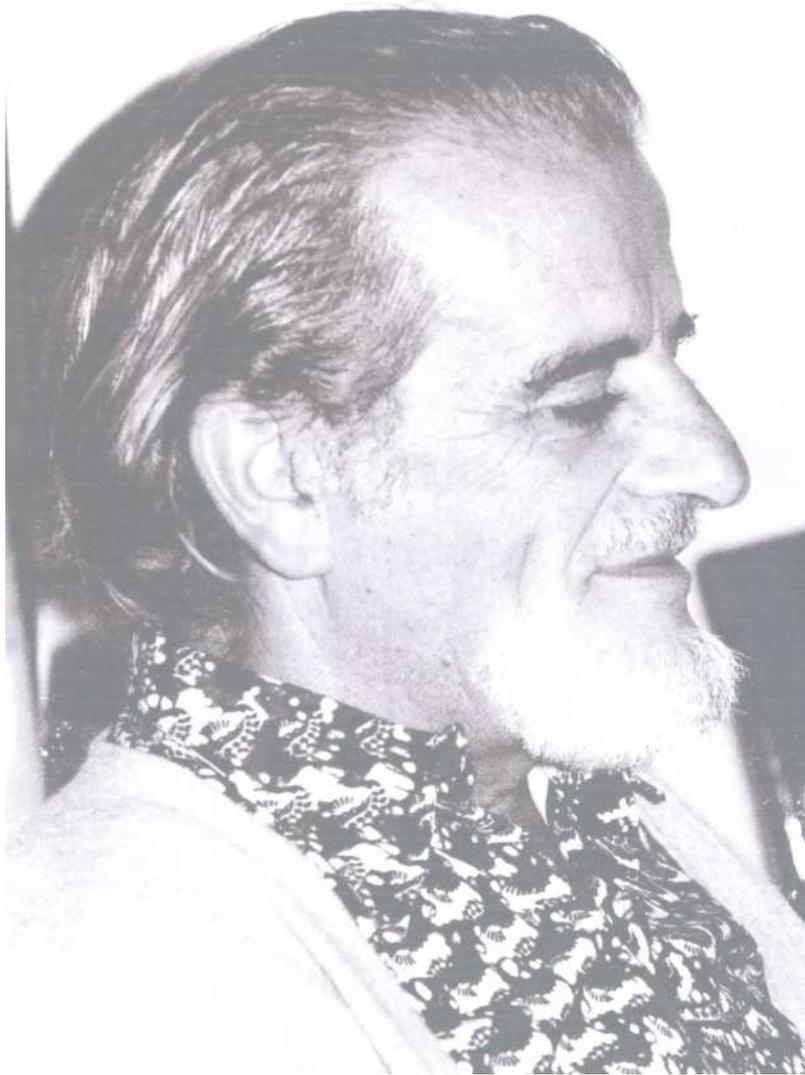
Manuel Rui

Sócrates Dáskalos

Um testemunho para a História de Angola

Do Huambo ao Huambo

Lisboa, Editora Vega, 2000



O Engenheiro Sócrates Dáskalos nos anos 70

INTRODUÇÃO

Quando no princípio deste século o soba Mutu Ya Kvela se rebelava em terras do Bailundo contra a presença portuguesa e punha Samacaca a comandar os seus guerrilheiros aliciados nos quimbos e sanzalas do Huambo, nas praias de Benguela, a norte da Baía das Vacas e perto do que é hoje o museu de arqueologia, desembarcava um grupo heterogéneo de homens, loiros e morenos – consta, mas eu não confirmei, que também vinham negros do Ghana - comunicando entre si num Inglês mesclado de palavras de várias origens.

Era um grupo de técnicos e operários - ingleses, italianos, gregos e portugueses - que, depois da companhia inglesa Tanganika Concessions ter feito o indispensável financiamento, desembarcava em Angola para dar início à construção de uma via férrea que iria atravessar o país desde o Oceano Atlântico até aos países vizinhos, a Rodésia do Norte e os Congos, Belga e Francês. A riqueza mineral destes territórios que se supunha continuar por Angola dentro (razão pela qual foi concedida a pesquisa e exploração mineira ao longo da via numa extensão de 120 quilómetros para cada lado da mesma) justificava plenamente o investimento para a sua construção.

Robert Williams, o escocês a quem foi autorizada esta construção e era na altura o braço direito de Cecil Rodes, o inglês que deu o nome às Rodésias, do Norte e do Sul (hoje Zâmbia e Zimbabwe) estava tão interessado em construir e explorar a via férrea que se apressou a constituir a Companhia do Caminho de Ferro de Benguela (C.F.B.) com sede em Lisboa e iniciou os respectivos trabalhos em 1 de Março de 1903. Estes começaram a toda a força em Benguela em dois sentidos: um para a vizinha baía do Lobito e outro no sentido das terras do interior.

Foi extremamente difícil vencer os obstáculos que a natureza geológica e topográfica do terreno opunha à realização dos trabalhos. Com efeito, o terreno que da costa angolana conduz ao subplanalto era, e ainda é, extremamente seco e duro e apresentava diferenças de nível que chegavam a atingir centenas de metros em distâncias muito pequenas; assim, das proximidades de Benguela até à Portela, a cota passava de 10 metros para 902 metros numa distância de 59 quilómetros (neste mesmo trajecto, ao quilómetro 54, a cota passava do Lengue a S. Pedro de 97 para 236 metros numa distância de 2 quilómetros).

A natureza do terreno aliada à falta de água e ao clima obrigaram a um esforço técnico e humano que, apesar de minimizado com a ajuda de camelos expressamente importados, ficou gravado na memória dos que participaram nesses trabalhos. A tal ponto que, anos mais tarde e quando eu ainda era menino, ouvi os gregos que tinham restado dessa epopeia - o Peter Psaltis, o Gyrossimos Lichnos, o Papa Leonardos, o Angelus, o Cristo Statocopulos e irmão, o Constantino Roumeliotis, o meu pai Stamatis Dáskalos e outros compatriotas seus - evocar os episódios, peripécias e canseiras desse tempo.

Também me recordo que minha mãe contava que chegara a Angola em 1919, viúva, com uma filha de tenra idade, a Manuela, e um moço ainda imberbe seu irmão, o tio Alberto. Embarcara no Lobito no trem de ferro para alcançar Silva Porto, no Bié, onde ficaria como professora primária. Porém, os governantes de Lisboa não sabiam que o comboio ainda não chegava à capital biena; assim minha mãe teve que ficar no

Chinguar e, daí recuar para o Huambo onde a esperava uma bela escola construída a telha, cal e cimento.

Mais tarde vim a saber que a presença desta jovem em terras angolanas foi, em parte, consequência de uma medida tomada pelo governador geral Norton de Matos que, preocupado com a exagerada proliferação de mestiços que manchavam a sua política de desenvolvimento - Brancos de um lado e Negros do outro, à moda inglesa – incentivou a ida para Angola de jovens mulheres solteiras para casarem com os colonos que estavam em vias, como se dizia na época, de se cafricanizarem ou seja viverem nos hábitos e costumes locais.

Em 1920 a cidade do Huambo era uma criança com 8 anos de idade pois fora oficialmente inaugurada por Norton de Matos em 21 de Setembro de 1912. Nesta data eu ainda não era nascido; mas ouvi com tanta atenção e interesse os relatos de pessoas que assistiram ao acto solene que celebrou essa fundação que posso descrevê-lo como se a ele tivesse assistido.

Uma das pessoas de quem ouvi esse relato foi o próprio general Norton de Matos, em 1948, quando a Comissão de Escola da Faculdade de Ciências de Lisboa de apoio à sua candidatura à presidência da república, a que eu pertencia, o foi visitar.

Norton de Matos, que naquela data já ultrapassara os 80 anos, recebeu com satisfação aquele grupo de jovens e, sempre de pé e durante duas horas, evocou com pormenor várias passagens da sua vida entre as quais a criação e fundação da cidade do Huambo. Ouçamo-lo:

“Quando, da primeira vez que fui nomeado para governar Angola, peguei no mapa da colónia para estudar a melhor maneira de assegurar a ocupação administrativa das terras do interior e incentivar o povoamento branco dessas terras, logo reparei que, quase no centro do território, havia uma região planáltica com numerosos cursos de água cujo clima devia ser favorável à presença dos europeus. Além disso esta região deveria ser servida pelo caminho de ferro em construção. Não hesitei e logo decretei a criação da cidade do Huambo. E quando ali cheguei em 21 de Setembro de 1912 para fazer a inauguração oficial da criação da cidade, fiquei bastante desapontado pois, além do barracão que servia como estação do caminho de ferro, poucas mais construções eram visíveis”.

Foi com a Portaria número 1040 de 8 de agosto de 1912 que o governador geral, José Mendes Ribeiro Norton de Matos criou, no papel, a cidade do Huambo. Se à data não havia infra-estruturas que justificassem o nome de cidade, já existia no entanto um grande acampamento no bairro da Pólingue (Pauling) onde se instalara o grosso dos técnicos e operários do Caminho de Ferro de Benguela. Com a implementação deste a influência inglesa alastrava a olhos vistos, do Lobito ao Huambo.

Norton de Matos, que recebera uma educação de forte cunho britânico, era no entanto um figadal rival dos Ingleses e um nacionalista ferrenho. É por esta razão que manda construir no Lobito o palácio para o governador geral, na Restinga, nas imediações dos edifícios em madeira (bungalows) que os ingleses ali tinham construído e também nas praias voltadas para o Atlântico. Quando chega ao Huambo e constata que os edifícios existentes eram, na sua maioria, obra da presença inglesa resultante da implementação do C.F.B., não hesita e assina ali mesmo as portarias que criam: a Delegação de Fazenda do Huambo e a primeira escola primária municipal. E no ano seguinte assina as portarias que criam uma escola agrícola experimental chamada Granja e um Posto Experimental de criação e tratamento de gado. A primeira rua que naquele tempo ligava a parte alta à parte baixa da cidade tomou então o nome de estrada da Granja; e o pequeno riacho que nascia entre a Alta e a Baixa, onde eu aprendi a nadar, passou a chamar-se rio da Granja.

O que para mim tem particular significado é que a criação desta escola vai ter influência decisiva na minha existência, pois a jovem professora que teve que recuar do Chinguar acaba por ser quem vai ocupar o lugar do Huambo e vai habitar o edifício novinho em folha, construído como já disse em telha, cal e cimento, edifício onde eu venho a nascer a 7 de Março de 1921.

Este prédio, se não foi destruído pela guerra (estou redigindo estas linhas em Setembro de 1993), está situado no ângulo do cruzamento das estradas da Granja e da que passa em frente da ex-câmara municipal e segue para o Sacaála. Este prédio foi construído com cal, telha e cimento porque o governador geral tinha proibido as construções em adobe dentro do perímetro da cidade.

Esta **INTRODUÇÃO** tem como principal objectivo apresentar factos anteriores à minha chegada a este mundo relacionados com a cidade do Huambo. Porém dadas as circunstâncias que envolveram o meu nascimento, acho conveniente relatá-las pois, além de darem uma imagem da vida social daquele tempo, explicam alguns aspectos do meu comportamento futuro.

Contaram-me que, quando nasci, escapei por um triz de ser lançado ao lixo.

Naquele 7 de Março de 1921 duas senhoras assistiram ao parto, uma foi a D. Palmira de Almeida e a outra foi a D. Emília Delgado, mais conhecida por Emília das Cabras. Nasceu primeiro uma rechonchuda menina e, quando se supunha já tudo resolvido, apareceu um saco....A D. Palmira pegou nele, apalpou-o e disse: “estas coisas não se devem abrir...devem ir para o lixo”. Mas a D. Emília, mais experiente nestes assuntos, replicou dizendo: “antes pelo contrário, devem ser abertos e rapidamente”... Depois de uma discussão entre o deve e o não deve abrir-se, a D. Emília pegou numa tesoura e abriu o saco. Apareceu então um ser bastante cabeçudo e franzino, quase morto por asfixia...

Por pouco esse ser cabeçudo, que era eu, tinha ido parar ao lixo...

Quando me contaram a história do meu nascimento resolvi adoptar uma filosofia com ele relacionada e que pode ser resumida na atitude seguinte: quando no decorrer da vida e em dado momento estiver em apuros, faço de conta que não existo, que fui parar ao lixo, e deixo o tempo correr até tudo passar...Foram bastantes os momentos em que tive que recorrer a esta filosofia e, até agora, não me tenho dado mal.

Eu era tão franzino e a minha irmã tão gordinha e rosada que a nossa amiga D. Ana Campas Nunes começou a chamar-lhe Baronesa.

Até hoje ela è a Baronesa, mas eu nunca consegui chegar a barão!.

Claro que os acontecimentos atrás descritos são memórias que me foram transmitidas por terceiros. Contudo, antes de começar a relatar as memórias que ficam registadas nas células cerebrais a partir de certa idade, quero relatar mais um episódio que não ficou registado nas células cerebrais mas ficou registado...numa chapa fotográfica.

Devia eu ter cerca de dois anos de idade quando o meu pai resolveu dar um passeio pela cidade para mostrar, vaidoso, os seus dois gémeos, o Sócrates e a Athiná. Meteu-se e meteu-nos, a mim e à minha irmã, numa tipóia que dois possantes homens negros carregavam aos ombros e mandou tirar uma fotografia a este conjunto. Nesta foto, eu e a minha irmã estamos ao colo de meu pai estendido numa tipóia que dois possantes bailundos carregam aos ombros.

Só tive conhecimento desta fotografia em 1961, em Lisboa, quando deixei a cadeia do Aljube onde estivera hospedado a convite da polícia política portuguesa que achou conveniente dar-me alguns meses de retiro espiritual para ver se me convencia a acabar com as minhas manias de combater o colonialismo e a pôr de lado as ideias desses comunistas que até comiam criancinhas ao jantar... Mas eu era teimoso e não

queria abdicar das minhas “manias” e também não queria que tal fotografia fosse apanhada por algum político de direita, ou mesmo de esquerda, que perante tal foto me acusasse de “colonialista” servindo-se para tanto do argumento do lobo da fábula de Fedro na qual o lobo disse ao cordeiro “se não fostes tu que turvaste a água, foi o teu pai” e por isso guardei-a bem guardadinha mas pensava muito nela. Por exemplo, quando fui obrigado a fazer grandes viagens para conseguir levar avante os meus objectivos, passei pelo Camboja (hoje Campucheia) e por Hong Kong onde andei naqueles carrinhos puxados por um ofegante e esquelético ser humano e, nesses momentos, pensava sempre, muito envergonhado, na tal fotografia.

Depois estive em Pequim onde o Mao Tsé Tung tinha acabado com os carrinhos puxados por homens famintos e, então, nem queria que os camaradas chineses pensassem que eu tinha tal foto.

Um dia, ainda na China, fui a Shangai numa das muitas viagens que o governo chinês oferecia aos cooperantes estrangeiros. Quando visitávamos uma comuna, estando eu já bastante cansado, reparei numa pequena carroça de duas rodas e sentei-me nela. Os chineses que nos acompanhavam, por brincadeira, agarraram-se à carroça e começaram a empurrá-la. Nisto, um comunista italiano que dias antes se tinha “purificado” nadando nas águas do lago onde Mao Tsé Tung tinha aprendido a nadar, tirou uma fotografia ao nosso conjunto brincalhão.

Quando o italiano me mostrou a sua obra fiquei radiante porque pensei que mais ninguém poderia possuir uma fotografia com tal conteúdo: comunistas dos mais vermelhos e sanguinários (estávamos em plena Revolução Cultural e, no Ocidente, era assim que se pensava dos comunistas chineses) empurrando, alegres e descontraídos uma carroça transportando um branco de nariz comprido (era assim que os chineses chamavam aos europeus).

Na altura recordei-me que, com esta fotografia, poderia arranjar argumentos válidos para mostrar sem receios a tal fotografia da tipóia.

Mas os anos foram passando e nunca tive ocasião para tal. E, na data em que escrevo estas linhas, Setembro de 1993, foram postos em causa e parecem definitivamente enterrados os ideais socialistas que marcaram o mundo na primeira metade deste século. Neste momento o tal capitalismo explorador e nauseabundo parece ser, afinal, a salvação da humanidade desde que esteja embrulhado no manto da democracia. Portanto não há razão para manter os receios do antigamente e escamotear um testemunho da opressão colonial.

O contraste entre as duas fotografias, o simbolismo que delas se pode inferir - oprimidos carregando aos ombros opressores e comunistas dos mais ferozes empurrando, alegres e sorridentes, uma carroça em que um dos arrependidos se apresenta barbudo e convicto das suas boas intenções - aliado ao inédito das duas situações e épocas, julgo eu, justificam que estas imagens sejam publicamente reveladas nestas memórias, das quais elas são uma irrefutável: prova do começo e do quase final de uma vida nelas descritas.

CAPÍTULO I

Das brumas da meninice ao alvor da juventude

O que a seguir relato deve ter acontecido quando eu tinha três ou quatro anos, portanto há mais de 70 anos.

Naquele tempo não havia nenhuma construção à volta da casa em que nasci e na qual funcionava a escola primária.

Era uma bela e fresca manhã de Domingo quando fui para a frente da escola, empertigado e vaidoso, para mostrar a quem passasse a bonita vestimenta que envergava: um fato casaco de cor creme, bordado com requinte, e sapatos pretos de verniz, muito brilhantes. Empertigado e vaidoso não só por causa da roupa bonita mas também porque me tinham dito que não era uma roupa qualquer: era uma roupa vinda de Paris, dos armazéns “Printemps” (fiquei desde então com “Paris” e “Printemps” gravados na memória a tal ponto que, quando em 1962, mergulhei clandestino na cidade das Luzes, logo que tive oportunidade, corri a visitar os grandes armazéns parisienses).

Frente à escola aguardei pacientemente, que passasse alguém e, quando já tencionava desistir, aparece-me uma visão de sonho: um avião pintado de amarelo passava à minha frente...mas no chão...rebocado por uma camioneta! O insólito cortejo descia a rua da Granja, ia para a Baixa.

Naquela época, um avião não era coisa vulgar, e a reboque de uma camioneta, muito menos. Era mesmo um espectáculo que ficaria gravado na memória de qualquer menino mesmo que estivesse muito preocupado em mostrar o seu fatinho importado de Paris.

Tempos depois perguntei a um mais velho como é que se explicava a existência de um avião naquelas paragens. Respondeu-me que aquele avião tinha vindo do Puto para largar bombas sobre os Bailundos que se tinham revoltado.

Aviões, bombas, homens revoltados...mescla de ideias e imagens registadas no subconsciente do menino e nele vão provocar uma teimosa curiosidade que marcará profundamente o seu destino.

Dos primeiros anos da meninice e daquela escola guardei outras imagens, umas mais nítidas do que outras.

Lembro-me do Bento, rapazinho mestiço que veio servir de ama seca de uma das minhas irmãs e que adormeceu, sentado naquelas altas escadas, com ela ao colo, e acordou espavorido quando a D. Leonor Tavares de Almeida lhe deu uma forte pancada na cabeça com o guarda chuva; o Bento deu um grande berro e só não deixou cair a menina porque eu a segurei.

Perto da escola havia um barracão bastante comprido que foi adaptado para servir de igreja, julgo que foi a primeira igreja católica dentro da cidade; foi nesta igreja que a minha irmã Manuela se casou com o José Bernardino, casamento que não precisou de cortejo automóvel, pois foi feito a pé.

Lembro-me do padre António Vieira, sempre suado dentro da sua negra sotaina e que vinha frequentes vezes à escola acompanhado de meninos pretos.

O padre Vieira era uma pessoa incansável que estudou a língua umbundo e publicou um dicionário português-umbundo. Durante as suas práticas utilizava a língua umbundo e quando se referia à Virgem Maria chamava-lhe “Cafeco Maria”, o que era motivo de chacota por parte da rapaziada que frequentava os guardas nocturnos à procura de “cafecos”, como eram assim chamadas as mulheres de vida fácil.

Neste momento em que estou escrevendo estas memórias também me lembro da escola do Huambo porque, da praia em frente à minha porta vêm, proferidos por miúdos e graúdos, os piores palavrões da língua portuguesa, o que era rigorosamente proibido na escola de minha mãe. Quem dissesse um palavrão - asneira, como nós dizíamos - por mais ameno que fosse, tinha que engolir, sem tugar nem mugir, uma colher de pimenta bem cheia!

Eu tinha uma grande admiração pelos meninos, alguns já matulões, que engoliam a pimenta sem qualquer sinal de revolta ou dor. A “menina de cinco olhos”, a

palmatória, também era utilizada frequentes vezes; dezenas de anos mais tarde encontrei antigos alunos de minha mãe que diziam abençoar as palmatoadas que tinham levado na escola.

Na época carnavalesca, grupos de mascarados paravam frente à escola mostrando as suas barulhentas exibições na mira de obterem um “mata bicho” compensador. Eu escondia-me atrás da varanda com medo de tão barulhentas movimentações. Lembro-me disto por causa do calafrio que me percorreu a espinha quando, uma vez, um grande bailarino negro, dando apitadelas estridentes, saiu da massa compacta de dançarinos e dirigiu-se, com acenos que me pareciam de Satanás, à varanda onde se encontrava a minha mãe e convidou-a para dançar. Sorridente e bem disposta, minha mãe recusou sem ofender o bailarino e este dirigiu-me um alvo amplo sorriso que dissipou o medo que se apossara de mim.

Numa límpida manhã de céu azul, ainda eu não conseguia ver para lá da varanda sem me pôr na ponta dos pés, fomos todos ao campo de aviação saudar os “heróicos aviadores portugueses” que, numa esquadrilha de quatro ou cinco biplanos, aterraram no Huambo depois de terem atravessado a África vindos de Lisboa, a capital do “Império”.

Enfarruscados de óleo dos pés à cabeça, com grandes óculos escuros e com um gorro castanho com abas que apertavam debaixo do queixo, os aviadores não escondiam a sua grande alegria afagando os pequenos aviões a pingar óleo aqui e ali.

A partir da vinda destes “heróis do ar” à cidade do Huambo começou a expandir-se o interesse pela aviação a tal ponto que depois de Luanda a primeira escola de aviação civil nasceu na capital planáltica sob o impulso do capitão Baltazar que, se não me falha a memória era um dos “heróis” da primeira esquadrilha que ali aterrou. O primeiro instrutor da escola de aviação do Huambo foi o Fernando Bossa que era um homem corpulento que tinha que ter particular cuidado quando entrava nas frágeis e pequenas avionetas de instrução do Aero Clube do Huambo. Foi na cidade do Huambo que nasceram algumas das primeiras e mais importantes iniciativas de carácter social e outras de carácter económico, cultural e político. Aliás um dos incentivos que me leva a escrever estas memórias é o secreto e imparável desejo de revelar essas iniciativas, algumas das quais cairão definitivamente no túmulo do esquecimento se eu não conseguir revelá-las.

Foi no Huambo que se ergueu a primeira barragem hidroeléctrica do país. Foi construída pelo Caminho de Ferro de Benguela, a cerca de vinte quilómetros da cidade do Huambo, no rio Cuando, perto da Missão Católica onde fui baptizado. A ela também está ligada uma recordação da minha meninice:

Num entardecer da véspera de um Natal da década de 30, um patrício de meu pai que trabalhava na construção da barragem do Cuando, levou-nos a visitar as obras. Lá fomos, num “Ford” bem alto, num “calças arregaçadas”, como vieram a chamar-se estes carros e, já no leito do rio, andámos saltando de pedra em pedra acompanhando os técnicos que inspeccionavam as obras. Finda a visita regressámos à cidade era já noite.

Fatigados, mas radiantes com o passeio, preparámo-nos para comer, antes da ceia de Natal, uma canjinha de galinha. Servida esta, houve uma certa hesitação entre os comensais que fizeram uma grande careta quando provaram a apetecida canjinha. É que a canja fumegante cheirava a cocó (esta era a palavra que os meninos daquele tempo utilizavam para dizer merda).

Face a tal cheirete, consultou-se a panela e o cozinheiro e constatou-se que este estava com uma piela de tal ordem que fizera a canja com a galinha recheada com as tripas e respectivo cocó...

Por vezes eu acompanhava o meu pai à Baixa onde ele tinha uma fábrica de cigarros; eu ficava todo contente quando apanhava um cigarro muito comprido que aparecia quando a máquina estava mal regulada. Foi desde então que fixei a palavra monopólio pois, mais tarde a fábrica foi obrigada a parar por culpa, como afirmava o meu pai, dos “monopólios” de fabrico de cigarros sediados na capital, monopólios que ele insultava em grego e em inglês. Lembro-me que em inglês era assim: “son of a bitch”. E em grego só posso reproduzir tal como ouvia: “napardiéros camoti raça”. (Devem ser uns palavrões muito giros porque os gregos a quem pedi a tradução negaram-se a isso).

O tabaco para esta fábrica de cigarros era cultivado numa plantação situada no Calulo, à beira da estrada para o Laboratório de Patologia Veterinária, a cerca de uma dezena de quilómetros da cidade.

Salvo contestação válida fica aqui assinalado que a primeira fábrica de cigarros do país e respectiva plantação de tabaco nasceu no Huambo com a marca de cigarros “S. Dáskalos”.

Entretanto fiz o exame da Quarta classe e a minha mãe foi transferida para Silva Porto (hoje Kuito).

Pouco tempo lá ficámos e no regresso fomos morar numa casa nossa, na Baixa. Esta casa era um prédio extenso, comprido, ocupando toda uma transversal à Av. Castro Soromenho; na frente principal que dava para a avenida existiam dois talhos, duas grandes lojas, uma peixaria e uma padaria.

A padaria era de meu pai que me obrigava a dar uma ajuda diária que começava quando o sol despontava e eu era acordado com uma grande vassourada de água fria nas trombas e continuava com a contagem do pão pelos tabuleiros dos vendedores; se um destes faltava, lá ia eu fazer uma ronda de distribuição na cidade e, tudo isto, antes de ir para o colégio.

Tratava-se do colégio “Alexandre Herculano” que nascera há pouco tempo; a directora era a D. Alda Felipe Barreto de Lara, a D. Alda, como nós a tratávamos, casada com o comerciante Abel Lara.

A D. Alda era uma senhora muito culta, dada às artes e às letras que se preocupava mais com a sabedoria e cultura dos seus educandos do que com os lucros financeiros. Pelo contrário, o marido era um feroz controlador dos gastos e ganhos e, por ser exigente em matéria financeira, tinha uns detractores que lhe chamavam Lara Pio para não dizerem Larápio.

A D. Alda, na sua ânsia de ensinar e cultivar, além das matérias obrigatórias promovia sessões de poesia, teatro, pintura e canto.

O meu pai, que se tinha formado na experiência e com a prática da vida vivida nas Universidades de Máximo Gorky, contrariava a teoria e defendia a tese de que a prática da vida era a melhor escola; ao contrário de minha mãe, que queria ver os seus filhos doutores seguindo uma tradição familiar de ascendentes destacados nas artes marciais, nas letras e nas ciências.

Talvez a pedido de minha mãe o Abel Lara convenceu o meu pai a pôr-me no colégio pagando a respectiva mensalidade no equivalente em pão. Uma vez no colégio, como a minha vida familiar era muito diferente da dos outros alunos - pois tinha que trabalhar na padaria - interessei-me pelos livros e tornei-me um aluno considerado exemplar. Mas, de vez em quando, o meu pai resolvia que eu não precisava mais de teorias e tirava-me do colégio. Pacientemente, o Abel Lara convencia o meu pai e eu voltava para o colégio.

Esta cena repetiu-se várias vezes até que me apercebi que o meu velho tinha muito orgulho no filho, pois toda a gente me gabava como bom aluno e, desde então,

comecei a não ligar quando meu pai começava a resmungar murmurando “não precisa mais teoria”, a “prática da vida é tudo”, “você não precisa de ir mais ao colégio”.

Mas se não fora a paciência da D. Alda e do Abel Lara, eu não teria terminado o curso dos liceus.

Graças à D. Alda eu pintava quadros a óleo ou aguarela, decorava grandes jarrões, fazia esculturas em barro, tudo a expensas do colégio...mas também inutilizava camisas e calças manchando-as com tintas que resistiam a todas as lavagens. E então, quando de madrugada ia distribuir o pão pela cidade, pedalando furioso para não chegar tarde às aulas, ia muito envergonhado porque, além de pensar que ser padeiro era pouco dignificante tinha vergonha da roupa manchada de várias cores.

No colégio conheci toda uma plêiade de professores que, apesar de não terem cursos de pedagogia, eram muito competentes, gostavam de ensinar e sabiam dar um “safanão a tempo” como fazia o doutor Salazar aos políticos que não concordavam com ele.

Lembro-me do Álvaro Faria, do capitão Barata, do padre Costa, do Adelino Gomes, dos capitães Mateus Lopes e Inocentes, do Barros de Lima e do Constantino Augusto, sem esquecer a Alda Lara. E outros, como aquele funcionário do C.F.B., o Vidal, que ensinava Física e Desenho e que, no Desenho tinha uma técnica e precisão de traço que marcou muitos dos seus alunos.

O Álvaro Maximiano de Faria, professor de Matemática, era muito austero e exigente, não admitia brincadeiras; como eu tinha fama de gozão, quando era chamado, levava logo uns fortes cachações à menor suspeita de que estava gozando o professor. Obrigado a estar atento às aulas e na defensiva acabei por me tornar um bom aluno em Matemática.

O capitão Santos Barata, irmão do matemático Santos Andreia, muito culto, com gosto pelo ensino e perito em cachações a tempo, contribuiu muito para que nós tivéssemos gosto pela Matemática. Imitando os primeiros matemáticos da antiga Índia, dava-se ao trabalho de fazer textos com conceitos e definições matemáticas adaptados às músicas das canções em voga. A música da “Morena” foi uma das que ele utilizou; ainda me lembro de algumas passagens, tais como:

E a circunferência
se for bem rectificada
e pelo diâmetro dividida
Dá-nos logo
sem favor
de Pi o valor

Com o Álvaro Faria aprendemos algumas mnemónicas para fixar números importantes, tal como esta para o número Pi:

“Que j’aime à faire apprendre un nombre très utile aux sages”.

Contando as letras de cada palavra obtém-se o número Pi com onze decimais
3,14159364435

O padre Costa era um especialista da língua portuguesa e de Latim. Foi com ele que o Aires de Almeida Santos aprendeu a língua que ele tão bem soube utilizar nos seus poemas.

Como já disse, a D. Alda ministrava aulas de pintura, trabalhos manuais e organizava sessões de teatro, dança e poesia sem se preocupar grandemente com os gastos, o que levou o Abel Lara a trespassar o colégio. Ficou a dirigi-lo o tenente Malafaia que pouco tempo depois o passou para o Adelino Gomes. Este também sabia e ensinava com gosto o Português e o Latim.

Foi com o padre Costa e Adelino Gomes que eu me tornei um sabichão em Latim; em Português fui sempre fracote.

A cidade do Huambo crescia a olhos vistos confirmando as previsões de Norton de Matos, mas o concelho do Huambo tardava a ascender à categoria de distrito apesar dos reiterados pedidos dos comerciantes e associações económicas.

A reivindicação exigindo a criação do distrito passou a pertencer ao conjunto das reivindicações das forças vivas locais de que o jornal “Voz do Planalto” se fazia o principal arauto e defensor.

É a partir de então que a fama de rebeldia de que gozavam os cidadãos do Huambo atinge o auge quando o jornal da terra publicou o artigo “A Gata Borrallheira” em que denunciava a pouca ou nenhuma atenção que os problemas da região mereciam às autoridades centrais. A publicação deste artigo foi sancionada com a suspensão temporária do jornal.

Também contra a opinião de muitos cidadãos do Huambo a cidade começou a chamar-se Nova Lisboa. Mas, para seu gáudio, a cidade de Nova Lisboa passou a ser a capital provisória da colónia de Angola a partir de 1 de Setembro de 1928, conforme reza o Título I do Território de Angola que publicamos em anexo.

No decorrer da década de 30, o centro de Angola tendo como principal fulcro o Huambo, começa a ter um peso económico e social que lhe permite demarcar-se do poder central.

É neste período que surge a primeira associação de socorros mútuos do país, a “Mutualidade de Angola”; a primeira cooperativa de construção de casas, a “Nossa Casa”; e também a primeira organização política com pretensões emancipalistas, a “Organização Socialista de Angola”.

A juventude estudantil começa a interessar-se pelo mundo à sua volta, ávida por conhecer, aprender, cultivar-se. Surgem bibliotecas nas associações comerciais e desportivas. Uma delas, teve uma importância fundamental na formação cultural e política da juventude académica porque o secretário desta associação, o Américo de Carvalho, era um jovem estudioso, culto, de ideias progressistas (aquelas que agora, meio século passado, se chamam conservadoras), que tinha pouco mais de vinte anos, gaguejava quando falava e escrevia com muita facilidade, precisão e elegância. Com uma cultura geral e política invulgar, foi ele que tomou a seu cargo a biblioteca da associação, recheando-a de livros, alguns deles proibidos em Portugal (a PIDE que se chamava então Polícia Internacional de Vigilância e Defesa do Estado, só se instalou em Angola em 1956) tais como a “Mãe” de Máximo Gorky, “Os Subterrâneos da Liberdade” de Jorge Amado e outras obras. Os jovens liam muito, livros e jornais subtraídos aos pais, não só por causa da bola mas também para saberem o que passava naquele país que parecia lendário, onde pontificava o “homem das barbas” e ditador Staline e, principalmente para saber o que de real se passava naquela Espanha Republicana onde grassava uma guerra fratricida assustadora e incompreensível para nós.

Recordemos que naquele tempo eram raros e pouco eficientes os meios de comunicação via rádio e que a televisão ainda não era sequer um sonho distante.

As gentes do Huambo, cujos meios de comunicação se reduziam ao caminho de ferro, ao telégrafo com fios, aos camiões, e ao tantã para os do “mato”, viviam muito isoladas do resto do mundo e, talvez por isso mesmo estavam ansiosos por saber o que se passava para lá dos seus horizontes.

O desporto interessava a todas as camadas da população, com relevo para o futebol e ciclismo.. O Bento Agria, aquele moço mestiço que foi ama seca da minha irmã mais nova, chegou a ser um grande corredor de bicicleta e adoptou o nome de

“Faísca” que era o nome de um corredor português que ganhara uma das voltas a Portugal.

O ciclismo nas terras do Huambo teve praticantes de valor com o João Curado e o Joaquim de Sá, hoje residentes no Lobito curtindo as saudades daquele tempo. Não sei se o célebre Pepino começou as suas lides ciclistas no Huambo. Mas deve ter começado naquele tempo das muito faladas rebitas do Pepino em terras do Huambo.

Já naquele tempo, o futebol era o desporto que mais despertava o entusiasmo das multidões e contribuía para combater os preconceitos raciais, pois um bom desportista não branco era facilmente aceite pela sociedade colonial.

Nas nossas memórias, dos jovens daquele tempo, ficou gravada uma figura ligada ao desporto rei : foi o José Arquimedes, sportinguista ferrenho, que se interessava pelos júniors e os treinava; um dia o Zé Arquimedes ficou completamente cego vitimado pela explosão de uma pedreira que foi dinamitada e explodiu antes que ele estivesse a salvo. Apesar da cegueira, o Zé Arquimedes assistia aos nossos jogos, seguia as jogadas e gritava o nome dos jogadores, ora para apoiar, ora para corrigir.

Os estudantes do Huambo, imitando os colegas da Huila, criaram a Associação Académica do Huambo que, apesar da rivalidade entre os dois colégios “Alexandre Herculano” e “Adamastor” aceitava jogadores de ambos os colégios. Os objectivos desta associação não se limitavam ao desporto, estendiam-se às artes e às letras. A actividade literária manifestava-se principalmente através da poesia e um ou outro artigo em prosa que também eram publicados na “Voz do Planalto”. Foi neste jornal que, por volta de 1937, publiquei um artigo intitulado “Despertemos, Vivamos!”. Nele convidava a mocidade a sair do marasmo e da modorra de uma vida de curtos horizontes e de lutar para se guindar aos lugares cimeiros da sabedoria e da autoridade. Era um escrito audacioso e rebelde que escapou na íntegra das garras da censura, sem cortes nem emendas, e que, para meu espanto e vaidade, mereceu o elogio do público em geral e dos professores de ambos os colégios, em particular.

Animado e vaidoso com este êxito, pensei em voos mais altos e, com a cumplicidade de alguns colegas e amigos, entre os quais o Américo de Carvalho e o Aires de Almeida Santos criámos uma associação com fins políticos. Nasceu assim, secretamente, a Organização Socialista de Angola (O.S.A.) da qual fiquei sendo o secretário geral.

É evidente que esta organização tinha que ser clandestina; mas a clandestinidade era já um hábito daqueles jovens que, tendo como objectivo combater as injustiças que observavam quotidianamente, tinham criado várias organizações de carácter secreto a última das quais era a Organização Secreta dos Irmãos do Silêncio. Por vezes misturavam assuntos sérios com leviandades como, por exemplo, desvendar namoricos escondidos. Esta leviandade deu origem a episódios ridículos como o que eu vou contar pois revela o ambiente em que se vivia.

A Organização Socialista utilizava na transmissão das sua mensagens secretas uma grade formada por dois quadrados quadriculados iguais, um deles com quadradinhos perfurados aqui e ali. Para fazer a mensagem, justapunham-se os dois cartões, o não perfurado por baixo e escreviam-se no segundo cartão, através dos furos as letras da mensagem. Depois os quadrados do segundo cartão eram preenchidos com letras colocadas ao azar. Só quem possuísse um cartão com iguais perfurações, é que conseguia decifrar a mensagem. Ora, quando mais tarde a O.S.A. caiu nas mãos da polícia, um dos que foi apanhado foi o João Abel Cunha, cuja alcunha era “Macaco da Chela” e que tinha consigo uma dessas grades.

A polícia insistia com o João Abel para saber o segredo da grade e se a sua alcunha era um nome de código. O João Abel respondia sempre que a grade não tinha

importância, era só para namoricos, que a sua alcunha nada tinha com códigos secretos e para confundir e gozar com a polícia dizia que os objectivos da O.S.A. eram “mudar as cores da bandeira”.

Até que um belo dia o investigador apareceu sorridente e disse: “Tinhas razão. Já encontrei uma frase: “o Alfredo namora a Filó”. Já agora porque é que não explicas isso de “mudar as cores à bandeira?””.

O João Abel, que tinha acordado bem disposto, então explicou: “isso de mudar as cores à bandeira era muito simples: era só trocar o verde com o vermelho da vossa bandeira, isto é, pôr o vermelho junto ao pau” e quem o devia fazer era eu, o Macaco da Chela!

O prisioneiro não apanhou uma grande surra porque aquele polícia não era um agente da PIDE. Esta só apareceu em terras do Planalto Central no segundo semestre de 1956, e isto passou-se em 1941.

Entretanto, voltando a 1938, a O.S.A. expandia-se no meio académico do Huambo, Huila e Luanda, aqui em menor escala.

Esta expansão fazia-se através de contactos pessoais e, como os estudantes do Huambo eram obrigados a fazer os exames nos liceus de então, o “Diogo Cão” no Lubango e o “Salvador Correia” em Luanda, nós aproveitávamos as nossas saídas para lançar a semente da O.S.A. noutras paragens.

Naquele tempo não havia copiográficos e os manifestos da O.S.A. eram batidos à máquina de escrever com muitas cópias.

Os nossos manifestos espalharam-se pelo país denunciando os métodos desumanos das rugas, maus tratos e deportações e denunciava a exploração dos recursos do país a favor dos grandes monopólios e empresas majestáticas (era assim denominadas as empresas que detinham milhares de hectares de terras onde impunham a sua jurisdição sem interferência do Estado).

Estava a O.S.A. em franca expansão quando, em dado momento, começaram a aparecer cartazes, muito bem desenhados e pintados, nos quais se avisavam determinadas pessoas de que deviam terminar com os seus hábitos de opressão e maus tratos colonialistas sob pena de ficarem com as tripas ao sol...E os cartazes mostravam, com cores bem vivas, estômagos e gargantas esfaqueados...

Como eu tinha fama de rebelde e de bom desenhador, fui chamado à administração para ser interrogado por causa dos cartazes. Já lá estavam alguns moços da ASIS (Associação Secreta dos Irmãos do Silêncio) mas não estava nenhum da O.S.A., muito assustados aqueles que deviam ser autores dos cartazes e não tinham medido as consequências da sua obra.

O administrador já devia ter deslindado o assunto porque me ouviu, acreditou em mim e mandou-me em paz.

Felizmente que nenhum dos autores dos cartazes sabia os segredos da O.S.A., quando não, esta teria levado um grande safanão ou mesmo desaparecido.

A Académica de Nova Lisboa conquistou rapidamente um lugar de destaque no futebol distrital e guindou-se à primeira divisão que na altura se chamavam as honras. Enquanto lhe foi permitido existir, a Académica teve jogadores de grande gabarito e que mais tarde se distinguiram noutras equipas, tais como: o guarda redes Carlos Pereira, sucessor do Fernando Campas Nunes; o Cafoia, alcunha do grande defesa Rui Branco. E outros: José Correia, Arnaldo Carqueijo e seu irmão Mário, Aires de Almeida Santos, João Neves, filho do “Adamastor”, Norberto Mário Fernandes, Álvaro Marcelo de Oliveira, Hugo Ribeiro da Silva, José Barata e seu primo António Barata, Alberto dos Santos Oliveira, José Cunha, irmão do Macaco da Chela, Fernando Bettencourt Reis, eu e mais alguns de que não me lembro.

Eu jogava à meia esquerda, corria muito e fintava bem mas tinha um chute fraquinho. Como presidente da Académica tinha que velar pelas botas e equipas e angariar jogadores. Uma vez o presidente da Académica foi de bicicleta, num dia de chuva, falar ao comandante do Batalhão 74 lá mesmo no quartel perto do campo de aviação. Molhado e cheio de lama pedi para falar ao comandante e fui introduzido tão rapidamente que fiquei admirado. Quando disse ao comandante que era o presidente da Académica e vinha pedir-lhe que autorizasse que o alferes Campos jogasse pela Académica, o comandante deu um murro na mesa e disse: “merda, eu julgava que você era um estafeta dos correios com uma mensagem urgente...e afinal é o presidente da Académica (e olhava para a minha triste figura, molhada e cheia de lama...).Mas deixou que o alferes jogasse pela Académica.

Esta, em 1940, disputou a final do campeonato distrital com o Lobito Sports Clube (o distrito de Benguela estendia-se das praias do Lobito e Benguela às chanas da Vila Nova e Bailundo, no Huambo), que se deslocou à cidade planáltica para o efeito. No campeonato distrital desse ano a Académica ficou em segundo lugar.

Em 1938 fiz o quinto ano do liceu e estava condenado a não poder continuar os estudos pois não tinha meios para ir frequentar os internatos dos liceus existentes e porque os colégios locais só ministravam o ensino até ao quinto ano. Mas o Adelino Gomes, director do “Alexandre Herculano” resolveu dar-nos as matérias do terceiro ciclo (6º e 7º anos) fora do horário normal do colégio. Assim, eu e mais uns tantos íamos frequentar as aulas de madrugada. E eu como já tinha o 5º ano arvorei-me em professor primário no mesmo colégio onde ensinava as três primeiras classes. Com manias de renovador rejeitei os métodos clássicos de impor a disciplina - um cachaço oportuno, orelhas de burro e joelhos no chão - e adoptei processos que considerava modernos. O resultado foi que, passado pouco tempo, a minha aula era uma confusão e barulheira tais que, já não podendo recuar aos processos antigos, arranjei um pretexto para não continuar a dar aulas.

Entretanto a minha mãe mantinha a sua escola privada numa sala improvisada na nossa casa comboio da rua Castro Soromenho. Foi por esta escola que passaram os seus netos Bernardinos, a Carmito, o David, o Zé, o Luís e a Morena e as suas filhas mais novas a Zaida, a Marina, além do mano Alexandre.

Nesta escola, filhos e netos adquiriram hábitos de estudo, de comportamento e de análise que marcaram os seus destinos.

Aquela secreta e persistente intenção da mãe e avó que queria ver filhos e netos doutores, com um curso superior, ficou gravada no subconsciente dos descendentes que, nados e criados num ambiente nem sempre calmo e próspero, saem temporariamente das terras da trovoada ensurdecadora, do relâmpago mortífero mas belo, do pôr do sol deslumbrante, do “húmus fecundante da terra que cresce em nós, freme em nós”, para buscarem em terras distantes o saber que consagraram à sua terra, tais como o fizeram o filho Alexandre e o neto David.

É no decorrer da década de 40 que a família sofre os grandes embates que vão deixar marcas indeléveis em todos os seus membros. A mana mais velha, a Manuela, enfrenta com grande coragem as mudanças que se vão processando. A firma Oliveira & Bernardino, cujos sócios eram o meu cunhado José Bernardino e o meu tio Alberto de Oliveira, acaba numa falência repleta de dívidas. A Manuela teve que acompanhar o marido para as Ganguelas, primeiro no Dongo e depois na Vila da Ponte, onde ele troca nargas (tecidos), fuba, missangas e peixe seco por cera, couros e mel que, de quando em vez trazia para o Huambo. Foi durante este período que conhecemos a família Silva Carvalho que também habitava nas Ganguelas.

Quando a Manuela vinha do mato era uma festa para nós, não só porque a sua presença desanuviava o ambiente pesado em que vivíamos como também porque trazia coisas que considerávamos boas e apetitosas, tais como um presunto ou carne de porco frita e conservada em banha de porco. Estes produtos eram da autoria da D. Brites, mulher do Carvalho e irmã do grande desenhador e pintor angolano Roberto Silva de quem eu copiava os seus retratos ou caricaturas para depois lhes dar uns pequenos retoques e apresentá-los como obra minha. A filha do casal Silva Carvalho virá a ser afillhada da mana Baronesa e do irmão Sócrates. A nossa afillhada herdou o pseudónimo da madrinha Baronesa. Um dos seus irmãos é o Rui Carvalho que foi ministro da Informação da primeira República.

Depois da falência da firma Oliveira & Bernardino o tio Alberto foi trabalhar para a Chibera, a Companhia de Benguela. Um dia levou-me a uma das fazendas da Chibera onde assisti à distribuição de carne aos trabalhadores contratados. Eu, que já andava revoltado com o que via e ouvia em relação ao tratamento desumano a que eram sujeitos os contratados, fiquei então sem acreditar no que vira: a tal carne para trabalhadores conservada em petróleo (!) estava completamente negra! Mas era tal a carência deste produto que os trabalhadores olhavam com certa sofreguidão o “petisco” que os esperava!.

Este foi um dos assuntos que constou dos manifestos clandestinos da O.S.A., a par de outros como a denúncia do ministro das colónias que baixou o preço de venda do milho para ser comprado pelos seus aviados ao longo da via férrea e fez a exportação do milho a um preço muito superior ao do custo.

A O.S.A. expandia-se conquistando adeptos nas camadas da população mais afectadas pelas medidas coercivas e repressivas das autoridades. Lembro-me em particular de um dos manifestos da O.S.A. em que se estabelecia a diferença de tratamento das autoridades em relação às pragas de gafanhotos que varreram Angola e o ciclone que assolou Portugal: em relação a este fez-se uma campanha de angariamento de fundos que se estendeu da “Mãe Pátria” às “Províncias Ultramarinas”; mas em relação à praga de gafanhotos, cujos estragos ultrapassavam os causados pelo ciclone, nada se fez na “Mãe Pátria”.

Na década de 80 apareceram alguns gafanhotos a quem o ministro da agricultura de então, parece-me que era o escritor Pacavira, atribuiu a causa das más colheitas do ano. Ora para se ter uma ideia do que é uma praga de gafanhotos, daquelas verdadeiras que não se compadecem com a enormidade dos prejuízos que causam, vou descrever o que presenciei nos primeiros meses de 1935.

Eram tantos os gafanhotos que nós chamávamos nuvem àquela massa compacta que surgia no horizonte, massa compacta que tapava a luz do sol e se aproximava acompanhada de um surdo ruído que se tornava cada vez maior à medida que se aproximava.

Quando a praga encontrava uma zona verde, descia sobre ela e, em escassos minutos, tudo que era verde e tenro ficava branco, muito branco parecendo esqueletos contorcidos dançando com macabros trejeitos.

Estas nuvens de gafanhotos tapavam a luz do sol e levavam horas a passar. Uma vez, quando eu viajava de Galangue para o Huambo numa velha camioneta do meu cunhado Bernardino, passei sob uma nuvem de gafanhotos, que caminhava em sentido contrário, durante 40 quilómetros!

Para confirmar o que acabo de escrever, com a devida vénia e muito prazer, reproduzo as palavras de um natural do Huambo - Manuel Rui Monteiro - palavras de sua mãe quando recordava as pragas de gafanhotos:

“A mãe dizia que ainda os gafanhotos vinham longe e já se ouvia seu cantar de voo sobre tudo que era comida. Que, até, de tantos que eram, tapavam a luz do sol. Vejam só, arrasaram tudo, de tal maneira e voracidade que, por onde passou a praga, nem folha única de árvore ficou!”.

“Nós ficávamos naquela meditação de quês e porquês. Como é que os gafanhotos se juntavam assim?. E porquê só daquela vez?. E para se juntarem assim havia algum chefe de gafanhotos para mandar neles? Agora se eles se decidissem a voltar?. Como ficariam as nossas nespereiras, laranjeiras, mangueiras, goiabeiras e outras árvores que orlavam a nossa casa?. E as amoreiras donde tirávamos as folhas de verde mais chuvoso para darmos de comer aos bichos de seda?”.

Face a esta invasão utilizavam-se brigadas de homens que matavam os gafanhotos com feixes de vissapas ou faziam-se aplicações de veneno. Mas eram medidas praticamente ineficazes face à quantidade e rapidez de acção destes vorazes insectos.

Dos Serviços de Extinção de Acrídios - 3ª Zona, em Nova Lisboa que, por sua vez ficaram à guarda do Arquivo Histórico Nacional, hoje completamente desmantelado, extraímos as seguintes passagens:

Ofício n.º 61/15

Nova Lisboa, 21 de Fevereiro de 1935

Excelentíssimo Senhor Administrador do Concelho do Huambo

Informo V. Ex.cia que, de futuro, poderá proceder-se à compra de gafanhotos alados, à razão de angolares 0,05 por quilo, mas só nos casos de absoluta necessidade; e só a indígenas.

A Bem da Nação- O Chefe da 3ª Zona

Amadeu Bettencourt Reis

Outro documento dos mesmos serviços e com a mesma data transmitia as instruções seguintes: “que em todos os lugares em que tenham sido feitas pulverizações ou aplicações de veneno para o extermínio dos acrídios devem ser colocadas taboetas (sic) de sinalização com a característica caveira e túbias ou qualquer outro aviso - bandeirolas por exemplo - avisando-se as populações indígenas do perigo a que estão sujeitas se comerem os saltões, se beberem água nas proximidades desses lugares ou deixarem aproximar os seus gados e criações dos mesmos sítios, durante pelo menos três semanas, ou enquanto chuvas fortes não arrastarem os venenos.”

As consequências desastrosas destas pragas fizeram-se sentir em todo o país nos anos seguintes.

Um episódio que também nunca mais esqueci e também foi comentado nos manifestos da O.S.A. foi o seguinte: uma tarde, quando eu passava frente à administração do concelho, vi um invulgar ajuntamento de pessoas que entravam e saíam. Segui-as e numa das salas da administração deparei com um espectáculo inacreditável: um homem de pequena estatura dentro de uma jaula!. Era um homem de tez castanha escura e pálida, quase nu, ostentando uma tanga a cobrir o sexo. O homem emitia sons breves, mais fortes ou menos fortes, de acordo com os reflexos do seu olhar muitas vezes colérico quando algum dos curiosos pretendia tocar-lhe. Era um “exemplar” de mukankala ou boshimane que seguia para a Exposição do Mundo Português, a realizar no Porto, Portugal!!. Posteriormente vim a saber que este “exemplar” foi apresentado com grande sucesso naquela exposição vindo a falecer pouco depois certamente de inacção, tédio e revolta sonhando com a liberdade das matas do Kuando Kubango.

Ainda a propósito desta Exposição, lembro-me que a “Voz do Planalto” publicou um artigo cujo título - “Sambo não é charlatão e quer ir à Exposição” -

ocupava duas páginas. Neste artigo defendia-se a ida à Exposição do conhecido herbanário Luís Sambo. Este se o governo lhe pagasse as despesas de deslocação e estadia, comprometia-se a revelar alguns dos segredos da sua profissão.

Eu recordo-me perfeitamente de Luís Gomes Sambo pois, quando era criança, acompanhei muitas vezes a sua banda de música quando aparecia nos dias festivos. Luís Gomes Sambo era uma figura conhecida e respeitada não só por causa da sua banda mas também, e principalmente, porque exercia a profissão de herbanário com a eficiência de um profissional conhecedor da matéria. Mas apesar da sua eficiência e probidade o governo português não lhe pagou as despesas para ir à tal exposição que se realizou na cidade do Porto e da qual foi principal animador Henrique Galvão que, mais tarde foi um dos mais acérrimos críticos do colonialismo português o que lhe valeu o exílio onde acabou por morrer após uma série de golpes contra o salazarismo, entre as quais o desvio do paquete “Santa Maria”.

No declinar de 1939, fiz uma conferência no colégio cujo tema era uma miscelânea de assuntos onde predominava a crítica aos métodos de ensino e às instituições, uma miscelânea de tal ordem que acabei por dar-lhe o título de “Considerandos”. Mas a conferência caiu bem no meio estudantil e intelectual, o que fez aumentar a minha fama de sabichão.

Em Julho de 1940 morreu inesperadamente a minha mãe e meses depois, em Dezembro, morreu o meu pai.

A partir de então toda a estrutura familiar se vai alterar. Apesar de todas estas convulsões, em Janeiro de 1941, fui ao Lubango fazer o exame do 7º ano de que saí aprovado com 18 em Matemática. Este sucesso fez crescer a minha fama de menino prodígio que não devia perder-se e ser doutor ou engenheiro. Mercê dos sacrifícios do tio Alberto e da família Bernardino vou seguir para Portugal para frequentar o Instituto Superior Técnico.

Na véspera da minha partida, colegas e correligionários da O.S.A. organizaram uma festa de despedida no hotel Estima. Esta festa revestiu-se de um carácter conspirativo, pois em vez de ter sido feita no salão, foi realizada num dos quartos das traseiras do hotel. Nela estiveram presentes alguns colegas e o Américo de Carvalho, Abel Lara, Constantino Augusto e o Mário Toscano, este com ar conspirativo pois não pertencia ao grupo ligado ao colégio.

Quando o Américo falou percebeu-se porque é que esta despedida tinha sabor a conspiração pois ele disse abertamente que eu ia estudar para trazer para a nossa terra o saber e a cultura que nos eram negados pelo colonialismo.

E a 6 de Abril de 1941 deixei as terras planálticas rumo ao Lobito para conseguir uma terceira classe num navio para a capital do “Império”.

Observação:

Tudo o que atrás ficou descrito é o resultado das imagens que ficaram gravadas com maior ou menor clareza no filme da minha memória. Para situar devidamente, no tempo e no espaço, muitos dos factos descritos, apresento a seguir os elementos históricos relativos ao período em causa (até finais de 1941) extraídos das fichas do Arquivo Histórico Nacional .

1902 - Abril: Início da grande revolta do Bailundo (Mutu Ya Kevela).

- 4 de Agosto: morte em combate de Mutu Ya Kevela.

- 19 de Agosto: morte em combate do rei do Huambo Livonge.

- Na sequência da guerra de ocupação é criado um posto militar no Huambo.

1903 - Campanhas de “limpeza” do exército português na região do Bailundo.

- Forte “Cabral Moncada”, na Quissala fica com acção sobre Huambo e Candumbe; forte “Teixeira de Sousa”, no Sambo, com acção sobre Sambo, Calende e Moma.
- 1904-Março: derrota da resistência na região norte do Bailundo (Bimbe). Prisão de Samacaca.
- 1910 - Estabelecida a Missão Católica do Huambo, mais tarde transferida para o Cuando.
- 1912 - O governador geral Norton de Matos reforça o poder central, intensifica a ocupação militar.
 - Agosto: proibição da construção de edifícios de adobe e pau a pique na cidade.
 - 21 de Setembro: inauguração da cidade do Huambo e da estação ferroviária.
 - Estabelecida a Missão Católica do Sambo.
- 1913 - São criados no Huambo, Bié, Bailundo e Caconda postos pecuários de observação e tratamento de gado.
- 1919 - Norton de Matos vem de novo para Angola na qualidade de Alto Comissário.
 - É inaugurado o primeiro liceu em Luanda.
 - Criada a lei que regula a concessão de terras aos europeus aprovando a expulsão de agricultores negros e estabelecendo reservas separadas para estes.
 - É proibido o ensino e a edição de literatura em línguas africanas; igualmente é proibido o ensino da catequese em línguas indígenas.
- 1922 - São criadas escolas primárias em Vila Nova, Caála, e Cuma. Por iniciativa de Norton de Matos começa a actividade da aviação no Planalto.
- 1923 - Primeiros voos da esquadilha de aviões do Huambo. Luís de Almeida Antunes Cabrita e Emílio de Carvalho são os primeiros oficiais aviadores a exibirem-se ali.
 - Abertura oficial da Missão Evangélica de Galangue.
- 1923-24 - A Igreja do Bailundo envia José Chiula Chipenda para o litoral - Benguela, Catumbela e Lobito - para dar assistência religiosa aos homens do planalto que ali trabalhavam.
- 1924 - Os Adventistas do Sétimo dia fundam a Missão do Bongo.
- 1926 - Segundo fontes oficiais existiriam neste ano em Angola cerca de 400 membros da Maçonaria (200 deles em Luanda e os restantes em Benguela, Bié, Lubango, Malange, Moçamedes e Luimbale).
- 1927 - Chegam a Benguela muitos deportados políticos, alguns dos quais vão fixar-se no Huambo e Bié. Dos que se fixaram no Huambo, lembro-me do Francisco Da Silva Martins, conhecido pelo Cara Fatal porque tinha o rosto cheio de cicatrizes que o desfiguravam de modo particular. O Cara Fatal, que era meu padrinho de baptismo, era um homem de vastos conhecimentos, acérrimo aficionado pela tauromaquia e pelo teatro. Era o anfitrião dos artistas portugueses que visitavam o Huambo e o indispensável “inteligente” das corridas de touros. Fundou um jornal humorístico de curta duração chamado “O Pêssego”.
- 1928 - 1 de Setembro - É dado o nome de “Nova Lisboa” à cidade do Huambo que passa a ser, provisoriamente, a capital da colónia.

- 1931 - Chega à Missão de Galangue o médico Dr. Mac Millan que passa a dirigir o hospital da Missão do Bunjei.
- As Associações Comerciais da Colónia reúnem-se na cidade do Huambo para apreciar a situação calamitosa em que se encontra a colónia e redigem um manifesto sobre o assunto.
- 1933 - É fundada na cidade do Huambo uma Associação de socorros mútuos denominada “Mutualidade de Angola”.
- 1936 - Novembro - Para apoio do movimento de opinião a favor da criação de um estabelecimento oficial para o ensino secundário cria-se “A Associação de Instrução”.
- 1939 - Março - É inaugurada a Escola de Pilotagem e o novo campo de aviação com o baptismo da avioneta “Huambo” comprada por subscrição pública.
- 1940 - Um grupo de jovens mulatos e brancos do Huambo organizam-se contra o regime, começando por protestar contra o envio de trabalhadores para S. Tomé.

CAPÍTULO I I

Na capital dos “Heróis do Mar”

No Lobito vi-me e desejei-me para arranjar uma passagem para o Puto (assim era chamado, localmente, o distante Portugal).

Graças a alguns amigos e ao “prestígio” de que gozava, consegui uma passagem de 3ª classe no pacote “Colonial”. Eu era considerado pelos conhecidos como um corajoso descobridor de “novos mundos” na terra de Luís de Camões pois poucos tinham sido os naturais de Angola, poucos ou nenhuns que tinham deixado as terras do interior, do mato, para prosseguir os estudos numa universidade portuguesa.

A cidade do Lobito, em 1941, resumia-se à Restinga e bairros adjacentes; na parte baixa da cidade; não existiam os prédios que hoje se vêem nos morros fronteiros à Restinga nem a chamada “via rápida” e prédios que a ladeiam do Lobito à Catumbela.

Com fracos recursos financeiros e um enxoval de remediado eu ia embarcar com um quilo de ouro no bolso! Com um quilo de pepitas de ouro que o Fonseca e Costa, do Oliveira Barros da Caála, me pedira para entregar em Lisboa. O Fonseca e Costa entregou-me esta preciosa carga num bar à beira mar, perto do que é hoje o Tamariz, onde me ofereceu cerveja e camarões; cerveja que eu não podia sequer cheirar tal tinha sido a bebedeira que apanhara no Lubango, com cerveja e vinho tinto, para festejar o meu 7º ano; e camarões, que eu naquele tempo nem sabia nem gostava de comer.

Em Abril de 1941, a Segunda guerra mundial estava no auge: a cidade das Luzes, Paris, acabara de cair nas mãos dos boches, as hostes hitlerianas, e a sua queda causara uma dolorosa emoção que se estendera aos mais recônditos cantos do mundo.

Quando embarquei no velho “Colonial”, antes de chegar ao camarote, tive que aguentar fortes encontrões de uns possantes e barulhentos latagões que monologavam a cada instante a frase “la chute de Paris” (a queda de Paris). Eram marinheiros franceses cujos barcos tinham sido aprisionados pelos aliados em águas sul-africanas.

Para o matumbo que eu era e, às vezes ainda sou, que nunca tinha visto o mar, aqueles trinta e tal dias que ia passar no mar até Lisboa foram ricos de ensinamentos e emoções (o termo matumbo é uma palavra de origem umbundo muitas vezes utilizada para significar saloio, papalvo ou provinciano).

Para começar tinha que ouvir quase constantemente as discussões entre franceses contra ou a favor de De Gaulle, espalhados pelos corredores salas e convés onde dormiam ou assistir a discussões que culminavam em pancadaria com facas à mistura.

Na Serra Leoa estivemos ancorados durante três dias sujeitos a uma fiscalização rigorosa em que as cartas que levávamos foram lidas a bordo pelos agentes ingleses que procuravam espões e mensagens secretas.

No porto de Free Town vi partir para as Américas um interminável comboio de navios, ainda contei até quarenta, de todos os feitios que iam enfrentar os temíveis submarinos alemães cuja missão era afundar barcos aliados.

Os marinheiros franceses foram desembarcados no porto de Casablanca onde os adeptos de De Gaulle tinham afundado o cruzador “Jean Bart” cujos mastros eram visíveis junto ao cais.

Perto do Estreito de Gibraltar, o nosso navio foi obrigado a parar por um submarino alemão pronto a mandar-nos para os peixinhos...(poucos meses depois, no mesmo local, foi afundado pelos alemães o navio de carga português “Ganda”).

Na primeira semana de Maio de 1941 desembarquei em Lisboa.

Logo me adaptei à vida lisboeta e pouco depois fiz exames de admissão à Faculdade de Ciências e ao Instituto Superior Técnico, e optei por este.

Estávamos já nós, os estudantes naturais de Angola, engajados numa comissão para a criação de uma casa dos estudantes de Angola quando, numa tarde em que passávamos por uma rua da baixa lisboeta, um senhor se posta à minha frente e diz-me tremendo de indignação: “então você está em liberdade? Não está na cadeia onde devia estar?”.

Admirado e burro olhei para o senhor e reconheci o jornalista Norberto Gonzaga, muito conhecido e residente em Angola.

Desfeito o meu espanto e abrandada a indignação do senhor, este contou-me com a voz ainda trémula que acabara de desembarcar e de ser posto em liberdade, pois viera sob prisão com outros jornalistas acusados de serem colaboradores activos da Organização Socialista de Angola.

Esta tinha sido desmantelada lá no Huambo, os pretensos cabecilhas tinham sido presos e deportados e com eles o cónego Alves da Cunha e alguns jornalistas.

“E você que foi ou é o secretário geral dessa organização, anda aqui a passear, em liberdade...”, rematou o Norberto Gonzaga.

Como era natural fiquei assustadíssimo com esta notícia e daí em diante esperava ser preso em qualquer momento. Só a divulguei aos amigos mais chegados e como pertencia à Comissão Organizadora da Casa dos Estudantes de Angola, procurei evidenciar-me o menos possível para não prejudicar a sua acção.

Aos poucos fui reunindo informações sobre o que sucedera no Huambo em relação à O.S.A..

O Norberto Gonzaga disse-me que ele e outros jornalistas de Angola, entre os quais o Felipe Coelho, tinham sido implicados na “conspiração” fomentada pela O.S.A., presos e deportados para Portugal.

Os jornalistas, o Constantino Augusto, o Américo de Carvalho e um dos mais altos representantes da Igreja Católica em Angola, monsenhor Alves da Cunha, foram todos expulsos da colónia e embarcados, bem guardados por uma escolta militar armada até aos dentes, num navio ancorado no porto de Luanda com destino à capital do Império que estes conspiradores pretendiam destruir.

Uma vez em Lisboa, monsenhor Alves da Cunha e os jornalistas foram postos em Liberdade e o Américo e o Constantino foram para o forte de Caxias.

Apesar de estar com um grande receio de ser preso em qualquer momento, fiz das tripas coração e resolvi ir a Caxias visitar os prisioneiros de Angola. Numa bela manhã fria mas de sol brilhante meti-me no comboio para Caxias; mas como descii uma estação antes, tive que percorrer a pé a distância até ao forte. Conheci nesse dia o Estádio do Jamor, ou melhor, o local onde viria a existir este estádio que ainda estava em construção. Mas, nesse dia, não consegui ver os amigos porque tinham ido dar um “passeio higiénico, conforme me informou um dos guardas.”

Quando voltei no dia seguinte vim a saber que o tal passeio “higiénico” era, ou “cavar na horta da prisão” ou “carregar pedras” nas obras do estádio.

Naquele tempo o forte de Caxias não era a prisão que foi encontrada quando, no “25 de Abril” foram libertos os presos políticos ali encarcerados. Em 1941, os prisioneiros recebiam as visitas numa varanda do primeiro andar, na entrada principal, vigiados pelos guardas postados no rés do chão. Foi aí que vi o Constantino que estava

acompanhado de um prisioneiro, médico e da mulher deste. O médico seguia daí a dias para o Tarrafal e a mulher, que tinha escondida uma máquina fotográfica, pediu-me para lhes tirar uma foto, a ela e aos dois prisioneiros. Correndo o risco de ficar hospedado naquelas masmorras, consegui tirar a fotografia fazendo o que eu considerei “uma bela finta aos guardas”. O Américo chegou mais tarde, cheio de lama “higiénica”.

Como me pareceu que o Américo e o Constantino estavam entregues a uma bicharada de poucos escrúpulos (no caso de haver bicharada com escrúpulos) resolvi pedir uma audiência ao monsenhor Alves da Cunha para pedir a sua intervenção a favor dos dois prisioneiros.

Fui cordialmente recebido e quando apresentei os motivos da minha visita, monsenhor Alves da Cunha respondeu-me: “Sabe, nos tempos que correm, quando alguém é acusado de comunista...pouco ou nada se pode fazer em seu auxílio...” E acrescentou: “eu vim em circunstâncias muito confusas mas o que lhe garanto é que dentro de dois ou três meses estarei em Angola e quem virá de malas feitas è o senhor Marques Mano.”

Cumpriram-se as previsões do Monsenhor mas o Constantino e o Américo ficaram nas masmorras de Caxias até às vésperas do armistício, o Américo tendo saído cerca de um ano antes.

Este, logo depois de ter saído da prisão convidou-me e ao meu irmão para irmos passar uns dias a Coimbra, o que nós aceitámos mas não fomos porque esperámos em vão pelo Américo, conforme combinado. O Américo só apareceu meses depois, mais esquelético e mais gago, e contou-nos que tinha falhado o convite porque tinha ido para Gibraltar para passar para África, o que não conseguiu porque os aliados estavam a preparar o desembarque no norte de África.

No decorrer da década de 40 aumentaram muito os estudantes vindos de Angola para frequentar cursos superiores. Os que residiam em Lisboa começaram a conhecer-se e a juntar-se com frequência e, ao aperceberem-se de que a sua maneira de ser não conjugava em muitos aspectos com a maneira de ser dos estudantes portugueses oriundos do pequeno rectângulo português pensaram em criar em Lisboa a sua casa onde pudessem manifestar-se a seu modo, Foi então que eu, o Alberto Marques Mano de Lemos Mesquita, o Angelo Dias, o Torres de Sousa, o Alfredo Conde, o Alberto Diogo e o Acrísio de Sampaio Nunes, resolvemos constituir uma comissão organizadora para criar a Casa dos Estudantes de Angola. Ficou o Alberto Mesquita como presidente que a partir de então, por razões de ordem táctica porque o seu tio era o governador de Angola, passou a usar o Alberto Marques Mano.

O Mesquita era o mais “furioso” da comissão organizadora e em pouco tempo arranjou o apoio de Marcelo Caetano que, além de ser seu professor na Faculdade de Direito, era o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa. E também o apoio do ministro das colónias Vieira Machado e de algumas empresas angolanas com sede em Lisboa.

Em pouco tempo nasceu a Casa dos Estudantes de Angola com sede no número 1 da Av. Praia da Vitória, ao Arco do Cego. O Mesquita foi eleito presidente, eu e o Torres de Sousa ficámos tesoureiro e vogal, respectivamente, os restantes vogais eram o Angelo Dias e o Acrísio de Sampaio Nunes.

Com o seu entusiasmo e dinamismo, o Bijunjo (era a alcunha do Mesquita no Liceu do Lubango) não só conseguiu verbas e subsídios importantes como também decidiu mobilar a Casa de Angola com requintes de riqueza: mobílias, carpetes e candelabros, tudo luxuoso e do mais caro. As mobílias compradas nessa altura, de madeira dura e negra com torcidos e retorcidos, ainda hoje podem ser vistas na actual Casa de Angola em Lisboa.

A Casa de Angola foi-se consolidando e o número de sócios crescia rapidamente e também iam nascendo casas de outras colónias em Lisboa e Coimbra.

Entretanto, no Huambo, em meados de 1941, foi desmantelada a O.S.A. e não convinha ao governo português a existência dispersa de casas de estudantes das colónias pois isso dificultava o seu controlo e vigilância. Por isso o governo aceitou de bom grado a ideia alimentada pelo Mesquita e outros de fazer a junção numa só casa de todas as casas das colónias que teriam o nome pomposo de Casa dos Estudantes do Império. O governo prometia que esta casa teria uma sede correspondente ao seu nome, o Palácio Burnay, em Benfica, onde haveria alojamento, cantina, campos de jogos, bibliotecas, etc., etc..

Para convencerem os sócios da Casa de Angola, deslocaram-se a esta o Marcelo Caetano e o ministro Vieira Machado que foram recebidos com todas as honras e com um bem servido “copo de água”, com champanhe e tudo.

Eu, que andava meio escondido e não queria evidenciar-me com receio de ir parar a Caxias por causa dos acontecimentos do Huambo, não me propus discursar para dizer que aceitávamos a ideia da casa do Império mas só depois de ter o tal palácio nas mãos. Mas como tinha ingerido cerca de 32 cálices de vinho do Porto (taças seria mais exacto) ainda fiz uma tentativa para botar discurso mas fui habilmente afastado de tal ideia.

Apesar do Palácio Burnay nunca ter sido entregue, com o dinamismo do Mesquita e o interesse do governo a Casa dos Estudantes do Império (C.E.I.) acabou por ser criada e instalada no número 23 da Av. Duque de Ávila.

Em 1993, com o apoio do pelouro da cultura da Câmara Municipal de Lisboa, publiquei um texto intitulado “A Casa dos Estudantes do Império - Sua fundação e primeiros anos de vida” onde descrevo o nascimento e acontecimentos da época relacionados com a C.E.I..

Depois de ter feito com “uma perna às costas” o primeiro ano do I.S.T. nos anos seguintes comecei a patinar nos estudos e andei a patinar durante muito tempo.

Alguns acontecimentos que vivi no I.S.T. merecem ser lembrados. Um deles passou-se com o assistente de Química, o eng. Ramiro Guedes de Campos que, segundo constava, tinha escrito o 11º canto dos Lusíadas. Na primeira aula que tivemos com ele, perguntou qual era a média final de cada aluno no exame do sétimo ano; dos cerca de trinta alunos, todos tinham médias entre 18 e 20, menos dois alunos: eu com 13, do Huambo e o Alfredo Conde, de Luanda, com 14.

O eng. Ramiro, quando me interrogou, perguntou-me: “Sabe quantas obras escreveu o Sócrates?”. Eu, envergonhado por não saber responder, repliquei cauteloso: “Se escreveu alguma não me lembro”(a título informativo fique o leitor sabendo que Sócrates não deixou nenhuma obra escrita).

A propósito deste nome, Sócrates, que eu transporto há mais de 70 anos, acho interessante fazer o seguinte reparo: quando eu era jovem, este nome era um autêntico fardo, pesado fardo, que eu transportava porque toda a gente conhecia e admirava o Sócrates da Grécia a tal ponto que, por vezes, para me comportar devidamente nos exames tive que estudar a tempo e horas, não fosse eu manchar o nome do meu homónimo. Mas há uns tempos para cá, poucos são aqueles que sabem que foi um filósofo grego ou então confundem-no com o jogador brasileiro que já se apagou das manchetes do futebol.

Era tão respeitado o nome de Sócrates que, uma vez que cheguei atrasado ao exame de Cálculo, que era ministrado pelo grande Matemático português Mira Fernandes que foi o introdutor em Portugal da Matemática Moderna, e bati à porta, este

perguntou: “quem é?”. É o Sócrates, respondi eu. E o Mira Fernandes, que não admitia atrasos, retorquiu: “Se é o Sócrates, pode entrar!”.

Acabei por chumbar em Cálculo duas vezes e por isso mudei para a Faculdade de Ciências, onde fiz esta cadeira com o professor Ramos da Costa, não sem ter apanhado um grande susto quando fiz o exame final. Com efeito, depois de ter estado dois dias sem dormir para não me esquecer da matéria estudada fui fazer o exame oral de Cálculo e, quando o Ramos da Costa acabou o interrogatório, virou-se para a assistente Teresa Lemos e disse. “está satisfeita?”., esta estava a dormir! Alarmado, supondo que viria mais uma pergunta deixei cair o apagador com bastante ruído que, aliado à tosse forçada do professor, acordou a assistente.

Ainda do tempo do I.S.T. lembro-me que quando acabei o exame de Química Geral com o professor Magalhães Ilharco, este disse-me: ”para a sua categoria o senhor devia saber mais...” Não sei se esta categoria se referia ao meu caderno de prática que tinha uns desenhos bonitos ou se referia ao facto de eu me chamar Sócrates. E também me lembro do Cerqueira, que era o contínuo do laboratório de Física, e que numa manhã em que eu procurava saber o resultado do exame de Física, me disse: “o senhor passou. O Silveira (que era o catedrático de Física e um dos primeiros cientistas portugueses a estudar a energia atómica, o engenheiro António da Silveira) passou-o. Ele perguntou-me “que tal é o grego?”. E eu respondi: “é boa pessoa, merece passar”.

Entre 1942 e 1945 fiz o serviço militar durante as férias, primeiro no quartel de Penafiel e depois no convento de Mafra. Logo que cheguei a aspirante fui parar ao quartel de Infantaria 1, em Belém.

Como sucede com todos os que eram obrigados ao serviço militar obrigatório, guardamos para sempre os bons e maus bocados dessa época da juventude.

Foi durante este período que conheci Jorge de Sena, Rui Grácio e outros de que me lembro, ou melhor, que relembro quando olho para as fotografias desse tempo.

Um deles é o João Magro, que andou bastante tempo de braço ao peito porque um colega lhe partiu um dedo propositadamente. Um colega tinha-lhe dito a propósito não sei de quê: “olha que eu parto-te o dedo!”. E o João respondeu, dando-lhe o dedo: “então parte!” O outro pegou no dedo e partiu-o!. O João não tugiou nem mugiu e com toda a naturalidade foi cuidar do dedo. E também me recorda o Dias Miguel que quando fomos promovidos a alferes fardou-se de gala e conseguiu pôr o talabarte no ombro contrário!. E também o que nunca mais esqueci foi o facto de eu ter ido parar a Infantaria 1 por suposta cunha do cardeal Cerejeira!. Quando soube do facto fiz várias vezes o papel de maluco sob o olhar pesaroso dos meus superiores que me aturavam tudo supondo que eu era afilhado do cardeal!!.

No último exercício que fizemos em Mafra, um combate simulado com balas de madeira ou borracha eu pertencia ao inimigo que foi derrotado durante os exercícios, mas eu, que levava comigo um cantil cheio de boa aguardente, que bebia sempre que julgava estar em apuros, cheguei “vitorioso” às fileiras dos “derrotados”!.

A par de uma actividade académica obrigatória e nem sempre coroada de êxitos, eu tinha uma grande actividade política que aumentou quando foi criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD). Como representante da Comissão de Escola da Faculdade de Ciências participei em comícios e reuniões que contribuíram para avolumar o meu processo político que povoava as prateleiras da polícia política desde 1941.

Foi durante estas andanças que conheci a Maria Barroso, ao tempo estudante de letras que usava uma boina vermelha o que, naquele tempo, era uma verdadeira provocação aos agentes da polícia e não só. Durante as mesmas andanças conheci o Mário Soares e a sua versatilidade saltitante. Este foi preso, quando a Polícia de

Segurança Pública, coadjuvada e comandada pela PIDE, invadiu a Faculdade de Medicina, no Campo de Santana, invasão esta que foi a primeira numa faculdade nos anais da repressão fascista.

As prisões em massa realizadas nesse dia, cerca de três centenas de estudantes, vieram sobrecarregar as nossas tarefas porque tivemos que organizar um serviço diário para levar alimentos aos prisioneiros. As minhas colaboradoras mais directas eram a Maria Helena Novais e a Cândida.

Foi a partir desta data que fiquei sempre de pé atrás em relação a Mário Soares porque este, para não suportar as más condições de alojamento e alimentação da prisão, resolveu pagar do seu bolso para ir para uma cela onde comia e dormia com bom burguês que sempre foi.

Como os anos passassem e a minha mesada, além de insuficiente, não chegasse muitas vezes a horas, eu dava explicações que me permitiam aguentar o barco. Mas as múltiplas actividades aliadas à filosofia de “aproveitar os melhores anos da nossa vida”, fizeram com que eu me tornasse um universitário de “longo curso” e por isso passaram por mim muitos jovens que iam frequentar a universidade.

Um deles foi o meu irmão Alexandre, que chegou depois de mim e partiu antes de mim trazendo debaixo do braço o canudo de médico veterinário. Com ele, Emílio Leite Velho e Acácio Meireles da Cruz, o Zé Ninguém, fizemos uma república no largo D. Estefânia onde comíamos, dormíamos e estudávamos em boas condições. Quem menos estudava era eu, que era também o que mais liberdade tinha porque além de não ter responsabilidades governativas na república, habitava no quarto independente da casa, o que me permitia saídas clandestinas nocturnas para fins inconfessáveis. Esta república foi de curta duração.

Entretanto a Casa do Império abriu um dormitório na rua Carlos José Barreiros. Eu fui o veterano que foi habitar este dormitório, partilhando o mesmo quarto com o meu sobrinho David Bernardino que estava nos primeiros anos de medicina. O David assim como muitos outros estudantes de medicina do meu tempo, aprendeu a dar injeções comigo. Um dia, quando ele dava uma injeção ao António Simões Neto., utilizando a nova técnica de espetar primeiro a agulha, sem a seringa, quando espetou a agulha, um fino jacto de sangue sujou-lhe os óculos. A propósito de injeções, como eu já tinha uma boa prática, fui uma das primeiras pessoas em Portugal a aplicar a penicilina quando esta apareceu em 1943. Esta tinha que ser aplicada de três em três horas e então o meu quarto albergava muitas vezes, de um dia para o outro, 2 ou 3 estudantes para eu lhes aplicar o produto miraculoso que curava o esquentamento (blenorragia) em 24 horas!

O David, contra a minha opinião, quando me apanhava ausente, fazia reuniões políticas no nosso quarto. Só deixou de o fazer quando, uma vez, a Pide foi ao nosso lar prender o Espírito Santo, de S.Tomé, e só não apanhou os nossos documentos clandestinos porque nesse momento eu estava a queimá-los e os agentes não deram por isso.

O Antero Jacques Pena quando foi para Lisboa estudar ia frequentar a Escola de Altos Estudos Ultramarinos. Já tinha trabalhado em Angola no quadro administrativo e chegou a Lisboa cheio de zelo e vontade. Quando o vi a estudar com tanto afinco, disse-lhe: “Eh pá! Já que estás com tanta tesão e vontade, larga esses buques e faz admissão a Medicina!”. O Pena pensou uns segundos, deu um safanão nos livros que tinha na frente e disse: “tens razão!”. E formou-se em Medicina com altas classificações e, talvez por ser muito magro, enveredou pela especialidade de Nutrição em que se tornou um especialista de renome internacional.

O Pena, que zelava muito pelo seu físico e não cometia abusos culinários nem alcoólicos, no dia do armistício, fim da segunda guerra mundial apanhou uma piela de tal ordem que andava curvado com a cabeça próxima ao chão. O que lhe valeu é que eu, nessa tarde, fui bastante sóbrio e assim pude cuidar também do Prabar Camotim que já se ria por todos os poros contrariamente aos seus hábitos. E eu estava sóbrio porque estava à espera de outros acontecimentos: era voz corrente que a partir desse dia o governo de Salazar tinha os dias contados. Mas, que eu saiba, não apanhou sequer um pequeno calafrio, pois só apareceram dois ou três barbudos a imitar o “pai” Staline, transportando bandeiras vermelhas com a foice e o martelo.

Enquanto estudante universitário conheci várias pensões e destas, a que mais recordações deixou à malta foi a pensão da D. Esperança, situada na esquina da rua D. Estefânia com a Conde Redondo. Como hóspedes, comensais ou visitas ali passaram o Diógenes Boavida, o António Simões Neto, o Júlio Pequito, o meu irmão Alexandre, o Felipe Mesquita, o eng. Pereira Gomes, o Baldaia, o Castelo Branco, os manos Leite Velho, o Gonçalo, o Zé Ninguém e o António Agostinho Neto. Este apareceu lá numa tarde para aí ficar e poucos dias depois embarcar para o estrangeiro. Logo que se instalou, com a experiência que tínhamos das actividades pidescas, logo notámos uma vigilância particular à volta da casa e avisámos imediatamente o Neto dizendo-lhe que era preferível procurar outro poiso. Ele não acreditou no que lhe dissemos e na madrugada seguinte o António Agostinho Neto embarcou numa das balalaicas (era assim que chamávamos às carrinhas negras da PIDE) para mais um “estágio” no Aljube.

Quando estávamos em plena guerra mundial, as pensões baratas como aquelas em que podíamos comer serviam carne raras vezes e em quantidades mínimas. Uma vez, durante um almoço na Esperança serviram carne e esta vinha aos bocadinhos desmanchada, para dar a sensação de ser em maior quantidade. E eu então comentei: “naquela cozinha só sabem fazer desmanchos”. Depois do almoço, como era hábito, fui à cozinha para saudar o pessoal das panelas e encontrei a mãe e a filha a choramingar sem quererem enfrentar-me. Perguntei o que é que havia e elas responderam-me: “o senhor doutor (todo o estudante universitário era tratado assim). que costuma ser tão bonzinho hoje tratou-nos muito mal”.

Sem perceber e admirado perguntei à D. Esperança o que é que havia e ela respondeu-me: “é que tanto a mãe como a filha fizeram um desmancho e o senhor doutor quando estava à mesa disse que na cozinha só sabiam fazer desmanchos”.

O Fernando Leite Velho, influenciado pelo ambiente político da Esperança resolveu acompanhar uma manifestação da oposição que ia pôr um ramo de flores num dos monumentos da cidade.

Pouco experiente em tais manifestações foi apanhado pela PIDE e passou uns dias em Caxias. Quando saiu vinha muito vaidoso e “revolucionário” Citei esta passagem com o Fernando Leite Velho porque foram muitos os que “entraram” inocentemente nas cadeias políticas e saíram de lá “revolucionários” quando não apanhavam porrada. Creio que foi nesta manifestação que o Mário Pinto de Andrade também foi preso e também passou uns dias em Caxias.

Em 1948 o general Norton de Matos apresentou-se como candidato à presidência da república e eu pertenci à comissão da Faculdade de Ciências de apoio a esta candidatura. Nesta qualidade procurei o apoio de outros angolanos e foi nessa altura que fiquei a saber que o general não tinha adeptos na pequena burguesia negra angolana. O grupo de angolanos negros que eu e o Antero Pena contactámos para apoiar o general mostrou-se evasivo e rematou assim a nossa conversa: “no dia em que soar a corneta da liberdade é que estaremos prontos para agir”.

Nesse ano fui passar as férias a Angola e tomei o comboio no Lobito para o Huambo. Quando parámos em Caluquembe ouvi um vendedor de jornais anunciar: “Norton de Matos presidente da república” enquanto alguém gritava. “quem não tem medo do leão pode vir jantar!”.(quando chegava barco ao Lobito vinha sempre gente do Puto e por isso o gozão de Caluquembe anunciava a presença do leão).

Nesta viagem vim de Lisboa na classe “suplementar”, que não passava dos porões transformados em dormitórios onde eram amontoados os colonos (assim chamados os camponeses portugueses vindos para Angola para os colonatos, dos quais o mais célebre foi o de Santa Comba Dão, nome da terra onde nasceu Salazar, hoje Cela). Como a comida a bordo fosse farta mas mal confeccionada, com as minhas manias de revolucionário contestário, pretendi fazer uma greve da fome para reclamar melhor alimentação. Mas desisti porque me disseram que os colonos chegavam a comer, cada um, três terrinas de sopa numa só refeição! Regressei a Portugal no mesmo navio, mas na 3ª classe e na 2ª classe viajavam três jovens angolanos que iam estudar para a Europa. Eram os irmãos Joaquim e Mário Pinto de Andrade e o Alexandre do Nascimento; o Mário ia frequentar uma Universidade portuguesa e o Alexandre e Joaquim iam tirar o curso de Teologia no Vaticano.

Mais tarde e já em Lisboa e depois do Mário ter devorado o Marx e o Engels, o Mário convidou-me para participar com ele na luta de classes

Mas eu recusei porque, como lhe disse, como eu viajava em 3ª classe e ele em 2ª, para aceitar o convite teria que ser eu o orientador, o chefe o que não interessava nada ao Mário que já alimentava sonhos de liderança.

A campanha feita à volta da candidatura do general Norton de Matos à presidência da república atingiu proporções e aspectos tais que, quando ele desistiu, pressionado pelas forças políticas de esquerda com particular relevo do Partido Comunista Português, eu comecei a alimentar a ideia de não perder mais tempo com a política portuguesa e reservar as minhas energias neste campo para ter uma actividade política unicamente em Angola e a favor da sua independência e só com angolanos. Por isso e para isso resolvi acabar o curso e voltar para a terra o mais depressa possível. E, para arrancar os canudos de Ciências Matemáticas e de Eng. Geógrafo, tive que enfrentar situações que só devem ter acontecido comigo

Quando fiz o exame de Física Matemática passou-se o seguinte: no primeiro dia de exames: o professor Gajeau passou todos os alunos Logo se espalhou pelos corredores da Faculdade que o Gajeau tinha dado boleias a torto e a direito, o que chegou ao ouvidos do professor que, diga-se de passagem era um tanto lunático. Este apresentou-se no dia seguinte para fazer os exames e estava furioso. Começou então a chumbar toda a gente: e quando chegou a minha vez, para não entrar como vítima da fúria de chumbos, resolvi não entrar. Mais tarde, fui falar com o Gajeau para fazer-me o exame e ele, como já estava arrependido da avalanche de chumbos, aceitou e marcou uma data. Mas ele não apareceu na data e hora marcada e eu fiquei aflito à procura dele. Até que o encontrei num dos corredores da Faculdade e falei-lhe no assunto. “Quer fazer já o exame ? ”Como eu disse que sim e ia a passar o seu assistente Dr. Vicente, convidou-o a assistir ao exame, como era de lei. Lá fomos os três para a aula de astronomia, cujo teto era uma abóbada com todas as estrelas do hemisfério Norte.

Eu estava tão nervoso que espantei os professores que pretendiam ler o que eu escrevia na esquadria do quadro negro a fugir para a abobado estrelada. Mas os dois algozes estavam muito bem dispostos, conversavam entre si, e Gajeau sempre sorridente deu por findo o exame e perguntou-me: “um 13 chega-lhe?. Disse-lhe que sim e agradei aos meus deuses o terem-me safado.

Mas esta história não acabou aqui. Quando fui buscar o diploma do curso verificou-se que faltava a nota, no livro respectivo, de Física Matemática! O que me valeu é que os funcionários da secretaria já conheciam as distrações do Gajeau, e deviam ser meus correligionários políticos, pois me entregaram os livros da secretaria (segretos e inamovíveis) para eu os levar a casa do Gajeau e sacar a nota. Este recebeu-me como se eu já fosse doutor, perguntou-me outra vez quanto eu queria, e registou a nota nos livros!

Em seguida casei-me e como me faltasse o relatório de Astronomia, frequentei o observatório astronómico durante dois anos, findos os quais fui acabar o relatório em Cernache do Bonjardim, onde trabalhei no Instituto Vaz Serra como professor de Matemática. O seu director era o Gil Marçal, democrata e ferrenho opositor. Um belo dia fui a Coimbra visitar o Lúcio Lara e, no regresso, deixei por lapso numa das secretárias do colégio, três obras de Marx e Engels. O Gil Marçal encontrou esses livros mais do que peçonhentos, (era o suficiente para ir passar uns tempos em Caxias), entregou-mos em segredo, e no fim do ano lectivo, apesar dos muito bons resultados alcançados pelos meus alunos nos exames oficiais, libertou-se deste político que poderia causar-lhe alguns dissabores de maneira muito pouco democrática.

Foi então que fui para Lisboa pensando num emprego no Ultramar, de preferência fora de Angola para fugir às perseguições políticas. A barragem do Limpopo, em Moçambique, ia ser iniciada no conjunto da Cabora Bassa e, graças à intervenção do Dr. Madeira do Observatório Astronómico da Ajuda, estava prestes a ser contratado para o Limpopo quando surgiu a indispensável informação da PIDE que narrava que “eu era um membro activo do MUD, com ligações comunistas”.

O Dr. Madeira ficou desolado porque nunca tinha pensado que eu pudesse usar fraldas vermelhas e então eu pensei em aproveitar uma vaga no liceu de Macau, o que não foi avante porque minha mulher julgava que o meu objectivo principal era conhecer as chinezinhas!

Resolvi voltar para Angola mesmo sem aquele emprego que todos os recém formados desejam quando são engenheiros ou doutores.

Casado e com um filho recém nascido eu ia embarcar numa 3ª classe do novo paquete “Uije” o que contrariava grandemente os pergaminhos da minha sogra e a desgostava por ver a filha casada com um engenheiro pobretão e sem emprego.

Contrariando os meus princípios procurei falar com um dos proprietários da Companhia Colonial de Navegação que eu sabia ser um velho colono que começara na Catumbela a vender passarinhos. Tratava-se do senhor António da Costa cujo escritório era na Av. da Liberdade, logo a princípio, à esquerda para quem vem do Rossio. Era um velho escritório à moda colonial, cheio de poeira, com papéis e livros amarelentos, velhos como o seu dono. António da Costa recebeu-me logo, mostrando o seu agrado por me conhecer visto que era filho de um grego que ele conhecera muito bem, nos tempos em que ele, António da Costa, vendia fuba e passarinhos e disse-me que no dia do meu embarque estaria presente. Assim foi: apresentou-me ao comissário de bordo e ordenou-lhe que me desse um camarote de 1ª classe e respectivas regalias.

Só que o comissário, passadas muitas horas de viagem, parecia que se tinha esquecido. Então eu disse a uma criada de bordo também protegida do António da Costa, que se o comissário continuasse a esquecer-se sofreria as respectivas consequências logo que chegássemos ao Lobito. Duas horas depois estávamos instalados numa cabine de primeira com mesuras do comissário.

O “Uije” era um paquete recém construído que fazia a viagem Lisboa - Lobito em 11 dias Do Lobito seguimos para o Huambo no comboio, e aqui fomos acolhidos pela alegria dos familiares e por algumas nuvens brancas suspensas naquele límpido

azul do céu que, com a frescura do ambiente, faz do Huambo um dos lugares mais aprazíveis da terra.

CAPÍTULO III

Regresso à terra natal

Ao reler os dois capítulos anteriores reparei que, no afã de descrever a sociedade e ambientes que atravessei, me esqueci de fazer algumas referências pessoais que, se também reforçam a caracterização da época também têm importância para estas memórias, apesar de eu não as considerar uma autobiografia. Por isso vou recuar aos anos da minha mocidade, aos tempos em que começamos a entrar nos segredos do sexo e nos sobressaltos do amor.

São aspectos que importa conhecer para estabelecer as enormes diferenças entre aqueles tempos e os actuais.

Quando eu tinha 13 anos iniciei-me nos segredos das relações com o sexo oposto. E no que respeita a namoros e namoricos eu era um tímido, um envergonhado e daí a não atrever-me a declarações de amor nem a pedir namoricos. Era muito envergonhado e por isso as minhas paixões desse tempo eram platónicas, não as revelava a ninguém, nem à alvejada. Lembro-me de algumas delas. Um caso foi com Manuela Seabra, do Lubango, pela qual se apaixonaram também alguns colegas do Huambo, nas nossas viagens à terra dos chicorinhos. O outro, também foi com uma jovem do Lubango, a Hermínia Pena, jovem muito bonita, irmã da Cora, também bonita. A Hermínia morreu num desastre de aviação. Eu tive um grande desgosto e da primeira vez que voltei ao Lubango, comprei uma jarra e flores que depus, secretamente, na sua campa. No que respeita às relações sexuais, os rapazes do meu tempo iniciavam-se ainda imberbes procurando, à noite, as donzelas prostituídas que os guardas nocturnos escondiam para estes encontros “amorosos”. Foi assim que eu aos 15 ou 16 anos já tinha apanhado todas as doenças venéreas conhecidas, a blenorragia que nós chamávamos esquentamento, o cancro mole e duro que nós chamávamos cavalo mole e cavalo duro. Só me faltou apanhar a mula, que é uma inflamação com supuração dos gânglios inguinais. As blenorragias eram curadas com lavagens de permanganato ou com um milongo (medicamento) local. Quando se tomava este ficava-se magro, franzino até completa recuperação. Era eficaz, mas mal doseado podia levar à morte. O cavalo duro era o grande transmissor da doença que também se chamou “do século”, a terrível sífilis. Naturalmente que eu apanhei uma carrada enorme de sífilis e tive que ir ao médico. Este tratou-me com injeções que me fizeram desaparecer os sintomas. Quando cheguei a Portugal fui logo procurar o meu primo, por sinal o director do Hospital de S. José, especialista internacionalmente reconhecido no campo da sífilis, que logo me fez um tratamento adequado. Mas antes de casar e como sabia que a sífilis estava relacionada com o Sócrates da Grécia - na faculdade de Medicina o fígado do Sócrates era apresentado como o do perfeito sífilítico! - consultei de novo o Sá Penela para saber se podia casar sem prejudicar a prole futura. Fiz o tratamento e o Sá Penela declarou-me apto para o matrimónio. Mas na altura, tinha acabado de dar emprego na Casa dos Estudantes do Império a um jovem médico angolano, recém formado, o Arménio Ferreira e eu consultei-o. Disse-me o Arménio: “para saber se estás de facto curado vou fazer-te uma análise ao líquido céfalo raquidiano. E fez, e eu tinha 4 cruces,

estava em vésperas de ter o sistema nervoso invadido pelo terrível mal. Fiz o respectivo tratamento e o Arménio um dia disse-me: “podes casar!”. Mas eu para casar tinha que resolver um problema importante: é que eu nos últimos tempos pagava o quarto a uma moça da vida e dormia nesse quarto. Era uma boa e bonita rapariga que já vivia com um médico quando a conheci numa casa de mulheres, médico esse que a deixou para se casar tomando eu o seu lugar. Essa moça não se conformou quando anunciei o meu casamento e ameaçou-me de escândalo no dia do casamento. Quando fui para a igreja de Arroios para dar o laço matrimonial estava duplamente preocupado porque segundo a lei devia cumprir oito dias não sei para quê mas o padre Pio concordou em casar-me um dia antes com o risco, dizia ele: “de ele, noivos e padrinhos irem todos parar à cadeia”. E como o registo civil de Arroios era em frente da igreja, ainda maior era o risco. E por outro lado podia aparecer-me a moça preterida e enfurecida a causar-me sérios embaraços. Lá fui para a igreja, de fraque, onde, à entrada me encontrei com o velho médico e respeitável primo Sá Penela que não compreendia porque é que eu me escondia atrás das colunas da frente da igreja!. Apesar da noiva se ter atrasado bastante tudo correu bem.

Agora já posso retomar o meu relato a partir do meu regresso à terra natal.

Como disse, regressei à terra casado, com um filho recém nascido, desempregado e com os cofres, se os tivesse, vazios. Imagine-se que tinha regressado sem ter tirado um curso universitário! Seria um escândalo de tal ordem que eu nem me atreveria a regressar. Assim regressava atrasado mas com dois cursos e para quem não soubesse que para os tirar bastariam seis anos, eu continuava sendo o prodígio do antigamente. Desempregado e sem cheta, com o apoio do Bernardino e tio Alberto iniciei os primeiros passos como agrimensor particular. Ao tempo, esta profissão era muito rendosa porque havia uma corrida apressada para a legalização de terrenos o que obrigava os proprietários a recorrer aos agrimensores particulares e as tabelas oficiais de preços eram favoráveis a estes. A crédito, comprei tudo o que precisava para trabalhar, desde os aparelhos e acessórios topográficos até à indispensável viatura. Esta era um jipe “Skoda” que, o que eu considerava meu amigo Faria, director da Companhia Agro-Pecuária de Angola (CAPA) me vendeu como novo e, afinal, já tinha feito a guerra mundial!

Enquanto tirava a carta de condução, fui fazendo demarcações de chitacas perto da cidade utilizando como transporte uma daquelas motorizadas que era uma bicicleta com motor em cima da roda da frente de marca “Solex” que por sinal era do meu irmão Alexandre.

Um dos primeiros trabalhos que fiz foi o levantamento do Bairro de Benfica, populoso bairro da cidade do Huambo, com a valiosa colaboração dos experientes topógrafos da Câmara Municipal, o Henrique Mira Godinho e o Carlos Alberto Fernandes, mais conhecido por Bitacaia. No Cuando, não muito longe da Missão Católica, fiz uma demarcação de 500 hectares para o Barros da Divisão de Transportes Aéreos (DTA). Nestes trabalhos era necessário fazer a ligação da parcela a demarcar com a rede geodésica do país. Como perto da propriedade se encontra a célebre Pedra do Alemão, utilizei-a para esse efeito colocando um marco em cimento sobre a pedra e, antes que o cimento secasse, escrevi o meu nome em grego. Como o marco ficou bem soldado à pedra ainda lá deve estar, a não ser que tenha sido arrasado por um obus ou propositadamente destruído por um desesperado que não soubesse grego ou soubesse mas não gostasse do Sócrates.

Conjugava os trabalhos de agrimensura com o ensino, dando aulas de Física e Desenho na escola comercial e industrial “Sarmiento Rodrigues” cujo director era um velho camarada, no sentido lato do termo, o eng. Manuel Faria Granjo, por sinal

sobrinho do amigo e antigo colono Deodoro Faria, residente no Balombo e que baptizou este de “Norton de Matos”, que era seu padrinho. Naquele ano, 1953, o único aluno preto (chamar negro era ofensa) desta escola era o Leão que frequentava o primeiro ano a quem eu chamava “a mascote”. Encontrei-o já depois da independência, era engenheiro e tinha compensado a sua baixa estatura com bem visível musculatura que inspirava respeito.

Para meu espanto, passado já bastante tempo depois da minha chegada, fui intimado a comparecer no tribunal para prestar declarações sobre a minha participação na OSA, desmantelada em 1941! Recebeu-me o escrivão Garcez, que eu conhecia dos tempos de colégio, e que me deixou completamente à vontade num gabinete onde se encontravam os processos dos implicados naquela organização.

Nas ausências do Garcez ia consultando os outros processos o que me permitiu conhecer as declarações de alguns dos implicados que se descartaram de todas as acusações revelando sem contemplanções todos os segredos que sabiam.

Nas declarações que prestei declarei que no tempo em que pertencera à OSA não percebia nada de socialismo, o que era verdadeiro e podia afirmá-lo agora neste momento em que prestava declarações, pois agora já sabia muito sobre o assunto.

Foi em conversa com o Garcez e com outros camaradas dos antigos tempos que ia encontrando que pude avaliar as dimensões das consequências resultantes dos objectivos da OSA e da repressão que sobre ela caiu.

A própria designação da organização já era uma grande ousadia que, aliada aos assuntos tratados nos seus manifestos e à linguagem utilizada nestes, fez crer, tal era a qualidade dessa linguagem e a importância desses assuntos, que a organização estivesse profundamente expandida tanto ideologicamente como em extensão, fora da comunidade estudantil. Por outro lado, a ausência do Governador Marques Mano quando foi descoberta a “conjura” permitiu que o comandante da polícia actuasse a seu belo prazer na mira de conquistar louros para uma rápida ascensão profissional. Isto levou a que fossem desencadeadas acções policiais que acabaram por envolver entidades que nada tinham com a organização estudantil. Do decorrer dessas acções foram descobertas aqui e ali relações conspirativas de alguns elementos ligados à maçonaria ou a actividades conspirativas de outros elementos com ligações com o exterior, Moçambique e África do Sul, de contestação do regime fascista.

No Huambo foram feitas dezenas e dezenas de prisões de jovens, alguns dos quais foram embarcados em camionetas, enquadrados por militares armados, para as prisões da capital!. O carro amarelo da polícia era o carro do temor e do terror provocando a fuga das suas residências de alguns moços, como foi o caso do Victor Pinto da Cruz que andou pelos matos a fazer de caçador para não ser apanhado, mas que foi caçado e sujeito a longos interrogatórios quando voltou para casa.

Citei o caso do Victor Pinto da Cruz porque ele não tinha qualquer afinidade com a OSA e que, apesar de comungar nos ideais salazaristas, não escapou à perseguição policial. E como ele, houve muitos outros.

Alguns dos que simpatizavam com a OSA no seu início começaram a afastar-se logo que ela começou a ser alcunhada de comunista. Por isso, mais tarde, não condenavam nem defendiam preferindo não se referir a ela. Mas as consequências da repressão sobre as pessoas nela implicados, se prejudicaram as suas vidas, também contribuíram para que o seu sentimento de angolanidade se arreigasse cada vez mais e se confundisse com o nacionalismo progressista.

Nos arquivos do governo colonial a OSA não aparece com este nome e é chamada de “grupo de jovens brancos e mulatos do Huambo que se organizaram contra o regime, começando por protestar contra o envio de trabalhadores para S. Tomé.”

Não consta desses arquivos que esses jovens sofreram durante toda a vida as consequências de se terem organizado contra o regime, tendo-lhes sido vedado o acesso aos lugares de estado, desde o de simples amanuense aos de chefia ou de responsabilidade técnica e vedado o acesso ao exercício de uma indústria com a negativa de concessão do respectivo alvará. Basta citar o meu caso e o do meu irmão Alexandre que só ascendeu ao lugar a que tinha direito dada a sua qualidade de profissional competente, anos depois de ter vivido na mediocridade imposta pelo colonial fascismo.

São raras e incompletas as referências históricas ou literárias a este movimento dos jovens do Huambo.

Num dos seus escritos publicado em França, Alfredo Margarido refere-se a este movimento como sendo obra dos “calcinhas”, “les petits culottes”. Fazendo uma grande vénia ao Alfredo Margarido permito-me dizer-lhe que os “mulatos e os brancos” de Angola nunca foram chamados de calcinhas, designação esta que era reservada aos negros dos lados de Catete que geralmente usavam calças curtas, um pouco acima dos sapatos, gostavam de usar óculos e sabiam ler e escrever.

Em 1961, quando criámos a FUA, num dos meus manifestos, escrevi que o movimento do Huambo tinha contribuído para fomentar o nacionalismo angolano, mas esta referência ao movimento do Huambo não mereceu a concordância dos ferrenhos emepelistas que diziam terem sido eles os primeiros iniciadores do nacionalismo angolano. Mais tarde, em 1952, eu e o Adolfo Maria demos, em Paris, uma entrevista à revista “Partisans” na qual já consegui uma referência aos acontecimentos de 1941 no Huambo como sendo uma manifestação de nacionalismo. O Adolfo consentiu esta referência apesar de ser um emepelista dos mais ferrenhos e um marxista leninista com cabeça, tronco e membros. (como bom jornalista que era e é o Adolfo defendia a tese de que um artigo para ser digno de um adepto do “homem das barbas” tinha que ter cabeça, tronco e membros, tudo em proporções bem calculadas, sem meter o rabo pelos braços e fora das pernas).

O colonial fascismo só tinha interesse em silenciar o movimento anticolonialista de 1941 no Huambo, visto que este combatia e condenava os contratos forçados, as rusgas e toda a espécie de opressão colonialista que, uma década passada continuava a ser descaradamente praticada, como eu tive ocasião de testemunhar naquela manhã de 1953 em que tive que me deslocar ao hospital do Huambo. Num dos pátios deste, cerca de cem homens semi nus, formados em quadrado, aguardavam a vistoria do médico, o que era um dos trâmites a cumprir para efectivar o contrato. Alguns dos homens ostentavam uma magreza e debilidade física evidentes, além de feridas e inchaços bem visíveis. Chegou o médico que, do alto da varanda, olhou para o pátio percorrendo com o olhar os homens perfilados e pediu as guias para assinar; estava feita a tal vistoria exigida por lei, imposta pelas leis internacionais para protecção do trabalhador e assim cumprida pelo médico que em poucos minutos arrecadou milhares de escudos que o contratador lhe pagava para facilitar a saída dos contratados.

Das denúncias feitas nesse tempo ao colonial fascismo restam algumas poesias, entre as quais as de meu irmão Alexandre, que as fez na prisão, tinha ele 16 anos, decorando-as porque lhe era vedado o uso de lápis e papel.

Alimentando a secreta esperança de ver um dia eliminada a opressão colonial, logo que consegui a carta de condução, segui para a Ganda para fazer a demarcação das Plantações da Ganda com 2.500 hectares.

Foi então que tive a noção do que eram 2.500 hectares de terra, coberta de mata, atravessada por um grande rio famoso em crocodilos, povoada de cobras invisíveis e venenosas e de macacos brincalhões e atrevidos que desafiavam a minha ignorância das

coisas da selva. O rio Catumbela atravessava a plantação, alimentava as turbinas dos geradores eléctricos que faziam mover as máquinas onde o sisal era desfibrado e lavado e regava os terrenos onde começava uma experiência de cultivo de café arábica.

Imensos morros construídos pela formiga branca salalé espalhavam-se pelo terreno, permitindo muitas vezes a sua utilização para a implantação dos marcos limites da propriedade. Ao contrário do que possa pensar-se, estes morros são muito sólidos, resistentes, duros e permitem que nele sejam colocados os marcos limites sem receio de que sejam facilmente destruídos.

Naquele tempo, fazer uma demarcação de tal extensão representava um bom desafio para o agrimensor, sobretudo se ele conseguisse realizar o trabalho o mais depressa possível. Mas eu, além de ter adoptado o princípio de só trabalhar quando fosse preciso, estava também interessado em conhecer a região e as pessoas que nela viviam e as suas relações sócio económicas e por isso levei o tempo mais do que necessário para acabar a demarcação.

Enquanto trabalhei nesta, além de ter adquirido uma prática profissional de incontestável interesse, também tive a ocasião de conhecer homens e situações que muito contribuíram para fazer análises válidas das consequências do colonialismo e das reacções dos angolanos das camadas menos favorecidas.

Em 1953-54 na Ganda, em plena mata, senti a revolta latente do negro angolano quando, em determinado dia, toda a brigada que trabalhava comigo faltou ao trabalho. No dia seguinte todos se esquivavam a dar-me explicações sobre a ausência da véspera, até que o capataz me confidenciou que tinham ido ouvir o senhor padre numa reunião no meio da mata onde ele lhes explicara “a vida deles e a dos brancos que nos exploram”.

Tratava-se claramente de propaganda nacionalista que, se eu revelasse tal confidência, traria consequências desastrosas para os participantes de tal reunião que podiam ir até ao seu desaparecimento físico. Mas o capataz quando me fez tal confidência tinha a intuição de que eu não seria capaz de o trair. E essa intuição ou confiança resultava de uma apreciação que todo o grupo já fizera sobre a minha pessoa e que se resumia assim: “não era um branco como os outros porque ia para a mata e acampamentos sem levar pistolas, sem arma alguma, comia pirão e peixe seco, não insultava ninguém e estava sempre a interrogá-los sobre as suas vidas”.

Um dia estávamos em plena mata e veio uma carga de água daquelas repentinas e copiosas, acompanhadas de brilhantes descargas eléctricas e estrondosos trovões, e eu deixei-os na picada e fui abrigar-me no acampamento. Na madrugada do dia seguinte não apareceu ninguém à chamada e, quando perguntei ao capataz a razão desta falta colectiva, respondeu-me que era uma represália pelo facto de, no dia anterior, os ter abandonado à chuva na picada.

Daí para diante apanhei com eles todas as cargas de água e eles nunca mais faltaram.

Ao regressar ao Huambo continuei fazendo uma vida social completamente aparte da burguesia citadina, pouco convivendo com os engenheiros e doutores da elite e, pelo contrário, vivendo e procurando conviver com os mais obscuros e escuros. Até que um belo dia o administrador Matias de Figueiredo que me conhecia desde miúdo e conhecia as minhas lides políticas, chamou-me e confidenciou-me: “Oh Dáskalos!, você faz uma vida aparte da sociedade local, da alta sociedade local, e em virtude do seu passado político e do seu comportamento actual, crescem grandemente as suspeitas sobre si como agente ou activista secreto de algum movimento político clandestino. Aconselho-o a mudar de atitude interessando-se, por exemplo, pelo desporto ou por uma actividade cultural sem misturas com a política”.

Isto não era um conselho, era um aviso que devia ser acatado. .E como ao tempo não existiam cine clubes em Angola e poucos sabiam que em Portugal eles exerciam uma actividade política importante, eu, o Emílio Landerset Cadima e os três irmãos Myre Dores, todos engenheiros salvo o Cadima que era licenciado em Matemática, resolvemos criar o que ficou sendo o primeiro Cine Clube de Angola.

Só que, era um segredo muito bem guardado, alguns meses antes, eu, o Cadima e o Manuel Myre Dores mais um operário português (todos os quatro branquinhos, um engenheiro, dois doutores e um operário) tínhamos criado a primeira célula do Partido Comunista Angolano no Huambo que, aliás, não durou muito tempo porque os mentores europeus dos partidos comunistas não queriam brancos nos P. C. africanos, tinham que ser todos bem negros ou árabes.

O Cine Clube do Huambo cresceu rapidamente, em breve atingiu os 700 associados, o que era um record em relação aos cine clubes do Puto. Este rápido crescimento deveu-se ao facto de lhe termos imprimido um carácter popular evitando que os doutores da elite local se apoderassem da direcção e fazendo palestras, durante a exibição dos filmes, acessíveis e comparando passagens dos filmes com aspectos da dominação colonial, como sucedeu com o filme “viva Zapata”. À data, 1954, a famigerada PIDE, ainda não tinha ramificações locais e por isso ainda era possível usar uma grande liberdade de linguagem política nos programas e apresentações dos filmes.

Finalmente, em 1957, o governo autorizou a minha contratação como professor efectivo do liceu e como eu sempre acreditei que santos da casa não fazem milagres, resolvi deixar a terra natal e ir leccionar no liceu de Benguela que acabava de ser aberto.

NA CIDADE DAS ACÁCIAS RUBRAS

Segui para Benguela numa velha carrinha “Renault”, coberta, de cor verde, com “janelas” nos pneus por onde espreitavam as câmaras de ar vermelhas; levava como única bagagem uma velha mala e um estirador de desenho.

A sonhar com o asfalto que só chegaria daí a alguns anos, atravessei as areias das estradas sem um único furo e, cheio de sede e poeira, aportei no hotel “Continental” de Benguela onde me atendeu um senhor um tanto desconfiado com o meu aspecto e bagagem. Era o dono, o Monteiro que só acedeu a dar-me guarida quando soube que era professor do novo liceu.

Aquele hotel “Continental”, cujos restos se vêem ainda hoje frente às antigas oficinas do “Martins & Henriques”, atravessava de quando em vez uma grande crise de higiene. Lembro-me disto porque uma vez tive a surpresa de encontrar ali o meu amigo Amilcar Cabral que pretendia hospedar-se no hotel mas acabou por desistir porque os aposentos que lhe mostraram não garantiam as condições mínimas de higiene.

Nunca mais me esqueci disto porque na altura o Amilcar, nesse dia, disse-me uma frase que me deixou intrigado: “Eh, pá ! Tu estás a falhar!”

Como o reitor do liceu, André Cimbron, precisasse de ir de férias e o único professor licenciado do liceu fosse eu, propôs-me para vice reitor apesar do meu currículo político, o que foi aceite pelo Ávila de Azevedo que era na altura o homem máximo do ensino em Angola, o qual não deixou de advertir o Cimbron sobre as consequências de tal nomeação.

No seu primeiro ano o liceu de Benguela abriu com cerca de seis dezenas de alunos mas no ano seguinte já tinha mais de três centenas.

O meu primeiro contacto com o público benguelense deu-se quando eu, em nome do cine clube local, fiz uma palestra a propósito do filme “Polícia e Ladrão”, projectado no Cine Monumental de Benguela.

O público recebeu-me com assobios e apupos discretos mas audíveis; eu aguentei a tempestade com toda a calma e depois de ter falado fui bastante ovacionado porque durante a palestra utilizei o tema do filme comparando-o com factos da vida local. Quem chefiava a claque que me assobiou era um jovem grandalhão a quem chamavam Miau. Mais tarde tornei-me um grande amigo de toda a sua família na qual a Mãe Mafalda era um modelo de gentileza, trato social e sabedoria que tornavam os almoços debaixo do bambu do seu quintal um dos mais agradáveis momentos de convívio para quem tinha o privilégio de neles participar.

Logo à saída da cidade asfaltada, às portas do Bairro de Benfica, morava a Mãe Sara, mãe da Arlete e da Idalina, irmãs do Aires de Almeida Santos. Em sua casa também se faziam convívios à moda africana, que terminavam muitas vezes com canções e músicas dos artistas locais. Foi lá que conheci o Liceu Vieira Dias, que viera a Benguela com o seu grupo do N'Gola Ritmos no qual figurava a ainda muito jovem Lurdes Van Dunem que despertava os apetites quando cantava a “Azeitona Pequenina”. Foi então que ouvi pela primeira vez a “Muxima”, cantada pelo Liceu.

A “mulemba que secou” ainda existia e ainda passei alguns agradáveis momentos à sua sombra.

CAPÍTULO IV

A Frente de Unidade Angolana (F. U. A.)

Como o intervalo de tempo entre os meados de 1961 e o final de 1964 toda a minha actividade se processou em relação à Frente de Unidade Angolana (FUA), passo a transcrever as memórias que já tinha escrito sobre este movimento que, além da Advertência, estão assim escalonadas:

1. Gestação e Nascimento da FUA;
2. Nas prisões do colonial-fascismo;
3. Residência fixa na capital do Império;
4. O “salto”: em Paris, capital da Liberdade;
5. Nos “bas fonds” do socialismo “sem véu” e “com véu”;
6. Em Argel, capital da “revolução africana”: o ocaso da FUA.

ADVERTÊNCIA

A Frente de Unidade Angolana teve uma vida efémera e, actualmente, nestes primeiros anos da década de 90, poucos são aqueles que a conheceram ou dela ouviram falar.

Porque eu fui um dos seus criadores; porque eu a acompanhei a par e passo, desde a sua gestação até ao seu ocaso (refiro-me à FUA que existiu de 61 a 64); e porque eu estou no limiar da eternidade, custa-me abandonar ao total olvido um acontecimento que, apesar de não ter deixado marcas profundas ao longo dos caminhos que conduziram à Independência, constitui contudo um elemento merecedor de estudo para um historiador meticoloso que venha a interessar-se pelo assunto.

Se foi esta a motivação maior que me animou para levar a cabo este trabalho, outros factores que no seu conjunto tiveram igual influência, também me incentivaram a realizá-lo. Com efeito, durante a existência da FUA, conheci factos, vivi situações, convivi com pessoas, participei e assisti a acontecimentos que, se alguns podem parecer inverosímeis ou ter carácter anedótico, contudo, são autênticos e por si só caracterizam a época em que aconteceram e completam o quadro que ajuda a compreender a razão da curta existência da FUA.

De resto, ao descrever ao longo da órbita da FUA estes episódios, historietas e estórias, torno a leitura mais atraente evitando a frieza duma descrição monótona e cansativa de um relatório feito por encomenda.

Mas não quero deixar de sublinhar que a preocupação que prevaleceu durante a elaboração deste trabalho foi a de ser autêntico, sincero, pondo a verdade acima de tudo, não inventando factos, atitudes ou críticas para denegrir a memória dos que já não pertencem ao reino dos vivos ou para realçar virtudes ou méritos pessoais que pudessem levar a crer que eu fui o herói da fita.

Este último aspecto - invenção de factos ou atitudes para realçar méritos pessoais - vem sendo utilizado por alguns políticos escritores (ou vice-versa) que conheci durante as minhas andanças pelo mundo e que ultimamente deram à luz alguns escritos em que descrevem acontecimentos passados há mais de quinze anos em que eles próprios figuram como os mais corajosos, os mais perspicazes e honestos, escritos

estes que só agora deram à luz porque aqueles que podiam desmascará-los já não pertencem ao reino dos vivos.

Ainda há bem pouco tempo, quando estava lendo um desses escritos, passei na Praça das Flores, em Lisboa, e ao ler a frase “sob o manto diáfano da fantasia a nudez crua da verdade” ou “sobre a nudez crua da verdade o manto diáfano da fantasia (?)”, inscrita no monumento a Eça de Queiroz, veio-me à mente esta outra frase:

“sob o manto opaco do esquecimento a nudez abjecta da mentira”.

Fixados os objectivos e as normas profiláticas e deontológicas que regem este trabalho, resolvi intitulá-lo “Nascimento e Ocaso da FUA”, subdividido como indiquei.

GESTAÇÃO E NASCIMENTO

Nos primeiros meses de 1961, os progressistas de Benguela que em 1958 tinham dirigido a campanha eleitoral do general Humberto Delgado e triunfado nas urnas, estavam seriamente preocupados com a falta de comunicações políticas, portanto clandestinas, com o exterior, comunicações que até há pouco tempo se tinham mantido com maior ou menor regularidade. Se estas preocupações afligiam os poucos que tinham ligações clandestinas, também eram sentidas pelos que assistiam a toda uma série de acontecimentos fora e dentro do país que, cedo ou tarde afectariam as relações de sociedade em que viviam.

Esta degradação das informações tinha começado depois do julgamento, em 1959, dos implicados no chamado “processo dos 50” e agravara-se gradualmente à medida que a polícia política estendia os seus tentáculos e infiltrava os seus informadores por toda a parte. Os acontecimentos de Catete em 1960 e os da Baixa de Cassange, em Janeiro de 1961, avolumaram essas preocupações e obrigaram-nos, os progressistas, a uma séria reflexão sobre a atitude a tomar face a esta conjuntura.

Foi então que decidimos criar uma organização de carácter político, capaz de enfrentar e ter voz activa nos acontecimentos presentes e futuros.

Os progressistas do então distrito de Benguela eram um conjunto mal definido de elementos de todos os matizes políticos: de esquerda, de liberais generosos e de fervorosos adeptos da independência e da emancipação dos povos colonizados. A estes juntavam-se alguns políticos já um tanto idosos e calejados na luta política contra o colonial fascismo.

Lembro-me de alguns deles: o Manuel Brazão Farinha, eng. Civil; o Carlos Costa, advogado; o Rodrigues, gerente do Hotel Tamariz de Benguela; o Carlos Moraes, empregado comercial; o Aires Roque, que já era comerciante e viajava muito; o Luís Portocarrero, empregado bancário; o Aires de Almeida Santos, funcionário do Grémio da Pesca; o Fernando Falcão, eng. Civil; o Jorge Rocha e o Américo de Carvalho, funcionários do C.F.B.; o Mário Nunes, empregado comercial e muitos outros de quem não me recordo. E dos que acima referi, todos eles, em menor ou maior grau, sofreram as consequências da sua adesão ao movimento., cujo nome faltava escolher e cujos objectivos faltava pôr no papel. Para este efeito fomos escolhidos eu e o Manuel Farinha. Mas antes disso havia que escolher a designação e para isso, numa tardinha em que se apresentava um lindo pôr de sol, os “conspiradores”, eu, o Portocarrero, Fernando Falcão, Carlos Costa, e Manuel Farinha, metemo-nos num carro e tomámos a picada, ao tempo desértica, que liga a saída do Lobito com o aeroporto, parámos antes deste e ali demos à luz a FUA. (É de salientar a falta de cuidado, principalmente a dos mais calejados nas andanças políticas clandestinas, que se meteram numa mesma viatura, num local ermo mas acessível em qualquer momento, a maioria deles já bem marcados pelos “bufos” da PIDE)

E assim nasceu a FUA de 1961.

Convém explicar como surgiu a designação “frente”.

É que naquela altura existiam vários movimentos, grupos e grupinhos, sem considerar o MPLA e a UPA, dispersos por todo o país, que, importantes ou não, interessava congregar para unir forças num objectivo que era comum a todos eles: a independência nacional. Ora a FUA aspirava a unificar todos, sem excepção, numa frente única, e daí a sua designação: Frente de Unidade Angolana.

Eu e o Farinha fomos redigir o manifesto da FUA.

Como a ideia de autonomia já não arreliasse muito a PIDE e o presidente do Brasil, Jânio Quadros, se manifestasse abertamente favorável à emancipação angolana, e as afinidades históricas entre Angola e o Brasil serem sobejamente conhecidas e sempre terem sido bem fortes os laços sentimentais entre os povos destes dois países, eu e o Farinha resolvemos redigir o manifesto baseado nestas relações e afinidades com o fim de mobilizar adeptos para a autonomia.

Quando apresentámos o nosso manifesto, este foi pura e simplesmente reprovado, ficando o Falcão e o Portocarrero com a missão de apresentar outro projecto de manifesto.

E daí a dias apresentaram o seu trabalho: era um projecto em linguagem exclusivamente política, com uma redacção simples e elegante, um manifesto com cabeça, tronco e membros. Na minha opinião, tal manifesto iria aguçar os dentes e a vigilância da PIDE pois revelava as reais intenções de um movimento que pretendia, na prática, separar a actividade legal da actividade clandestina.

Aceite pela maioria, este projecto foi aprovado, com um prognóstico que fiz no momento e veio a confirmar-se: logo que fosse posto a circular, os dirigentes da FUA não teriam muitos dias de liberdade.

A minha previsão cumpriu-se, como veremos mais à frente.

Ainda a propósito da redacção deste manifesto é interessante referir que o Falcão e o Portocarrero se apresentaram como seus autores, mas eu apercebi-me logo de que não era verdade. Com efeito, eu identifiquei imediatamente o seu autor pois não podia ter esquecido o meu iniciador e orientador político na última década de 30 quando eu era o secretário geral da Organização Socialista de Angola. Só podia ser o Américo de Carvalho cuja estilo literário era inconfundível, e cuja cultura política era vastíssima.

Escolhido o nome da organização, e lançado o seu manifesto, começou-se uma vasta campanha para angariar assinaturas reclamando a autonomia.

Entretanto chega-se ao final de Janeiro de 1961. A notícia do desvio da paquete “Santa Maria” por Henrique Galvão em convivência com o general Humberto Delgado, atravessa o éter. Ficámos todos excitados; passou-se o 4 de Fevereiro e nós, em Benguela, não tínhamos notícias do que se estava passando em Luanda. Daqui chegam alguns viajantes que relatam à sua maneira os acontecimentos do 4 de Fevereiro e dias seguintes. Então, nós resolvemos organizar milícias em Benguela e Lobito. E, contrariamente ao que acontecia em Luanda, englobámos nas milícias, negros, mestiços e brancos para contrariar qualquer tentativa de massacre de negros nos arrabaldes, impedir a violência e combater o medo no seio das populações quer do centro, quer dos arredores. Conseguimos organizar essas milícias e comandá-las.

Quando, dias depois do 15 de Março, chegam as notícias dos massacres no norte de Angola, se não fora toda uma série de medidas já tomadas por nós, não teríamos impedido os desatinos causados pela histeria dos racistas mais medrosos.

O reflexo dos acontecimentos do 15 de Março no norte do país provocaram no interior do distrito de Benguela uma agitação que se manifestou no meio rural com acções dos camponeses que procuravam agir contra os proprietários das grandes

plantações de sisal e das fazendas agro-pecuárias, contra os seus proprietários ou seus agentes pois aqueles, na sua grande maioria, não residiam nas suas plantações ou fazendas.

Algumas acções de pequena monta e as ameaças dos camponeses deram origem a uma repressão generalizada por parte da polícia política em conjunto com algumas autoridades administrativas e com a participação de alguns proprietários. Em consequência começaram a chegar a Benguela carrinhas e camionetas transportando os “terroristas” do interior que foram povoar a cadeia recém construída no Alto Liro, no Lobito

É nesta altura que as senhoras bem de Benguela me alcunham de “terrorista” e manifestam os seus temores aos respectivos maridos. Então os principais responsáveis da FUA reuniram-se para decidirem se o “terrorista” Sócrates devia ou não continuar nas suas fileiras!!!. Prevaleceu o critério do mais esperto e mais cauteloso, o eng. Falcão, que defendeu o critério de que cada um na FUA podia ter qualquer opção política desde que a sua acção não prejudicasse os objectivos da FUA

Nós, da FUA, que residíamos em Benguela. tínhamos uma vivência, uma convivência social muito diferente da dos que viviam no Lobito. Convivíamos com todos, sem reservas raciais ou de classe e as farras e rebitas realizavam-se nos bairros, um pouco por toda a parte, numa alegria e animação peculiares e sob o mau olhar das senhoras casadas cujos maridos se atreviam a dar um pé de dança em tais lugares.

Neste ambiente característico de Benguela, nós, os políticos, encontrávamos o ambiente conveniente para aliar a diversão à actividade política. Por isso, frequentes vezes, ao lado do baile fazíamos reuniões clandestinas nas barbas da PIDE que acabou por infiltrar informadores foliões nas nossas fileiras. Lembro-me que a palavra de ordem para uma reunião era “Conacri” seguida do nome do local da reunião (naquela altura os dirigentes do MPLA estavam em Conacri).

A propósito do angariamento de assinaturas que a FUA estava fazendo para apoio do pedido de autonomia, passou-se o seguinte episódio:

O Aires Roque encontrava-se em terras da Huila em missão profissional e com a intenção política de angariamento das referidas assinaturas, quando foi preso pela PIDE.

Dias depois, em Benguela, soubemos que o Aires Roque passava pelo aeroporto do Lobito, sob prisão, para Luanda.

Eu e o Dr. Carlos Costa corremos para o Lobito afim de conhecer pormenores sobre essa prisão, para que o Carlos Costa, na qualidade de advogado, tentar alguma acção a favor do detido. Chegados ao aeroporto, reparei numa grande movimentação de viaturas e de metralhadoras sorrateiramente transportadas por civis suspeitos (tratavam-se de polícias à paisana) que se infiltravam entre os carros e se espalhavam pelo aeroporto.

Nisto, deparei com o Aires de Almeida Santos que me chamou com atitudes conspirativas e me disse: “olha, temos tudo preparado para raptar o Aires Roque...o Galvão tem ali o carro...damos o golpe e para impedir que o avião levante voo com o prisioneiro, já temos ali bastantes carros para ocupar a pista...!”

E mostrou-me uma pequena pistola toda ferrugenta e o carro do Galvão, um “Morris” preto e esburacado...

Fiquei um tanto aturdido, comuniquei o facto ao Carlos Costa que estava tentando falar com o prisioneiro. Calculei imediatamente que o golpe era irrealizável e, a ser dado, traria consequências muito graves....

Para não recusar de forma brusca a proposta dos golpistas, disse-lhes que só poderiam actuar com eficácia se o prisioneiro aceitasse ser raptado. O Aires lá

conseguiu falar com o prisioneiro, que recusou. Fiquei aliviado por ter impedido, sem melindres, tão perigosa aventura.

O Aires e o Galvão eram useiros e vezeiros na execução de acções aventurosas. Com efeito, os dois pertenceram ao grupo que foi ao Lubango falar com o aviador Fragoso para roubarmos o “Aleixo”, (avião que tinha uma barriga igual à barriga do Aleixo, gerente do Banco de Angola), para irmos ao Katanga onde tínhamos o apoio do Tchombé. O Fragoso recusou-se a tal aventura e depois teve que suportar as arremetidas da PIDE por ter recebido os emissários de Benguela. O Galvão era funcionário do Sindicato dos Empregados do Comércio que tinha dependências no Palácio do Comércio, actualmente sede do Comité Provincial do MPLA. Era neste Palácio que funcionava a Associação Comercial de Benguela. Esta, na esteira das tradições anti-governamentais de Benguela, sempre tomara até então decisões que não eram do total agrado do governo central em Luanda. Depois do “4 de Fevereiro” e do “15 de Março” realizou-se nesta Associação uma Assembleia Geral cujas decisões obedeciam inteiramente ao poder central e não correspondiam às aspirações da autonomia naquele momento amplamente desejada.

Ao entardecer do dia em que terminou esta Assembleia Geral, fui procurado pelo Galvão e pelo Gaspar Saraiva, funcionário do C.F.B., que pretendiam que eu desse o meu aval para a seguinte operação: visto que a Associação Comercial tinha tomado decisões que não agradavam e não correspondiam às tradições e aspirações benguelenses, o grupo tinha tomado a decisão de incendiar nessa noite o edifício da Associação e de colocar uma bomba no carro do seu presidente, na altura o velho Malheiros, que ao dar o arranque do carro, no dia seguinte, voaria pelos ares com o seu carro !.

“Já temos a gasolina e todas as chaves para regar bem regado o Palácio!”- disseram com decisão e convicção o Saraiva e o Galvão que ficaram desconsolados e pouco convencidos quando lhes disse que não concordava com a operação. Mas quando lhes apresentei as razões concordaram comigo. Expliquei-lhes que as consequências seriam as seguintes: prisão imediata dos “cabecilhas” de Benguela e Lobito, ou seja, eu, eles e outros, pois éramos sobejamente conhecidos como tais; mas que isso não era o mais grave. O mais grave seria a onda de violência que se seguiria, pois os racistas da comunidade branca e a polícia política desencadeariam uma matança de negros nos muceques de Benguela e Lobito tal como tinha acontecido na capital. Ora era isto que tínhamos evitado até àquele momento e tínhamos que continuar a evitar no futuro.

Entretanto o ministro do Ultramar Adriano Moreira visitou inesperadamente Benguela e foi recebido com as manifestações rotineiras porque nós não intervimos.

Quando soubemos e como estávamos desejosos de mostrar ao senhor ministro as nossas posições, propusemos através do seu amigo residente em Benguela, Dr. Carvalho dos Santos, que se organizasse uma manifestação massiva dos habitantes de Benguela e Lobito. O Carvalho dos Santos até me segredou que seria bom que “viessem muitos pretos”!

Em nome da oposição pus as carrinhas sonoras do Rádio Clube de Benguela, com o Carlos Morais que conhecia bem a língua umbundo, convidando as populações dos muceques de Benguela e Lobito para a manifestação.

No dia marcado, no o largo e arredores do que é hoje o Palácio do Povo, estava apinhado de gente, na sua maioria trabalhadores da Cassequel da Catumbela, do Porto do Lobito e do C.F.B..

Era portanto uma grande maioria negra que não iria perceber patavina do nosso discurso pelo que disse ao Aires de Almeida Santos, que devia lê-lo, para arranjar alguém que pudesse traduzir as suas palavras para umbundo, à medida que ia falando.

Estava tudo a postos para a cerimónia, quando aparece o Dr. Carvalho dos Santos, muito pálido, a gaguejar e diz: “vocêis traíram-me”!

Ao mesmo tempo eu e os meus correligionários fomos discretamente cercados pela polícia especial que acompanhava o ministro.

Face ao que estava acontecendo eu disse para o Falcão: “vou ao microfone dizer que nós é que fomos traídos e peço à multidão para dispersar.” (Eu como contava ser preso mais cedo ou mais tarde, achava que ser preso naquele momento teria efeitos positivos para a nossa causa).

Mas o Falcão respondeu-me que era melhor esperar e ver como correriam as coisas. Nisto, aparece o ministro Adriano Moreira que começou o seu discurso nos seguintes termos: “os que não vieram ontem saudar o seu ministro, vieram hoje...”

Não ouvi mais nada e meti-me entre a multidão, pedindo para dispersar...

No dia seguinte fomos recebidos, na qualidade de elementos da oposição, pelo ministro Adriano Moreira que escutou atentamente as nossas opiniões sobre o momento político que se vivia e solicitou que redigíssemos um documento com as nossas opiniões e propostas. Foi então que o Dr. Carlos Costa lhe perguntou: “E quanto à nossa segurança?”

Adriano Moreira não respondeu. Limitou-se a fazer a mímica de Pilatos de quem lava as mãos.

Logo que o ministro deixou Benguela, eu, o Falcão e o Carlos Costa fomos chamados à 1ª esquadra da P.S.P. pelo seu comandante, o então capitão Aldeia. Este recebeu e conversou com o Falcão e Carlos Costa, mas eu fui ouvido em declarações pelo sargento de serviço que queria que eu explicasse porque é que tinha posto os carros do Rádio Clube naquele trabalho. Respondi que o fizera porque eu era o presidente do Rádio Clube...(enquanto não chegasse a Benguela o contingente militar capaz de manter a ordem, o capitão Aldeia não se atrevia a prender ninguém...)

O contingente militar chegou poucos dias depois, mas entretanto visitou Benguela o embaixador do Brasil em Portugal, o Dr. Negrão de Lima que vinha com a particular missão de avaliar a situação política local e por isso não convinha mostrar a repressão habitual.

O Dr. Negrão de Lima logo que chegou visitou o liceu de Benguela onde eu consegui falar discretamente com o seu secretário Santos e Sousa, dizendo-lhe que havia um grupo que desejava encontrar muito em particular o embaixador. Respondeu-me que já esperava isso, que o embaixador não podia ele próprio ter tal conversa, mas que no hotel “Mombaka” tinha ficado o Dr. Guterres, professor de filosofia e conselheiro do Negrão de Lima, exactamente para organizarmos a tal conversa discreta.

Quando entrei no “Mombaka”, fui cercado pelos polícias barrigudos da PSP, à paisana, muito comprometidos com a missão secreta que estavam a desempenhar, pois todos eles eram bem conhecidos do público.

O Dr. Guterres pediu-me que arranjasse um grupo de professores que teriam uma conversa aberta com ele enquanto o secretário Santos e Sousa teria uma conversa secreta com os responsáveis da FUA.

No dia marcado e à mesma hora o Dr. Guterres recebeu o grupo de professores no “Mombaka” e nós, os responsáveis da FUA tivemos um encontro com o secretário Santos e Sousa no hotel “Tamariz” cujo gerente era o Rodrigues.

O secretário do Negrão de Lima era um homem novo mas já experimentado nas lides com os movimentos de libertação africanos e, no decurso da reunião, disse-nos que era urgente e necessário actuar em conjunto com o MPLA e que eu devia tentar imediatamente a minha fuga para Brazzaville. Revelou-nos que o Adriano Moreira alimentava a secreta aspiração de ser o D. Pedro II de Angola, isto é, de vir a ser o herói

da independência de Angola. Os dirigentes da FUA, até ali, não concordavam com a minha fuga, mas ficaram convencidos da necessidade da mesma depois da conversa com o secretário do embaixador brasileiro.

As duas tentativas que fiz para “dar o salto” fracassaram: uma foi com o Carlos Morais, que me prometeu o embarque numa traineira e que, quando me apresentei pronto a embarcar no dia e hora marcados, me comunicou que “já não havia traineira”!

A outra foi com o António Costa da “Cogel” que, quando me apresentei no porto do Lobito para embarcar clandestinamente num navio de carga sueco me anunciou que havia duas situações imprevistas: o navio teria que fazer escala em Porto Amboim em vez de ir directo a Matadi e o tripulante sueco que me devia embarcar não acreditava que houvesse um branco metido nas andanças para a independência de Angola...!

Perante tais imprevistos achei melhor regressar a Benguela.

Na manhã em que o embaixador Negrão de Lima deixou Benguela, no aeroporto do Lobito, assistiu-se a uma cena inédita: o embaixador e comitiva rodeados pela oposição sorridente e as autoridades governamentais num grupo aparte e com ar de poucos amigos. E a observar toda esta cena estava um senhor desconhecido no burgo, baixo e com óculos escuros que vim a saber quem era horas mais tarde: era o agente Sabino, inspector da PIDE que estava a preparar as nossas prisões.

NAS PRISÕES DO COLONIAL FASCISMO

Chegado o contingente militar e malogradas todas as tentativas de fuga eu esperava ser “engavetado” a todo o momento.

Num sábado, 3 de Junho de 1961 saí de casa disposto a queimar os últimos cartuchos da liberdade de que ainda dispunha. E foi um corrupio com visitas aos amigos e amigas do Largo da Peça, dos bares da cidade, da Camunda, da Fronteira e do Quioche e acabar a noite numa grande farra em casa dos afilhados Stock e Antónia. Nessa noite, a única pessoa a quem confidencieei que estava prestes a ser preso foi à Manuela da Camunda. Lembro-me disto porque nunca mais me esqueci das grossas lágrimas que lhe caíram dos olhos quando lhe fiz tal confidência. Regressei a casa estava a aurora a despontar, pesado de cerveja e sono, e quando me preparava para me mergulhar na cama à busca do descanso tão desejado, batem à porta com muito pouca cerimónia. Não perguntei quem era porque já os esperava há muito tempo.

Entrou o tal agente que vira no aeroporto, mais um outro ainda novo e apercebi-me à volta da casa de uma movimentação suspeita. Vistoriaram-me a casa. Vesti-me. Com toda a amabilidade não me deram ordem de prisão, mas convidaram-me a levar comigo a escova de dentes e o estojo da barba e perguntaram-me se tinha papelada no liceu.

Respondi afirmativamente pois tinha metido na meia um manifesto da UPA (União das Populações de Angola) que me chegara às mãos na véspera. Tinha que o fazer desaparecer porque se fosse apanhado com ele teria que explicar, a bem ou a mal, como o tinha recebido. Consegui deixá-lo no chão da reitoria, o que deve ter causado uma grande dor de cabeça ao reitor quando o encontrou no dia seguinte.

Fui levado para a 1ª esquadra da polícia, à saída de Benguela, e ali deixado enquanto o Sabino ia à rua Domingos do Ó, como me disse.

Passado algum tempo o Sabino voltou com o Joaquim Gamboa. Este não pertencia à FUA mas sim à FULA (Frente Unida de Libertação de Angola) que a PIDE julgava ser uma ramificação daquela.

Com o Sabino ao volante, eu ao lado e o Gamboa atrás, arrancámos para o Lobito e quando eu estava procurando fazer sinais ao Gamboa para apertar o pescoço ao

Sabino, este parou para dar boleia a um paisano que afinal era um agente de PIDE bem armado.

Depois de percorrer os campos (naquele tempo não havia as estradas e casas que há hoje na Bela Vista, Canata e Alto Liro) chegámos à prisão recentemente construída no Alto Liro que estava repleta de prisioneiros, tantos que as celas não chegavam e nos pátios interiores estavam acumulados cerca de trezentos prisioneiros. Para não mostrar a estes que havia um branco também prisioneiro e porque, para alcançar as celas era preciso atravessar uma pequena ponte que atravessava os pátios, fui metido num quarto vazio à entrada, tendo por companhia uma grossa palmatória com o cabo partido.

Ali fiquei deitado no chão, cansado e com o cérebro enevoado de vapores daquela cerveja bebida aos sorvos de quem apreciava os últimos momentos de liberdade e recordando as cenas de torturas usadas pelos fascistas, cenas que acabara de ler num livro de Henri Alleg, onde ele relatava as torturas que tinha suportado nas mãos da O.A.S. por ser partidário da independência da Argélia para os argelinos, livro esse que ficara bem à vista sobre a minha secretária. (A OAS batia-se por uma Argélia independente mas para os franceses). Pela calada da noite, quando tudo parecia dormir fui transportado para a minha cela. Esta ficava no corredor em frente da cela que servia de sala de interrogatórios e só tinha uma clarabóia, lá bem no alto, que dava para um dos pátios onde estavam os “terroristas”.

Fiquei incomunicável durante 33 dias neste quarto, durante os quais se repetiam os seguintes rumores e barulhos: à noite, os gemidos e gritos dos que eram torturados; de madrugada, a chamada dos prisioneiros dos pátios e dos homens escalados para levarem os cadáveres dos que morriam durante a noite; cerca das onze horas a cabeça do Sabino, na porta entreaberta a chamar-me para o interrogatório; regresso à cela para comer a banana que acompanhava o almoço, pois os interrogatórios não abriam o apetite; rumores de portas que se abrem e fecham com violência, gritos e palavrões; esforço para estar deitado sem dormir para poder dormir durante a noite. Foi nesta aparente monotonia que se passaram esses 33 dias. Mas esta monotonia era por vezes quebrada como segue:

Uma tarde, quando pedi para ir à casa de banho, uma cela em frente tinha a porta aberta e perto dela estavam o Gamboa e o Gaspar Saraiva. Ao vê-los fiz-lhes sinal de que deixaria uma mensagem na retrete. Quando voltei o Gamboa foi à casa de banho e voltou de lá com gestos desesperados significando que não tinha encontrado nada. Nunca percebi porque é que naquele dia foram permitidas aquelas andanças com portas abertas.

Uma dada manhã, quando já passara a hora do interrogatório e eu julgava que almoçaria mais do que uma banana, comecei a ouvir gritos e gemidos na sala de interrogatórios e uma voz fraca que me parecia de mulher, dizer: “não fui eu! não fui eu!...”

Fiquei seriamente incomodado porque esta frase e gemidos precediam sempre os meus interrogatórios e, quando menos esperava, abriu-se a porta, apareceu a cabeça do escrivão que disse: “venha” (habitualmente era o Sabino que abria a porta e dizia; “senhor engenheiro, faz favor!).

Lembrei-me logo do Alleg de torturas e de coisas semelhantes. Quando entrei na sala dos interrogatórios, o Sabino estava voltado para uma das janelas com um ar muito afogueado, vermelho e colérico, um empregado limpava sangue no chão junto a uma marquesa, e o Sabino virou-se para mim e disse: “todos falam menos o senhor...”

Arranquei das entranhas um sorriso forçado e respondi: “diga lá o que quer que eu fale...” Nisto, abre-se a porta e um matulão branco que eu identifiquei como sendo o especialista das torturas disse: “Está pronto”!

Caíram-me os supra ditos ao chão... O Sabino aguardou um bom momento, olhou para a janela e disse: “vamos almoçar”!

Os supraditos regressaram ao sítio mas eu, ao almoço, nem uma banana comi...

Chegados que fomos ao 32º dia, um guarda veio dizer-me para estar pronto no dia seguinte para sair às 8 horas.

Perguntei-lhe se ia para S. Nicolau, mas não tive resposta.

No dia seguinte encontrei-me com o Portocarrero no jipe que nos conduziu ao aeroporto do Lobito, onde um agente nos acompanhou até à prisão de S. Paulo em Luanda.

Aqui a cela tinha todas as “comodidades” reunidas: um catre com colchão de serapilheira muito “limpinho”; um cambriquite ainda mais “limpo”; uma pia bem “cheirosa” para fazer tudo sem sair da cela; e um balde de plástico todo furado por ter servido de cinzeiro.

E aqui fiquei incomunicável, sem direito a passeio, durante trinta dias em que esperava ser interrogado a todo o momento, ouvindo o que se passava para além das paredes da minha cela: gritos desesperados, lamentos e ais de dor e sofrimento, à mistura com o latir e o ladrar de cães furiosos na ânsia de abocanhar a presa prometida...; rumores da vida exterior, rufar de tambores e timbres de corneta de tropas que chegavam e partiam; buzinar de carros, sirenes dos barcos, roncar de aviões...

Quando conseguia dormir, de manhã muito cedo era invariavelmente acordado por um soldado negro, o 105, que com um olhar que pretendia ser feroz, me dava um balde com creolina e uma nanga (trapo) para limpar o chão.

Um dia lembrei-me de subir para espreitar pela clarabóia que dava para o exterior e...o que vi? O Falcão, o eng. Fernando Falcão, que eu conhecia tão bem, lá fora, junto ao portão, a conversar amavelmente com o inspector Sabino...!.

Pensei que afinal as coisas não estavam a correr muito mal...pelo menos para o Falcão.

E dias depois, mais uma vez, avisaram-me para fazer as malas (o que era um grande exagero pois eu nem mala tinha, só tinha um saco) e estar pronto a qualquer momento para sair. Quando me vieram buscar perguntei se ia para o Bié ou S. Nicolau, mas o agente ficou mudo e quedo e conduziu-me para um jipe onde estava, mais uma vez, o Portocarrero. No aeroporto fomos ambos levados para um avião militar onde já se encontravam muitos tropas portuguesas, alguns deles feridos e em macas.

Ao subirmos para o avião, um major que devia ser o comandante perguntou-me: “onde estão eles?”. “Sou eu e este senhor”, respondi eu. Não me lembro se disse camarada em vez de senhor. A propósito desta confusão do major que me tomou pelo agente da PIDE, devo confessar que tenho algo de agente secreto, pois quando era estudante em Lisboa escapei muitas vezes dos cassetetes da polícia quando carregava sobre os estudantes antifascistas porque eu fazia ares de agente secreto e não corria. Uma vez corri... e comi!.

Fiquei bastante admirado porque o tal major não se mostrou agressivo nem pareceu incomodado quando eu respondi que eu e o Porto é que éramos os prisioneiros. Eu e o meu companheiro sentámo-nos lado a lado com a permissão do guarda costas que nos acompanhava, o agente Gouveia, para falarmos um com o outro.

Tínhamos andado poucas horas no ar quando um cabo português quebrou a frieza que nos rodeava quando se soube que nós éramos “terroristas” e veio falar connosco.

Graças à particular maneira de argumentar do Portocarrero, o cabo do exército português compreendeu a nossa posição e manifestou sempre a sua simpatia até Lisboa.

Chegámos de madrugada a Bissau e, com o acordo do agente e sua indispensável companhia fomos à cidade comer qualquer coisa. Quando voltámos para o aeroporto já estava funcionando um serviço de lanches para os passageiros do nosso avião. Neste serviço estava prestando a sua colaboração uma “velha” amiga da Casa dos Estudantes do Império, a Adriana, que me perguntou: “Sócrates, que fazes aqui ?”.

Respondi-lhe bem alto: “Vou preso para Lisboa”.

Um jovem que estava a seu lado fez-me sinal para estar calado e deu-nos sandes e cacau.

Eu, o Porto e o agente ficámos fora da aerogare à espera da partida do avião, o que ainda levou bastante tempo.

Entretanto espalhou-se entre a multidão quem nós éramos.

Havia muita gente à volta da aerogare: muitos oficiais portugueses e gente da terra, aqueles olhando-nos com o rabo do olho e estes manifestando, por gestos a sua simpatia.

Em Agosto de 1961 ainda não tinha começado a luta armada de libertação na Guiné Bissau mas já se encontrava ali uma guarnição militar bastante numerosa e os guineenses já se estavam preparando para ela.

Quando chegámos a Lisboa, fomos os dois metidos numa carrinha fechada, separada da cabine por uma rede metálica e não atravessámos, como eu esperava, a cidade para chegar ao Aljube.

Aqui, logo à entrada, fomos separados, revistados, apalpados e metidos numa cela, incomunicáveis. A minha cela media 6x2,5 passos, tinha um beliche móvel que quando descido ocupava quase toda a cela e tinha uma pequena portinhola que só se podia abrir do lado de fora e não tinha luz, era escura como breu. Uma campainha permitia chamarmos o guarda para ir à retrete.

Estava incomunicável, sem livros para ler e com uma caneta e papel expressamente deixados para eu “desabafar”.

La ficar neste cubículo durante 33 dias.

Mas estava muito mais descansado tanto psicológica como ambientalmente porque sabia que os métodos utilizados nos interrogatórios pela PIDE, que naquela altura era das polícias mais experientes do mundo, eram científicos, faziam falar mas não inutilizavam o prisioneiro. Em Angola não havia tal preocupação. Ambientalmente também me sentia melhor porque a higiene existia de facto e não ouvia os lamentos e ruídos que ouvira nas cadeias do Lobito e Luanda.

Embora aguardasse ser interrogado em qualquer momento, este ambiente permitia-me meditar e fazer um balanço crítico do que fora a minha vida nos últimos meses. Permitiu-me avaliar a situação em que me encontrava analisando causas, revendo consequências e mesmo começar a pensar em arrependimentos...Em menos de seis meses eu tivera uma vida muito agitada, desordenada, de movimentação constante, mais instintiva do que pensada, sem uma perspectiva estimulante. Tudo isto porque me convencera que os acontecimentos políticos que se vinham desenrolando à minha volta exigiam a minha imediata participação por estarem inseridos na órbita de uma opção feita nos anos da juventude, opção que obrigava a uma total entrega, sem contrapartidas ou recompensas, envolta num manto confuso de sentimentos de generosidade, abnegação e ingénuo heroísmo, exacerbada pelo desgosto causado pela morte recente dos meus irmãos Manuela e Alexandre, arrancados abrupta, prematura e dolorosamente ao convívio dos seus.

E ali estava eu, na cela escura, onde a única mas pouco frequente distração, era ver com incontida inveja, através de uma frincha existente na porta, alguns pombos arrulhando e fazendo amor no telhado de uma casa em frente que me parecia uma igreja.

Já tinham decorridos quase três meses e eu continuava incomunicável. Desmoralizado, comecei a rascunhar umas linhas para os meus carrascos em que declarava o meu arrependimento e fazia a promessa de não voltar à política. Mas não acabei porque me deu uma súbita dor de barriga e toquei à campainha para ir à retrete (nesse dia o almoço fora feijoadada e meia hora depois as campainhas das celas tocavam repetida e aflitivamente chamando pelos guardas).

Quando voltei para a cela o guarda segredou-me: “estiveram aqui e levaram o papel que o senhor tinha escrito”.

Fiquei furioso com o “atrevimento” e muito mais por me terem apanhado num momento de fraqueza.

E não pensei mais no assunto.

Para me “distrair” fiz-me de doente e fui ao médico que, por sinal era natural de Benguela e conhecia-me. Aconselhou-me a “colaborar” com a polícia e ofereceu-me um volume de cigarros.

Já se tinham passado mais de 90 dias de clausura solitária quando me vieram dizer que no dia seguinte ia ter a visita de minha mulher. No dia seguinte, à hora da visita prometida, disseram-me para arrumar as bicuatas porque ia mudar de residência. Pensei em Caxias, mas quando saí para o corredor encontrei o Falcão e o Portocarrero de mala aviada. Fomos todos juntos para a rua António Maria Cardoso, sede da PIDE, e como eles se mostrassem confiantes, e mesmo alegres, desconfiei que íamos para a rua.

No caminho para a sede, na rua íngreme que liga a Baixa Lisboa com a António Maria Cardoso, a carrinha teve um furo e nós tivemos que ficar dentro dela enquanto mudavam a roda.

Na sede da PIDE fomos recebidos por três inspectores, entre os quais o Casaca, que com toda a amabilidade se despediram de nós... Nunca percebi a razão desta súbita decisão de nos porem em liberdade....

Antes de irmos para casa, era já noite, fomos os três gozar a liberdade numa esplanada da Avenida da dita.

Pela conversa entre o Falcão e o Porto percebi que eles tinham sido apertados para dizer quem tinha sido o autor do manifesto da FUA, a quem eles chamavam tûmulo.

RESIDÊNCIA FIXA NA CAPITAL DO IMPÉRIO

Fomos postos em liberdade condicional com residência fixa em Lisboa, cidade que eu conhecia muito bem e onde tinha alguns amigos, antigos colegas da Universidade, quase todos camaradas das lides antifascistas.

Cheio de boas intenções de não continuar metido nas coisas da política e de refazer e consolidar laços familiares e económicos, procurei entrar na linha, portando-me como “uma pessoa de bem”, como “bom rapaz” como pretendia e dizia a minha sogra.

Mas as influências exteriores foram-se sobrepondo a estas bonitas intenções e as relações familiares nem sempre eram convergentes pois havia frequentes curtos circuitos devido a comprimentos de onda discordantes, até que chegámos aos últimos meses do ano de 1961. Nesta altura os meios políticos portugueses estavam agitados, em efervescência, e eu não podia deixar de estar interessado e mesmo envolvido pois a actividade política clandestina passava por muitos dos camaradas com quem contactava quotidianamente.

No “escritório” do Rossio, frente ao café “Nicola”, juntavam-se muitos políticos e agentes secretos, cada grupo utilizando os seus esquemas e disfarces para comunicar entre si. Foi nesse “escritório” que encontrei o Carlos Morais e outro Morais, do

Lubango, ambos incriminados da FUA e ali encontrei outros desterrados vindos de Angola e também recém saídos da cadeia: o João Mendes, o Henrique Abranches, o Cerqueira e um “satiagrá” de Goa de cujo nome me esqueci e que me veio agradecer os cigarros que eu, sem saber a quem se destinavam, lhe oferecera na prisão de S. Paulo de Luanda.

E foram aparecendo outros desterrados e não desterrados angolanos, deputados, estudantes, funcionários, comerciantes, etc..

Foi por esta altura que fugiram de Portugal dezenas e dezenas de estudantes ultramarinos e por isso muitos dos que andavam no passeio do “Nicola”, também chamado o “passeio dos tristes” também sonhavam com a aventura de “dar o salto”.

O nosso grupo, eu, Falcão, Portocarrero, Mendes e Morais e o outro Morais do Lubango de quem não me lembro do nome completo,, em determinados dias e horas, esperava o Dr. Jesus dos Santos, deputado angolano da Assembleia Nacional Portuguesa residente no Lobito, e que servia de ligação entre nós e a PIDE para saber qual o destino que esta nos reservava.

Num desses dias, o Jesus dos Santos passou por mim e virou-me a cara e eu percebi que estava tramado. Com efeito ele comunicou aos outros que “todos podiam regressar a Angola menos o Sócrates”. E eu, com os meus botões, comecei a pensar que, se ficasse em Lisboa acabaria por ser preso como estava sucedendo aos meus colegas da Universidade que estavam a ser presos em 1961 por terem pertencido, como eu, ao MUD Juvenil em 1945!

Comecei portanto a organizar uma fuga com todos os éfes e érres, de modo que não fosse apanhado nalguma falha. Em vez de reunir ou marcar encontros em lugares ermos ou isolados, adoptei o sistema de reuniões em lugares públicos, sentados, com bebidas à mistura. No Rossio, mesmo atrás do “Nicola” existia ou ainda existe uma cervejaria, a “Alvarez”, que foi um dos meus escritórios enquanto preparava a fuga. Na Feira Popular também tinha um “escritório nocturno”, no primeiro andar de um restaurante frente à barraca do combóio fantasma, onde um grande boneco subia e descia, virava a cabeça e revirava os olhos vermelhos ou azuis. A escolha deste tipo de escritórios obedecia a dois critérios muito meus e por mim adoptados face a experiências anteriores: fugir de encontros secretos em lugares solitários pois quem estava com residência fixa e constantemente vigiado seria facilmente reparado, e dar a entender que eu continuava a ser o tal alcoólico inveterado que tanto a PIDE como alguns “amigos” queriam que eu fosse. Ao mesmo tempo dava-me um certo prazer obrigar os agentes da secreta a ficarem horas e horas em mesas próximas e serem rendidos à nossa vista.

Nestes “escritórios” fui conhecendo: o Ernesto Lara Filho, a Maria do Céu Carmo Reis, o Adolfo Maria, a amiga da Céu, Mimi Marcelino, o Mário João “Berro d'Água”, o Adelino Torres e a Olga Lima. Não me lembro se conheci o Carlos Pestana, “Pepetela” em Lisboa ou em Paris. Quase todos estudantes, estes jovens estavam grandemente interessados pelos problemas políticos, principalmente relativos às colónias, e todos desejavam participar, sobretudo se conseguissem “dar o salto” como estava na moda.

Foi durante este período que faleceu em Angola a Alda Lara, irmã do Ernesto. Este ficou muito abalado com a morte da irmã por quem ele tinha uma grande admiração e adoração. Talvez por eu ser mais velho e conhecido de toda a família Lara, o Ernesto adoptou-me como seu pai espiritual ou orientador, não como seu mentor porque o Ernesto era demasiado indisciplinado e rebelde para aceitar mentores.

A preparação do nosso “salto” levou muito tempo, de Novembro de 61 a Agosto de 62, e durante este período muitos foram os acontecimentos em que estive directa ou indirectamente envolvido.

Foi durante este período que o meu sobrinho José Bernardino, estudante que vivia na clandestinidade, militante do P. C. Português natural de Angola, foi preso. A propósito recordo-me que o P.C.P. mandou-me um recado dizendo que desejava ter um encontro com um responsável da FUA que não fosse eu. Desejava que fosse o Falcão.

Quando o Falcão regressou do encontro clandestino vinha muito assustado e contra todas as regras de segurança revelou-me que o homem do P.C. com quem falou era o meu sobrinho. Eu pouco interesse dediquei ao assunto do encontro pois já andava bastante arreliado com o P.C. que defendia a tese de que o branco nascido em Angola devia ser português, tese que já existia em 54 quando fundei a primeira célula do P .C. Angolano no Huambo. Além disso, diga-se em abono da verdade eu estava profundamente melindrado não só com o P.C.P. como também com a PIDE, pois para ambos, o interlocutor mais válido era o Falcão. Só mais tarde compreendi que nisto da política, e não só, não basta ser leal sincero e abnegado. Os políticos, mesmo os que defendem as teses mais generosas, preferem conversar com um adversário sustentado por interesses económicos ou financeiros e põem de parte os idealistas ingénuos e pobretões que ficam na prateleira dos inofensivos e imbecis.

Foi também durante este período que o deputado por Angola, Dr. Victor Barros, da Caála e seu irmão Jaime passaram por Lisboa. O Victor apresentou um aviso prévio na Assembleia Nacional sobre a situação em Angola. Combinámos com ele que daríamos a nossa colaboração na redacção do aviso prévio e que, no dia em que o aviso fosse lido na Assembleia, nós encheríamos as galerias desta com estudantes e comerciantes do Ultramar. Mas o Victor, à última hora, dispensou a nossa colaboração em todos os aspectos e apresentou-se com uma coragem quixotesca na Assembleia onde todos os deputados, menos um, ouviram depreciativamente o seu aviso prévio. O único deputado que o apoiou foi o Roseira, angolano de Luanda, que no silêncio e frieza geral murmurou um tímido “apoiado (ver diário das sessões da Assembleia desse dia, para confirmá-lo).

Se o Dr. procedeu assim - apesar de ter garantido asilo político na Embaixada Inglesa - já o seu irmão Jaime teve outro comportamento. Este, comerciante no Katanga e amigo pessoal de Tchombé, arriscou-se a ir parar às garras da PIDE.

O Jaime estava em Lisboa encarregado pelo Tchombé de comprar armamento, que antes de entrar no Katanga ficaria em Angola numa zona entre o Huambo e Bié. O Jaime veio propor-me um golpe magistral: contactar o MPLA para se apoderar desse armamento no momento a indicar. Eu teria que estabelecer contactos com o MPLA para preparar o golpe. Era uma operação aliciante, daquelas em que gostávamos de participar dado o seu cunho aventureiro mas viável e útil.

Enquanto eu procurava os meios para estabelecer esses contactos, o Jaime manejava as suas ligações financeiras e outras para comprar e embarcar esse material.

Mas um belo dia o Jaime teve que tomar rapidamente um avião para o Brasil para não ser preso ou liquidado. Diga-se de passagem que esta história do material de guerra para o Katanga era autêntica porque mais tarde, no local indicado, aconteceram muitas coisas com homens do Katanga e material de guerra à mistura.

O golpe falhado contra o quartel de Beja de 1961 veio tornar mais densa a atmosfera política, com a polícia política mais activa do que nunca e a oposição portuguesa mais vigilante e muito mais cautelosa. O meu sobrinho José Bernardino foi preso durante esses agitados dias. As fronteiras estavam muito bem vigiadas. Havia que aguardar mais um tempo para concretizar o “salto” em preparação.

Os meus “escritórios” funcionavam com grande número de frequentadores e eram cada vez mais eficientes.

Nos finais de Junho de 62, foi necessário ir à fronteira para combinar com os passadores os últimos preparativos para o “salto” Encarregou-se dessa missão o meu sobrinho Luís Bernardino, estudante de medicina com ligações com o P.C.P. Como fosse necessário um companheiro de confiança, indiquei o Ernesto Lara que ficou radiante. Alugou-se um carro e lá foram o Luís e o Ernesto.

Quando votaram desta secreta missão, o eu amigo Ernesto estava com um cagaço de tal ordem que eu temia a cada instante uma falha sua que compromettesse a nossa organização.

Estava já quase tudo ultimado para o “salto” quando um dia encontrei o Henrique Abranches e lhe perguntei se queria “saltar” connosco. Respondeu-me que não tinha confiança na nossa organização...mas mais tarde foi com esta que também “saltou”.

Também dias antes da nossa saída encontrei o Luandino Vieira acompanhado pelo Carlos Ervedosa que era um dos nossos colaboradores mais chegados e estava dentro do assunto. Por isso não propus ao Luandino para vir connosco. Aliás o Luandino parecia tão confiante que a PIDE lhe restituiria o passaporte que lhe retirara quando o avião em que ia viajar já estava na pista, que eu nem pensei em fazer-lhe tal proposta.

A data projectada aproximava-se mas faltava a massa para pagar os custos da fuga. Felizmente o Adriano Moreira, Ministro do Ultramar consentiu que me fossem pagos os ordenados até ao final do meu contrato como professor do liceu de Benguela. Recebi assim quarenta e tal mil escudos, metade dos quais serviram para pagar aos passadores.

Faziam-se os últimos preparativos, contavam-se pelos dedos os dias que faltavam, quando surge uma notícia que nos obrigou a aguardar mais tempos: o Agostinho Neto, também com residência fixa em Lisboa, saíra clandestinamente do país. Isto obrigou-nos a adiar a nossa fuga pois que seria arriscado naquele momento porque a PIDE ficara assanhada com a fuga do Neto.

Com o Ernesto Lara cada vez mais nervoso, chegámos finalmente àquele sábado, véspera do dia marcado para a fuga. No dia anterior o Falcão informara-me que já não ia connosco como estava previsto e entregou-me dez mil escudos para ajudar as nossas despesas. Mas tanto ele como o Carlos Ervedosa faziam parte do grupo que nos levou à fronteira.

Cerca das dez horas da noite daquele Sábado consegui meter o Ernesto e bagagem num combóio para Coimbra com a missão de contactar o Beto Traça para seguir connosco. Em seguida fui ao “escritório” da Feira Popular para saber se havia alguma novidade importante.

Ao entrar no recinto da feira tive um pressentimento tão estranho que merece ser relatado: tive a noção exacta de que me sairia o célebre trem de panelas que se rifava no pavilhão das mesmas. E absolutamente convicto de que sairia tal trem, entrei no Pavilhão das ditas, comprei um bilhete, esperei pelo resultado do sorteio, saiu o meu número e fui levantar o trem de panelas que tinha quase a minha altura!

Contente, mas interrogando-me sobre o significado daquele palpito de ganhar panelas naquele momento - seria que a sorte me bafejaria depois do salto? - subi ao “escritório” onde não encontrei quem eu esperava mas encontrei uma pessoa que não esperava ver ali, o muito conhecido homem das Finanças de Angola, o Emílio Simões de Abreu.

Depois de tomar um tinto com ele, despedi-me com um “até breve” que me saiu da boca para esconder o “até quando” que preferiria dizer.

O SALTO: FUGA E PRIMEIROS PASSOS NA CAPITAL DA LIBERDADE

Naquela madrugada de Agosto, eu, o João Mendes e o Carlos Morais, entrámos, no largo da Igreja de S. João de Deus, em dois carros em que vinham o Carlos Ervedosa e o Fernando Falcão. Um dos carros era um “Citroën” conhecido por arrastadeira, que aparentava não ter fôlego para a viagem. Reparei que o Mendes, contrariamente ao que fora estipulado, trazia uma mala em vez de um saco.

Quando chegámos a Coimbra ainda era muito cedo mas o Lara já se encontrava no local combinado. Muito nervoso, mas já refeito dos copos da véspera, queixou-se que o Daniel Chipenda e o Traça não tinham prestado a devida atenção à sua missão e que ficara de os contactar nessa manhã. Pedi-lhe que contactasse imediatamente o Chipenda e o Traça e lhes comunicasse que estávamos ali prontos a levar connosco este último, como estava combinado.

Depois de uma já bastante longa espera o Lara voltou e comunicou-nos que o Chipenda pedia que esperássemos pelo menos três horas.

Perante tão estranha resposta e avaliando as consequências de tão longa espera (dos seis presentes, cinco tinham residência fixa em Lisboa e eram bastante conhecidos dos agentes da PIDE), resolvi abalar deixando o Traça em terra e como já não fossem necessários todos os carros, um deles voltou para Lisboa com o Carlos Ervedosa mais contente que um rato.

Já perto da fronteira e quando não convinha despertar as atenções, a “arrastadeira” resolveu furar o tubo de escape e começou a assinalar a nossa passagem com estrondosos puns-puns.

O nosso passador que era um homem conhecedor dos truques e segredos da passagem de fronteiras e tinha especial cuidado quando sabia que se tratava de políticos, ficou furioso quando viu a mala do Mendes e trocou-a por um saco de pano feito de remendos.

Pela calada da noite iniciámos a nossa caminhada para o desconhecido. Eu, o Lara, o Mendes e o Morais, receosos mas contentes, subíamos ladeiras ou atravessámos ribeiros secos, topando aqui e ali com pedras e pedregulhos que corriam ribanceiras abaixo com grande ruído, o que obrigava os dois guias a dizer com ar colérico: “é preciso ter muito cuidado... não façam muito barulho...porque se os “carabineros” nos ouvem estamos fodidos”.

E andámos e andámos, subindo e descendo montes e montículos e, já em terra de Espanha, despontava o sol no horizonte, fomos escondidos num celeiro. Estávamos cansados, exaustos, principalmente eu que me estendi sobre a palha, adormeci imediatamente e fiquei de tal modo espalmado que no dia seguinte um dos guias disse-me: “o senhor até parecia uma pele estendida na palha!”.

Durante o dia tínhamos que sair do palheiro e íamos para uma mata longe do povoado enquanto não chegasse o carro que nos devia levar para Irun, perto da fronteira francesa.

O carro devia chegar dentro de dois dias, no máximo, mas não apareceu. Então o Morais, o nervoso, e o Mendes, o cauteloso, perderam as estribeiras e queriam obrigar os dois guias a ir procurar outro carro e, falaram de tal maneira, que os guias pareceram-me dispostos a largar-nos em plena mata. Lá consegui acalmar os ânimos e no dia seguinte chegou um espanhol na sua “Dauphine” na qual embarcámos esfregando as mãos de contentes. Tão contentes que o Mendes, o cauteloso, esqueceu-se das

recomendações que eu fizera para não se revelar quanto tínhamos pago pelas “passagens” e disse ao espanhol quanto tínhamos pago. Ao ouvir a quantia, o espanhol parou o carro e disse furioso: “Ah, foi isso?. Então temos que fazer contas”. Refiro-me a este facto porque, mais tarde, a rede luso espanhola que organizara a nossa fuga foi desmantelada e o camponês que nos albergou em Portugal foi parar à cadeia.

O nosso condutor ficou visivelmente arreliado com a revelação do Mendes e eu comecei a recear pela sua lealdade.

Quando chegámos a S. Sebastian a nossa aparência era pouco recomendável e por isso o espanhol sugeriu que fossemos tomar banho à praia para tirarmos, pelo menos, a porcaria visível e quis deixar-nos na praia mais frequentada que eu sabia ser o poiso de muitos portugueses entre os quais os agentes da PIDE.

Tomámos o nosso banho numa praia menos frequentada e fomos comer uma lauta refeição para ganhar forças para a grande caminhada que nos esperava.

Ao cair da noite fomos postos junto à linha férrea, face a uma alta e íngreme ribanceira e entregues aos nossos guias que eram dois jovens que não deviam ter mais do que 16 anos, com ar ladino e vigilante como esquilos pois viravam a cabeça rápida e frequentemente com os olhos bem abertos.

Dado o sinal de partida, começámos a subir a íngreme ladeira com uma velocidade sucessivamente decrescente à medida que subíamos para as cumeadas dos Pirinéus, sempre esperançados de que descansaríamos no cume mais próximo que afinal não era aquele mas o outro mais distante...

Trôpegos, principalmente eu, e com os bofes a sair pela boca, descansámos finalmente no alto de uma montanha donde divisávamos a cadeia de montanhas dos imensos Pirinéus que teríamos que galgar. Mas ali havia ar puro, respirava-se com agrado e o luar começava a pratear a verdura dos campos.

Recuperámos a marcha depois de breve descanso, caminhando por carreiros, subindo e descendo, serpenteando à beira dos riachos.

Apesar da beleza da natureza a marcha começava a ser monótona e cansativa quando, a páginas tantas, reparei que os dois guias que caminhavam na frente se distanciavam cada vez mais e pouco se preocupavam connosco. Reclamei imediatamente um alto e os guias foram colocados entre nós, isto é, dois dos nossos à frente e atrás e os guias no meio.

Horas depois os dois mocitos anunciaram que estávamos próximos da fronteira com a França. Quando encontrámos uma vedação de arame farpado - que não oferecia dúvidas ser uma vedação para gado cujos vestígios eram evidentes nos montes fumegantes de bosta de boi - os guias anunciaram que aquela vedação era a raia com a França. Embora não tivéssemos aceite esta forma de sinalização de fronteiras, não deixámos de manifestar a nossa alegria por estarmos pisando terra francesa.

E quando ao longe, lá em baixo, avistámos luzes que já pareciam ser de uma grande povoação, deduzimos que estávamos chegando a Hendaia, mas os guias disseram que era mais à frente. Lá andámos mais uns quilómetros até atingirmos Saint-Jean-de-Luz. Quer dizer que andámos muito mais do que o necessário. Tínhamos que andar para trás, mas agora por bons caminhos e entre turistas que madrugavam. Em Hendaia trocámos dinheiro e comprámos bilhetes para Paris. Entretanto os guias tinham desaparecido.

Já estávamos instalados na nossa carruagem a sonhar com a chegada à cidade das Luzes, quando ouvimos os alto falantes da gare a berrar em espanhol que se procuravam quatro portugueses clandestinos. Não ouvi mais nada porque o Lara, o Morais e o Mendes, este muito mais pálido e lento, pegarem nos respectivos sacos preparando-se para saltar da carruagem e fazer uma provável maratona. Impedi-os de

sair dizendo: “Fiquemos aqui quietinhos porque não deve ser connosco...e se nos virem a cavar apanham-nos para averiguações...”.

Então aguardámos mais alguns minutos que pareceram séculos até que a corneta da partida deu o sinal tão desejado.

Agora sentíamo-nos de facto em liberdade e emocionados com a perspectiva de conhecer Paris.

Chegados aqui e cumprindo todas as regras para evitar encontros desagradáveis, aportámos enfim em casa do Castro Soromenho cuja morada sabíamos de cor.

Foi uma alegria conhecer o Castro Soromenho, um mais velho cuja vida em Paris não era fácil, que nos encorajou e encaminhou para o então primeiro e único embaixador de Angola na Europa, o inesquecível Câmara Pires, inesquecível para todos os angolanos que naquela época procuravam no exílio a única possibilidade de sobreviver continuando a consagrar-se à luta pela libertação da sua terra.

Naquela altura eu já era quarentão mas senti inveja de um Câmara Pires que já teria os sessenta e tais e parecia comportar-se como um jovem, sacrificava-se como um jovem sabendo previamente que não iria beneficiar da sua dedicação e sacrifício.

Câmara Pires era um homem fora de série, um africano mestiço, muito culto, habituado ao convívio com a grande burguesia europeia, que cultivava a ironia, sabia ser severo quando necessário e sabia atender a juventude negra, branca ou mestiça, todos “revolucionários” que chegava a Paris e precisava do apoio do “embaixador” da rua Hypollite Mandron n.º 7. Resumindo, era um homem vivido, generoso sem ser ingénuo, que sentia o momento que passava de grandes transformações em África e na sua terra

Na sua casa de Paris arranjava-se sempre comida e dormida nas grandes aflições. O Câmara não era comunista nem socialista declarado, mas era um homem aberto às ideias de esquerda e como tinha boas relações em Paris safava muita gente de problemas delicados.

Era um militante activo do MPLA, sem ficha nem estatutos. Em 1963, quando o MPLA atravessou uma das suas grandes crises, o Câmara deixou o conforto da sua casa de Paris para ir para a Itália defender a causa que ele considerava a mais válida. As causas válidas têm sempre alguns homens sãos e honestos a defendê-las, tal como o “velho” Câmara. Muitos foram os que se sentaram à sua mesa... E os que se limitavam a aproveitar-se da sua pessoa, comendo e bebendo e mesmo dormindo e não sabiam reconhecer a sua generosidade e sacrifício, fugindo mesmo a lavar os pratos, eram os oportunistas que ficavam no ficheiro da sua memória para não repetirem o abuso. “Faire la vaisselle”, lavar a loiça, servia de teste para a avaliação dos pequenos oportunistas.

O Paulo Jorge viveu bastante tempo em casa do Câmara, lavou lá muita loiça e conheceu-o melhor do que eu.

Para terminar este parêntesis não posso deixar de lembrar esta frase do Câmara Pires que ele me confidenciou num momento de calma na sua casa de Paris: “Oh! Dáskalos, tu acreditas que estes comunistas serão capazes de governar Angola?”. Não revelo o que respondi para que não se pense que eu fui um dos videntes mais acertados deste mundo.

NO LABIRINTO DO SOCIALISMO “SEM VÉU” E “COM VÉU”

O nosso anfitrião Câmara Pires pôs-nos imediatamente em contacto com um “réseau de soutien” que pegou em nós e nos instalou numa casa de madeira no interior de um quintal bastante vasto onde existiam as condições mínimas de habitabilidade para aquela quadra do ano, Verão, situada no “quartier de Kremlin-Bicêtre”. Esta palavra Kremlin, aposta num selo de um postal que enviei para Lisboa para a pastelaria “Sul

América” onde o Felipe Mesquita e outros amigos deveriam receber notícias minhas, causou-lhes um grande calafrio quando um empregado lhes anunciou em voz bem audível: “têm aqui um postal do Kremlin!”, pois naquele tempo tudo que se referisse à Rússia era motivo de cadeia.

Os nossos contactos com o “réseau” eram estabelecidos através da Marie e do Pierre, nomes de guerra de uma jovem e franzina francesa com cerca de vinte e poucos anos e de um francês um pouco mais velho, culto, político de esquerda activo e muito dedicado que conhecia bem os subterrâneos da luta anticolonialista nas colónias francesas, adorava actuar na clandestinidade e estava a iniciar-se na luta anticolonialista das colónias portuguesas.

Nós, os da FUA, não queríamos tomar iniciativas públicas sem ter contactado previamente a direcção do MPLA e como este contacto estivesse demorado começámos a trabalhar na redacção de uma carta dirigida aos Brancos de Angola, enquanto o Mendes aprofundava os seus estudos da “Bíblia”, designação que dávamos às “Obras Completas” do camarada Lénine.

Entretanto começaram a juntar-se ao nosso grupo os companheiros vindos de Lisboa, alguns saídos legalmente e outros clandestinamente, todos ou quase todos desejosos de ingressar nas hostes do nacionalismo angolano enquanto havia uns tantos que se faziam nacionalistas ardorosos com a única ambição de arranjar uma bolsa de estudos. Assim juntaram-se ao nosso grupo os fiéis de Lisboa: o Carlos Pestana (Pequetela), a Maria do Céu Carmo Reis, admiradora de Jorge Amado a tal ponto que preferia que lhe chamassem Quitéria, o João Mário também conhecido pelo Berro d'Água por já andar de amores com a Quitéria, o Adelino Torres Guimarães, já nessa altura muito organizado e metódico, o Adolfo Maria que passou a ser um colaborador incansável, conhecedor e disciplinado. Mais tarde apareceu um grandalhão de Benguela, o Avidago, que partiu passado pouco tempo porque não conseguiu connosco a única coisa que desejava: uma bolsa de estudos.

Em Paris o Ernesto Lara ganhou mais ânimo e começou a interessar-se mais a fundo pela política pois tinha a secreta ambição de vir a ser o Fidel de Castro de Angola. Nos dois primeiros meses, as nossas finanças ferozmente vigiadas pelo João Mendes, permitiram-nos que nos dedicássemos afincadamente ao trabalho. Em pouco tempo e antes do Inverno já tínhamos a Carta aos Brancos pronta para ser distribuída, o Mendes já decorara a “Bíblia” e pensava na redacção dos Estatutos e tínhamos em mente fazermos um jornal cujo nome estava em discussão.

Salvo a Céu que era bem moreninha, todo o resto do grupo era branquinho o que fazia confusão aos comunistas franceses que estavam por detrás do “réseau” pois que, tal como os comunistas portugueses, também pensavam que os comunistas angolanos só podiam ser negros. A brancura do nosso grupo começava a criar dúvidas aos nossos apoiantes sobre a continuidade do seu apoio, isto é se deviam ou não continuar a dar apoio ao nosso grupo. Mas este estava demonstrando não ser formado por ignorantes políticos, estavam demonstrando serem honestos, perseverantes e sacrificados, organizados e poupados e ter uma rede clandestina de ligações com Portugal e Angola muito eficaz. Por tudo isto, principalmente por causa dessas ligações, não convinha ao “réseau” cortar o seu apoio, pelo menos enquanto não conseguisse entrar no esquema dessas ligações.

Com a chegada do Inverno tivemos que mudar de casa e fomos para um apartamento num prédio muito velho onde a “chauffage” interior, a carvão, com grossa tubagem esburacada não conseguia cumprir a sua missão. A Céu foi acomodada num lar perto de nós; o Lara, o Pestana e o Berro ficaram comigo, o Mendes e o Moraes

acomodaram-se como souberam e o Adelino arranjou um quartinho sem casa de banho mas donde podia usufruir do romantismo dos telhados de Paris.

Dado que os nossos recursos financeiros definhavam a olhos vistos e que os nossos apoiantes eram cada vez menos generosos, todos os do grupo procuraram trabalho, menos o Mendes (não sei porquê) e eu, que fiquei para arrumar a casa e fazer a cozinha. Nunca tinha cozinhado mas aprendi e tornei-me especialista de caldeiradas e moambadas à minha moda.

A nossa actividade nunca parou: a Carta aos Brancos de Angola foi impressa, distribuída mesmo em Angola e entregue na ONU; o nosso jornal já tinha nome que eu contra todas as opiniões impus que fosse “Kovaso”, “em frente” ou “avante” em Umbundo, e estava no prelo; os Estatutos estavam quase prontos e eu e o Adolfo tínhamos dado duas entrevistas, uma à “Jeune Afrique” e outra à “Partisans” Esta apresentou-nos como os “pieds noirs de l’Angola” e a “Jeune Afrique” apresentou-nos como a “terceira força” de Angola, face à UPA e ao MPLA. Fomos apanhados desprevenidos com estas designações de “pieds noirs” e “troisième force”.

Entretanto tínhamos enviado um convite a todos os movimentos de libertação angolanos, MPLA e UPA, e à União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), solicitando uma reunião conjunta para a formação de uma Frente única de libertação.

Estávamos actuando como ingénuos nas coisas da política cedendo simplesmente às boas intenções e por isso o nosso convite ficou sem resposta, salvo da UNTA que concordava com tal reunião e por isso nos respondeu afirmativamente na pessoa de Pascoal Luvualu. Mas apesar de tudo começávamos a ter crédito e a estender a nossa acção fora e dentro de Angola.

Foi nesta altura que fomos convidados para uma reunião em Paris com elementos da oposição portuguesa ali exilados para analisarmos as possibilidades de uma acção comum Foi o jornalista Veiga Pereira quem promoveu esta reunião mas não me lembro se assistiu à mesma. Lembro-me da presença do Tito de Morais e Piteira Santos, o engenheiro e o doutor que depois do “25 de Abril” em Portugal foram, respectivamente, presidente da Assembleia Nacional e director do “Diário de Lisboa”. Ambos calejados na política doméstica também iniciavam os primeiros passos nos tortuosos corredores políticos do exílio.

A reunião foi orientada pelo Piteira e durante a mesma apercebi-me que o objectivo principal dos companheiros portugueses era saber quais seriam não só os nossos objectivos políticos mas também e principalmente quais seriam as nossos recursos financeiros e sua origem.

Nas reuniões deste género eu tinha duas preocupações dominantes: manter o sigilo completo em relação às nossas ligações clandestinas e não revelar a debilidade das nossas finanças. Por isso fiquei, como se diz em bom português, na retranca, e deixei o Adolfo e o Mendes desenrolar os seus argumentos e teorias. Por isso, o Piteira no final da reunião disse: “afinal o Sócrates não disse nada”. Isto aconteceu quando estava na forja a criação da Frente Patriótica Portuguesa, cujo manifesto, antes de ser divulgado, me foi apresentado pelo Veiga Pereira para eu dar a minha opinião sobre a parte referente à luta de libertação das colónias portuguesas. Como a Frente Patriótica dissesse nesse manifesto apoiar a “autonomia das colónias”, eu disse ao Veiga Pereira que recomendasse aos seus correligionários para substituírem a palavra “autonomia” por “independência”, o que eles não aceitaram e por isso, mais tarde, tiveram sérias makas com o MPLA.

Enquanto não chegavam a Paris os emissários do MPLA para conversarem connosco, concluímos o n.º 1 do nosso jornal, os estatutos saíram do prelo e não eram divulgados por motivos só conhecidos do Mendes e tínhamos formado o nosso Comité

Director no Exílio do qual eu era o Presidente e o Mendes, Adolfo e Morais, os Vogais. O Ernesto Lara não foi incluído neste Comité e ficou encarregado de entregar à imprensa local o nosso comunicado. Na notícia dada pelo jornal “Le Monde” sobre a criação deste comité director no exílio, o Lara aparece como “attaché de presse” do mesmo.

O “Diário de Notícias” de Lisboa publicou na primeira página um editorial sobre a criação desde comité director da FUA na qual fazia o prognóstico seguinte: “sol de pouca dura pois o Branco não tem lugar no nacionalismo angolano”.

Esta e outras notícias sobre a FUA estavam contribuindo para a sua divulgação ao mesmo tempo que começavam a levantar polémicas e resistências à sua expansão. O facto da revista “Jeune Afrique” nos ter apelidado de “terceira força” no contexto nacionalista angolano estava causando dificuldades à nossa acção, o que nos obrigou a fazer um desmentido. Aliás nós não tínhamos interesse algum em sermos considerados como tal pois a nossa frágil organização não tinha bases para suportar tal posição e as correntes contrárias no interior do país poderiam desviar a FUA para um movimento com as características de um movimento de brancos semelhante como o de Ian Smith, na vizinha Rodésia.

A FUA estava a criar no exterior um impacto que não correspondia à sua efectiva implantação no interior do país, mas a nossa rede de comunicações estava a funcionar com eficiência e por isso era provável que viesse a expandir-se rapidamente em profundidade e extensão

Por isso a FUA era já uma fonte de preocupações e de dores de cabeça para vários sectores: o nacionalismo angolano que se tornava cada vez mais escuro e começava a combater a angolanidade dos intelectuais angolanos opondo-lhe a negritude e, para a PIDE que supunha que o suposto pendor comunista da FUA como prejudicial às suas intenções de vir a utilizá-la, ou a alguns dos seus dirigentes como um movimento de brancos de direita. E constituía uma incógnita para os “réseaux de soutien” afectos à esquerda que estavam hesitantes ante prestar ou não prestar apoio a um movimento que se mostrava trabalhador, dinâmico, organizado e com bases ideológicas seguras.

É neste contexto que aparecem em Paris os emissários do MPLA Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade que, segundo o que observei, eram duas figuras mitológicas para o Mendes e Adolfo. Para mim eram mais que simples conhecidos pois o Lúcio tinha sido meu explicando em Lisboa e o Mário fora meu companheiro a bordo do “Império” quando foi estudar para Lisboa.

Na rua Hypollite Mandron n.º 7, casa do Câmara Pires, teve lugar o tão almejado encontro entre a FUA no exílio e os emissários do MPLA, Lúcio e Mário de Andrade. Do nosso lado assistiu todo o Comité Director no exílio: eu, Morais, Adolfo e Mendes.

Antecipando-se, o Adolfo e o Mendes declararam que antes de tudo “se consideravam militantes do MPLA!”, o que me colocou logo numa delicada posição, pois se eu tomasse idêntica atitude não tinha nada a discutir, só tinha que obedecer.

Durante a reunião os objectivos da FUA não ficaram bem esclarecidos pois a discussão principal girou à volta da tese apresentada pelos mensageiros de que a FUA devia ser um “movimento só para Brancos” e teria a obrigação de encaminhar todos os Negros que nela quisessem militar para o MPLA. Eu rejeitei tal tese pois ela contrariava um dos principais objectivos da FUA que era a multirraciedade e iria facilitar os objectivos da PIDE que já estava forjando o seu movimento e aproveitar-se-ia de um tal movimento para cavar cada vez mais fundo o fosso entre Negros e Brancos. Mesmo pintado com cores socializantes um movimento só de brancos era uma presa fácil nas mãos da PIDE e dos capitalistas (aliás o pouco santo e muito conhecido inspector da

PIDE, S. José Lopes, já estava fomentando e ajudando a criar um partido similar ao de Ian Smith da Rodésia).

Durante a reunião e contrariando todas as nossas reiteradas recomendações o Mendes revelou uma ligação clandestina com um elemento nosso no Huambo, o Coelho, que mais tarde foi preso, o que provocou o desmantelamento de toda uma rede clandestina. Com efeito essa revelação do Mendes veio a provocar, no Huambo, a prisão do nosso simpatizante Coelho, empregado da Companhia de Benguela. Em consequência das revelações do Coelho foi desmantelada toda uma rede de comunicações entre o interior e o Porto do Lobito com a prisão e posterior mudança obrigatória de residência do Jorge Rocha, Mário Nunes e outros. E a minha irmã também foi sujeita a interrogatórios e contra interrogatórios pela PIDE.

Contrariamente ao que eu esperava a reunião com os emissários do MPLA, em vez de vir facilitar a nossa acção, veio dificultá-la.: o “réseau de soutien” começou a pôr cada vez mais dificuldades no apoio que nos prestava.

Apesar disso decidimos dar cumprimento ao nosso plano inicial do estabelecimento na capital da Argélia do nosso quartel general. Para esse efeito a, advogada francesa Michelle Beauvillard – cujo nome e morada nós conhecíamos de cor para o caso de sermos apanhados pela polícia francesa enquanto não tivéssemos o “permis de séjour”- foi à Argélia para conseguir os passaportes para eu e o Adolfo seguirmos para aquele país. Entretanto o nosso “grande chefe” do “réseau de soutien”, que era um egípcio com o nome de guerra Curiel, com o qual já tínhamos feito uma reunião conjunta, quis ter uma conversa a sós com cada um de nós. Ora eu já tinha constatado que nas reuniões em que discutíamos com os mentores do grupo de apoio, a opinião destes prevalecia sempre, mesmo quando nós apresentávamos argumentos válidos resultantes do nosso conhecimento directo de situações vividas no nosso país, situações essas que eles não conheciam nem imaginavam. Estes mentores eram homens experimentados nas lides políticas que iam para as reuniões com um objectivo pré fixado e conduziam a reunião de modo a conseguir esse objectivo.

Os primeiros a ir à catequese do Curiel foram o Morais e o Adolfo; o Mendes não precisou porque já era um fervoroso e obediente sacristão.

Esta reuniões eram rodeadas de todas as cautelas para garantir o sigilo do lugar em que se realizavam e o nome dos participantes e por isso eram espaçadas. Aproveitei um dos interregnos para contactar um homem de Moçambique que passava quase clandestino por Paris: o Marcelino dos Santos. Este, quando eu lhe expus os objectivos da FUA e lhe disse que era necessário conservar os seus intentos de multirracialidade, concordou comigo e entusiasmou-me a continuar e logo me forneceu contactos valiosos na Argélia.

Como tardasse o meu encontro com o Curiel, manifestei a minha estranheza a uma camarada francesa ligada ao “réseau”, excelente camarada que tinha já passado pela cadeia onde aproveitou o tempo para estudar astrologia e conhecia bem os signos.

Antes de me responder ela perguntou-me a data do meu nascimento e ao ouvir a resposta ela disse-me que eu pertencia ao signo dos Peixes e que os indivíduos deste signo não ofereciam grande confiança aos políticos pois eram pessoas que quando começavam a nadar em águas turvas davam o salto, mudavam de águas!

Achei enorme piada ao facto dos políticos do socialismo científico se preocuparem com os signos, mas o que é verdade é que, no meu caso tinham razão pois eu estava mesmo a pensar em mudar de águas. E para não me comprometer com o Curiel faltei ao encontro e fui falar com a nossa advogada Michelle Beauvillard. Esta confidenciou-me que havia grandes confusões, no seio do “réseau”, entre angolanos e franceses, sobretudo com francesas, confusões de ordem amorosa que se reflectiam nas

relações políticas. E assim, em consequência destas e outras contradições já não era possível conseguir os passaportes diplomáticos, mas ela iria fazer todos os esforços para conseguir passaportes normais.

Quando cheguei a casa menti redondamente dizendo ao Mendes que não tinha encontrado o Curiel na morada indicada e o Mendes anunciou-me aquilo que eu já sabia: que a Michelle já não nos arranjará os passaportes, nem diplomáticos, nem normais.

No meio destas andanças, incertezas e traições, eu andava nervoso, adoentado, só conseguindo alguns momentos agradáveis quando conseguia uns franquitos e reunia a minha claque, a Céu, o Lara, o Pestana e o Berro num “bistrot” e enfiávamos alguns “ricards”, e “du pinard” (vinho tinto em calão francês) o que nos permitia fazer “un tour d’horizont” das nossas vidas sem dramatismos.

Este meu hábito de procurar esquecer as agruras do dia à volta de uma mesa tendo em frente uma reconfortante bebida, desde há muito tempo que vinha sendo aproveitado pelos meus inimigos e detractores para tentarem desprestigiar-me social e politicamente. Até àquela altura a PIDE já tinha divulgado em Angola, pelo menos duas vezes, o meu desaparecimento físico vitimado por acidente depois de grande farra alcoólica.

Como que por acaso o facto de eu andar adoentado e com intenções de saltar de águas fez despertar os instintos “maternais” do Mendes que, através do “réseau” arranjou-me uma consulta médica. Fui acompanhado a essa consulta pelo Pepetela que apresentava um semblante muito pesaroso. O médico auscultou-me, apalpou-me onde muito bem quis, bateu-me com um martelinho nos joelhos, que por acaso acusavam com primor as pancadinhas que levavam, tornou a auscultar-me e finalmente disse-me: no consultório ao lado está lá um colega meu que quer falar consigo. O colega limitou-se a estender-me um envelope e disse-me: “com esta carta apresenta-se em Nanterre, no Hospital Militar, onde vai ficar duas semanas para fazer uma cura contra o alcoolismo”. Fiquei furioso, saí abruptamente e perguntei ao meu acompanhante Pepetela: se estava dentro do “complot” e ele, com um sorriso amarelo, disse-me um não muito pouco convincente. (Nunca apurei se o Pepetela conhecia o plano do Mendes).

Furioso como estava convoquei imediatamente uma reunião conjunta do Comité Director e militantes, à qual assistiram: eu, Mendes, Adolfo, Céu, Berro, Pestana, Lara e creio que também o Avidago.

Na reunião manifestei toda a minha tristeza e repulsa pelo maternalismo feroz do Mendes, afirmei que as intenções deste eram menos honestas e inconfessáveis e manifestei a intenção de largar tudo e todos.

O Mendes justificou a sua atitude dizendo que só pretendia o meu bem estar físico pois, embora fosse de facto para um centro de cura do alcoolismo, eu não faria tal tratamento, dormiria numa boa cama e comeria bifés e ovos estrelados a toda a hora... A reunião acabou com alguns dos presentes com a lágrima no canto do olho e com uma fotografia que fomos tirar à rua apesar da temperatura de dez graus abaixo de zero e, finalmente, eu e os meus mais fieis militantes de Baco, fomos ao “bistrot” da esquina esquecer as amarguras do dia e, quando regressámos a casa, em vez de andarmos ordeiramente na berma da estrada, subíamos descíamos por cima dos tejadilhos dos carros estacionados e completamente cobertos de neve!

Aproximava-se a data da partida para a Argélia.

Entretanto, um grupo nosso, entre os quais o Lara, foi à Bélgica fazer um estágio para aprender os processos tipográficos clandestinos utilizados na imprensa. O Lara, quando voltou deste estágio vinha furioso porque fora obrigado a todos os rigores da clandestinidade, ele, que tinha toda a papelada na devida ordem.

Era frequente recebermos nos nossos aposentos alguns visitantes. Um deles foi o Câmara Pires que fez questão de aceitar jantar em nossa casa. Lembro-me do desconsolo que se espelhou na sua face quando viu as condições em que vivíamos. Mas comeu com a dignidade do embaixador e diplomata que ele era. Desse jantar ficou uma recordação preciosa: a fotografia que eu lhe tirei com um “caixote” e se portou à altura de uma máquina fotográfica de categoria.

Dias depois tivemos outras visitas. Mas para dar uma ideia do que era o nosso “palácio” vou relembrar o seguinte episódio: uma manhã acordei sem poder endireitar-me; só podia andar sem endireitar a espinha. Foi preciso vir um médico que, logo que entrou, observou rigorosamente a nossa casinha e que quando me viu naquele estado disse-me que lhe mostrasse onde dormia. Mostrei-lhe o meu catre constituído por um colchão esburacado, por onde espreitava alguma palha e com cobertores e lençóis formados por vários jornais cosidos uns aos outros.

O médico não fez mais nada: meteu-me o joelho nas costas, por altura dos rins, deu-me uns esticões à espinha e aos ombros e anunciou-me que estava curado; só precisava de arranjar uma cama autêntica! De facto, fiquei logo curado.

Dos que nos visitaram lembro-me também de dois jovens estudantes da Universidade de Poitiers e naturais do Lobito, os irmãos Campinos. Um deles, o Jorge Campinos, que fez uma prospecção rigorosa ao ambiente e às pessoas, franziu o nariz e não gostou. Preferiu ser Português.

Finalmente a Michelle Beauvillard ultrapassou as directivas do “réseau de soutien” e conseguiu passaportes, não diplomáticos, para mim e para o Adolfo.

Passei a chamar-me Amar Omrani, nascido em Tizi Ouzu (Grande Kabylie), residente em Argel na rua Lys du Parc n.º 8, portador do passaporte n.º 032149.

Depois de tantas canseiras acabámos por não utilizar os passaportes para entrar na Argélia pois, para quem não falava árabe era preferível utilizar um salvo conduto. Antes de seguir para a Argélia vou relatar as circunstâncias em que conheci o Saydi Mingas.

Uma tarde, o Pierre veio ter connosco e pediu-nos que fizéssemos um esboço do trajecto que tínhamos seguido de Espanha para a França. Como o Mendes era topógrafo de profissão, e eu também topógrafo com “canudo” de engenheiro geógrafo, e o Adolfo embora não tivesse feito o trajecto também era topógrafo e podia ajudar.

Fizemos um esboço com curvas de nível e tudo do trajecto que fizéramos de Espanha para França, com as distâncias calculadas pelos tempos gasto no seu percurso e entregámos a nossa obra prima ao Pierre que depois esteve ausente durante bastante tempo. Até que um dia o Pierre apareceu com um braço ao peito e com grandes segredos. E foi a Marie quem me revelou esses segredos: o Pierre tinha ido a Espanha, a Barcelona, e tinha trazido consigo três atletas do Benfica: o Saydi Mingas, o Zeca Matos e o Fernandes e o Pierre, já no regresso, tinha caído e partido o braço.

Isto passou-se na altura em que começava a haver muitos segredos entre nós e o “réseau”. Os três atletas ficaram em casa de um casal francês que também nos albergara, e a dona da casa tinha ficado a simpatizar connosco e por isso, contrariando as ordens de sigilo, procurou-me para me confidenciar que o Fernandes estava a tomar atitudes muito estranhas e não cumpria as directivas de tomar iniciativas sem consultar o “réseau,” chegando ao ponto de responder de mau modo à senhora que receava que ele estivesse tramando um golpe baixo. Então eu avisei a Marie de que devia avisar o Pierre ou o “réseau” que era necessário vigiar o Fernandes. Mas, passados alguns dias, foi o próprio Pierre que me disse que o Fernandes tinha cavado e se tinha entregue à embaixada espanhola em Paris. Quando pouco depois encontrei a Marie perguntei-lhe

se tinha transmitido o meu recado e ela respondeu-me: “peço-te que não digas nada a ninguém, mas eu esqueci-me...”

Alguns dias depois devido a uma falha na vigilância, conheci pessoalmente o Mingas, com quem comecei a colaborar sem restrições de qualquer ordem e em fraterna camaradagem.

E pouco depois rumei para a Argélia recém independente, democrática e popular ARGEL, CAPITAL DA “REVOLUÇÃO AFRICANA”

Numa soalheira manhã de Janeiro de 1963, eu e o Adolfo tomámos o combóio para Marselha deixando no cais a Céu, o Berro, o Adelino e o Pestana, todos sorridentes e confiantes de que dentro em breve nos encontraríamos todos em África, em Argel, que depois da independência argelina se tornara o centro, o ponto de encontro dos movimentos nacionalistas africanos e de outros movimentos políticos de cariz socialista não africanos.

Em Marselha embarcámos num navio cargueiro de porões repletos de argelinos de regresso à pátria libertada.

Instalados nos porões, sentados em duas tábuas e com poucos tostões nas algibeiras, iniciámos a viagem numa tarde em que o Mar Mediterrâneo lembrava a cada instante o gigante Adamastor tais eram as furiosas ondas que fustigavam o nosso barco obrigando-nos a visitar constantemente as mal cheirosas retretes para lançar ao mar – ali tinha que ser mesmo nas retretes para não sermos tragados pelo mar – o que restava nos nossos estômagos vazios.

Passámos toda a noite neste vai e vem sob o olhar curioso e desconfiado dos argelinos de turbante que se perguntavam quem seriam estes dois “pieds noirs” de aspecto miserável.

No dia seguinte desembarcámos em Argel e, ao pisarmos terra firme, só tínhamos um pensamento: tomar um banho, comer e dormir. Por isso, apesar de só possuímos cinquenta e tal francos, convenci o Adolfo a ficarmos num hotel e deixar para o dia seguinte as nossas preocupações de arranjar asilo. Tendo gasto todas as economias mas lavados, comidos e dormidos, iniciámos as nossas pesquisas para localizar quem nos podiam valer. Lembrei-me que os contactos dados pelo Marcelino dos Santos eram os de maior confiança e por isso fomos procurar uma camarada egípcia que, quando nos abriu a porta, perguntou: “são vocês”?

Como o Adolfo tinha tendências para Pepe Rápido, antecipei-me e respondi: “somos, somos”! A senhora mandou-nos entrar e pediu-nos que esperássemos porque estava a acabar uma reunião. Quando apareceu perguntou-nos os nomes...e afinal não éramos quem ela esperava mas como já tinha conhecimento da FUA e da nossa vinda, a senhora albergou-nos em sua casa.

Esta camarada era uma senhora já cinquentona com os cabelos prateados prestes a branquear, chamava-se Dinar, era egípcia, divorciada do então ministro dos negócios estrangeiros dos faraós, senhor Fawzi que tinha ajudado o presidente Nasser a dar uma grande machadada nos seus compatriotas comunistas. O nosso controlador Curiel foi um dos comunistas egípcios que levou essa machadada e por isso teve que exilar-se.

Ficámos sendo, eu e o Adolfo, hóspedes da Dinar que era secretária do ministro argelino da juventude e desportos, o camarada Buteflika, grande amigo do MPLA e treinou os primeiros militares angolanos que ali apareceram.

Trabalhadora incansável, mais instruída que o seu ministro, a Dinar prestava a este uma inestimável ajuda. Tornou-se uma nossa grande amiga graças ao nosso comportamento: eu já era um homem maduro, compreensivo e tolerante e o Adolfo

além de ser um político até à medula, era incansável e estava sempre pronto a dar uma ajuda, mesmo quando se tratava de lavar a loiça.

O nosso principal objectivo naquele momento era conseguir a necessária ajuda do governo argelino e abrimos o nosso “bureau”, isto é, os escritórios da FUA e sua oficialização. A nossa hospedeira estava a ajudar-nos nas nossas “démarches” e o conhecido advogado Jacques Vergès era o homem que o presidente Ben Bella encarregara de nos contactar e resolver a nossa petição.

Numa tarde em que eu e o Adolfo passeávamos filosofando sobre as nossas vidas, ao passarmos pelo Palácio do Povo, notámos uma grande movimentação de carros e pessoas e vimos a comitiva presidencial entrar para o palácio. Atrevidamente, aproveitámos a confusão entrámos no palácio sem dificuldades e a breve trecho estávamos frente a uma mesa recheada de bolos e sumos da qual se aproximava o presidente Ben Bella. Entrámos na fila dos cumprimentadores e apertámos o bacalhau ao ídolo Ben Bella e quando disse a este quem éramos ele respondeu que já tinha conhecimento da existência da FUA e que contactássemos o Vergès para marcar uma audiência com ele.

Ficámos radiantes, contámos o sucedido aos nossos fuistas que recomendaram ao Adolfo que não lavasse a mão que apertara a do presidente enquanto conservasse o perfume deste.

Como a tal audiência tardasse e não quiséssemos continuar a sobrecarregar a nossa hospedeira, resolvemos procurar emprego e através de uma empresa francesa ligada aos nossos apoiantes, eu e o Adolfo arranjámos emprego como topógrafos e passámos a ir todas as madrugadas trabalhar num “chantier” a uma dezena de quilómetros de Argel.

Pouco depois de começarmos o trabalho vim a saber que o salário que auferíamos era metade daquele que legalmente nos devia ser pago! Quer dizer, os nossos “protectores” estavam a explorar-nos tal como faziam aos argelinos!

Resolvi então procurar emprego no ensino como professor de Matemática o que consegui facilmente dada a minha condição de “revolucionário” e como estivéssemos no período das férias escolares fui trabalhar como contabilista numa cooperativa agrícola em Blida, cidade a cerca de cem quilómetros da capital. Comigo foram o Berro e o António Figueiredo, jovem desertor português, para pôr em ordem a contabilidade de uma cooperativa que apresentava desvios à esquerda e à direita e era dirigida por um francês que eu nunca percebi se precisava do nosso trabalho ou pretendia ajudar-nos ou tapar os olhos aos argelinos.

Lá trabalhámos durante as férias escolares com casa, comida e um salário razoável.

Durante a nossa estadia em Blida aconteceu uma cena que merece ser relatada.

Alguém nos emprestara um livro sobre a guerra na Argélia em que eram relatadas as atrocidades cometidas pelas tropas francesas. Um dos relatos passara-se mesmo em Blida e nele se descrevia que o exercito francês se apoderara de numerosos civis argelinos e os assassinara degolando-os tal como os argelinos fazem às ovelhas nas quadras festivas.

Cada um de nós leu o livro e todos ficámos muito impressionados mas nunca falamos do assunto entre nós. Estávamos todos remoendo as nossas emoções quando apareceu em Blida o ministro da defesa Boumedienne para resolver sérias escaramuças entre argelinos e à noite regressámos a casa magicando e impressionados com tudo o que presenciáramos

Às tantas, já a noite ia alta, acordei com os gritos e berros do Figueiredo, que dormia no quarto ao lado e, quando tentei levantar-me para ver o que acontecia, levei

com um travesseiro na cara lançado pelo Berro que dormia numa cama ao lado. Deduzi que estávamos a ser atacados e, dada a escuridão que reinava, resolvi acender a luz.

Acesa a luz verificámos que estávamos todos lutando contra pressupostos assaltantes, o Figueiredo com as mãos ensanguentadas tendo ferozmente lutado contra os ferros da cama e o Berro prestes a atirar-me com o seu pesado colchão.

Tudo isto era o resultado do recalçamento dos sentimentos resultantes da leitura do tal livro que foram despoletados pelos tumultos apaziguados pelo Boumedienne.

Eu e o Adolfo continuávamos em casa da Dinar até que um dia esta disse-nos, um tanto comprometida, que tínhamos que arranjar outro poiso porque no dia seguinte chegava o seu compatriota Curiel. Ficámos surpresos sem compreender a razão de tal atitude e não tivemos outra saída senão irmos para a casa da camarada Leila, onde a Céu estava albergada. A Leila era uma turca, uma feroz marxista leninista com laivos de anarquista, generosa e muito loquaz.

O Curiel convocou-nos, a mim e ao Adolfo, para uma reunião durante a qual compreendi porque é que os nossos apoiantes franceses começavam a fazer marcha atrás. O Curiel tentou convencer-nos que nós, os da FUA éramos “bons demais” como movimento nacionalista angolano pois os documentos que produzíamos eram demasiado “bem feitos”, não pareciam feitos por “subdesenvolvidos”, sendo prova disso o nosso jornal “Kovaso” e os nossos estatutos.

O Curiel queria convencer-nos a continuar a trabalhar mas como simples assessores ou ajudantes dos subdesenvolvidos!

Não o consegui mas o nosso jornal ia desaparecer assim como o apoio do comité de “soutien” francês.

Nos primeiros dias de Fevereiro o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA, apareceu em Argel onde ia inaugurar a abertura do “bureau” do seu movimento.

Esta inauguração, programada para o 4 de Fevereiro de 1963, só se realizou dias depois porque o presidente Ben Bella acabara de reconhecer o chamado Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) e preferiu adiar a data.

Vi o presidente Neto no dia da inauguração; vinha com o Ben Bella com um sorriso amarelo que correspondia à cara de poucos amigos do Neto.

O Ben Bella quando viu o seu ministro Buteflika entre a assistência convidou-o para a mesa da presidência mas este recusou de mau modo.

Finda a cerimónia consegui falar com o Agostinho Neto a quem expus a nossa situação de não termos ainda conseguido o apoio do governo argelino para podermos prosseguir com o nosso objectivo político.

O Neto prontificou-se a tratar do assunto e como partiu inesperadamente deixou-me o seguinte recado, escrito pelo seu próprio punho num bilhete que reproduzo no final deste capítulo:

8 de Fevereiro de 1963

Meu caro Sócrates

Como sabe, só na manhã da minha partida falei ao Vergès sobre o vosso assunto. Creio que já estará informado.

Espero que uma visão realista do nosso complexo problema angolano, permita a colaboração constante.

Um abraço do

Agostinho Neto

Apesar da intervenção do camarada Neto as portas continuaram fechadas.

Na casa da Leila estava eu, a Céu e o Pepetela. Numa dada noite, a pedido da Leila, eu e o Pepetela fomos dormir em casa de um camarada. No dia seguinte, quando regressámos, a Céu confidenciou-nos que durante a noite houve uma reunião em casa da Leila na qual tinha participado o grande rival de Ben Bella, Budiaf.

Como não me convinha nada que a polícia secreta do Ben Bella me relacionasse com as actividades do Budiaf, eu e o Pepetela pegámos nas nossas biquetas e fomos habitar num apartamento novo, mas sem mobília alguma, em Birmandreis, bastante longe do centro de Argel. (este Budiaf é o mesmo que na década de 90 foi assassinado quando era presidente da república argelina).

E como este alojamento, além de distante, não tivesse as mínimas condições de habitabilidade pouco depois fomos habitar em casa do capitão Jaffar, amigo de Leila, mesmo no centro da cidade. O capitão Jaffar tornou-se um assíduo acompanhante do nosso grupo e era um feroz perseguidor dos franceses e outros estrangeiros ou argelinos que militavam em organizações clandestinas hostis à política de Ben Bella.

Quando me foi distribuído um apartamento em El Arrash pedi ao Jaffar para me levar na sua viatura o que, para grande espanto meu, me negou. Mais tarde o Jaffar explicou-me a razão desta negativa, afinal ele pertencia à polícia secreta do presidente que controlava os estrangeiros! Disse que não me levou à nova morada porque preferia não a conhecer porque mais tarde teria um alibi para não ir prender-me! Embora bastante aliviado em relação aos meios de subsistência e alojamento, continuava apreensivo porque a abertura do nosso “bureau” nunca mais se concretizava.

Sem qualquer aviso prévio apareceu-me em Argel o médico Gastão de Lemos Pereira, residente em Nova York e correspondente da FUA junto da ONU. O Gastão, que tinha uma clínica médica em Nova York, com grande espanto meu, disse-me “que vinha à busca de emprego na Argélia! E que tinha necessidade urgente de contactar o também médico angolano Eduardo dos Santos, representante do MPLA na Argélia”. Este, que estudara em Coimbra com o Gastão, não tinha grande simpatia pelo colega por quem nutria uma certa desconfiança.

Os dois médicos lá se encontraram mas presumo que não se entenderam. Quem se entendeu com o Gastão foi o João Mendes que apareceu milagrosamente em Argel e se aprontou para representar a FUA na América e aí estabelecer contactos e tomar compromissos em seu nome. Para tanto tinha que ser credenciado pelo nosso Comité Director, ao que eu me opus terminantemente alegando que quem devia ir à USA era eu, e só depois de conhecer os objectivos desses contactos e compromissos.

A ida à América, sem eu perceber porquê, ficou em águas de bacalhau e os dois conspiradores Mendes e Gastão desapareceram sem dar cavaco.

Com esta conspiração falhada fiquei ainda mais apreensivo quanto à concretização dos nossos objectivos políticos imediatos quando, por acaso encontrei o Aquino Bragança.

Este era um político hábil e inteligente, por vezes manhoso mas amigo do seu amigo, a quem contei o que se passava com o Vergès.

O Aquino disse-me: “Vou-te contar o que sei... Vocês, da FUA, são acusados de colaboradores ou agentes da CIA! Esteve aí o vosso agente de Nova York, contactou convosco e com outros e desapareceu! Esse tipo é considerado como um autêntico agente da CIA e dadas as relações que tem convosco, vocês são considerados, pelo menos, colaboradores da dita CIA!

Caíram-me os ditos ao chão! Estava seriamente comprometida a nossa actividade na Argélia!

Face a tão melindrosa situação redobrei de esforços para não cair nos laços dos “secretas” argelinos (além da secreta “pró governo” havia outras “contra o governo”) e para consolidar a minha situação financeira. Para tanto, além de ser professor no liceu de Bufarik arranjei emprego num atelier de topografia, por intermédio do português José Ferreira que ali trabalhava e que devia ser o único português residente na Argélia que não tinha preocupações políticas.

Com uma situação financeira desafogada, permitia-me não só enviar para Lisboa uma mesada para a família como também pensar e agir sem estar sujeito às pressões que os “patrocinadores” dos comités de apoio exerciam sobre os seus protegidos.

O OCASO DA F.U.A.

Com o reconhecimento por alguns países africanos, incluindo a Argélia, do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), no seio do MPLA apareceram sérias contradições entre militantes e dirigentes, uns favoráveis à integração do movimento no GRAE e outros contra. Um dos responsáveis que era favorável a essa integração foi Viriato da Cruz que, em consequência dessa atitude, foi residir para Argel e acabou por exilar-se na China Popular, onde acabou os seus dias.

Os responsáveis do MPLA em Argel eram furiosos defensores da não integração no GRAE e tratavam de “traidores” os apoiantes da integração.

Como eu, na qualidade de presidente do Comité Director da FUA, me recusasse a acatar abertamente as exigências e directivas do EME – eu achava que como representante da FUA podia prestar bons serviços aos camaradas – fui também apontado como “traidor” e votado ao ostracismo pelos mais ferrenhos emepelistas e também por alguns portugueses fiéis à Frente Patriótica, excepto o Adolfo Ayala.

A crise no MPLA, o crescente isolamento em que me encontrava não só localmente como também porque as comunicações com Angola se tornassem cada vez menos eficientes devido à negligente e irresponsável divulgação ao comité de apoio dalgumas das ligações secretas com o país, tudo isto aliado à crescente falta de apoio dos nossos protectores franceses e á indecisão do senhor Vergès - trata-se do conhecido advogado Jacques Vergès que na altura era um acérrimo defensor da revolução argelina e até casou com uma heroína desta revolução e que, ultimamente em 1991 ou 92, virou defensor do nazista alemão conhecido por Carrasco de Lyon – tudo isto levou-me a pensar seriamente na suspensão das actividades da FUA no exílio, deixando aos responsáveis do interior de Angola a decisão de dar continuidade ou não à FUA. E pelas notícias que me tinham chegado sabia que os dirigentes do interior se tinham moldado aos métodos psicológicos e às normas sócio políticas adoptados pelo governo de Salazar quando resolveu “resistir e aguentar”, o que era outro motivo para eu suspender o C.D. da FUA no exílio e permitia também libertar “os meus militantes” mais próximos das indecisões em que se debatiam.



A FUA em Paris, Inverno de 1962.

No 1º plano, da esquerda para a direita:
Sócrates Dáskalos, Adolfo Rodrigues Maria,
João Mendes.

De pé: Ernesto Lara Filho, Avidago, Maria
do Céu Carmo Reis, Mário Nobre João, Artur Pestana (Pepetela),
Adelino Torres.



A FUA em Paris no Inverno de 1962:

De pé, da esquerda para a direita:

Ernesto Lara Filho, Maria do Céu Carmo Reis, Mário Nobre João,
Avidago, Adolfo Rodrigues Maria, Sócrates Dáskalos, Artur Pestana (Pepetela).

Em baixo: Adelino Torres

Por tudo isto resolvi declarar suspensa a actividade do comité director da FUA no exílio. Esta minha decisão foi publicada no “Alger Républicain” onde pontificava o conhecido jornalista francês Henri Alleg, grande lutador pela causa da independência argelina que conseguiu sobreviver às torturas a que foi submetido pelo exército francês (nunca conheci pessoalmente o Henri Alleg porque o meu “companheiro” João Mendes reservava-se esse privilégio).

Depois desta decisão o Adelino, a Céu, o Berro e o Pestana consagraram-se totalmente aos seus estudos universitários e davam colaboração, com o Adolfo Maria, ao Centro de Estudos de Angola que era dirigido pelo Henrique Abranches.

Liberto das responsabilidades de dirigente político – sem contudo deixar de estar bem atento ao desenrolar dos acontecimentos políticos – e com um razoável desafoço económico, pude então interessar-me pelo mundo de uma cidade onde os ideais de liberdade chocavam com hábitos e costumes seculares em que a religião era preponderante.

Nesse tempo, Argel era de facto a capital da revolução africana; nela estavam representados os movimentos nacionalistas africanos dos países ainda sob o jugo do colonialismo, algumas organizações políticas de oposição a alguns governos europeus, tais como as dos portugueses e espanhóis, e outras que pretendiam implantar o socialismo em países do Médio Oriente e da Ásia.

E também havia outros grupos ou movimentos que se opunham ao socialismo de Ben Bella. Um deles, que incluía argelinos, franceses e também portugueses, chegou a organizar um “maquis” na Cabília com o objectivo de derrubar o Ben Bella. Como convivi com dois dos seus dirigentes, um argelino e outro português, pude acompanhar a sua evolução.

O argelino era o Mustafá, tesoureiro do grupo que me visitava mesmo quando estava no “maquis”. O português era o Joaquim Branquinho Pequeno que tinha desertado da Guiné Bissau e era um purista do socialismo.

Um dia o Branquinho apareceu em minha casa à procura do Mustafá que tinha largado o “maquis” levando consigo todas as massas do mesmo. Já tinha sido julgado pelos dirigentes e tinha sido condenado à morte e o executor devia ser o Branquinho.

O Mustafá nunca mais apareceu na Argélia, os revolucionários da guerrilha da Cabília acabaram por ser apanhados pelos homens do Ben Bella que lhes perdoou e foram postos em liberdade. Eu, o Joaquim, o Ayala e duas bonitas argelinas fomos festejar a liberdade do Joaquim na boate “Ambassadeur” onde afogámos com boas bebidas os nossos receios pelo futuro.

Muito mais tarde, em Paris, ia eu com o Branquinho quando no passeio oposto e em sentido contrário passava o Mustafá. Virei-me para o Branquinho e disse-lhe: “vai ali o condenado à morte que devias executar”. O Branquinho olhou-me e não respondeu pensando certamente nos excessos que cometemos quando somos jovens e julgamos ser os únicos e verdadeiros defensores das causas justas.

Os políticos portugueses residentes em Argel não pertenciam todos à Frente Patriótica da qual fazia parte o Partido Comunista Português. A FAP era um grupo dissidente do PCP que se dizia “não revisionista” e mais à esquerda daquele.

O médico Fernando Pulido Valente era um fapista dos mais ferrenhos e impulsivos que me convidava muitas vezes para jantar com o objectivo de me enfiar uns copos de bom vinho para tirar nabos da púcara (púcara política); mas como ele gostava tanto ou mais que eu das delícias preferidas por Baco, acabávamos por fazer confidências mútuas sem restrições.

O Pulido trabalhava num hospital argelino onde também trabalhava o também médico português Rui Pádua, fiel servidor do P.C. Português e por isso muito mal visto pelo Pulido.

Uma manhã, ao entrarem os dois médicos no hospital o Pádua não saudou o Pulido e este disse-lhe: "Está a fazer-se de parvo? Olhe que eu parto-lhe o focinho".

"Então parta"- respondeu o Pádua. "E logo à saída espero por si".

À saída, foram os dois para um pequeno outeiro á saída de Argel onde o Pádua tomou a dianteira, subiu o pequeno morro, tirou os óculos, colocou-os sob uns arbustos....

Agora vou dar a palavra ao Pulido: "Logo que vi o Pádua em posição de combata estilo boxe, avancei, finte-o e dei-lhe uns murros que ele aguentou bem; deixei que ele me atingisse duas ou três vezes e perguntei-lhe: chega? Já chega?"

"Chega" - respondeu ele

"Comecei a descer mas lembrei-me de voltar para trás e vi o Pádua acororado à procura dos óculos. Voltei a subir, encontrei os óculos e entreguei-os ao dono".

O Pulido não me contou se fez as pazes com o Pádua; mas quando me contou esta estória ele próprio pressentia e gozava o ridículo da mesma.

Estas estórias passadas há mais de trinta anos são o reflexo das contradições entre seguidores e simpatizantes do marxismo leninismo na sua interpretação teórica e respectiva aplicação prática. Entre a interpretação teórica e respectiva aplicação prática surgiam divergências de opinião que acabavam por dividir os partidos ou grupos quando essas divergências se tornavam inconciliáveis ou antagónicas ao ponto de se tornarem figadais inimigos.

Falar dessas divergências e suas consequências passados mais de trinta anos, quando o comunismo parece enterrado e o socialismo moribundo, é coisa que pouco está interessando às gerações mais recentes, marcadas pelas convulsões resultantes das constantes inovações que a ciência e a técnica imprimem à sociedade actual.

E os protagonistas da sociedade ultrapassada ou em vias disso, ao recordarem certos factos, chegam a duvidar que tenham tomado as atitudes que lhes são recordadas.

A Argélia, nos primeiros anos da sua independência, foi a forja em que se cremaram muitas das generosas ilusões dos que sonhavam com um mundo liberto da exploração do homem pelo homem. Nesse tempo, os argelinos debatiam-se entre dois socialismos, um "com véu" e outro "sem véu". "Sem véu significava a emancipação completa da mulher o que conduziria a uma transformação radical de hábitos e costumes, muitos deles contrariados pela religião que professavam ; "com véu" era um socialismo muito cauteloso, sem permitir grandes voos à mulher, em que o Lénine e o Marx não tinham lugar e de que os dedos da mão eram o símbolo, pois se Allah os tinha feito de diferentes tamanhos e para executar diferentes funções, assim os homens nasciam diferentes e pertenciam a diferentes camadas da sociedade em que os privilégios não eram iguais para todas, sendo interdito a qualquer cidadão aspirar à mudança de condição imposta por nascimento.

O véu que tapava a cara das mulheres argelinas excepto os olhos, era o costume que devia ser banido no socialismo defendido por Ben Bella. (As mulheres de Bufarik chegavam a tapar a cara e um dos olhos deixando o outro destapado e vigilante. Quando passava por elas não resistia à tentação de lhes piscar o olho, o meu, o que tinha como consequência, ou eu continuar nas calmas ou ter que apressar o passo conforme visse o olhinho destapado brilhar de alegria ou de furor).

O ministro Boumediene, como não era favorável à eliminação do véu preparava-se para dar o golpe ao seu presidente. Descobri esta secreta ambição do ministro quando este voltou de Moscovo onde fora recebido com ostensiva deferência e

o Ben Bella foi esperá-lo ao aeroporto. A quando desta chegada tiraram ambos uma foto no alto da escada do avião na qual o Boumedienne se apresentava com ar triunfante e o Ben Bella com o ar resignado do vencido.

Quando vi esta fotografia disse para os fuistas que estavam perto: “o Ben Bella está perdido”(até empreguei uma palavra muito feia mas mais incisiva).

E não me enganei porque, como veremos mais adiante, o ministro deu um golpe de estado ao presidente e derrubou-o.

Ao concluir a história da FUA no exílio não posso deixar de fazer referência ao congresso que lhe pôs termo e também quero deixar aqui bem claro o que pensei e penso dos meus companheiros fuistas do exílio com quem vivi acontecimentos que, se não deixaram saudades deixaram marcas inesquecíveis em cada um de nós.

Quanto ao congresso, eu que me gabo de ter uma boa memória, não me lembro de nada. E só tenho uma explicação para isso: deu-se durante aqueles dias em que eu andava muito desgostoso por ver que os nossos projectos políticos estavam seriamente comprometidos e eu cedi em experimentar as delícias do haxixe incentivado pela Bownie, a cantora americana que estava alojada em minha casa e queria viciar-me na droga para ter um financiador certo, pois ela nem sempre tinha a massa bastante para comprar o produto.

Existem documentos desse congresso e caricaturas feitas por mim alusivas ao mesmo, conforme me disseram a minha sobrinha Maria Alexandre e o Adelino Torres que os têm bem guardados.

Quanto às minhas impressões sobre os meus companheiros fuistas do exílio, elas aqui ficam e vou começar pela Maria do Céu Carmo Reis. Esta, ao tempo, era muito jovem e além de atraente despertava a cobiça dos homens não só por ser um exemplo vivo e dinâmico de mulher emancipada como também por ser uma mestiça fortemente influenciada pelas Gabrielas e Quitérias de Jorge Amado. Tão fortemente influenciada que, quando se juntou ao Mário João, este passou a chamar-se o Berro da Quitéria. Juntos conceberam um rebento, hoje um respeitável latagão, a quem puseram o nome de Raul Fidel, o que demonstra as suas simpatias políticas pois foi uma homenagem ao Fidel de Castro e a seu irmão Raul.

A Céu era uma materialista no sentido político do termo e uma sentimental quase romântica e tinha um particular respeito e afecto pela minha pessoa.

Quando a FUA começou a encontrar as primeiras grandes contrariedades por ser dirigida só por brancos e por quererem reduzi-la a um movimento só para brancos, contrariedades que se concretizaram com a retirada do apoio material já conseguido e prometido, a Maria do Céu pegou numa caneta e sacou um poema em que, com muita mestria e sentimento, revela a sua indignação.

Eis o poema da Céu:

*Aqueles irmãos brancos
Que como tu irmão negro
Traziam no coração
Uma Angola mutilada e ensanguentada
Chorando ódios, dores e humilhações
Corpo em chaga sob a bota do inimigo
Mas sentindo nas veias latejar
Raivoso, um sangue escarnecido e desprezado
Mas sangue!
Aqueles irmãos brancos
Que sentiram doer na consciência
O chicote no dorso do contratado*

*Que como tu gemiam aiué
Que com tu gemiam aiué
Quando a palmatória gemia nos teus dedos
Que choraram com a mamã negra
O drama do filho parido futuro escravo
Não homem
Que cantaram contigo
A triste canção de asas infinitas
Numa gaiola fechada
Sonhando com a liberdade
Que um dia gritaram como tu : Basta!
Aqueles irmãos brancos
Irmão negro
Ecos do teu grito
Olhos brilhantes e punhos cerrados
Deixaram a terra
Por ti
Pés exangues subiram montanhas
E atravessaram fronteiras
Por ti
Sofreram cansaços e humilhações
Por ti
Choraram lágrimas e foram sangue
Por ti
Foram morte para ser vida
Por ti
Foram tudo, tudo, tudo!
Por ti
Compreendes agora irmão negro
Compreendes porque grito
E porque lhes chamo IRMÃOS ?*

Neste poema é evidente o exagero em relação ao branco revolucionário do colonialismo mas deixa de ser exagero em relação ao branco de depois da independência que foi colocado por alguns dos responsáveis ex-colonizados ao mesmo nível do sofrimento e da dor da grande maioria dos oprimidos, sacrificados pela desmedida ambição e louca teimosia de alguns pela tomada do poder pela força.

Este poema nunca viu a luz do dia porque, quando acabou de ser concebido, não mereceu a concordância dos emepelistas entre os quais o médico Eduardo dos Santos e permaneceu nos meus esfarelados e amarelos arquivos durante estes últimos trinta e tal anos, pois foi parido em Paris aos 3 de Janeiro de 1963.

A Céu era demasiado culta e ativa para poder suportar as por vezes mesquinhas querelas políticas e a confusão de sentimentos entre nacionalistas angolanos e, depois de ter aprofundado os seus conhecimentos em Paris está trabalhando em Moçambique donde sai de quando em vez para carregar as baterias do seu saber.

O Mário João era um rapaz de barba negra, demasiado introspectivo, cheio de bom humor e muito corajoso. Quando as nossas ligações clandestinas com Portugal e Angola começaram a ser sabotadas e estavam em perigo de serem cortadas, o Mário João ofereceu-se para ir clandestinamente a Portugal, o que naquela época significava sacrificar a liberdade senão a própria vida.

Depois do “25 de Abril” encerrou-se em Coimbra onde penso que continua fazendo a prova dos vinhos das margens do Mondego.

O Adolfo Maria dizia-se tão rápido, tão rápido em tudo o que fazia que passámos a chamar-lhe Pepe Rápido. Jornalista (ou topógrafo?) de profissão, era um marxista convicto e tudo o que fazia, principalmente quando escrevia, tinha que ter cabeça, tronco e membros. Amigo do seu amigo, fiel e cumpridor deixou-se levar, como eu, pelo João Mendes que nos convenceu a não deixar publicar os nossos nomes quando dávamos entrevistas sobre a FUA ou sobre Angola, com receio que ganhássemos um prestígio político que ofuscasse o seu. Com os seus conhecimentos políticos e o seu rigor de análise, o Adolfo, foi um dos motores da “Revolta Activa”. Quando esta caiu na desgraça e foi interdita, o Adolfo entrou na clandestinidade em Luanda, mesmo nas barbas da polícia política onde sua mulher se apresentava periodicamente reclamando notícias do marido que ela, melhor do que ninguém, sabia onde estava.

Conservou-se na clandestinidade cerca de dois anos e quando foi autorizado a sair do país em liberdade estava francamente debilitado pela tuberculose. Felizmente recuperou e hoje vive trabalhando com sua mulher numa Editora, certamente pensando em publicar o seu livro “com cabeça, tronco e membros”.

O João Mendes não era angolano, era natural de Moçambique e quando fugiu de Portugal estava radiante porque se tinha safado das responsabilidades que sobre ele pendiam por ter engravidado uma criada.

Tinha um fâcies de iluminado, tez pálida e o olhar fixo e um pouco estrábico. Não alojava connosco, conseguia sempre valer-se do secretismo da clandestinidade para se alojar e comer melhor do que nós controlando as nossas finanças das quais os únicos contribuintes eram eu e o Adelino. Controlava tudo e todos e quando quis controlar e aproveitar-se dos meus propalados excessos alcoólicos conseguiu irritar as massas, isto é, o pequeno grupo de fuistas que me rodeava. Conseguiu, mercê do seu poder de convencer os estrangeiros, arranjar apoio para publicar um livro, julgo eu que era um ensaio político sobre a revolução africana, livro esse que desapareceu no caruncho das bibliotecas para que foi oferecido. Regressou a Moçambique onde, segundo me disseram, já publicou outro livro.

O Carlos Morais era um dos mais velhos do grupo que compreendeu primeiro que ninguém ser necessário sair do romantismo revolucionário para poder singrar na vida sem grandes preocupações. Soube cativar os comunistas franceses para com eles trabalhar numa cooperativa, ou coisa que o valha, de contabilistas. Afrancesou-se a tal ponto que continua trabalhando em França.

Acerca do Ernesto Lara Filho já contei o bastante para se ter uma ideia muito aproximada da sua personalidade mas é interessante acrescentar outros pormenores. O Ernesto era, entre os mais jovens, o mais velho, com o curso de regente agrícola e indiscutível pendor para o jornalismo. onde conquistou merecidos louros. Irrequieto e dinâmico, não aceitava a passividade forçada a que são obrigados, por vezes os clandestinos e perdeu os ardores revolucionários quando compreendeu que não poderia vir a ser o Fidel de Castro angolano. Regressou a Angola em condições nunca esclarecidas tendo ficado hóspede privilegiado da PIDE, durante algum tempo, depois do seu regresso. Procurava esquecer no álcool as asneiras que cometia levado pelo seu irrequieto, irreverente e ardoroso amor à vida.

O Carlos Pestana, o hoje já consagrado e multipremiado escritor Pepetela, que naquela altura era um imberbe apesar de ter muitos pêlos na cara, de olhar adunco como o nariz, era muito reservado mas muito observador e cauteloso. Assistiu a todas as contradições e makas dentro da FUA sem dar mostras de as entender ou não. Testemunhei os seus primeiros arroubos amorosos e gosto por situações de difícil

compreensão ou solução, tais como a que a seguir relato e que ele apresentava aos circundantes nos momentos da lazer: as esguias figuras que aparecem nos retratos do célebre pintor El Greco são devidas a um defeito visual do autor que assim as representava, tal como as via, altas e esguias. Mas o pintor devia reproduzir as imagens tal como nós as víamos, e portanto sem deformações, dizia o Pepetela.

Estavam assim lançadas as bases de uma acalorada discussão sob o olhar malandro do provocador.

Muito mais tarde, quando eu era governador de Benguela, apareceu-me um guerrilheiro fielmente barbudo, a comandar homens, decidido e autoritário, um homem a comandar homens em plena guerra, que era afinal o frágil e indeciso rapaz que em tempos não muito distantes comungara comigo na utopia que fora a FUA e de cujo casamento com uma linda moça das terras de Benguela, um casamento revolucionário, eu fui o padrinho e o “padre” foi o comandante Herculano Cassange.



A FUA em Paris, Inverno de 1962

No 1º plano, da esquerda para a direita: Adolfo Rodrigues Maria, Sócrates Dáskalos, João Mendes.

De pé, Avidago, Ernesto Lara Filho, Maria do Céu Carmo Reis, Mário Nobre João, Artur Pestana (Pepetela), Adelino Torres.



Foto à esquerda: a FUA em Paris (1962)

Da esquerda para a direita: Adelino Torres, Artur Pestana (Pepetela), Sócrates Dáskalos em ombros, Avidago, Adolfo Rodrigues Maria, Mário Nobre João e Maria do Céu Carmo Reis

Quando apareceu à venda o livro “Utopia” do escritor Pepetela apressei-me a comprá-lo pensando que nele apareciam referências aos utópicos tempos que passámos juntos, eu e o autor, em Paris e Argel. Mas nada consta nesse livro. O autor preferiu dar um grande salto na altura em que esse assunto devia aparecer. E eu pensei: “porquê esta grande finta?” será uma finta do Pestana? ou do Pepetela?

O Adelino Torres era outro dos jovens fuistas de Paris e Argel. Como recebia periodicamente uma ajuda não vivia connosco mas contribuía com uma boa mesada para o grupo. Como todo o angolano que se prezava, logo que chegou à cidade das Luzes, envolveu-se em relações amorosas com uma francesinha com quem veio a casar. Metódico, austero e rigoroso para consigo próprio, era contudo tolerante para com os companheiros.

O Adelino soube vencer e sobrepor-se a todas as contradições e desavenças no seio do nacionalismo angolano tendo, depois do “25 de Abril” deixado com muita mágoa o solo angolano, para se consagrar com o rigor que se impôs a si próprio, às ciências económicas de que se tornou um mestre competente, exigente, moderno e um pedagogo também exigente mas que sabe atender as múltiplas dificuldades duma juventude que busca incerta, um estímulo válido que a ajude a vencer na vida.

O Adelino A Torres Guimarães é hoje professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa, onde lecciona no Instituto Superior de Economia e Gestão.

Concluído este parêntesis consagrado aos companheiros fuistas de Argel e Paris, regresso à capital argelina, onde em 27 de Junho de 1964 desembarcou, com as honras devidas a um Presidente da República, o general sem medo Humberto Delgado.

O GENERAL HUMBERTO DELGADO NA CAPITAL ARGELINA

A chegada do general Delgado a Argel desfez as dúvidas que pairavam no seio da comunidade portuguesa residente nesta capital. Aliás, se não fora a intervenção de

um grupo de portugueses residentes em Argel, o general teria sido o D. Sebastião muito desejado mas nunca aparecido.

O general conseguiu, depois de algumas viragens à esquerda congregar à sua volta, numa só frente, as principais forças políticas portuguesas, incluindo o partido comunista.

Mas ele era um homem dinâmico, sincero e generoso, habituado a mandar e não admitia as demoradas esperas e as exageradas cautelas dos políticos que professavam a tese de que era necessário amadurecer as condições para poder agir.

Por isso desligou-se dos que assim pensavam e resolveu ir para a frente emancipando-se das tutelas que pretendiam controlá-lo e abriu o seu “bureau” em Argel no qual colocou como lugar tenente o Bettencourt Rosa e como secretário, a quem também conferiu uma patente, o Adolfo Ayala. E oficializou como seu representante em Marrocos o Henrique Cerqueira.

Eu conhecia menos mal estes três braços do general.

O Bettencourt era natural de Moçambique e tinha fixado residência em Paris quando se apercebeu que o socialismo do Marcelino dos Santos não era igual ao seu. Rodeara-se de uma vasta literatura política e de uma também vasta documentação, fechara-se no seu casulo e por isso era apontado pelos políticos moçambicanos como homem de pouca confiança.

O Adolfo Ayala era um veterano da luta contra o fascismo e já tinha conhecido a maioria das prisões políticas do seu país, um homem incansável, teimoso e duro apesar de ter sido atingido por uma deformação da espinha que o assemelhava ao Quasímodo do Victor Hugo.

Muito experiente nas coisas da política e conhecedor de um vasto número de pessoas da esquerda portuguesa e fora dela, o Ayala era um homem que tinha prazer em ser prestável, era um bom conversador e contava histórias por ele vividas com algum sal da sua autoria que conquistavam o auditório.

Quando ele contava a sua participação no golpe de Beja, em que fora encarregado de acompanhar o general Delgado, ficávamos a conhecer a sua firmeza e sangue frio e a disciplinada obediência do general.

O Henrique Cerqueira era natural de Benguela, era topógrafo e tinha lido algumas obras de Lénine, tornando-se um defensor da emancipação dos oprimidos e particularmente do povo angolano. Trabalhava ele numa demarcação em terras do planalto central quando suspeitou que a PIDE andava no seu encalço e resolveu escapar-se pela fronteira do sul de Angola. Mas teve pouca sorte porque foi apanhado antes de chegar à fronteira

Conheci-o quando saí do “hotel” da PIDE do Aljube, tinha ele também acabado de lá sair.

Pareceu-me ser um homem muito refractário à convivência com pessoas que não agradassem ao seu olfacto e, talvez por isso, alguns portugueses de esquerda de Argel consideravam-no pessoa de pouca confiança.

Quando o general chegou a Argel já eu tinha sido votado ao ostracismo pela esquerda lusófona fiel a Moscovo e por isso preferi não ter contactos directos com o general mas trocávamos mensagens quando era necessário. Por isso o general também me convidou para a recepção que deu em sua casa no dia 31 de Janeiro de 1965, data histórica nos anais da república portuguesa.

Durante esta recepção aconteceram cenas que só por si revelavam algumas características da maneira de ser do general.

Duma das vezes em que dançava com a sua secretária brasileira Arajarir, voltou-se para mim e disse: “Estás a ver oh! Dáskalos, eu também quando danço, tenho um pé à esquerda e outro à direita”!

Já no final da recepção, o general dirigiu a palavra aos presentes e disse: “É com este passaporte que eu, dentro de oito dias, entro em Portugal, ”e continuando disse em dado momento: ”se eu chegar a presidente da república, acabarei com o fado”! Neste momento levantei o braço pedindo a palavra e avancei: “olhe que o fado è uma tradição do povo português que não se pode apagar facilmente!” E o general retorquiu: “lá está o primeiro da oposição!”

No final, o general convidou todos os presentes para tirar uma fotografia na qual eu não quis figurar. Então o general perguntou-me: oh! Dáskalos!, não queres tirar uma fotografia comigo?

Fiquei eu e o engenheiro António Brotas a ladear o general tendo como fundo a bandeira portuguesa numa fotografia que foi a última do general em vida.

Alguns dias depois da partida do general para a sua aventura, começaram a circular estranhos rumores acerca do desaparecimento do general que os portugueses de Argel da Frente Patriótica desmentiram dizendo que ele estava numa praia espanhola a passar férias!

Persistiam as dúvidas sobre o paradeiro do general quando, estava eu a trabalhar no gabinete de topografia com o José Ferreira, tocou o telefone. O Ferreira atendeu e logo me disse pondo o casaco: “Eh pá, temos que ir ajudar o Ayala. Os comunas assaltaram o escritório do Delgado e o Ayala precisa de ajuda!” Fiel ao princípio de não me imiscuir nas políticas dos tugas, tal como eu gostaria que eles fizessem em relação a mim, o Ferreira foi sozinho.

Horas depois, o Ayala e outros fiéis ao general contaram-me que os da Frente Patriótica tinham levado à força do escritório do general bastantes documentos apesar da resistência oferecida pelo Ayala e seus amigos.

O Ayala conseguira salvar documentos importantes, reveladores das pequenas e grandes traições ao general por parte de alguns responsáveis da Frente Patriótica, que fechou numa mala que ele queria a todo o custo salvar das garras dos comunas.

Como o Ayala perdera a confiança na minha pessoa por o meu sobrinho, também residente em Argel, ser militante do PCP não dizia onde guardava a mala. Mas eu, sem querer, sabia das andanças da mala, pois uma das vezes deu-a a guardar ao Ferreira que, aflito, veio pedir a minha ajuda para esconder a mala e, logo depois, quando visitei o Adelino também este me disse que não sabia o que fazer da mala que o Ayala lhe tinha dado a guardar.

Se estas andanças da mala até faziam rir, o que aconteceu ao Ayala por causa dela já tinham outro cariz: eram reveladoras do grande receio dos que se sentiam comprometidos com a revelação do conteúdo desses documentos a tal ponto que não hesitaram em denunciar às autoridades argelinas os colaboradores mais directos do general como sendo eles os autores duma conspiração contra ele, general! Em consequência desta denúncia o médico Marcelo Fernandes e esposa foram presos e humilhados pelos esbirros do Ben Bella (este médico, com Helder Pires, Zulmiro de Almeida e Hipólito dos Santos foram os mais acérrimos defensores da vinda do general para a Argélia e por isso tinham-se responsabilizado “pela vida vegetativa deste”, utilizando as palavras do próprio general).

E o Ayala, como secretário do general e portador da mala não escapou à denúncia, e os esbirros foram buscá-lo a sua casa, forçaram a entrada para prendê-lo. O Ayala morava num local um tanto isolado e temendo que a sua prisão não fosse notada pela vizinhança como convinha à polícia, resistiu e atirou-se contra uma parede de vidro

que se estilhaçou com grande fragor e espanto da vizinhança. Os esbirros, furiosos, redobram de violência e até chegaram a pôr-lhe um joelho nas costas para lhe “endireitarem a corcunda”, como eles próprios diziam.

O meu amigo Ayala, depois de um estágio de alguns dias, saiu muito alquebrado das masmorras argelinas.

Nunca me quis dizer qual foi o destino da célebre mala e daí para a frente tornou-se um feroz acusador “sui generis” dos autores e colaboradores do desaparecimento do general.

UMA REPÚBLICA SOCIALISTA NAS MONTANHAS DE ANGOLA

Enquanto os militantes e militares negros do MPLA não foram proibidos de frequentar o meu apartamento, fui visitado por alguns camaradas, homens e mulheres, que não demonstravam relutância alguma em me considerarem como angolano.

Um desses visitantes foi o comandante Benedito que estava em Argel de passagem para um país da Europa socialista onde ia tratar da vista seriamente afectada pelo napalm que os tugs tinham lançado em terras de Nanbuangongo.

Quando conversava com o Benedito sentia-me compensado dos dissabores a que estava sujeito pela atitude de alguns responsáveis do EME que não queriam consentir que o branco natural de Angola estivesse nas suas fileiras.

O Benedito era bem negro, tinha sofrido na carne a violência e a injustiça da opressão colonial e vinha de uma luta de morte com os exércitos de brancos, não precisava dos meus favores e, apesar disto tudo, considerava-me como angolano e manifestava por mim muita consideração e respeito por eu ser “mais velho”.

Foi da sua boca que eu ouvi o que passo a relatar.

Depois da revolta do “15 de Março” no norte de Angola, em Nanbuangongo – burgo situado no emaranhado das montanhas e florestas na região com o mesmo nome – nós tínhamos eliminado toda a presença branca e todas as terras e propriedades ficaram nossas. Os colonos tinham deixado toneladas de vinho e alguns milhares de contos. Eu fui um dos que comandava as operações e estava muito preocupado em organizar a resistência para nos defendermos do eventual regresso dos colonos protegidos pelos militares portugueses”.

“Mas a liberdade que tínhamos alcançado causara tanta alegria que a população nunca mais se cansava das grandes batucadas e bebedeiras”.

Como não parassem os festejos, as danças e bebedeiras, eu e alguns dos sobas, resolvemos tomar a decisão de derramar todo o vinho que restava e queimar todo o dinheiro. Só assim conseguimos organizar e produzir naquela terra libertada que nós chamávamos de República Socialista de Nanbuangongo. Esta durou até à chegada das tropas portuguesas e eu consegui escapar-me apesar de ter sido atingido pelo napalm.”

O Benedito, depois desta sua epopeia, ainda escapou ao julgamento a que queriam submetê-lo alguns fanáticos do MPLA por ele ter queimado aquela montanha de dinheiro que tanta falta fazia ao movimento.

Lembro-me também que recebi em minha casa um moço negro angolano que também me considerava como tal apesar de ter sido condenado à morte pelos brancos. Saiu milagrosamente de entre a montanha de companheiros fuzilados, não sabia como nem porquê.

Este episódio da república de Nanbuangongo, quanto a mim, merece ser conhecido e se não ficou na história certamente que ficou na memória de muitos que nele participaram.

Depois deste devaneio voltemos a Argel.

A Maria do Céu, quando deixou a minha casa, endossou-me uma cantora negra, ainda jovem, originária das terras do tio Sam, casada com um francês e mãe de um rebento de cerca de cinco anos, mal educado, rebelde e sempre pronto a fazer judiarias. A Bownie e o marido eram dois viciados na liamba e ela cantava nos boates e hotéis para ganhar a vida.

Quando chegava ao porto de Argel um navio americano, a minha casa enchia-se de negros americanos, muito grandes, que traziam frangos e outros comestíveis para a Bownie em troca de umas fumaças de liamba. Então a casa e as escadas até à porta de saída enchia-se do odor característico da marijuana.

Como a Bownie não dispusesse de grandes recursos financeiros e precisasse de um financiador para garantir a compra da erva, pretendeu viciar-me na dita. Por isso eu experimentei durante três ou quatro dias as delícias da droga e apercebi-me dos seus efeitos: euforia constante vendo o mundo correr numa auréola cor de rosa e perda do sentido das responsabilidades a tal ponto que comecei a chegar tarde ou a faltar ao trabalho.

Constatei a tempo estes efeitos e logo desisti antes que me viciasse.

O filho da Bownie fez-me tantas diabruras que pedi à mãe que arranjasse outro poiso.

Já estava há algum tempo em Argel quando conheci uma argelina, sem véu nem turbante e de canelas à mostra. Era a Fadela, que tinha vivido em França, era instruída e tinha adquirido a liberdade da mulher francesa mais do que emancipada, isto é, que considerava o homem de igual para igual, ou ultrapassando-o nesta igualdade quando lhe dava na real gana.

Tornei-me um grande amigo dela e companheiro de muitas horas esforçando-me por não cair nos laços de um romantismo amoroso, porque sabia, caso isso acontecesse, que não suportaria a sua liberdade de escolher outro homem quando lhe desse na real vontade.

Através de mim ela conheceu os exilados lusófonos de Argel e eu conheci através dela muitos progressistas argelinos, militares e civis, e penetrei na sociedade árabe onde pude constatar as singularidades dessa sociedade, algumas delas em contradição com os ideais políticos dos progressistas argelinos. A Fadela, apesar de ter um emprego bem remunerado, quis aumentar os seus proventos aceitando ser um agente secreto com a missão de espiolar os movimentos nacionalistas africanos.

Quebrando o sigilo que todo o agente secreto deve respeitar ela comunicou-me a sua nova tarefa e perguntou-me o que poderia fazer.

Como a Fadela, na altura era confidente de um responsável do MPLA e como acabara de se instalar na cidade o representante do GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) que estava interessado em conquistar os favores da Fadela e aproveitar-se das suas inconfidências, eu aconselhei-a a aceitar os convites do pretendente e levá-lo a uma boate e o fizesse gastar o mais possível pois o representante do GRAE propalava aos sete ventos que os responsáveis do EME gastavam o dinheiro que vinha de Moscovo em mulheres e boates.

A Fadela aceitou o conselho e levou o político angolano a uma boate onde fizeram uma despesa de tal ordem que o amoroso teve que ir a casa buscar a massa, tendo ela e o Nicolas, lugar tenente do político, ficado à espera na boate “como garantia”.

Depois de me contar, radiante, este feito a Fadela a páginas tantas começou a tratar-me por “colonialista”. Admirado, perguntei-lhe a razão de tal tratamento e explicou-me que o tal representante do GRAE era assim que me tratava. Com efeito,

esse “diplomata” quando eu estava ausente trava-me por “colonialista” e quando eu estava presente por “frère”.

Quando a minha amiga me contou isto como se fosse uma “missão cumprida” eu perguntei-me como é que assuntos tão frívolos aparecem na complexa e séria rivalidade entre políticos com uma mulher aventureira a desempenhar o papel principal.

Não revelo todos os nomes dos participantes neste episódio, porque, estando eles ainda entre os vivos não teriam grande prazer ao ler isto.

Mas, se por acaso algum deles vier a lê-lo talvez não fique melindrado, porque, para além dos erros e fraquezas dos homens, o que perdura é a nostalgia dos tempos em que éramos “generosos e francos”.

UM GOLPE DE ESTADO

Cerca das 20 horas do dia 19 de Junho de 1965 entrei na boate “Ambassadeur” disposto a passar algumas horas agradáveis.

Para meu espanto, a boate estava deserta; só lá estava uma argelina e um empregado no balcão que nos disse: “é melhor ir já para casa. “Il y a un coup d’état de Boumedienne”.

A argelina ficou tão aflita que eu cedi-lhe o único taxi que havia. E eu iniciei a minha marcha também bastante aflito porque, contra os meus hábitos, deixara todos os documentos de identificação em casa.

Não andei muitos passos quando fui abordado por um oficial e dois soldados que pediram os documentos e face à minha negativa, com toda a gentileza, perguntaram-me a morada para onde fui acompanhado por dois militares. Quando já estava perto de casa, para meu espanto e receio, fui mandado entrar para um grande pátio onde já estavam muitos argelinos. Ali fiquei sem ousar abrir a boca e quando a luz da aurora começou a despontar, apareceu um jipe com oficiais argelinos e um deles gritou: “Ça y est”. Compreendi que o Ben Bella acabara de ser preso ou morto.

Deixaram-nos sair livremente e pelos comentários que ouvi compreendi que o presidente tinha sido preso.

Entre em casa era já dia e como me parecesse que estava tudo muito calmo resolvi sair à cata de novidades.

Na rua circulavam alguns tanques e tropas que deixavam circular livremente. Lembrei-me então de procurar uma pequena cafeteria onde era hábito reunirem-se alguns intelectuais que eu julgava afectos ao Ben Bella e que, quando entrei, estavam a festejar a vitória do autor do golpe, o ministro da defesa Huari Boumedienne !.

A partir deste golpe de estado tive que redobrar de cautelas para não cometer alguma asneira que pudesse prejudicar a minha estadia no país

Mas não valeu de nada porque logo que acabou o ano lectivo recebi uma carta do ministério da educação agradecendo “os prestimosos serviços prestados à nação” e rescindindo o meu contrato, sugerindo que era melhor deixar o país do que ficar.

Assim fui “limojado” do Liceu de Bufarik onde granjeara uma grande estima entre os alunos e certamente com muita satisfação dos professores argelinos que não concebiam nem consentiam que eu usasse na lapela o emblema de Lénine.

Antes porém de deixar a Argélia não posso deixar de referir que entre os militantes do EME que não me votaram ao ostracismo estava o responsável Luís de Almeida como já referi e também duas camaradas: a Gina Vieira Lopes, minha colega no liceu, mulher vistosa e atraente que sabia defender-se dos atrevimentos dos mais que

machistas e ordinários argelinos e que também deixou o liceu de Bifarik na mesma altura. A Gina era sobranceira às pequenas intrigas de alguns políticos e foi sempre para mim uma gentil camarada. A outra militante emepelista que sempre me considerou foi a Elisa Pestana, uma muito bonita mulher de Cabo Verde, a quem ainda dei algumas lições de Matemática e cuja beleza e talento foram aproveitados no filme angolano “Sambizanga”

Quando recebi a carta de despedimento estava já disposto a ficar na Argélia mais uns tempos e pronto a mandar vir a mulher e os filhos.

Não havendo outra justificação para o meu despedimento que não fossem as intrigas políticas que me votaram ao ostracismo e temendo as confusões como as que aconteceram ao meu amigo Ayala, resolvi levantar ferro sem fazer muitas ondas.

CAPÍTULO V

Na República Popular da China

Voltei para Paris. Entre a França e a Suíça à procura de emprego, dormia às escondidas no quarto do Ayala ou albergava-me em casa do Joaquim Branquinho.

Quando já estava à mingua de recursos encontrei o Onésimo da Silveira e a Rita, ele cabo-verdiano e ela portuguesa, através dos quais encontrei um emprego na muito distante China Popular onde pontificava o Mao Tsé Tung.

Segui com eles para Pequim passando por Praga e Moscovo, mas tivemos que ficar três dias na capital soviética devido ao mau tempo. Durante esta escala fomos alojados num velho hotel perto do então moderno aeródromo de Moscovo, sempre vigiados por uma sargenta soviética que nos acompanhava muito de perto para toda a parte, pois nós éramos considerados espiões pró chineses porque as relações sino soviéticas eram muito tensas.

Quando o tempo melhorou e tivemos luz verde para continuar a nossa rota, o Silveira quis vingar-se dos excessos de vigilância a que fomos submetidos fazendo um montinho de cocó nos nossos guarda fatos.; eu não concordei que o meu fosse conspurcado e ele, quando tentou fazer o seu montinho no seu guarda fato, não o conseguiu porque os intestinos não lhe obedeceram.

Antes de atingirmos Pequim fizemos escala num aeroporto da Sibéria, com uma temperatura de -40 graus centígrados, onde encontrei, vindo de Pequim o Gentil Viana. Apesar dos grossos gorros que nos escondiam parte da cara, eu reconheci imediatamente o Gentil Viana que também me reconheceu mas não me cumprimentou obedecendo às directivas de Argel de me votarem ao ostracismo.

No aeroporto da capital chinesa esperava-me um chinês ainda jovem que falava muito bem o português e que me desejou as boas vindas em nome do Instituto de Línguas da Rádio Pequim, onde ele me disse muito sorridente e entregando-me um grande ramo de flores que afinal eu ia ensinar aos chineses a língua de Camões!

Como este engano, trocar a Matemática por Português depois de percorridos mais de sete mil quilómetros, não era fácil de corrigir tive que aceitar a troca.

O que me valeu é que o Liu, que ficou sendo o meu interprete e colaborador nas aulas, conhecia melhor que eu a gramática portuguesa e as reformas ortográficas e assim facilitou a minha tarefa.

Os jovens chineses eram muito disciplinados e ávidos por aprender a tal ponto que eu não podia enganar-me ou cometer um erro porque eles reproduziam tudo como um papagaio. As lições e respectivo vocabulário eram gravadas o que permitia aos alunos reavivar o que aprendiam nas aulas. Nos intervalos destas, as raparigas já espigadotas debruçavam-se nos meus ombros e faziam-no com tanta naturalidade que eu ficava envergonhado ao sentir as suas maminhas! Mas cheiravam a alho que tresandava, pois o alho era muito aconselhado por causa das suas virtudes, e tive que ensinar-lhes a ingerir os alhos sem deixar o cheiro.

Estes jovens entre os 16 e os 18 anos estudavam a doutrina maoista com grande fervor e para eles não existia a propriedade privada. Dei por isso quando os recebi pela primeira vez no meu quarto do hotel em que vivia: revistaram tudo, gavetas, malas, tudo...como se fosse deles... Tive que pedir ao Liu que lhes ensinasse até onde os limites da propriedade colectiva e quais eram os privilégios da propriedade privada...se existisse!

Nós, os estrangeiros, habitávamos num imenso hotel que podia albergar mais de duas mil pessoas e que fora construído pelos soviéticos para eles próprios antes do “revisonismo”.

Havia tudo neste hotel, desde os restaurantes chinês, europeu, indiano e japonês até aos campos de jogos e piscina, passando pelo posto médico e serviço de taxis à disposição.

Eu, que acabara de deixar a quase miséria de um exilado em Paris sentia-me no paraíso e até fiz como os outros: mandei recado à minha mulher, em Lisboa, para vir para Paris com os dois rebentos, donde embarcaria para as terras do sol nascente depois de contactar a embaixada chinesa

Mas ela não acreditou numa viagem tão longa, aventureira e cara e em vez de aceitar, enviou-me uma lista com os grandes custos de tal viagem dizendo que era preferível que eu lhe mandasse os francos respectivos! Eu informara que quem pagava tudo eram os chineses mas ela não acreditou em tanta magnanimidade e supôs que era eu!

Se bem me lembro é no 1º de Outubro que os chineses comemoram a data da sua revolução. Nesse dia do ano de 1966 estava eu na Praça Tiananmen, enorme praça dentro da cidade de Pequim, quando ouvi os altifalantes dizer que ia falar um angolano! Era o Viriato da Cruz! Este falou e não poupou adjectivos para atacar o “revisonismo soviético” e seus seguidores, sob os aplausos de milhões de chineses que não sabiam onde ficava Angola e que deliravam com os ataques aos revisionistas soviéticos.

O Viriato atacou estes e seus seguidores de tal maneira que perguntei-me se ele poderia mais tarde retornar livremente ao nacionalismo angolano progressista. Como ele habitava no mesmo hotel (“Drousba” ou “Yui Ping Iuan”, que significa amizade em russo e em chinês) passei a ser um frequentador habitual dos seus almoços dominicais com a agradável presença de sua mulher Maria Eugénia e de sua filha.

No mesmo hotel também estavam alojados o Gentil Viana, o Carlos Morais (Monty), o Onésimo da Silveira e a Rita.

Quando em 1967 a Revolução Cultural estava no auge, muitos dos estrangeiros do hotel entusiasmaram-se de tal maneira que pediram para sair do hotel e a redução dos vencimentos pois queriam levar uma vida igualzinha à dos chineses! Esta petição era tão estranha que o ministro dos negócios estrangeiros convocou os peticionários para uma reunião para mostrar a estes que não era nada fácil fazer uma vida igual à dos chineses quando se está habituado a boa casa e a boa mesa.

O ministro era o general Tchen Yi, um veterano da longa marcha, de quem se contava que tinha sido um drogado que curara o vício da droga passando largos dias numa embarcação isolada da terra sobre as águas do rio Amarelo

Apesar das advertências do general, recheadas de bom humor para esconder as críticas aos teimosos, alguns estrangeiros ainda prosseguiram com o seu intento. Mas regressaram ao hotel pouco depois sob as risadas dos restantes hóspedes.

Os chineses têm um apurado sentido do humor e são exímios caricaturistas; utilizando os jornais murais em profusão e manejando a caricatura com mestria conseguiram denegrir, ridicularizar e pôr fora de combate o seu presidente da república Liu Shau Shi que antes desta revolução era amado e respeitado

Como eu era dos poucos voluntariamente retirado da convulsão política que se vivia, (diga-se de passagem que nenhum dos angolanos do hotel se meteu em confusões culturais) assistia de braços cruzados à avalanche de caricaturas que se sucediam. Até que um dia não me contive e fiz a minha banda desenhada onde ridicularizava os estrangeiros “revolucionários” que queriam viver à chinesa, compravam antiguidades às toneladas para venderem nos países de origem a bons preços e cujos filhos roubavam bicicletas para venderem as peças aos chineses.

O meu desenho teve um bom acolhimento por parte destes mas não agradou a muitos estrangeiros que só não se vingaram para não se tornarem mais ridículos.

Durante a Revolução Cultural éramos convidados a assistir às sessões de auto crítica dos “contra revolucionários” o que me permitiu observar o contido descontentamento, e mesmo sofrimento, dos intelectuais, alguns deles professores universitários, condenados a limpar as retretes enquanto não reconheciam os seus erros. E o que era mais repugnante no meio disto tudo era ouvir um cooperante, um estrangeiro, acusar um chinês de contra revolucionário! (Mas a vingança do chinês verificou-se depois, porque o estrangeiro acusador ficava logo bem marcado e quando saía do país era, na alfândega, sujeito a uma revista demorada e ao cumprimento de formalidades que não eram usuais).

Os chineses, que antes da revolução cultural eram sorridentes e mesureiros para com os estrangeiros, com o advento desta revolução tornaram-se xenófobos, a tal ponto que, além de terem esfaqueado um africano negro que fazia compras na loja dos cooperantes, borraram a piscina do hotel com cocó chinês. E mais: nós, como os chineses, utilizávamos a bicicleta para dar as nossas voltas na cidade e arredores e depois de ter começado esta revolução, quando passávamos por um grupo de chineses, estes levantavam os rabinhos do selim e largavam uns punsinhos ou punzões muito mal cheirosos...para saudar os estrangeiros.

Esta revolução, que foi chamada de cultural não sei bem porquê, foi conduzida com mão de mestre pelo “grande timoneiro” da nação, Mao Tsé Tung. (“Mao tu shi uan suei”, “viva o presidente Mao” em chinês, aprendemos nós a gritar, tantas e tantas vezes ouvimos as multidões a gritá-lo!). Uma vez, numa das comemorações do dia nacional, ouvi este slogan gritado por 5 milhões de bocas durante 7 horas!

O timoneiro, para eliminar as ervas daninhas que começavam a tomar vulto no partido e na sociedade, usou de uma estratégia muito dele e muito chinesa. Primeiro utilizou a juventude que sob a designação de guardas vermelhos, invadiram as aldeias, cidades, fábricas, escolas e universidades, etc., atacando os “revisionistas”, as “tendências burguesas”, os que não adoravam o Mao. Chegaram ao ponto de destruir algumas obras de arte e alguns museus menos importantes porque os mais importantes tinham sido fechados e protegidos.

Logo que os excessos dos guardas vermelhos se avolumaram perigosamente, o timoneiro fez intervir o exército. As características deste diferem em muitos aspectos

dos exércitos do Ocidente porque tinha uma forte dose de doutrina maoista encaixada nos miolos, dirigida para a protecção do povo e das conquistas já alcançadas e os militares tomaram conta da situação deixando os guarda vermelhos um tanto desconsolados., Porém, logo que os militares começaram a revelar a prepotência que o poder excita, foram subtilmente enquadrados pelos operários.

A classe operária chinesa da época tinha uma concepção da vida e uma formação política diferentes da dos operários do ocidente, cimentada numa longa prática o que lhes permitia analisar as situações com método e ponderação e tomar as decisões mais convenientes sem recurso à violência. Por isso foram postos à testa da revolução cultural agindo de acordo com as directivas do grande timoneiro.

Eu pude seguir esta estratégia do Mao na minha aula. Quando me apareceu nesta um operário depois de ter aparecido um militar, comecei a entender o Mao. E melhor o compreendi, quando o operário de cara dura que não percebia patavina de português, sabia intervir calmo e sorridente quando um aluno cometia uma falta de disciplina ou um desvio de atenção.

Como eu conseguisse ter “mais paciência que um chinês” para aturar os chineses e como estes tinham um elevado sentido do humor, eu conseguia dar aulas “vivas e alegres” como aconselhava o Mao. Talvez por isso os alunos e superiores tinham uma certa consideração por mim e por isso os responsáveis políticos nos convívios com os camponeses quando estávamos no campo a cumprir uma jornada de trabalho voluntário convidavam-me para falar.

Como os camaradas chineses não compreendiam que um branco fosse angolano, eu só consentia em falar se eles me apresentassem como angolano. E então ficava atento à apresentação feita em chinês: se dissessem “putoiá” (que significa português ou “boca de uva”) eu negava-me a falar; se dissessem “angolada” (angolano em chinês) eu intervinha com todo o gosto.

Uma vez, quando fazia trabalho voluntário numa comuna perto de Pequim, tive conhecimento de que os mais jovens há muito que reclamavam chuveiros. Quando intervim no convívio da noite, com manias de sabichão recomendei que fossem construídos os tais chuveiros. E quando julgava que tinha metido uma lança...na China, o meu interprete comunicou-me que os mais velhos da comuna ficaram indignados com a minha proposta, pois eram eles que se opunham à construção dos chuveiros para poderem ir à cidade tomar o seu banho a vapor, com massagens e uma cachimbada a preceito.

A quando do “Maio Parisiense” sucedeu que um grupo de estudantes chineses foi preso em Paris e constou que um deles fora espancado. Logo os hóspedes do hotel se organizaram para fazer uma manifestação de protesto junto da embaixada francesa.

Lá fomos, era já noite, e quando chegámos à embaixada havia algumas viaturas dentro da cerca, focando os manifestantes com os potentes faróis. Para não ser visto eu, prudentemente, ocultei-me na escuridão. Foi a minha boa estrela que me levou a tomar esta precaução porque afinal aqueles focos de luz tinham permitido que a manifestação fosse filmada e, quando mais tarde um estrangeiro pedia um visto para França, só o conseguia se não estivesse no filme daquela manifestação. Paris era para mim a única capital onde eu encontrava apoio nos momentos difíceis e se eu tivesse ficado naquele filme não sei o que teria sido de mim.

Os chineses tinham grande admiração e respeito pelo fundador e unificador da primeira república chinesa, o médico Sun Ya Tsen, em 1911. Por isso levaram-nos a visitar Nankin, a antiga capital onde está levantado um monumento a Sun Ya Tsen, grandioso mas nada belo e com poucas características da arquitectura chinesa. Quando fiz este passeio a Nankin levei comigo um velho par de sapatos para os deixar no

combóio pois já os pusera no cesto do lixo mas os camaradas chineses pensaram que era engano e não deixaram que se cometesse este acto perdulário de pôr no lixo um par de sapatos ainda usáveis. Mas de nada valeu este cuidado para me desfazer dos sapatos pois quando regresssei a Pequim, dias depois, tinha os ditos sapatos bem arrumadinhos no meu quarto!

O meu companheiro habitual quando ia à cidade era o meu amigo francês Jean Dumichel, especialista da língua francesa tradutor do jornal “Remin Bao” (Jornal do Povo). Foi ele que traduziu para francês o escrito sobre Angola que intitulei “Da ocupação à revolução”, escrito este baseado em vasta documentação que eu levava para Pequim sobre a história de Angola e sobre as contradições no seio do nacionalismo angolano até aos primeiros anos da década de 60.

Infelizmente os dois únicos exemplares deste meu trabalho perderam-se, um em Benguela nas mãos do Aires Roque a quem entregara para a sua secretária o traduzir para Português e outro que ficou nas mãos do economista de Bissau, Vasco Cabral que tinha achado que o trabalho merecia ser publicado e que, para este efeito, me apresentou a um conhecido sindicalista francês para me apoiar na sua publicação. Este, que me recebera com grandes mostras de simpatia, acabou por negar-me qualquer ajuda. Era um comunista fiel a Moscovo, que não gostou dos meus comentários sobre o comportamento dos partidos comunistas, português e francês, em relação ao nacionalismo africano.

Foi com o Jean Dumichel que percorri os melhores restaurantes da cidade, chineses e mongóis.

Num deles, o cozinheiro principal tinha sido cozinheiro do imperador (e este era jardineiro no Templo do Céu) que preparava comidas e doces com tanto esmero e tão delicado sabor que o Jean Dumichel chegava a duvidar de que a cozinha francesa fosse superior à chinesa.

A monotonia do hotel era quebrada aos sábados por grandes farras bem comidas e melhor bebidas. Nelas se juntavam franceses, angolanos, camaroneses, latino americanos e outros. Entre os camaroneses estava o meu amigo e médico Languê, que conhecia muito bem a língua chinesa, cauteloso Maoista, generoso e sincero marxista leninista que desconfio que nunca mais voltou à terra natal onde os adeptos do comunismo foram sempre muito mal tratados.

O clima em Pequim é tal que no Inverno acusa temperaturas negativas de menos dez graus centígrados e no Verão a temperatura chega atingir quarenta graus.

No Inverno gelam lagos e rios, excepto um riacho cuja corrente é muito rápida. No Verão, à dificuldade de suportar o calor junta-se o cantar estridente das cigarras também difícil de suportar.

Num desses dias de Verão, depois do almoço, encontrei o Gentil Viana a discutir acaloradamente com o Viriato da Cruz. Aquele acusava este de ter dado o seu aval aos chineses para a vinda do senhor Savimbi, que por lá tinha passado há dias. O Viriato negava e a discussão estava a tomar foros de muito séria zanga quando eu ia a passar. Então, como o Monty também estivesse perto a observar a cena, disse-lhe: “Eh pá!, vê lá se separas estes meninos para não se pegarem à porrada!”. Ainda não acabara de falar quando ouvi o Gentil dizer: “Eu parto-te a cara” e o Viriato responder “não partes não” e agachar-se para apanhar uma pedra que atirou ao Gentil.

O Monty lá conseguiu acalmar os ânimos e todos se separaram amigavelmente.

Deduzi que só o calor infernal exacerbava a impulsividade do Viriato e a agressividade do Gentil pois não havia outra explicação para este comportamento de dois homens experientes e já maduros.

Como me disseram que o Viriato era o principal responsável pela “negrificação” do MPLA, com negros à cabeça, mulatos como conselheiros e brancos aparte, nunca me atrevi a discutir com ele as coisas de Angola; uma vez, quando eu me aproximava dele e ele estava mais uma vez a discutir com o Viana, o Viriato dizia, pálido e colérico: “eu também tenho sangue branco nas veias”! Pouco depois, já calmo, virou-se para mim e disse: “agora já compreendo a posição dos brancos”. (Deduzi que se tratava dos brancos, que como eu, se consideravam angolanos e por isso lutavam).

O Viriato fora dos primeiros angolanos a tornar-se um teórico do marxismo leninismo e nos primeiros tempos as suas análises fizeram lei no seio do MPLA. Fora um companheiro de Mário de Andrade e autor, com este e Lúcio Lara da carta enviada ao ditador Salazar reclamando a autonomia para Angola.

Mas mais tarde as análises de um e outro deixaram de ser convergentes e acabaram por ser contraditórias. A partir daí o Viriato tinha a tendência de ridicularizar o Mário do qual ele contava o seguinte: “Uma vez o Mário andava no Saldanha, em Lisboa, a distribuir manifestos a favor da paz. Ele era tão burro que entrava nas escadas dos prédios para meter os manifestos debaixo das portas, mas em vez de o fazer de cima para baixo, era tão burro que o fazia de baixo para cima. Por isso, quando desceu de um dos prédios, encontrou cá em baixo um polícia e um paisana que lhe pediram o bilhete de identidade onde estava bem impresso que ele era de raça negra. O que ele confirmou. mas os polícias chamaram-lhe aldrabão porque ele estava com tanto, tanto medo...que até ficara branco!”.

Como eu não queria renovar o contrato embora estivesse bem instalado e com um ordenado superior ao de Mao, comecei a preocupar-me em arranjar um emprego em outras latitudes, em particular num país africano que fosse socialista. Um acaso favoreceu esta intenção. Fui convidado para uma solene e festiva recepção na embaixada da Guiné Conacri. Durante esta e já bastante animado pelos fluidos do whisky e pelos manes da dança africana eu, que sempre fui um fraco bailarino, consegui fazer uma exibição de requebros e umbigadas tropicais, sem esquecer o tradicional fagope angolano e a saudosa semba, de tal qualidade que fui muito cumprimentado, inclusivamente pelos embaixadores de França e da Guiné. E como as lindas guineenses que tinham bailado comigo me perguntassem porque é que eu não ia para a sua terra, logo fiz o pedido ao embaixador “camarade” Camará para ir trabalhar na Guiné Conacri.

Antes do final do contrato os camaradas chineses ofereciam uma grande viagem pelo país que, obrigatoriamente incluía uma visita à aldeia onde nascera o grande timoneiro. Junto à casa onde nascera este havia uma pequena lagoa onde ele aprendera a nadar. Muitos dos estrangeiros que visitavam este lugar, cheios de fervor revolucionário, despiam-se e lançavam-se ao lago donde saíam orgulhosos e ufanos por terem reforçado a sua chama revolucionária, como eles próprios diziam. Nesta digressão também visitámos Cantão e Shangai. Aqui eram evidentes as marcas deixadas pelos antigos colonizadores pois, pela arquitectura e urbanização distinguiam-se perfeitamente as zonas que tinham ocupado os franceses, japoneses e britânicos. Na antiga zona britânica os chineses tinham mantido uma tabuleta num jardim onde se lia: “Interdito a cães e chineses”.

Em Cantão visitei uma exposição industrial onde estava exposto um automóvel fabricado na China que o meu interprete me mostrou ufano de orgulho. Mesmo sendo um leigo em viaturas não disse ao Liu, para não o desconsolar que aquela – que pretendia ser a cópia de um “Rolls Royce” dos mais antigos – estava ultrapassada e devia marchar, andar com dificuldade, tal era o peso bruto que aparentava.

Este é um exemplo do hábito que os chineses tinham naquela altura de imitar e copiar modelos de maquinaria estrangeira, hábito que não escondiam porque não tinham aderido às convenções internacionais de comércio e de registo de patentes.

Em Shangai visitei uma fábrica de camiões e numa das dependências desta alguns caixotes dentro dos quais havia pesados blocos de cimento que eram a prova evidente da desonestidade dos revisionistas soviéticos pois foram eles que enviaram tais blocos no lugar de peças e equipamentos previamente pagos e bem pagos.

E não faltou a visita à ponte que estava a ser construída sobre o Yang Tsé (rio Amarelo). Tinha sido iniciada pelos soviéticos e por eles abandonada depois da grande cisão. Então os chineses juraram que podiam sozinhos acabar a obra seguindo as directivas do timoneiro que tinha ele próprio acabado com a lenda de um Yang Tsé intransponível atravessando o rio a nado. Os operários falaram-me orgulhosos da obra que estavam acabando, pesada e deselegante, e então eu disse-lhes, o que eles não gostaram muito: “os portugueses construíram uma ponte mais comprida, mais elegante e com menos ferro”. Só depois percebi que tinha cometido uma grande falta de cortesia.

Entretanto comecei a pensar em deixar a Ásia, aquele imenso continente onde nunca pensara pôr os pés e onde tinha adquirido uma experiência, ou melhor, toda uma gama de conhecimentos que feitas as contas, ou seja depois de espremidos, pouco ou nada podiam contribuir para resolver os problemas da minha terra.

Com efeito, os povos da Ásia e, em particular da China, possuem culturas e tradições cimentadas por séculos de monótona repetição com poucas semelhanças com os povos da Europa e da África.

O povo chinês possui hábitos de trabalho sem semelhança no Ocidente, hábitos de trabalho colectivo que já lhes são inerentes, nascem com eles. Esta tradição, esta tendência para o trabalho colectivo foi habilmente aproveitada por Mao Tsé Tung para implantar a sua política, o seu “socialismo”, o que não agradou ao Staline, nem ao Krushev apesar de este ter balbuciado algumas teses que vieram a englobar-se na Perestroika.

Quando cheguei à China Popular tinha a União Soviética acabado de cortar relações com aquela, o que considereei um erro enorme porque até àquela altura a influência da União Soviética nos meios científicos e culturais chineses era de tal ordem que criaria raízes imperecíveis se tivesse continuado mais uns anos.

Esta ruptura exacerbou o nacionalismo chinês que teve que apertar o cinto e passar por situações de penúria dificilmente olvidáveis (a penúria era de tal ordem que os chineses faziam, no início de cada dia, um esquema das voltas que tinham a dar para escolherem o caminho mais curto e assim pouparem energias).

Nas vésperas da minha partida, além de ter feito compras que encheram três malas, contrariando o meu hábito de viajar só com o pequeno saco com que atravessara os Pirinéus), também visitei alguns antiquários onde comprei alguns quadros da China dos Ming.

E como não podia deixar de ser tive que assistir às habituais cerimónias de despedida, com fotografias e discursos, durante as quais fiquei admirado e sensibilizado com aquela juventude “materialista” que se comoveu até ao ponto de se verem as lágrimas no canto do olho tanto das raparigas como dos rapazes. Quem mais se comoveu foi “o filho do Partido” (órfão de pai e mãe) que não escondeu as copiosas lágrimas no rosto bronzeado. Por sinal ele era o pior aluno da turma apesar da ajuda constante dos colegas.

Foi com uma certa dose de tristeza e de apreensão que larguei das terras do Sol Nascente, mas antes de enfrentar as dificuldades que certamente iria encontrar em terras europeias, resolvi fazer escala pela capital do Camboja, hoje Campucheia, que eu já

conhecia. Já lá tinha um amigo, o homem do “pousse pousse”, que me passeava pela cidade e me trocava os francos franceses por moeda local. As minhas paragens no Campucheia deviam-se em parte à inflação da sua moeda: com alguns francos franceses fazia a vida de um paxá das Índias, visitando monumentos e olhando guloso as lindas raparigas que passavam: além das cambojanas havia chinesas, tailandesas, vietnamitas e decadentes francesas.

Visitei o templo de Angshor, construído em grandes pedras sobrepostas em cujas junções se tinham infiltrado ramos de plantas que pouco a pouco engrossavam e faziam perigar o seu equilíbrio, templo este que segundo as informações colhidas no local tinha sido construído há três mil anos antes de Cristo.

Em 1968 a guerra do Vietname ainda não tinha terminado e na capital do Campucheia viam-se muitos vietnamitas mutilados e feridos que procuravam refúgio e tratamento na China Popular que naquela altura era aliada do Vietname contra os norte americanos.

Ainda estive tentado a arranjar trabalho no Campucheia como professor, o que não seria difícil porque tinha uma cunha par o príncipe Shianuc que era o principal mandão do Campucheia. Mas a proximidade da guerra do Vietname e as ameaças de confusões guerreiras no também vizinho Laos e as conversas ouvidas aqui e ali segundo as quais os extremistas de esquerda não escondiam as suas intenções de vir a construir naquela terra o “verdadeiro comunismo”, tudo isto levou-me a retomar a rota para Paris.

Pouco tempo depois, a Suíça da Ásia, como eu chamava ao Camboja, foi posta a ferro e fogo pelos comunistas da extrema esquerda que, em pouco tempo, dizimaram mais de um milhão de cambojanos e semearam a confusão e o ódio a tal ponto que ainda hoje, passados mais de trinta anos, ainda não há estabilidade política naquele país. O príncipe Shianuc que é um dos políticos que ainda resta desse tempo e procura reunificar o país, deve-se lembrar com muita tristeza dos tempos em que governava e era cineasta, organizava festivais de cinema e ficava em primeiro lugar nos concursos de 7ª arte desses festivais.

NA GUINÉ CONACRI

De novo em Paris procurei um emprego e consegui-o através da minha amiga Xavière Jardez, cujo cunhado era proprietário de uma fábrica de lentes de precisão. Mas a prefeitura negou-me o “permis de séjour” e deu-me 48 horas para sair de França.

Como tinha a promessa de ir para a Guiné resolvi então voltar para África e como não tivesse a massa necessária recorri à embaixada chinesa de Paris, donde saí muito aflito porque os chineses recusaram.

Eu estava alojado no apartamento do José Abreu, reformado da Rádio Brazzaville e velho amigo e correligionário nas andanças políticas em Angola quando, às tantas da madrugada fui acordado pelo telefone. Eram os camaradas chineses da embaixada a dizer-me que me pagavam as despesas da viagem.

Segui para Conacri onde o ministério da educação me alojou no então melhor hotel de Conacri, o “Hôtel de France” mas sem direito à paparoca.

Por despacho do presidente Sékou Touré fui colocado no Instituto Politécnico de Conacri, onde depois de saber que ia leccionar a cadeira de Mecânica Racional cujo programa era exactamente o mesmo que o Victor Hugo de Lemos dava na Faculdade de Ciências de Lisboa, aceitei.

Foi neste Instituto que tive os primeiros contactos com os “tovaritchés”, através dos quais aprendi as regras de convívio e de trabalho com eles que me permitiram

dirigir com eficiência favorável a Angola a empresa “Sorefame de Angola” de que fui, mais tarde, director.

Foi em Conacri que aprendi a conhecer as “nuances” do socialismo telecomandado pelos soviéticos na África Negra porque o da África Branca já o conhecia na Argélia.

Como estava bem alojado mas não tinha direito à paparoca e estava sem vintém tive recorrer ao camarada Amilcar Cabral.

O PAIGC tinha a sua organização civil e militar muito bem montada em Ratoma, a uma dezena de quilómetros do centro da cidade onde vim a conhecer o Aristides Pereira, o Vasco Cabral e o irmão do Amilcar, Luís Cabral e outros dirigentes do PAIGC. Como os serviços de educação deste estivessem a elaborar compêndios para o ensino secundário, enquanto estive na Guiné dei a minha colaboração neste sector.

A minha estadia em Conacri foi bastante agitada e ali tive mais uma vez a oportunidade de seguir com atenção as nuances, virtudes e defeitos da aplicação de uma ideologia importada sem atender às condições locais de maior influência.

O socialismo de Sékou Touré estava explanado em numerosos e grossos volumes que ele próprio publicava e constituíam motivo de embaraço para os estrangeiros que o visitavam e que não queriam sobrecarregar a sua bagagem com as pesadas obras do Sékou oferecidas por este.

Como não caí na graça do reitor do Instituto Politécnico que era um soviético que não tolerava as minhas relações de sociedade com outros soviéticos menos obedientes às suas normas de conduta, fui transferido para o liceu e os soviéticos pouco obedientes foram mandados regressar à procedência sem mais contemplações.

Como disse a minha estadia em Conacri foi muito agitada como o demostram os factos que a seguir relato.

O presidente Sékou foi alvo de várias tentativas de atentados, das quais escapava por milagre e por isso diziam que tinha feitiço. Numa delas, estava eu numa rotunda à espera que passasse o cortejo presidencial onde vinha o Sékou e o Kaunda mas o cortejo tardava a passar. Correu então a notícia de que a demora era devida ao facto do presidente ter escapado de um atentado: um homem, um matulão, quando o cortejo abrandou a marcha sem se perceber porquê, saltou para o carro em que seguia, em pé, o Sékou e o Kaunda; e fez o gesto de quem vai apunhalar o Sékou; este, que também era uma boa figura de homem, deu um empurrão ao agressor e gritou para os seguranças que seguiam em motorizadas: “não matem esse homem!”. Mas os seguranças não obedeceram e liquidaram o homem o que fez com que o presidente ficasse desconfiado dos seus protectores. E tinha razão como se provou mais tarde.

O presidente Sékou também escapou de um golpe de grande envergadura que lhe era dirigido, dizem que por ter sido avisado a tempo: foi a audaciosa e descarada invasão de Conacri pelas tropas portuguesas que tomaram a capital durante a noite e só a abandonaram eram cerca das onze horas do dia seguinte.

Era um sábado e como eu não estivesse abonado não saí nessa noite. A cidade de Conacri tem muitas semelhanças com a cidade do Lobito: parte de Conacri estende-se ao longo de uma estreita península, restinga, que protege uma baía onde fica o porto de mar. Ao longo da restinga existiam muitas boates, muito frequentadas aos sábados.

Nesse Sábado, pouco antes da meia noite, ouvi tiros e vi balas tracejantes a rasgarem o céu, perto da base naval do PAIGC, a cerca de duas centenas de metros do 7º andar onde eu habitava. Julguei tratar-se de fogo de artifício pois na China lançavam-se foguetes e balas tracejantes às tantas da noite quando se tratava de comemorar um feito importante (tal como uma experiência atómica) e por isso perguntei à minha guarda costas – sempre preferi ter guarda costas do sexo feminino – se na terra dela

também faziam como os chineses. Respondeu-me que não. Depois vi que havia mesmo borrasca a sério!

Em baixo, na rua, gritavam: “Les portugais! Les portugais!” Como os homens do PAIGC eram vulgarmente chamados de “portugais”, não dormi mas também não desci.

Manhã muito cedo vi o Luís Cabral a comandar tropas na base naval próxima e, quando desci fiquei a saber que afinal eram os portugueses em pele e osso que tinham desembarcado! E fui obrigado a juntar-me aos estrangeiros que já estavam no hotel de France onde fiquei até à noite.

Este desembarque na capital da Guiné foi um golpe muito audacioso que, se tivesse tido o êxito que se propunha, tinha atrasado de muitos anos a libertação das colónias portuguesas e também evitado ou atrasado a “Revolução dos Cravos” do 25 de Abril de 1974.

Com efeito, o desembarque português em Conacri propunha-se não só aniquilar a direcção do PAIGC como também derrubar o Sékou Touré colocando à testa do país homens fiéis a Portugal e à França que também não podia suportar as arrogâncias do Sékou.

E o golpe estava bem urdido e, se falhou, foi por circunstâncias fortuitas e pouco conhecidas que vou revelar. A primeira foi o azar que tiveram os portugueses quando mataram involuntariamente o seu principal colaborador em terra. Com efeito, ao desembarcarem viram um volkswagen amarelo igual ao do Amílcar e, supondo que era ele, atiraram e mataram o alemão federal que os ia cumprimentar para com eles colaborar!.

Este alemão era um súbdito da Alemanha Federal que no interior da Guiné comandava um grupo de compatriotas ligados à exploração da bauxite e ao mesmo tempo trabalhavam secretamente contra o regime de Sékou e tinham um avião particular que entrava e saía do país sem dar cavaco a ninguém. Sékou Touré que dizia que a Guiné era “o túmulo do imperialismo em África”, permitia que os alemães federais fizessem o que bem entendiam, alemães que não escondiam a sua fidalga aversão ao socialismo e manifestavam abertamente – como eu tive ocasião de presenciar – os seus desejos de vingança e hegemonia. Foram estes alemães que treinaram o homem que saltou para o carro de Sékou a quando da visita do Kaunda. Soube-se mais tarde que o homem drogou-se para arranjar coragem para cometer o crime e que até se esqueceu do punhal para o acto!. Soube-se também que os “motards” que não obedeceram ao Sékou quando lhes ordenou que não matassem o agressor, também estavam dentro da conspiração.

Os portugueses desembarcaram em vários pontos e tomaram conta da cidade durante muitas horas. Apoderaram-se de um quartel onde vivia o ministro da defesa que não foi preso porque os portugueses nunca tinham visto um general nu, só de tanga! Foram os meus alunos que também moravam no quartel que me contaram a cena da fuga do general e me perguntaram qual o significado das frases portuguesas “estamos fodidos” e “estamos lixados”.

Perguntei-lhes como sabiam tais frases e eles disseram-me que os portugueses quando se preparavam para largar diziam entre eles estas frases e com mais frequência “estamos fodidos”.

Outra causa do fracasso do desembarque foi causado pelo pelotão de comandos cuja missão era ocupar o aeroporto e destruir os aviões de guerra que pudessem lá estar, pois o comandante do pelotão o tenente Januário, um mestiço nascido em Bissau, preferiu entregar-se em vez de cometer a sabotagem.

E a outra enorme falha que prejudicou o golpe foi o facto dos guineenses que, em terra, deviam colaborar com os portugueses não terem cumprido com as tarefas que lhes estavam destinadas e terem ficado em casa a ver como corriam as modas!

Nessa noite o Sékou não foi apanhado porque, dizem, soubera a tempo da invasão e refugiou-se numa embaixada; o Amilcar não estava em Conacri; os invasores não mataram a mulher do Amilcar por uma questão de segundos pois ela acabara de sair do quarto quando ali caiu um obus cujo buracão o Amilcar me mostrou e não tapou como “recordação”.

A invasão de Conacri teve lugar na noite de 22 de Novembro de 1970. Segundo o livro “Memórias das Guerras Coloniais” de José Paulo Guerra a invasão, concebida ou com a colaboração do general Spínola, foi comandada pelo oficial da Marinha capitão-tenente Alpoim Calvão e tinha o nome de “Operação Mar Verde” na qual o tenente João Januário Lopes, de 20 anos, comandava um grupo de vinte comandos.

Como eu disse, o tenente Januário entregou-se às milícias do Sékou Touré, os portugueses mataram o principal colaborador alemão e os guineenses que estavam com os invasores ficaram em casa aguardando o desfecho dos acontecimentos.

Como também afirmei se este golpe tivesse triunfado, as independências das colónias portuguesas teriam sido adiadas para muito mais tarde e o “25 de Abril” ou não se teria dado ou teria sido retardado. Em resumo: o sucesso desta invasão teria sido um rude golpe para os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas.

Por isso não se compreende que o auto proclamado e ferrenho anticolonialista chamado Mário Soares, pouco antes de deixar a presidência da República Portuguesa, tenha condecorado o senhor Alpoim Calvão pelos altos feitos prestados à Nação Portuguesa os quais, pelo que sei, foram o golpe falhado da invasão de Conacri.

O general que escapou aos portugueses por estar de tanga é nesta data, 1998, o general Lansaná Conté, presidente da República da Guiné. E chegou ao poder de forma original e inédita: deu um golpe de estado ao Sékou Touré quando este estava já morto e quando o corpo deste ainda estava nos Estados Unidos da América onde o Sékou, que dizia que a Guiné era o túmulo do imperialismo em África, foi morrer num hospital imperialista!.

Depois da invasão comecei a colaborar nas emissões rádio para a Guiné durante as quais me deliciava a dar porrada ao general Spínola.

Entretanto as minhas relações com os locais começaram a deteriorar-se porque durante as investigações sobre a invasão, descobriu-se uma vasta rede de conspiradores entre os quais figurava o francês Jean Paul, branco e íntimo do Sékou!.

Levei por tabela: como o Jean Paul era considerado um feroz revolucionário digno de todas as atenções e afinal era um traidor, também eu sendo branco podia ser traidor e portando também merecia levar um ponta pé no cu. E como eu tinha um carro e uma geleira, objectos muito, muito cobiçados era muito fácil a um dos muitos oportunistas do poder acusar-me de espião para eu ser preso e levado para algures para se apoderar do móvel e dos imóveis!

Enquanto permaneci em Conacri conheci o presidente Nkruma, ali exilado, africano que eu muito admirava. Ele foi um dos percursores da Organização de Unidade Africana, (OUA). Era formado em Matemática e defensor do socialismo cientificamente aplicado às condições locais e afirmava que na África Negra o socialismo só poderia progredir quando fosse abolido o hábito ancestral das famílias muito numerosas onde é vulgar encontrar alguns elementos que mais consomem do que produzem.

Nkruma morreu na União Soviética onde foi procurar a cura dos seus males físicos e o seu corpo veio para Conacri onde lhe foram prestadas as honras devidas a um presidente de uma nação.

Fui prestar-lhe a derradeira homenagem e, por acaso, ia acompanhado pela minha guarda costas e duas primas. Eram três mulheres elegantes e portadoras de “maris capables”, altos e ricos que demonstravam que as posses dos respectivos maridos eram apreciáveis. (Na terra chamava-se “mari capable” aos altos turbantes que as mulheres usavam. O preço do tecido e a altura do turbante indicavam a maior ou menor capacidade financeira do feliz possuidor da portadora). O espectáculo, num ambiente tão solene dava nas vistas. Com efeito, um branco já entradote, de barbas brancas, acompanhado por três mulheres negras de “maris capables” provocantes chamava a atenção daqueles galifões do poder onde, embora tivesse sido interdita a poligamia, esta era abertamente praticada. Quem mandou perguntar às minhas companheiras quem eu era, foi o ministro da defesa que escapou dos comandos portugueses porque estava de tanga a apanhar a frescura da brisa marítima.

Entretanto lembrei-me de visitar o Amilcar que encontrei bastante triste e logo que me viu mostrou-me as divisas de três (ou quatro?) oficiais superiores portugueses que tinham morrido numa emboscada e disse-me: “Sabes quem falta aqui? O general Spínola! À última hora ele desistiu da viagem que projectara de jipe e mandou os subalternos que caíram na nossa emboscada.

Nesse dia levou-me a casa no seu volkswagen amarelo e pelo caminho lembrei-me que o Paulo Té, marinheiro do PAIGC, me dissera que o Inocêncio Kani, oficial da marinha que me pedira para eu lhe desse lições de Matemática, não era de confiança e já tinha tido makas com o PAIGC. Talvez por isso, quando vi o Amilcar completamente à vontade próximo da base naval, disse-lhe:” Oh pá! Tu não devias andar só; devias ter um guarda costas. ”E ele respondeu-me: que queres? Sempre que saio levo guarda costas. Ao menos aqui quero andar à vontade.”

Gravei na memória estes factos porque, mais tarde, o Amilcar foi assassinado pelo Kani quando regressava a casa sozinho vindo duma recepção numa embaixada.

Foi na Guiné que aprendi as delícias do socialismo telecomandado com as lojas do povo mal abastecidas, as lojas dos dirigentes com tudo ou mais alguma coisa, a falta de água, os elevadores parados, as falhas de luz e a insensibilidade das pessoas. Esta insensibilidade comprovei-a numa manhã em que seguia para o liceu num taxi abarrotado de gente, num “mil quilos” com chamavam às carrinhas de mil quilos adaptadas a taxis. Quando passámos por baixo de uma ponte de caminha de ferro por cima da estrada em que seguíamos, estavam nela pendurados pelo pescoço, como se tivessem sido enforcados, quatro corpos de quatro ministros do Sékou implicados na conspiração. Os passageiros do taxi passaram indiferentes e alguns devem ter dito algumas piadas pois fizeram rir os outros. Os corpos ficaram pendurados durante três dias perante a indiferença dos frequentadores do cinema próximo. Um dos pendurados era o camarada Camará, o ex-embaixador em Pequim que tinha apadrinhado a minha vinda

Tal como na Argélia, no fim do ano lectivo, o ministro da educação rescindiu o meu contrato e agradeceu-me muito os serviços prestados à nação.

O clima dos últimos tempos que passei em Conacri era de tal modo pesado e tenso que, quando me vi no avião de regresso a França, senti um grande alívio mesmo durante o incidente que ocorreu durante o voo e que passo a relatar:

Já tínhamos andado cerca de duas horas no ar quando um dos motores do avião começou a dar uns traques pouco vulgares. Os passageiros olharam-se entre si receosos e assustados, até que um dos passageiros, um senhor negro de reluzente bubu, se levantou e foi espreitar na cabine de pilotagem. Quando regressou vinha pálido e a cambaleiar e disse bem alto em francês: ”Estamos fodidos! Nem há, pelo menos, um mulato! São todos negros!”.

Mas, felizmente, o motor acabou com os puns e chegámos a Paris sem problemas.

NA COSTA DO MARFIM

Em Paris fui asilar em casa do meu amigo Mário Sampaio, casado com a Françoise que tinha uma casa de campo na Normandia. O casal trabalhava em Paris e fazia todos os dias cerca de duzentos quilómetros para os empregos.

Eu ficava naquele quase palácio, com um grande quintal onde as macieiras forneciam a minha alimentação quando a preguiça me assaltava. Mas naquele isolamento tinha um companheiro inseparável: o Mário Sampaio pôs-me à disposição a sua adega bem recheada onde proliferava o whisky velho da minha predilecção! Ele não conhecia a minha capacidade de absorção deste precioso líquido e quando fez o balanço da adega antes de eu partir, não me disse nada mas eu apercebi-me que ele ficou meditando se havia fugas na adega que justificassem a saída exagerada daquela bebida escocesa.

Depois de uma prolongada estadia em casa do Sampaio consegui, através do anúncio de um jornal, ir para a “Côte d’Ivoire”. No entanto este emprego só se concretizou depois de eu ter escrito ao presidente Houfouet Boigny pedindo a sua intervenção.

Em Abidjan, à chegada, instalaram-me no então melhor hotel da cidade, o “Hotel d’Ivoire”.

Fui colocado no liceu de Daloa, cidade a cerca de duzentos quilómetros da capital cuja estrada passava pela aldeia natal do presidente, Yamoussoukrou, hoje cidade com uma catedral que pretendia ser maior que a do Vaticano.

Com este emprego na Costa do Marfim eu tinha acabado de sair do mundo socialista – chinês, argelino e guineense – para entrar a servir no mundo capitalista, ou melhor, neocolonialista. Segundo alguns amigos meus isto era uma traição para um indivíduo que como eu também se considerava socialista mas como eu não me considerava um fanático do socialismo, aceitei de bom grado esta nova experiência e comecei logo a fazer comparações. A primeira já estava feita: o pai Boigny não se incomodou com as minhas cores políticas nem de pele e mandou-me contratar quando os seus funcionários estavam titubeantes. Mais tarde, quando havia confusões no pagamento dos salários, eu escrevia-lhe e ele imediatamente atendia.

Na Costa do Marfim os serviços oficiais, pelo menos na educação, funcionavam com eficiência e já utilizavam as últimas inovações técnicas tais como o processamento dos salários em computadores (estávamos na primeira metade da década de 70) e os funcionários locais já sabiam como aldrabar as folhas de salários. Tive que recorrer algumas vezes ao especialista francês que ensinara as técnicas modernas aos marfinenses para corrigir a folha de vencimentos com falhas...para menos.

Mais eficientes que os guineenses, os marfinenses logo me arranjaram casa mobilada e começaram a pagar com os percalços de computador que citei.

No liceu a cooperação restante era francesa e eu era uma ave rara que despertava o interesse dos alunos desejosos de conhecer novas gentes de novos mundos.

Aos poucos fui-me apercebendo das realidades do país. Nas grandes plantações de café onde a chefia não fosse francesa, os proprietários eram naturais da terra cujos trabalhadores eram estrangeiros vindos dos países vizinhos contratados com uma baixa remuneração e com as regalias essenciais. Quarenta por cento da população do país era estrangeira.

Nos primeiros dois meses vivi na monotonia de uma cidade pequena até que uma tarde, quando cheguei a casa encontrei à porta a minha guarda costas de Conacri: a Kadiatu! Ela tinha atravessado clandestinamente a fronteira da Costa de Marfim com a Guiné, a pé, trazendo uma grande mala à cabeça, sujeita a ser muito maltratada pois na altura não existiam relações diplomáticas entre estes dois países vizinhos.

A Kadiatu vinha cheia de pó, com os pés feridos e não despertou logo a atenção dos marfinenses.

Mas imaginem aquela mulher depois de tomar banho, de esfregar os dentes e de pôr o “mari capable”, a bambolear-se no mercado de Daloa! Se eu não fosse “capable” teria muitas arrelias. Mesmo assim tive algumas...

Em 1974 a Costa do Marfim disputava com Angola o segundo lugar na produção mundial de café e era, em relação aos países africanos recém independentes que singraram pela via socialista, economicamente mais próspera, burocrática e socialmente melhor organizado embora se sentisse ainda a presença do antigo colonizador. Aquele antagonismo que existia nos países socialistas africanos entre as camadas economicamente mais débeis e o poder de partido único, não se sentia na Costa do Marfim também governada por um partido único porque as camadas economicamente mais débeis era constituída por estrangeiros vindos dos países vizinhos

Naquele tempo o turismo na Costa do Marfim começava a evitar as grandes construções hoteleiras de cimento armado – embora já existisse um monstro moderno para os ricos, que era o “Hotel d’Ivoire”- construindo na orla das praias pequenas e cómodas construções de arquitectura local e parques de campismo com as condições indispensáveis de comodidade e higiene. Não sei se esta política de turismo abolindo as grandes e maciças construções de cimento armado e optando pelas condições locais de estética e de materiais, não sei se esta política continuou a ser aplicada na Côte d’Ivoire; mas que é uma política a aplicar em Angola não tenho dúvidas porque além de preservar a natureza é menos dispendiosa e vai permitir que muito mais angolanos possam usufruir do prazer de umas férias no seio da natureza não degradada.

Foi graças a uma amiga francesa das farras de Pequim que eu conheci as praias de Abidjan; a Jacqueline quis provar os frutos africanos na sua origem e apareceu-me em Daloa descontraída e alegre.

E eu que estava disposto a assentar arraiais naquela terra, fui ali surpreendido pela notícia de um acontecimento que iria apagar para sempre o sonho de um império português: o “25 de Abril” em Portugal.

CAPÍTULO VI

Treze anos depois

Regresso do exílio

Estava eu em Daloa quando eclodiu a “Revolução dos Cravos“ em Portugal.

A notícia chegou-me numa carta de minha irmã Zaida contendo um bilhete de avião que o meu amigo António Pinto de Sousa me enviava para eu regressar a Angola.

Surpreso mas muito desconfiado apesar de me garantirem que podia regressar sem receio algum, meti-me num avião para Lisboa e através da intervenção do David Bernardino fui convidado para uma entrevista pelo almirante Rosa Coutinho. Este que era na altura presidente da Junta Governativa de Angola, estava em Lisboa em serviço, recebeu-me no Ministério da Marinha na presença do almirante Pinheiro de Azevedo que, ao cumprimentar-me e sem mais formalidades, me disse: “vamos entregar Angola ao MPLA”.(Mais tarde foi primeiro ministro do governo português, não reconheceu a independência de Angola e... mandou o povo português à merda!).

Rosa Coutinho convidou-me para ocupar o lugar de Secretário de Estado da Educação em Angola mas eu recusei porque pretendia antes de tudo estar em Angola e contactar o MPLA.

Quando em Agosto de 1974 voltei a pisar o solo pátrio depois de mais de treze anos de ausência encontrei em Luanda o meu companheiro de exílio Adelino Torres e sua mulher Françoise que me convidaram para uma viagem de carro às terras de Benguela e do Huambo.

Chegámos a Benguela ao anoitecer e hospedámo-nos no hotel Continental, ali bem perto do Bairro de Benfica, o meu bairro das farras do antigamente.

Era já noite escura fui procurar a Esperança da Rua 11. Bati à porta. Ela, a Esperança abre a porta e, ao reconhecer-me, cai desmaiada!. Eu esquecera-me que já me tinham morto várias vezes e não pensei que a Esperança pudesse supor estar na presença de uma alma do outro mundo, ao ver-me!

Uma vez no Huambo, fiquei durante três dias confinado nos limites da parte alta da cidade na zona onde vivia o David Bernardino, junto à sede do Atlético, onde a minha irmã Zaida tinha o seu colégio Ateniense e onde estava instalada a rádio local.

Fiquei nesta zona porque naquela altura havia uma grande concentração de pessoas vindas de Luanda em representação do Movimento Democrático de Angola (M.D.A.). Encontros, reuniões, entrevistas, toda uma movimentação e agitação de ordem política que nada tinha de comum com um passado muito recente em que tudo que tivesse implicações políticas se passava no secretismo da clandestinidade. Surgiam, como cogumelos, grupos políticos que julgavam poder jogar um papel importante na nova conjuntura sócio política do país.

Entre eles reaparecia a Frente de Unidade Angolana (FUA) nascida em Benguela em 1961 da qual eu era um dos fundadores e seu representante no exílio. O eng. Falcão, que também foi um dos seus fundadores, resolveu ressuscitar a FUA com objectivos que, quanto a mim estavam largamente ultrapassados. Por isso não aderi à nova FUA e fiquei seriamente apreensivo e admirado com a ingenuidade, ignorância política e consequente atrevimento dos que pensavam que imitando o Ian Smith da vizinha

Rodésia seria possível que naquela altura um branco, mesmo de tez pálida, pudesse vir a ser o presidente da Angola independente.

Antes de deixar o Huambo fui ao hospital visitar um homem que tinha fugido comigo por montes e vales, desde a Galiza aos Pirinéus, e ali se encontrava com uma cirrose do fígado, o Ernesto Lara Filho. Este estava muito mal, magro e esverdeado, não estando em condições de me dar explicações sobre as circunstâncias que envolveram o seu regresso ao país depois de ter sido, em Paris, “attaché de presse” da FUA.

Mas deu-me uma fotografia histórica, tirada em Paris em Janeiro de 1963. Nela figuram o Ernesto, o Avidago, o Pestana (Pepetela), o Adelino Torres, eu, o João Mendes, o Adolfo Maria e atrás de todos, a espreitar, o Mário João e a Maria do Céu. O Avidago que se colocou ostensivamente no primeiro plano não pertencia aos utopistas da FUA, da qual Pepetela era um deles embora pareça que o tenha esquecido.

De regresso a Luanda resolvi ir a Brazzaville contactar o MPLA-Neto (na altura havia os dois grupos dissidentes Revolta Activa e Revolta do Leste) afim de colher as necessárias informações que me permitissem tomar as decisões mais convenientes, uma das quais era a aceitação da proposta que Rosa Coutinho me fizera para ir representar Angola na Comissão de Descolonização.

Como não foi possível contactar o MPLA-Neto, aceitei a proposta de Rosa Coutinho e, uma vez em Luanda, voei para Nova York via Lisboa.

NA COMISSÃO DE DESCOLONIZAÇÃO ENVIADA POR PORTUGAL À 29ª ASSEMBLEIA GERAL DA NU.

Faziam parte desta comissão os representantes dos principais partidos políticos portugueses e representantes das colónias portuguesas, entre eles António Figueiredo, conhecido locutor da B.B.C., Rui Knofl, escritor moçambicano e a Dra. Luisa Soares, representante do P.C. Português e era embaixador de Portugal junto às Nações Unidas o Dr. Veiga Simão.

Em princípio a comissão devia funcionar como órgão consultivo. Mas nunca funcionou: não reunia, ninguém lhe prestava atenção nem nunca foi consultada pelo que era ali considerado a vedeta da descolonização portuguesa, o senhor Mário Soares!

Este pavoneava-se pelos corredores da ONU, cumprimentando à esquerda e à direita como se fosse o grande herói da descolonização!

Mário Soares nunca reuniu com a comissão, nunca nos consultou mas permitia-se dar conferências de imprensa onde, às vezes, o que dizia não era verdadeiro. Foi o que aconteceu numa delas quando se referiu a uma dada situação referente ao presidente Neto que não era verdadeira. Logo após a conferência fui contactá-lo e comuniquéi-lhe a “gaffe” que tinha cometido. E então, Mário Soares um tanto abespinhado, perguntou-me: “como é que o senhor soube isso?”. Li no jornal “Le Monde”, respondi.

“Ora bolas!”, há oito dias que não leio o “Le Monde”! - retorquiu o herói da descolonização.

Face a tanta leviandade (aliás aparente porque entretanto o senhor Mário Soares “cozinhava” com Mobutu e Nixon o reconhecimento da UNITA pela OUA e pela ONU, pois até àquela altura este movimento ainda não tinha sido reconhecido por estes órgãos máximos de África e do Mundo), resolvi voltar para Angola.

O embaixador Veiga Simão negou-se a dar-me a respectiva autorização dizendo-me que a pedisse ao ministro da administração do território Almeida Santos e como calculei que este não desse o seu aval, aproveitei-me da incrível confusão gerada no seio da embaixada portuguesa pela segurança americana com a chegada do presidente da

República Costa Gomes e voei para Angola, via Paris, com escala pelas capitais Oeste africanas depois de escalar Argel.

Aqui constatei a grande degradação dos móveis e imóveis e a confusão dos serviços numa Argélia dita socialista que, dez anos antes, parecia caminhar para a prosperidade.

Em Abidjan saldei dívidas antigas e encontrei a minha ex guarda costas muito chorosa mas já casada ao contrário das suas promessas bem recentes.

Sobrevoei Lagos, a capital da Nigéria, onde a construção na cidade asfaltada contrasta com a da terra batida e onde o imenso casario rudimentar e o urbanismo tortuoso faz duvidar da justa aplicação dos proventos do então maior explorador de petróleo do continente africano.

Desci em Daloa, nos Camarões, onde tudo demonstrava pouca ordem e pouca higiene e voei para Brazzaville, onde, grupos coloridos de comerciantes ambulantes em ruidosa vozearia aguardavam ansiosos a abertura da fronteira com a Angola independente.

Finalmente estava de novo em Luanda onde, na altura, Rosa Coutinho enfrentava uma greve dos camionistas. E, logo que me recebeu disse-me: “com que então desertou?”

Expliquei-lhe a razão do que era de facto uma deserção, que ele compreendeu e aceitou e imediatamente me propôs o lugar de governador da província de Benguela que eu aceitei

Porém, antes de descrever o que foi a minha estadia em Benguela durante a minha governação e posteriormente e, também para que se compreendam algumas das situações do contexto sócio político angolano, vou-me deter na descrição do que foi a província do Huambo nas últimas décadas da colonização e fazer uma breve exposição da influência que as congregações religiosas tiveram na emancipação dos angolanos.

CAPÍTULO VII

A evolução sócio-económica do Huambo nas últimas décadas da colonização

Os políticos angolanos exilados, quando o “25 de Abril” lhes abriu as portas para regressar à sua terra, constataram que o “país real” que encontraram não correspondia em muitos aspectos ao “país imaginário” de que tinham conhecimento por lá terem estado em tempos e depois por notícias e relatórios que lhes chegavam.

Um dos relatórios que servia de base desse conhecimento era o relatório anual do Banco de Angola que não se limitava a apresentar os dados numéricos da sua actividade mas também elucidava sobre a aplicação, desenvolvimento e resultado das reformas sociais e políticas que o governo de Salazar vinha aplicando na colónia.

Mas uma coisa é ler e outra é ver. Com os pés na terra, sentindo directamente os efeitos das transformações do quotidiano no homem e na sociedade, analisa-se com mais rigor esses efeitos e apreciam-se com mais precisão essas mutações.

Em pouco mais de uma década o governo português não negou esforços para perpetuar a sua presença em Angola que considerava como a “sua pérola” que não podia perder-se mesmo que fosse necessário sacrificar as outras colónias.

Em consequência nesse período Angola atingiu uma posição económica de primeiro plano no conjunto africano. A produção de café atingiu cifras que colocavam o país nos três primeiros lugares dos produtores mundiais; a produção de diamantes era próspera e muito rentável; exportava-se milho e frutas (banana e maracujá); a produção de trigo e arroz estava perto da auto-suficiência; produzia-se açúcar, álcool e bebidas alcoólicas em quantidades que equilibravam a balança comercial; exportava-se minério de ferro. No sector de infra estruturas as estradas asfaltadas cobriam mais de 7 mil quilómetros ligando aldeias, vilas e cidades muitas delas recém construídas.

Mas todo este grande surto sócio económico tinha aprofundado as ravinas entre a sociedade colonial de economia de mercado e a sociedade colonizada com uma economia de subsistência dependente daquela.

No Huambo também se fizeram sentir essas transformações e consequentes contradições.

A grande riqueza da província do Huambo sempre foi a sua população que na década de sessenta chegou a representar 12,4 % da população total do país ocupando uma área que corresponde a 2,4 % do território nacional. A densidade populacional da província era então de 19,4 habitantes por quilómetro quadrado, a maior do país, pois Luanda e Benguela não ultrapassavam 10,3 e 12,5 hab/km², respectivamente. Só o município do Huambo tinha uma densidade de 100 hab/km², muito superior a todos os restantes municípios, incluindo Luanda.

Dada a sua densidade populacional o Planalto Central tornou-se o maior mercado abastecedor de mão de obra para as zonas do café, Uíje e Kuanza Norte.

Com a eclosão do “4 de Fevereiro” e do “15 de Março” abrandou muito o recrutamento desta mão de obra para aquelas regiões, principalmente porque os trabalhadores bailundos do Uíje e das regiões cafeeiras adjacentes não escaparam à fúria da revolta do “15 de Março”.

Depois de 1963, quando o governo de Salazar resolveu tomar as rédeas da governação de Angola, o movimento migratório das populações do Huambo aumentou em grande escala.

Em 1970, o total de homens que foram trabalhar para o Uíje, Kuanza Norte e Luanda foi de 57.993 assim distribuídos: 12.570 para o Uíje, 5366 para Luanda, 20.658 para o Kuanza Norte, 6608 para o Kuanza Sul e os restantes para outras províncias do litoral. .

Este fluxo migratório da população do Huambo manteve-se até às vésperas da independência.

Outra riqueza do Planalto Central é a abundância de cursos de água percorrendo terras de declive pouco acentuado favorável ao desenvolvimento da agro-pecuária. Mas contrariando toda esta aptidão natural para o desenvolvimento da agricultura está a carência dos solos em matéria orgânica e em produtos químicos tais como fósforo, azoto, enxofre, magnésio, boro e zinco.

Mas as condições naturais favoráveis à iniciativa do homem sobrepuseram-se às condições não favoráveis de tal modo que, em menos de duas décadas, a província e a sua capital Huambo ocupavam nas vésperas do 11 de Novembro de 1975, o segundo lugar no contexto sócio económico do país, contrariando as aspirações da província de Benguela no concurso a esta posição.

Em apoio do que afirmo vou fazer um resumo da situação da província do Huambo nos vários aspectos do seu desenvolvimento comercial, industrial e social no limiar da nossa independência.

No sector agrícola destacava-se a produção de milho que chegava para o consumo local e para a exportação que rondava, só esta, as 100 mil toneladas anuais; a Caála era o celeiro do milho de Angola e, ao longo da via férrea até ao porto do Lobito alinhavam-se os grandes silos em cimento armado para a armazenagem do rei milho.

A este propósito, lembro-me que na cidade do Huambo durante uma das comemorações da sua fundação, realizou-se um cortejo alegórico demonstrativo do esforço do governo no desenvolvimento da região no qual figurava um carro alusivo ao milho. Este devia transportar um grande silo e o arquitecto encarregado de completar a alegoria pediu a minha opinião. Sugeriu-me que ao lado do silo colocasse uma ou duas mulheres com o filho às costas a semear o milho e, ao lado, as suas enxadas tradicionais de dois cabos.

O meu amigo arquitecto não era político e fez uma bonita “maqueta” que, para grande espanto seu, foi reprovada pelas autoridades que mandaram retirar as mulheres e as enxadas que não correspondiam às técnicas modernas de sementeira representadas pelos silos.

Nas colheitas de 1970 a 1980 a produção média anual de milho do país atingiu as 600 mil toneladas das quais eram exportadas uma média de 100 mil toneladas.

Foi no final dos anos 40 que o governo colonial criou as estruturas de apoio à comercialização do milho lideradas pelo Grémio dos Comerciantes e Exportadores de Milho de Angola que passou a monopolizar a exploração do comércio interno e externo deste cereal e criou as infra estruturas, silos e armazéns, ao longo da via férrea e no porto do Lobito.

A importância para o Planalto da cultura deste cereal levou a que a Estação de Melhoramentos de Plantas da Chianga se dedicasse ao estudo do melhoramento do milho seleccionando variedades e estudando a fertilização mais adequada à sua cultura. Este trabalho foi iniciado, antes da independência, pelo eng. Agrónomo Vieira da Silva, tendo mais tarde o seu colega angolano Fernando Marcelino colaborado com ele e continuado o trabalho depois da sua saída.

O eng. Fernando Marcelino tinha particular agrado pela sua profissão de agrónomo e um grande afecto à sua terra e por isso dedicou-se com especial empenho ao trabalho de melhoramento da cultura do milho tendo conseguido os primeiros híbridos de milho tecnicamente conhecidos por HD e SAM que permitiram o aumento da produção de milho no Planalto de modo a satisfazer as exigências crescentes da produção de rações para o gado, de alimento para o homem e para exportação.

Nas vésperas da independência, a produção leiteira no Huambo atingiu os 100 mil litros diários, a de rações para a pecuária atingiu as 110 mil toneladas.

Ainda no sector da agricultura a produção de batata era, na região do Huambo, uma das maiores do país, sendo Vila Flor a “rainha da batata” e a Caála “a rainha do milho”.

No sector pecuário a região do Huambo ocupava o segundo lugar, depois da Huíla e ao lado de Benguela, com grande concentração de gado bovino, caprino e suíno na Caála, Vila Nova, Cuma, Bela Vista e Mungo.

Esta abundância de gado deu origem a uma indústria transformadora de origem animal em grande escala com duas salsicharias na cidade do Huambo, uma no Bailando e outra na Caála. Só a Sociedade Agro-pecuária do Buçaco abatia anualmente entre 20 a 30 mil suínos adquiridos a criadores locais (a mesma empresa também possuía salsicharias na Ganda e em Caconda); a fazenda “Nova Aurora” no Bailando tinha também grande projecção no sector pecuário.

No sector da indústria transformadora de origem vegetal existia a unidade industrial mais bem dimensionada da Província, senão do país, que era a fábrica de cerveja “Cuca”, com um equipamento moderno com uma capacidade de produção anual instalada de 30 milhões de litros.

No que respeita à moagem de cereais, só dentro da cidade havia dez unidades, duas das quais de grandes dimensões, além das 65 distribuídas no resto da província. Ainda neste sector havia 5 unidades de produção de massas alimentares.

Na economia da província estava a tomar um volume importante a exploração de essências aromáticas, existindo duas unidades de extracção, uma no Luimbale e outra no Huambo.

Também na Fazenda Chinguri, na Vila Nova, para além da produção de citrinos destinados ao fabrico da bebida “Sol do Sul”, começou-se a plantação de café arábica e de árvores aromáticas.

Foi em 1953 que começou a implementação desta Fazenda da qual conservei uma inolvidável lembrança, pois nesse ano, fiz a demarcação desta Fazenda e apanhei a maior carga de água de toda a minha vida.: a água caía do céu em trombas volumosas batidas pela forte ventania, escurecendo o céu subitamente iluminado por descargas eléctricas seguidas do ribombar do trovão que o eco bisava com menor ou maior fragor; eu e os homens que comigo trabalhavam corríamos levados pelo vento enquanto à nossa beira guinchavam macacos, corriam onças e chacais, lebres e cabras, homens e animais alheios uns dos outros procurando abrigo contra a fúria da Natureza; parar era correr o risco de ficar espezinhado e congelar de frio; procurar abrigo debaixo de uma árvore era desafiar a ira das faíscas; só sob uma grande pedra acolhedora poderia haver protecção. Mas a borrasca, assim como tinha vindo, também abrandou em breve.

Foi durante esta aflicção face à ira da Senhora Natureza que compreendi os povos cujos deuses são o raio mortífero ou o sol brilhante.

Esta fazenda Chinguri pertencia a um alemão de nome Kay Von Alfelt que também possuía uma imensa plantação de eucaliptos e pretendia construir uma fábrica de papel.

A propósito de súbditos alemães que em 1960 possuíam grandes e prósperas fazendas por toda Angola registou-se um facto curioso: na sua grande maioria venderam os seus bens e saíram de Angola antes de 61. A sua presença no país não excluía a secreta ambição de virem a ser os donos desta terra e, por isso, a sua súbita partida em massa deve corresponder à aceitação da derrota, na convicção que jamais realizariam o seu sonho.

No Lépi existia uma unidade de conservas de fruta cujos pioneiros foram alguns gregos que tinham trabalhado na construção do C.F.B. e se instalaram no Lépi onde se consagraram à fruticultura acabando por enterrar ali as libras e os ossos. Um deles foi o Cristo Statocopulos, dos primeiros que ali plantou a ameixa roxa, a “rainha Cláudia” e que depois dos setenta anos se tornou vegetariano. Uma manhã, no Huambo, ele gabou-me as vantagens de ser vegetariano, vangloriou-se das suas forças e, à tarde....morreu!

No Longonjo havia muitas cerâmicas, tornou-se a Caldas da Rainha de Angola, mas quem quisesse comprar um exemplar comprovativo do parentesco tinha que ter uma cunha para o gerente.

Na fundição e na metalúrgica o Huambo ocupava um lugar à parte e cimeiro pois as oficinas do CFB possuíam a tecnologia mais moderna da época; além desta havia mais três oficinas de fundição.

Na província havia 4 unidades de produção de refrigerantes, duas das quais na cidade capital e, em fase incipiente mas prometedora, havia uma fábrica de vidro, uma de tintas e grude e uma de galvanoplastia.

No que diz respeito à indústria extractiva, também o Huambo estava ganhando uma grande importância na balança económica do país com a exploração do minério de ferro do Cuíma. O ramal de caminho de ferro Caála - Cuíma drenava anualmente 250 mil toneladas de minério de ferro. A Companhia Mineira do Lobito empregava 1.100 trabalhadores só neste sector.

A propósito lembro-me que esta Companhia alimentou a esperança de uma exploração de ouro, rentável, na região do Sambo graças a uma burla de um visconde italiano, fascista, fugido da Europa e protegido pelo governo salazarista. Este visconde possuía uma chitaca nas margens do rio Sambo onde apareciam com frequência pepitas de ouro. O italiano propôs a venda da sua mina de ouro à Mineira e esta andou fazer as necessárias prospecções.

O resultado da prospecção foi excelente, a Mineira comprou a chitaca - mina por bom preço e até o presidente Carmona, da República Portuguesa, quando visitou o Huambo acariciou o ouro da promissora mina do Sambo.

Mas a grande certeza da Mineira de ter encontrado os ovos de ouro chocados pelo tal visconde, ficou tristemente gorada porque, mais tarde, ao fazer-se nova prospecção os resultados foram francamente maus. Veio depois a provar-se que o tal visconde italiano, a quando da primeira prospecção, tinha metido algumas pipetas de ouro nos furos então feitos. E assim se perdeu o grande projecto de exploração de ouro no rio Sambo.

A actividade comercial em terras do Huambo era intensa: em 1970 existiam 330 povoações comerciais, algumas das quais assim distribuídas: 61 na Caála e Bailundo, 37 no Huambo e 26 na Bela Vista. Naquela data a província de Luanda possuía somente 68 povoações comerciais.

Embora a rede comercial fosse extensa, a mão de obra local nela empregue era muito reduzida pois os proprietários das lojas e armazéns empregavam os membros da família reservando os serviços menores aos locais. Dado o gigantismo que a rede comercial atingia em relação à produção, muitos dos lojistas também eram agentes de recrutamento de contratados.

O ENSINO E A SAÚDE NO HUAMBO NAS VÉSPERAS DA INDEPENDÊNCIA

No que respeita ao ensino, as estatísticas da época, oferecem-nos o seguinte quadro que inclui os estabelecimentos privados: existiam cerca de 600 estabelecimentos de ensino primário que leccionavam cerca de 50.000 alunos: 9 estabelecimentos para o ensino liceal que atendiam cerca de 2.700 alunos; 1 Instituto Comercial e Industrial de fraca frequência pois não ultrapassava os 160 alunos; 4 escolas para o ensino técnico profissional elementar, comercial e industrial que leccionavam uma média de 1.300 alunos; 4 escolas, das quais duas a cargo da Igreja Católica, para o ensino elementar de artes e ofícios, cuja frequência não ultrapassava a média de 600 alunos; 1 Escola Normal para a formação de professores de posto cuja frequência não ultrapassava os 45 alunos.

Existiam, no ensino superior, os cursos de Veterinária, Agronomia e Silvicultura.

A frieza dos números pode levar a crer que antes da independência havia uma rede escolar capaz de satisfazer as necessidades mínimas e um corpo docente bastante e capaz de corresponder às mínimas exigências de cada grau de ensino.

Mas assim não sucedia. Com efeito, no ensino secundário havia uma maioria de professores improvisados (militares, esposas de militares, estudantes, licenciados ou bacharéis sem formação pedagógica) e no ensino primário havia um número reduzido de professores de posto e monitores escolares, com uma formação pedagógica mínima e preenchendo na maioria dos casos posições que excediam a sua preparação. Basta saber que nas vésperas da independência o analfabetismo atingia os 96,9 % para avaliar da eficiência do ensino durante a dominação colonial.

A propósito do ensino no tempo da “outra senhora” lembrei-me de um episódio que aconteceu em 1960, era eu vice-reitor do liceu de Benguela.

Naquele ano estava o governo salazarista empenhado em criar os estudos universitários em Angola e para tanto enviou a Angola uma missão da qual fazia parte Marcelo Caetano, o ministro dos negócios estrangeiros Marcelo Matias, sua mulher e um grupo de professores universitários entre os quais Torres de Assunção, catedrático de mineralogia da Faculdade de Ciências de Lisboa (que fora meu professor) e Flávio de Rezende, catedrático de Biologia da mesma Faculdade e conhecido opositor.

Como o reitor estava ausente fiquei a substituí-lo e nessa qualidade tive que acompanhar os ilustres visitantes, inclusive no jantar de gala oferecido pelo governador do distrito.

Durante o jantar quem fazia as honras da conversa era madame Marcelo Matias, uma senhora de palavra exuberante que pretendia ser erudita. Quando se dirigia aos professores universitários tratava-os por sábios: senhor sábio fulano, senhor sábio sicrano...insistiu tantas vezes na palavra sábio que eu não resisti e disse-lhe: “minha senhora, se há aqui algum sábio sou eu”. A senhora ficou tão encabulada que eu logo me arrependi e quando eu ia explicar a razão da minha afirmação, o Dr. Gomes Ferreira, médico e Presidente da União Nacional, antecipou-se e disse: “desculpe-me minha senhora, é que aqui o meu vizinho do lado chama-se Sócrates...!.

Um pálido sorriso da senhora desvaneceu o mal estar que dela se apoderara.

Nas duas décadas que precederam a independência, o governo português apesar dos esforços que fez ainda não tinha criado as estruturas e meios para conseguir vencer as graves deficiências existentes no ensino.

No campo da saúde as infra estruturas compreendiam:: 1 hospital regional e 3 hospitais rurais; 9 delegacias de saúde e 15 postos sanitários; 1 maternidade; 1 dispensário de puericultura; 1 dispensário anti - tuberculoso e 1 leprosaria.

A par destas infra estruturas criadas pelo governo a medicina privada contava com os hospitais do Bongo e da Bela Vista, a cargo das missões religiosas protestantes e também com uma clínica privada com a dimensão tanto física como técnica de um autêntico hospital (mais tarde veio a ser o Hospital Militar) e estava em construção uma outra clínica privada de maior dimensão cujos alicerces e paredes serviram de abrigo contra os bombardeamentos a que a cidade esteve sujeita durante as guerras que nela se sucederam.

A par desta actividade privada o médico David Bernardino, pioneiro do princípio agora vulgarizado de "saúde para todos até ao ano 2.000", criou e manteve a expensas suas e com as dádivas que conseguia obter o primeiro Centro de Saúde de Angola.

Com este Centro pretendia o médico David Bernardino demonstrar que, utilizando os meios locais era possível formar o pessoal devidamente preparado e que era possível em curto espaço de tempo e com um mínimo de gastos financeiros cobrir todo o país de Centros de Saúde deste tipo, isto é, à medida de atender uma vasta clientela na divulgação dos cuidados clínicos básicos e capaz de fazer a triagem dos doentes enviando-os para os hospitais devidamente apetrechados.

Em resumo: pretendia o David Bernardino adaptar as condições locais à satisfação dos cuidados básicos de saúde. Por isso o seu centro de saúde foi construído num dos bairros mais populosos do Huambo, o bairro de Cacilhas, com material local e com uma arquitectura local e clássica como é a estrutura de um jango.

Se antes da independência este médico não conseguiu expandir e materializar os seus intentos, o que é verdade é que depois da independência e quando os princípios por ele defendidos estavam universalmente consagrados, também não encontrou o apoio oficial que esperava.

E para cúmulo da incompreensão e da injustiça, este médico foi fria e barbaramente assassinado à saída do "seu centro", no seu jipe donde foram previamente afastados os meninos da bairro que habitualmente apanhavam nele uma simbólica boleia de alegria.

No domínio da medicina veterinária também o Huambo ocupava um lugar cimeiro no que respeita à investigação científica.

Com efeito já durante a década de 50 o Laboratório de Medicina Veterinária tinha adquirido renome internacional. Um dos veterinários que contribuiu para isso foi o Alexandre Dáskalos que com a contribuição do cientista alemão Gerlach, tinha descoberto novas técnicas de isolamento de alguns vírus e estava em vias, quando foi surpreendido pela morte, de isolar o vírus da peste suína. Neste laboratório já se produziam vacinas contra a raiva e outras.

Pelo que atrás expus não restam dúvidas que a expansão sócio económica do Huambo estava em franco crescimento, mas ela nem sempre se fez com a desejada e devida ajuda do poder central e é interessante lembrar que essa falta de apoio do poder central denunciada na década de 30 pela "Voz do Planalto" num artigo em que o Huambo era comparado à Gata Borralheira, foi também denunciada 50 anos depois por Fernando Marcelino no jornal "Jango"!

E para finalizar e completar o quadro da situação sócio económica no período em causa fique-se sabendo que para além dos quadros oficiais havia, só no Huambo, os seguintes elementos privados: 7 advogados, 7 angariadores, 1 agente técnico de

engenharia, 1 analista, 3 agentes de seguros, 16 enfermeiros, 38 médicos, 5 engenheiros, 12 mestres de obras, 6 guarda livros, 1 contabilista e 2 veterinários.

AS CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS E A EMANCIPAÇÃO DOS ANGOLANOS

Antes de entrar neste assunto, vou descrever algumas situações que embora estejam directamente relacionadas com ele, ajudam a compreender a minha atitude em relação à religião e dão uma imagem da sociedade colonial e das congregações religiosas.

Nos primeiros anos da década de 30 viajei muitas vezes entre o Huambo e Vila da Ponte, nas Ganguelas, e tive assim oportunidade de conhecer personagens e de viver situações reveladoras dalguns aspectos dessas relações.

Uma bela manhã, desembarcámos, eu, a mana Manuela e o cunhado Bernardino – descendo da camioneta “Bedford” de cor verde e por nós baptizada de “Esperança” – no pátio da missão católica de Sanguève. Eu já estava bastante impressionado com a ordem e a disciplina que vinha observando no trabalho e comportamento do pessoal da missão; e mais impressionado fiquei quando entrei para uma sala ampla, alva e bem cheirosa, onde estava o monsenhor Keiling a quem eu pretendi beijar a mão que ele me estendeu...mas sem sucesso pois ele forçou-me, depois de uma breve e disfarçada luta, a beijar o anel.

Finda esta disfarçada luta, sentámo-nos à volta de uma comprida mesa coberta com uma toalha de imaculada brancura sobre a qual figuravam exemplares de uma baixela em que a transparência dos cristais desafiava a pureza da luz.

O monsenhor Keiling era de origem alsaciana, pronunciava muito bem o português, mas utilizava palavras pouco comuns, palavras “caras” mas empregues com propriedade.

Durante o almoço contou uma cena por ele presenciada anos atrás em terras dos Ganguelas.

Contou ele que, ao chegar com a sua comitiva a uma das sanzalas daquelas terras, encontrou um homem branco, que apesar da sujidade se via ser branquinho e rosado, dentro de uma jaula onde estava a ser engordado para ser comido num lauto banquete dos captores! Embora com ar de assustado, o prisioneiro comia com gosto e engordava a olhos vistos apesar de saber qual seria o seu destino!

Acrescentou o monsenhor que teve algumas dificuldades para salvar aquele branquinho dos alvos e afiados dentes dos Ganguelas. (No livro “Quarenta anos de África” da autoria do monsenhor Keiling vem relatada esta cena).

Dias depois passei na missão protestante do Bunjei onde conheci o médico Mac Millan, muito procurado pelos seus dotes milagrosos na cirurgia que praticava. O Dr. Mac Millan era um negro americano, alto e elegante com quem era agradável conversar por estar sempre bem disposto e pronto a prestar os seus serviços. Só o vi aborrecido tempos depois, em Vila da Ponte, porque ele foi encontrar ali um homem a quem tinha amputado os dois braços, quase morto de fome...porque ninguém lhe tinha levado à boca o indispensável alimento.

Ainda de Vila da Ponte, conservo a lembrança de dois acontecimentos que me impressionaram.

Um passou-se na missão católica quando fui assistir ao funeral de uma senhora conhecida. Marcado para as catorze horas, esperámos e tornámos a esperar e o funeral nunca mais se realizava. Era um dia de calor abrasador, o caixão estava semiaberto e exalava o fedor característico do ser humano em decomposição e o padre não aparecia.

Até que, às tantas, vejo um bom exemplar de barrigudo paramentado para o acto, com um amarrotado e vulgar chapéu na careca e...a mastigar os restos do almoço!.

Este espectáculo em nada favoreceu a minha estima para com os representantes de Deus na terra.

O outro acontecimento que também em nada contribuiu para aumentar essa estima foi o que a seguir descrevo.

Naquela altura era administrador da circunscrição dos Ganguelas o senhor Herbert de Azevedo, pessoa austera mas tratável, que tinha um filho de cerca de 22 anos chamado Lincoln, rapaz muito instruído e livre pensador e, por isso mesmo não suportava os padres.

O Lincoln adoeceu, contraiu a terrível biliosa que liquidava um indivíduo em menos de 48 horas. Consta que um padre da missão católica possuía o milongo capaz de curar a biliosa e o pai do doente recorreu ao padre pedindo-lhe que salvasse o filho ao que o padre respondeu que só o faria se o filho se convertesse ao catolicismo.

Mas o Lincoln, apesar de ser jovem e como tal ansioso por viver, ao saber da exigência do padre, negou e...morreu! E foi enterrado debaixo de uma árvore fora do cemitério local.

Ao lembrar estes acontecimentos, não resisto a contar mais um que se passou na mesma altura, mas de cariz anedótico.

O meu sobrinho David Bernardino nasceu no Huambo a 23 de Março de 1932. Fui eu que, como padrinho, o levei à pia baptismal, onde o padre Costa que foi meu professor de português manuseava a água benta. Nessa altura eu estava lendo um livro intitulado “No céu, na terra e no Mar”.

Durante a cerimónia o padre Costa virou-se para o padrinho que era eu e disse, fazendo-me o sinal para eu repetir; “Deus está na Terra, no Céu e...”(fez-me sinal para eu continuar) e eu acrescentei: “e no Mar”...

Furioso, o padre Costa disse: “No mar uma po...”.

O padre não largou a porra toda porque se conteve a tempo.

Estes e outros factos contribuíram para que eu não fosse um crente fervoroso ou temente das iras divinas, mas fui sempre muito tolerante em relação à religião o que não obstou a que se criasse à minha volta uma auréola vermelha marcada com a foíce e o martelo. A tal ponto que o bispo Daniel Junqueira, ao ver-me à porta da igreja do Huambo, isto em 1953, perguntou-me o que é que eu pretendia e eu respondi-lhe: “venho pedir uma certidão de casamento”. Olhou para mim espantado, afirmando: “o senhor casou pela igreja?. Não acredito”.

Mas teve que se render à evidência quando verificou que eu me tinha casado em Lisboa, na igreja de Arroios... e quando eu lhe disse que o padre Pio não quis receber os cinquenta escudos que queria dar para não me confessar...por ter perdido a fé, já acreditou.

Quando em 1952 regresssei a Angola, tinha prometido a mim mesmo que só voltaria a meter-me na política desde que fosse única e exclusivamente com angolanos e a favor da sua emancipação.

Como eu tivesse a certeza que de novo em Angola acabaria por estar, mais cedo ou mais tarde, envolvido na política, pensei em ir para Macau. Mas desisti, porque quando comuniquei essa intenção a minha mulher, ela respondeu-me: “o que tu queres é conhecer as chinesinhas!”.

Em 1953, quando andava nas matas da Ganda em trabalhos de agrimensura, tive conhecimento de que de quando em vez aparecia um padre que fazia propaganda nacionalista, mas nunca consegui conhecê-lo.

As minhas pesquisas para provar a participação das igrejas na emancipação dos angolanos não foram muito frutíferas. Consegui no entanto recolher algumas informações e factos reveladores de uma actividade surda e persistente de contestação do jugo colonial no seio das igrejas, mesmo da católica, apesar da colaboração entre esta e o Estado Português. Como algumas dessas informações fossem pouco convincentes, procurei outros elementos e fui encontrá-los num jornal da minha terra muito do que pretendia. No “Jango”, jornal da minha terra de curta duração mas de eterna memória, encontrei muito do que procurava e que prova que, décadas atrás, já fermentava também no seio dessas organizações a semente da emancipação.

Grande parte do que a seguir exponho, fundamenta-se nos artigos publicados no “Jango” pela Maria da Conceição Neto, historiadora e investigadora angolana incansável, a quem se deve um grande preito de gratidão por ter salvo da destruição muita documentação da história angolana.

As dificuldades, ou talvez com mais propriedade, as barreiras que delimitavam o convívio estreito entre as populações de origem europeia e a população nativa não branca, eram consequência da política seguida pelas autoridades coloniais, da qual a política de assimilação era um dos exemplos. Segundo esta, o natural negro só poderia ascender à categoria de cidadão civilizado, isto é, de cidadão português e usufruir dos mesmos direitos desde que provasse que não era analfabeto e tinha “assimilado” os hábitos e costumes portugueses.

Esta política era aplicada a conta gotas, isto é, eram muito raros os naturais negros que ascendiam a “assimilados”.

Em consequência da política colonial, a periferia dos grandes centros urbanos era habitada pelos mais pobres, portanto pela maioria negra e por alguns brancos.

Por outro lado, as missões religiosas instalavam-se fora dos centros urbanos, constituindo elas próprias concentrações em que predominava a sua autoridade.

Pode-se assim dizer que havia duas comunidades evoluindo paralelamente, representando cada uma novas sociedades, sociais e culturais. É exemplo disso o que se passava no ensino, como o prova o seguinte apontamento recolhido por São Neto:

“Uma informação encontrada por acaso sobre os exames escolares na cidade do Huambo no ano lectivo 1928-29, permite ver como duas comunidades evoluíam paralelamente, representando novas realidades sociais e culturais. Só duas escolas primárias cobriam as necessidades do burgo, uma na Alta e outra na Baixa, frequentadas pelas crianças das famílias residentes com apelidos como Dáskalos, Campas Nunes, Lara, Carquejo, Machado, Cardona, Raposo, Chaves, Figueiredo, Almeida, Garcia e Fernandes”.

“Nesse mesmo ano, as missões evangélicas do Dondi, Bailundo e Elende, apresentaram a exame do segundo grau 32 indivíduos maiores de 18 anos que pagaram, cada um, 40 angolares de propina e pertencentes às famílias Israel Cajamba, Eduardo Jonatão Chingunji, Silva Candundo Chitunda, Justo Chiwale, André Eluba, Mário Camalata, Marcolino Saiunga, Epalanga, Joaquim Uquemane”.

Eu e a minha irmã gémea Baronesa somos os Dáskalos da lista dos nomes que em 1928-29 frequentavam as escolas do centro da cidade do Huambo e portanto conheci os nomes das famílias da lista apresentada; mas naquela altura ignorava a existência das famílias relacionadas com as missões evangélicas. Só muito mais tarde vim a conhecer elementos dessas famílias.

Os protestantes tinham actuado quase exclusivamente no meio rural, à excepção da sua “Igreja do Litoral” criada nos anos 20, quando trabalhadores do Bailundo e o pastor José Chiula Chipenda, pai de José e Daniel Chipenda, foi enviado para o Lobito.

Até aos anos cinquenta era evidente que as comunidades dependentes das diversas missões evangélicas se distinguiam pela sua organização, higiene, nutrição, alfabetização e independência, o que lhes dava um carácter de um mundo aparte pouco agradável às autoridades e, de certo modo, também à Igreja Católica, obrigando esta a desenvolver o seu ensino e a promover cuidados médicos nas suas missões.

O mundo aparte constituído pelas comunidades rurais evangélicas, com o começo da luta armada e consequentes medidas que o governo colonial-fascista de Salazar mandou implantar para combater a guerrilha, começa a perder a sua unidade e coesão sobretudo quando surgem as chamadas aldeias estratégicas e a expansão económica e social dos centros urbanos.

Precisamente porque actuavam principalmente fora dos centros urbanos, não era muito conhecida a influência das missões nas transformações sociais e culturais das populações rurais, transformações essas que incidiram de forma decisiva nos padrões devida e conduta alterando de modo profundo e, em alguns aspectos, de forma irreversível, a cultura tradicional local.

Quem analisar a expansão das diferentes igrejas cristãs no Planalto Central a partir dos anos 20-30 deste século constatará que essa expansão foi muito grande e, aprofundando essa análise, conclui-se sem ambiguidade que essa grande expansão foi devida à ânsia de aprender e progredir das populações que eram então classificadas de “indígenas” que encontraram nas missões religiosas o caminho para satisfazer essa ânsia. Mesmo os brancos de segunda como eu (os brancos nascidos em Angola eram assim classificados) tínhamos poucos contactos com aquele mundo rural e quando se tratava de tentar estabelecer relações com intenções políticas mais difíceis eram esses contactos.

A expansão das missões religiosas no Huambo e territórios vizinhos, no período indicado, pode ser avaliada analisando os seguintes dados:

Antes de 1920 já existiam: a missão católica do Bailundo, as Igrejas Congregacionais (Igreja Unida do Canadá e American Board); a missão evangélica do Elende; as missões católicas do Cuando e do Sambo; o instituto Currie, escola evangélica de formação de rapazes; e a escola principal feminina do Dondi.

Em 1922, o padre Keiling funda a missão católica de Sanguave, e o casal Mac Dowel funda a missão evangélica de Galangue, no Bunjei e é aberta no Bongo a primeira missão de Adventistas do Sétimo Dia.

Até 1940 as missões protestantes expandem-se a par das católicas; mas com a assinatura do Acordo Missionário entre Portugal e o Vaticano e com a oficialização desse acordo em Angola, a Igreja Católica passa a ter um lugar de privilégio que vai dificultar a acção das igrejas protestantes.

É interessante lembrar que, pelo que eu sei, até 1941 alguns responsáveis da Igreja Católica protegiam, ou pelo menos acarinhavam, os ideais de progresso e autonomia da juventude colonial. Eu próprio posso testemunhar este facto como protagonista do mesmo. Com efeito, como já mencionei, quando em 1941 foi descoberta e desmantelada a Organização Socialista de Angola, foi expulso de Angola um grupo de personalidades entre elas o cónego Alves da Cunha, acusado de apadrinhar a juventude contestatária.

Apesar do Acordo Missionário, a Igreja Católica não deixou de acarinhar os jovens seminaristas e padres que manifestavam ideais emancipalistas; mas este apoio tinha que ser muito cauteloso e discreto pois o principal orientador da Igreja Católica Portuguesa, o Cardeal Cerejeira – que fora condiscípulo de Salazar e era o seu braço direito – não permitia grandes voos aos colonizados, como prova o que ele declarou naquela altura: “precisamos de escolas em África, mas escolas onde indiquemos ao

nativo o caminho para a dignidade do homem e da glória da nação que o protege...Queremos ensinar os nativos a ler, escrever e contar, mas não queremos doutores!.

Enquanto o cardeal Cerejeira não queria nativos doutores, as missões protestantes expandiam o ensino primário e secundário, ensino esse que a partir de determinada data tinha que ser obrigatoriamente ministrado em Português.

A Igreja Metodista subsidiou os estudos daquele que veio a ser o primeiro presidente da República Angolana, o doutor António Agostinho Neto; e o Conselho das Igrejas Evangélicas de Angola foi a entidade que subsidiou os estudos universitários de Jonas Malheiro Savimbi, Jorge Valentim, Jerónimo Wanga e José Liaúca mencionando somente os que conheço ou conheci. O José Liaúca pareceu-me um angolano humano, generoso e ingénuo muito pouco afeito às intrigas dos políticos e formou-se em Medicina. Conheci-o na sua casa de Ponta negra, em 1974, onde ele me albergou e ajudou para alcançar Brazzaville. Faleceu pouco depois, já em Angola.

Em 1958, ano em que seguiram para a Europa os evangelistas atrás mencionados, era eu professor de Matemática no liceu de Benguela onde permaneci até Junho de 1961. Enquanto ali estive, durante a época de exames, apareciam muitos jovens negros maiores de 18 anos a fazer o exame do 2º ciclo, sem serem propostos pelos colégios privados, o que era permitido por lei. Todos eles me procuravam para pedir a minha protecção no exame, o que, se me colocava numa situação delicada, também me envaidecia por saber que eles não me procuravam por acaso mas sim por indicação de alguém que conhecia as minhas opções políticas, ou mesmo porque a “vox populi” a meu respeito os encorajava.

Uma vez fui procurado por um desses examinandos a quem expliquei que poderia contar com a minha ajuda mas que era indispensável conhecer a matéria que lhe indiquei. Finda a entrevista ele puxou por um envelope que me entregou. Ao ver que no envelope vinha dinheiro, entreguei-lho e disse-lhe: “vá entregá-lo a quem o mandou cá”.

No exame o rapaz portou-se muito mal em Matemática e em Física; para não o prejudicar, dois chumbos implicavam a perda do ano., pedi ao meu colega Fernando Morgado de Azevedo que o deixasse passar em Física e eu reprovei-o em Matemática.

Nos exames de 1960 a PIDE quis apanhar-me nestes apoios e arranjar-me um sarilho e para isso mandou para o júri dos exames um professor de Luanda, o Pinheiro, para examinar a disciplina de Português. Quando este apareceu levantou logo suspeitas pois era um ilustre desconhecido no meio docente e eu fiquei bem vigilante e pus-me na defensiva até que uma tarde, já depois de feitas as provas escritas do exame de Português vieram-me dizer que o padre Pipas, professor de Português e director de um colégio do Lobito estava no quarto do Pinheiro, no hotel Continental. Achei isso muito estranho e na mira de os encontrar com a boca na botija, corri ao quarto do Pinheiro, bati, abriram e deparei com o Pipas e o Pinheiro a corrigirem provas de Português.

Entrei, cumprimentei, dei a entender que tinha percebido o que estavam fazendo, despedi-me e não disse a ninguém o que tinha visto. Guardei o segredo comigo, fiz o que bem entendi durante os exames e até pedi a colaboração do Pinheiro para deixar passar alguns dos meus protegidos na sua disciplina!

Depois de 1956 o ensino rudimentar destinado aos indígenas passou a denominar-se “ensino de adaptação” e continuou nas mãos das missões católicas até 1961, ano em que foi revogado o Estatuto Indígena.

Nos anos de 1950 e princípios da década de 60, os seminários católicos instruíram vários angolanos que não chegaram a ordenar-se e foram ocupar lugares intermédios na sociedade colonial; as missões evangélicas, sempre discriminadas,

faziam o que podiam, fornecendo também alguns quadros intermédios e enviando para o estrangeiro alguns dos seus pupilos.

A contribuição das igrejas para a emancipação dos angolanos não pode ser avaliada neste muito restrito estudo. Estamos convencidos que essa contribuição foi muito importante, senão determinante, mas desordenada e intermitente, tendo como alvo comum fugir do papão comunista e combatê-lo. Porém o papão comunista, depois da segunda guerra mundial tinha muita força e teve um papel determinante nos ventos da história que levaram os países africanos à independência.

È interessante referir que nos primeiros meses de 1960 saíram de Portugal grupos de algumas dezenas de jovens que estudavam em Portugal. A organização dessas fugas em massa teve, na maioria delas a mão da célebre CIA e noutras a intervenção de congregações religiosas protestantes. Sucedeu que a grande maioria dos estudantes que assim saíram estavam fortemente contaminados por um vírus atribuído a Lénine e quando se viram a salvo preferiram ou ir para a luta armada ou ir para a URSS continuar os estudos. Alguns ficaram no resto da Europa, entre eles alguns brancos que se viram e desejaram para apanhar uma boleia no carro das bolsas de estudo.

Uma das provas irrefutáveis da participação de religiosos católicos na luta de emancipação dos angolanos foi o exílio a que foi forçado o cónego Manuel das Neves depois dos acontecimentos do “4 de Fevereiro” e do “15 de Março”.

O cónego Manuel das Neves foi um dos raros mestiços que professou a religião católica e era conhecido pelos que lhe eram mais próximos como um cauteloso aderente da causa da libertação dos angolanos do jugo colonial. Dada a sua grande influência na sociedade luandense, a polícia política resolveu afastá-lo e para tanto pôs a circular boatos que punham em causa a sua reputação e estima acusando-o de ter “escondido catanas atrás do altar e de ter envenenado as hóstias para liquidar brancos da alta hierarquia governamental” durante o ofício divino. Foi deportado para Portugal e com residência fixa num mosteiro próximo de Braga onde veio a morrer já depois da independência.

O cónego Manuel das Neves foi director do jornal católico “O Apostolado” que por ocasião da morte de meu irmão Alexandre em Janeiro de 1961, publicou uma breve notícia, mas suficiente para assinalar que “o Alexandre Dáskalos morrera sem contudo ter visto realizada a sua mais secreta aspiração”. Era uma alusão directa ao angolano do Huambo que estivera, em 1941, nas masmorras colonialistas porque já sonhava com uma Angola liberta do jugo colonial.

Não posso afirmá-lo porque não estou autorizado mas posso garanti-lo porque os factos assim o provam que um dos pioneiros e responsável católico da luta de libertação dos angolanos é o arcebispo D. Franklim da Costa com quem me encontrei em Lisboa em 1961 num almoço em casa do Dr. Arménio Ferreira quando éramos ambos alvo da vigilância da PIDE.

Lembro-me que depois desse almoço fui para o “Passeio dos Tristes”, no Rocio, frente ao café “Nicola” para ouvir as “últimas do dia”.

Inesperadamente encontrei-me face a face com o deputado de Angola à Assembleia Portuguesa, Burity da Silva. Ao ver-me ele disse-me: “Com que então por cá?”(ele sabia que eu tinha estado entre grades).

“Então você não sabe? – respondi...”Sou deputado por Angola”.

O Burity fez um sorriso amarelo...e eu acrescentei: “deputado com o e r...deportado!..”.

E Burity, que melhor que ninguém estava ao corrente das minhas últimas andanças, fez uma careta ainda mais amarela.

Depois de esta interrupção na cronologia das minhas memórias, vou retomá-las quando ia tomar as rédeas do governo de Benguela.

CAPÍTULO VIII

No Governo da Província de Benguela

Como já referi, logo após a minha deserção da Comissão de Descolonização, Rosa Coutinho convidou-me para governador de Benguela que eu aceitei sem ter pedido o aval do MPLA que naquele momento atravessava uma fase difícil que o atentado contra Lúcio Lara e outras acções contra o movimento tinham criado.

Mas, quando imediatamente após a tomada de posse, fui visitar a Vila Alice onde estava alojada a Delegação do MPLA, a minha nomeação para governador foi saudada como uma vitória do MPLA, fiquei satisfeito porque isso constituía uma prova do aval desejado. Lembro-me que nesse dia os guerrilheiros do EME estavam extremamente fatigados, sentados e deitados por terra porque um deles, o Ludy Kisasunda, levantou um braço e fez-me o “V” da vitória.

Durante a cerimónia de posse o Almirante Vermelho – como era alcunhado o Rosa Coutinho – dirigiu-me algumas palavras elogiosas e de encorajamento às quais eu respondi “ipsis verbis”:

“Furtar-me a aceitar o lugar de Governador do Distrito de Benguela no momento difícil que atravessamos, seria atraiçoar os ideais por que sempre me bati para conseguir fazer desta terra de Angola aquela nação anti-racial por que aspiram os homens do país decididos a continuar o combate contra a exploração da grande maioria por uma minoria”.

Aceito portanto este lugar num momento particularmente difícil porque não quero atraiçoar esses ideais.

Se, por ventura, as honrarias inerentes ao posto que vou ocupar pudessem ser apresentadas para justificar essa aceitação, é porque se ignora que na hora presente, todo o posto de responsabilidade nesta terra, exige uma aplicação e uma abnegação constantes em que as honrarias se dissolvem nas situações críticas que aparecem hora a hora”.

Aliás, tomo posse deste lugar na convicção de que o cederei brevemente a quem deverá ocupá-lo por livre e democrática decisão popular.

Sei perfeitamente que não poderei, por mim só, encontrar as melhores soluções para os problemas do distrito. Elas terão que ser encontradas com a colaboração activa de todas as forças vivas locais, da juventude e, sobretudo, das massas trabalhadoras. A importância demográfica e económica do distrito de Benguela no conjunto do país exige a unificação de todos os esforços nesta fase de transição para que entreguemos aos futuros governantes um Distrito digno das suas tradições democráticas em que as barreiras que se opõem actualmente ao convívio harmonioso entre as populações tenham sido vigorosamente apagadas. Eis, de um modo genérico, as minhas intenções ao tomar posse deste lugar. Elas enquadram-se no plano geral da Angola que se deve construir: uma Angola Independente, Democrática e Progressista”.

No dia seguinte voei para Benguela. À minha chegada tive uma recepção que, se não fora a presença numerosa de militantes e simpatizantes do MPLA e suas bandeiras,

teria um cunho colonialista apesar da ausência dos ricos da terra que não suportavam um governador, supunham eles, cheirando a comunismo.

À entrada do palácio aguardava o chamado “pessoal menor”, na sua grande maioria bem escuro, de ponto em branco e bem alinhado, que não conseguiu disfarçar o seu grande espanto quando viram um governador branco, de bubu e sandálias, a apertar-lhe o bacalhau!

Para um indivíduo que, como eu, nos últimos tempos, tivera que dormir aqui e ali graças à camaradagem dos amigos e cuja bagagem eram duas malitas com pouca roupa e muita papelada, encontrar-se senhor todo poderoso de um palácio, com tudo às ordens e do melhor, poderia ser tentado a cruzar os braços e estender as pernas em franco relaxe, tomando umas bebidas, “laissant faire et laissant passer” sem mais preocupações. Mas a realidade sobrepunha-se a qualquer veleidade subjectiva: num período de transição da opressão para a liberdade, da mudança do leme do poder do Branco para o Negro, não havia tempo para relaxantes repousos e despreocupados lazeres.

Graças à minha peregrinação pela África, eu era dos poucos que se apercebia dos fenómenos que se estavam processando. Por isso estava consciente das responsabilidades que sobre mim recaíam como representante máximo de uma máquina governativa que se desmantelava a cada instante. E nem sequer podia contar com aqueles que deviam zelar pela minha segurança, os homens da Polícia de Segurança Pública, pois estes, na sua maioria portugueses barrigudos gostavam tanto de mim que me chamavam “comunista e pai dos pretos”

Para meus colaboradores mais chegados escolhi o Diogo e o Carrasco. Mais tarde o primeiro foi ferido e feito prisioneiro pelos sul-africanos e o segundo prestou-me preciosos serviços, salvando-me de situações delicadas de consequências imprevisíveis.

A minha chegada ao distrito de Benguela (que pouco depois passou a designar-se por província) coincidiu com a dos movimentos emancipalistas que instalavam as suas delegações nos principais centros urbanos. Eu procurava agir, em relação aos movimentos, como elemento neutro pois, em princípio, eu era o representante da soberania portuguesa em vésperas de dar o último suspiro.

Neste contexto, repleto de escorregadias cascas de banana e de afiadas catanas escondidas em cada esquina, comecei a “governar” adoptando um estilo que pretendia ser desportivo, despreocupado, para esconder as sérias preocupações que me assolavam. Era preciso fazer cara alegre tanto para animar os que estavam cheios de medo como também para fazer face aos arrogantes e atrevidos que julgavam poder mandar em toda a gente.

Depois de instalado, pude constatar que uma boa parte do pessoal do Quadro Administrativo acolhia com bom grado a próxima independência e estavam dispostos a ficar. Pertenciam a este grupo os funcionários que serviam o regime colonial tentando não prejudicar os autóctones e defendendo-os das arbitrariedades e injustiças a que estavam sujeitos; alguns deles alimentavam secreta simpatia pelo MPLA.

A GRANDE DEBANDADA RETORNADOS E ADIDOS

Mas, logo após a tomada de posse do Governo de Transição, em 31 de Janeiro de 1975, as coisas começaram a complicar-se para os funcionários do Quadro Administrativo.

Os administradores da Ganda, Cubal, Balombo, Chongoroi, Bocoio e Baía Farta que me tinham dado um apoio leal e que tinham, quase todos uma boa aceitação por parte das populações negras dos seus territórios, quando começaram a aparecer os ministros e delegações dos movimentos emancipalistas fazendo exigências despropositadas e ameaças veladas de prisão e despedimento, começaram a vacilar nas suas intenções de ficar depois da independência.

E quando o Governo Português inventou o Quadro de Adidos para nele integrar os funcionários do Q.A das colónias, garantindo-lhes em Portugal emprego e reforma, aumentaram as hesitações que, depois de ter sido propalado que o “MPLA iria julgar todos os funcionários do Q.A depois da independência” se transformaram em desejo ansioso de partir o mais depressa possível.

Além do Q. Adidos o governo português também criou o Instituto de Auxílio aos Retornados Nacionais (IARN) e como na altura os naturais de Angola brancos, mestiços e assimilados eram considerados portugueses, este Instituto alargou ou restringiu a sua acção como muito bem entendeu, dando ou negando auxílio de acordo com os interesses dos dirigentes.

Em consequência criou-se em Angola um ambiente de tal ordem que até o branco mais pobre que no interior do país ou na periferia das cidades tinha sempre vivido e convivido com a comunidade negra, se deixou contaminar pela histeria do medo sem razões válidas que o justificassem, excepto em Luanda e no Huambo onde as refregas armadas entre movimentos eram aproveitadas para molestar e até, às vezes, vitimar elementos brancos e não brancos, perante a passividade das forças armadas portuguesas que, dizendo-se neutras, deixavam-se influenciar quando se tratava de combater os “comunistas angolanos” ou seja os amigos, simpatizantes e militantes do MPLA.

No seio da comunidade branca gerou-se uma histeria de fuga a qualquer preço que o estabelecimento de pontes aéreas e de carreiras marítimas levou ao paroxismo. Esta histeria deu origem a uma “música” jamais ouvida nesta terra: a “música” das marteladas nos caixotes ouvia-se noite e dia, monótona e enervante. Nos caixotes metia-se tudo o que era possível, até as garrafas de gás e os panos de cozinha! No porto do Lobito, extensas bichas de viaturas esperavam longas horas aguardando embarque.

Esta ânsia de partir, em Benguela, contrastava com a atitude de alguns portugueses e angolanos que se preocupavam mais em resolver os problemas do quotidiano do que pensar nos problemas futuros. São prova disso os episódios que vou contar.

Vindos da Ganda, apresentaram-se no meu gabinete dois casais de portugueses acompanhados de cinco meninos e de uma senhora ainda nova. As senhoras e meninos estavam lacrimejantes e os dois homens faziam cara de mártir olhando fixamente para baixo.

Quando lhes pedi para explicar a razão que os trouxera até mim, falaram as duas senhoras com ar de queixume dizendo que os maridos tinham sido maltratados pelos pretos até ao ponto de terem levado uma carga de porrada. Pediam a minha protecção e a correcção dos atrevidos.

Como eu não percebera a causa da maka e como os dois homens se conservassem calados, perguntei-lhes como é que explicavam a razão das cargas de porrada que tinham levado. Então um deles começou; “sabe, eu tinha um camião de fuba para vender e como o não conseguisse, fiz constar que, se me comprassem toda a fuba, então cairia a chuva que não vinha há muito tempo. Eles compraram a fuba toda, a chuva não veio e eles deram-me uma carga de porrada”.

E o senhor? - perguntei ao outro português.

“Eu tinha fuba na loja que nunca mais vendia porque a seca continuava e o povo estava com falta de lombongo (dinheiro). Para conseguir vendê-la resolvi fazer um feitiço: arranjei uma panela velha, ossos, pêlos e rabos de boi e uns pauzinhos e fui para o quintal consultar os cazumbis (almas do outro mundo). Cercado de muito povo, fiz as minhas consultas com os ritos convenientes e anunciei que os cazumbis mandariam a chuva dois dias depois de eu ter vendido a fuba toda. A fuba foi vendida, passaram dois dias, a chuva não veio e eu levei uma grande carga de porrada...ainda tenho aqui algumas manchas...”.

Eu fiquei perplexo, quase que não continha o riso e tive que recorrer ao Camões dos varões assinalados que conquistaram mundos ao mundo sem um tostão na algibeira para poder responder condignamente a estes lusíadas perdidos nas matas da Ganda. e com ar convicto e um tanto protector garanti-lhes que podiam regressar à Ganda sem receio algum. E eles regressaram ao som da música dos caixotes.

Um outro exemplo revelador do clima em que se vivia foi o que descrevo adiante.

Uma manhã, quando saía do palácio para o meu gabinete, encontrei no jardim em frente deste, cerca de cinco dezenas de mucubais, homens e mulheres, que logo se acercaram de mim com atitudes decididas mas não agressivas e um deles explicou-me que queriam apresentar-me uma reclamação. Vinham todos tradicionalmente meio vestidos, as mulheres exibindo anéis, argolas e cabeleiras que eram pouco vulgares em pleno centro da cidade.

Disse ao emissário que não podia receber tanta gente e que escolhesse um grupo de dez para falar comigo.

Depois de estarem todos sentados à volta da mesa do comissariado, verifiquei que alguns deles estavam de cócoras em cima da cadeira.(Não estranhei nem tive vontade de rir porque me lembrei de uma velhota portuguesa que eu vira há bem pouco tempo lá na terra civilizada dos portugues, “sentar-se”, também de cócoras, no assento de um automóvel)

Percebi que o grupo estava satisfeito mas um tanto constrangido. Explicaram-me a razão da sua vinda: “lá para as bandas do Dombe Grande, um comerciante tinha-lhes comprado algumas cabeças de gado para pagar, em parte, com mercadorias. O prazo já tinha passado e ele não pagava. Pediam a minha intervenção para resolver a maka.

Antes de lhes dar uma resposta consultei os meus funcionários e um deles disse-me que conhecia o assunto e que podia ser facilmente resolvido. Assim pude assegurar aos reclamantes que o assunto estaria resolvido dentro de um prazo de oito dias e que podiam regressar às suas terras.

Mas os amigos mucubais, em vez de retirarem, preferiram acampar ali mesmo e esperar pela solução da maka. Ali ficaram os oito dias, durante os quais todas as manhãs eu correspondia aos seus cumprimentos com o “V” da vitória que se reflectia nos seus alvos e largos sorrisos

À medida que se aproximava a data da independência crescia a azáfama dos caixotes e o número dos transportes, aviões e barcos, para a debandada que tomava cada vez mais o aspecto de uma fuga desenfreada.

Em Julho e Agosto, aviões da TAP e da Suisse Air, transportavam diariamente cerca de mil passageiros para Lisboa. Mas o afluxo a Luanda de refugiados vindos das terras do interior em aviões da Força Aérea e de outros vindos via marítima das províncias do litoral era de tal ordem que tiveram que ser utilizados transportes cedidos pelos Estados Unidos da América e pela União Soviética.

No início de Setembro participaram na ponte aérea aviões da França, Alemanha Federal, RDA, Grã Bretanha e URSS. Chegou a haver 15 voos diários para Lisboa.

Só entre 1 de Agosto a 31 de Outubro calcula-se que foram transportados pela ponte aérea cerca de 230.000 pessoas das quais cerca de 54.000 foram transportadas por aviões estrangeiros, com os E.U.A à cabeça.

Esta fuga dos portugueses de Angola começou em Maio e terminou em 9 de Novembro, dois dias antes da proclamação da independência.

A partir de Maio de 1975 a população branca do Huambo viu-se entre dois fogos, MPLA e UNITA, esta procurando assanhadamente os comunistas, isto é, todos os que cheiravam a MPLA. Os homens armados da UNITA entravam nos aviões à busca de comunistas ante o olhar pasmado das sentinelas portuguesas que não sabiam ou não queriam intervir face à tácita aceitação dos seus oficiais que colaboravam assim na caça aos comunistas.

Os dirigentes do EME, Machado e Kapango foram arrancados da aeronave pronta a arrancar para Luanda, nas referidas condições, isto é, diante da passividade dos oficiais portugueses que preferiram “lavar as mãos” como Pilatos, em vez de usarem da sua autoridade.

Naquela altura estavam em Angola cerca de 30 mil militares portugueses, número mais que suficiente para manter a ordem e a disciplina evitando que as populações, os habitantes civis, fossem molestados pelos militares dos movimentos rivais.

Do Magazine n.º 277 de 2 de Julho de 1995, de cuja publicação é responsável o jornal português “O Público”, extraímos do artigo aí publicado sob o título “Há vinte anos, de Angola a Lisboa - A maior ponte aérea do História” os elementos que comprovam a tese que sempre defendi de que “esta fuga massiva de residentes de Angola, poucos meses antes da proclamação da sua independência, se não foi preparada, foi pelo menos habilmente aproveitada pelas potências interessadas em fazer de Angola mais um país africano independente, mas obrigado a obedecer aos seus protectores para manter essa independência”, ou melhor utilizando uma linguagem política em vias de ser esquecida, “pelas potências interessadas em substituir o colonialismo português pelo neocolonialismo”.

Assim, extraímos do referido artigo as seguintes passagens:

“Houve brancos que foram mortos, outros que foram alvo de sevícias, afirma Vasco Vieira de Almeida (ministro da economia do governo de transição) e continua: “não se pode dizer que a guerra era dirigida contra a população branca. Só que, numa cidade ocupada por homens armados, todos se sentiam alvos potenciais. Mesmo em casa, tínhamos medo. Havia sempre o perigo de balas perdidas.”

São ainda de Vieira de Almeida, cidadão português, com raízes afectivas e familiares ligadas a Angola, com grande simpatia por Angola mas sem ligações partidárias, as seguintes afirmações: “A desmotivação era total no seio das forças armadas portuguesas. O governo de transição não passava de uma farsa trágica. Os efectivos das forças armadas portuguesas e os meios de que dispunham eram mais que suficientes para impedir a escalada da guerra civil” “faltava contudo vontade par tal e faltavam também orientações inequívocas de Lisboa”... .

Não são de espantar estas afirmações de Vieira de Almeida. São verdadeiras, reflectem a realidade, o que não sucede com as afirmações que no mesmo artigo são feitas por grandes responsáveis pela descolonização, que decidiram então muita coisa mas que não tiveram até agora a honestidade de reconhecerem os erros que cometeram.

Assim, o que era nesse tempo ministro da administração do território depois de ter transferido a sua fortuna de Moçambique para Lisboa, afirma: “Os civis tinham deixado de encarar a presença dos 30 mil militares portugueses como uma protecção...Havia alguma, diz Almeida Santos. “Mas as tropas portuguesas estavam

desmotivadas. Muitos dos militares iam já na terceira, quarta e até quinta comissão de serviço, o significava que estavam a abeirar-se de uma situação de exaustão. Com o “25 de Abril” gerou-se a convicção de que a guerra acabara, de que já tinham cumprido a sua missão. O atraso nas negociações com os movimentos de libertação levou a que se continuasse a lutar e a morrer tanto ou mais, nos tempos seguintes ao “25 de Abril”, do que antes. E era incompreensível para as tropas, chegando mesmo a gerar uma situação de indisciplina militar”.

Mas vinte anos passados, Almeida Santos, um dos responsáveis pela descolonização, não tem a certeza das causas que originaram a ponte aérea pois afirma: “a ponte aérea resultou de uma decisão conjunta do Governo e da Presidência da República”, mas acrescentou: “eu diria que o Conselho da Revolução também teve alguma coisa a ver com isso...”. E para cúmulo ainda acrescentou: “Este era um capítulo que o governo procurava evitar: escaldava e já havia problemas de sobra a nível interno!”.

E para prova do desencontro de opiniões dos políticos portugueses, oiçamos Melo Antunes, uma das cabeças da descolonização: “a perspectiva do governo português não era estimular o regresso da população branca, e sim, ajudá-la a continuar no território. Mas era tarde demais...” (porquê, pergunto eu). “Por essa altura, em Julho, a população branca de Angola só pensava em rotas de fuga, deixara de acreditar nos bons ofícios de Lisboa; mais de 2.500 veículos partiram, por terra até Marrocos e, em meados de Agosto, 2 mil portugueses tinham cruzado a fronteira a caminho da África do Sul”.

Face a tantas opiniões desencontradas e da conseqüente falta de coordenação e de decisão é fácil compreender porque é que Vieira de Almeida acabou por afirmar: “Nunca mais vi as pessoas do mesmo modo. Nem este país (Angola) Foi absolutamente incrível a cobardia colectiva de que então se deu provas”.

Face ao que atrás se disse torna-se fácil compreender porque é que a tal “comissão de descolonização” de que fiz parte tivesse sido completamente inoperante e inútil.

Mas no artigo em referência, “A maior ponte da história” citam-se duas conclusões “históricas” que parecem querer interpretar para a posteridade o que foi a descolonização de Angola.

Lê-se no artigo em referência: Hoje, no último volume da colecção de História coordenada pelo professor José Matoso pode ler-se: A atitude das autoridades portuguesas acabou por favorecer objectivamente a estratégia do MPLA (...) mesmo o fenómeno do retorno da população branca através de uma ponte aérea cujo terminal era Luanda favoreceu essa coexistência”

E ainda no mesmo artigo: “Numa outra colecção de história dirigida pelo professor João Medina, Melo Antunes escreve: em Agosto de 1975, face à situação crítica que se vivia em Luanda, já ameaçada a Norte pelas forças da FNLA, dei instruções precisas, logo em seguida confirmadas pelo Presidente da República para que as forças portuguesas defendessem a todo o custo a cidade (...)!!! (os pontos de admiração são do autor). As decisões foram tomadas com inteira consciência de que, objectivamente, naquele momento, se fazia o jogo da MPLA.

Ora os factos demonstraram que a atitude portuguesa nunca favoreceu a estratégia do MPLA mesmo com as “instruções precisas” dadas por Melo Antunes, simplesmente porque essas instruções não chegaram cá ou não foram cumpridas, nem tão pouco podiam favorecer a estratégia do MPLA porque grande parte dos oficiais do exército português era furiosamente anti comunista, assim como alguns comandos a alto nível...que para cumprir essas ordens, nas vésperas da independência, deitaram ao mar milhares e milhares de culatras das armas que eles não queriam que caísse nas mãos do

MPLA e que pouco antes das zero horas do dia 11 de Novembro convocara os jornalistas para fazer a entrega de Angola ao Povo Angolano, ali representado por...ninguém!

E falta acrescentar nessas duas referências históricas que, às zero horas do dia 11 de Novembro, o Presidente da República Popular de Angola não permitiu que a bandeira portuguesa fosse queimada pelos exaltados que não aceitavam a maneira inqualificável de proceder...entregando Angola ao Povo Angolano...sem um representante daqueles que dizem ter favorecido!

Não restam dúvidas de que alguns dos adeptos do MPLA, com as suas atitudes extremistas e por vezes racistas, também contribuíram para a fuga dos portugueses, muitos deles já indecisos face às ameaças de nacionalizações sem compensação.

Mas também não restam dúvidas de que, apesar da propalada ajuda portuguesa, se não fora a presença, embora tardia, dos cubanos e soviéticos, o MPLA não teria saído triunfante do caos dos últimos dias do colonialismo e dos primeiros dias da independência apesar das “decisões do governo português tomadas com plena consciência de que, objectivamente, naquele momento se fazia o jogo do MPLA”.

Outra opinião que ainda persiste e é afirmada por muitos dos que tudo perderam, é de que “as forças armadas portuguesas deram um importante e significativo apoio ao MPLA”. É uma opinião redondamente errada pois a grande maioria dos oficiais e soldados das FAP eram figadais inimigos do comunismo para eles representado em Angola pelos, como já disse, militantes, simpatizantes e amigos do MPLA.

Alguns dos acontecimentos a seguir relatados são prova disso.

A CORRIDA AOS CONFISCOS E NACIONALIZAÇÕES

A contribuir para a debandada geral juntou-se a acção da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) que tomou furiosamente o freio nos dentes para tudo confiscar e nacionalizar sem uma prévia e séria análise da conveniência ou não de tais confiscos ou nacionalizações.

Em Benguela, esta tarefa da UNTA era orientada pelo Vaz Jorge, dirigente dinâmico e enérgico que sabia formar e rodear-se de quadros activos que se tornavam fervorosos colaboradores nos confiscos e nacionalizações.

Muito antes de eu ter ascendido ao lugar de governador de Benguela, já eu tinha discutido bastas vezes este problema das nacionalizações. Foi em consequência dessas discussões que o programa da FUA, no que se refere a este problema, era muito mais moderado em relação ao programa do MPLA sobre este assunto pois preconizava que nos primeiros tempos posteriores à independência só era de nacionalizar a Banca e o Comércio Externo deixando o Comércio Interno e as grandes empresas para posterior nacionalização de acordo com as conveniências.

Esta posição da FUA foi criticada por muitos emepelistas como sendo uma concessão aos colonos, aos brancos.

Logo a seguir à independência, os emepelistas mais esquerdistas, influenciados ou contaminados pela moléstia que o Lénine denominava “esquerdismo” ou “doença infantil do comunismo” lançaram-se no caminho dos confiscos e nacionalizações de tudo o que cheirasse a lucro ou privilégio, apoiando a UNTA.

Esta atitude era habilmente aproveitada pelo oportunistas que na mira das nacionalizações e confiscos, para proveito próprio, não hesitaram em pôr o Preto contra o Branco pois era este quem detinha o bem almejado: a casa, a loja, a chitaca ou a oficina.

Na UNTA, a coadjuvar o Vaz Jorge, estavam o Américo Silva e o Patrocínio, cheios de boas intenções mas transportando consigo hábitos do sindicalismo português de reivindicação de aumento de salários e melhoria das condições sociais sem atenderem ao facto de que, dentro de poucos meses quem estaria no comando de Angola seria um governo de angolanos pouco interessado em aumentar salários e privilégios quando ainda nem sequer sabia pegar no leme para orientar o barco.

Rivalizando com a UNTA existia a SINDACO, movimento sindical orientado pela UNITA da qual o principal mandão era o Jorge Valentim que no aspecto salarial defendia posições mais concordantes com o futuro próximo mas que não faziam concessões aos patrões colonialistas o que também excitava os oportunistas ou os menos esclarecidos.

As acções dos sindicalistas tomavam às vezes um carácter violento, com invasões tumultuosas de empresas e escritórios e ameaças à mistura. Alguns directores de empresas embrulhados nestas situações telefonavam-me aflitos pedindo a minha intervenção e protecção. Eu ficava mais incomodado do que eles porque não dispunha de meios para os proteger e então respondia-lhes: "tenham calma, tratem esses revoltados como homens que são e não como feras que parecem ser e ouçam-nos".

Era o processo que eu próprio utilizava quando me encontrava em idênticas situações.

O dinamismo do Vaz Jorge era de tal ordem que ele apresentava-me montanhas de propostas de nacionalizações em cada reunião do governo! Eu guardava-as bem no fundo da gaveta para serem resolvidas pelo meu próximo sucessor para não ter que me opor à maior parte delas de acordo com a minha maneira de ver e para não vir a ser acusado de contra evolucionário!

Em Benguela já prosperavam numerosas indústrias, propriedade de colonos abastados, patrões de milhares de trabalhadores, alguns deles próximos do MPLA, mas na sua maioria inimigos acérrimos de tudo o que cheirasse a socialismo, incluindo o governador que para eles tresandava a comunismo.

Estes patrões, quando em Moçambique apareceu o movimento dos colonos que diziam que "não saíam", que "ficavam" e que ficou sendo conhecido pelo "FICO", resolveram imitá-los e então, durante vários dias ao declinar do dia, organizaram cortejos automóveis pejados de malta branca, circulando em torno do palácio do governo (que para seu furor eu baptizara de "Palácio do Povo") e gritando:

Fora! (para mim) e Fico! (para eles)

Quando isto sucedia, um polícia branco ainda novo, à paisana, que ia sempre à frente do cortejo numa grande moto, entrava no jardim do palácio, pedia para me falar e dizia-me: "senhor governador não tenha receio que eles não entram aqui!".

Eu escapulia-me do palácio, ia para casa de um amigo "meio fico" e deixava os "ficos" todos a gritar para o boneco!

O GABINETE DE ESTUDOS

Segundo os acordos do Alvor, na futura Angola independente, iriam viver ombro a ombro e em fraternidade democrática os três grandes: FNLA, UNITA e MPLA.

O Governo de Transição já estava em funções, com três primeiros ministros, alternando mensalmente a pasta, e pairava no ar uma brisa que parecia contrariar a tal democracia dividida por três no poder, de inspiração algarvia.

O ministro das Finanças do governo de transição era o Saidy Mingas que não acreditava muito numa trindade harmoniosa entre gente armada e desconfiada e, por causa das

dúvidas seria bom prever o futuro pondo em marcha um plano de desenvolvimento a partir de uma província onde as condições fossem mais favoráveis ao MPLA. E Benguela oferecia essas condições.

O ministro Saydi Mingas, de parceria com alguns economistas entre os quais o Mário Nelson e o Baião e outros camaradas de Benguela – o Dionísio Mendonça, do Banco de Angola, o Reis Esteves, das Finanças, o Salvador Ribeiro, da Agro-Pecuária, Carlos Machado, da Assistência Social – criaram o Gabinete de Estudos para o desenvolvimento económico-social da província e posterior alargamento a todo o país.

O Carlos Machado e o Salvador Ribeiro eram os principais dinamizadores deste gabinete e encontravam na Banca e nas Finanças os apoios necessários às suas iniciativas.

Estava o Gabinete em franco desenvolvimento quando surgiu a invasão sul africana.

Logo que recuperámos Benguela, o Salvador foi recuperar o seu lugar na chefia da delegação da Agricultura. Mas não ocupou o lugar por muito tempo: um dia, quando regressava de uma viagem ao Huambo na companhia do Fançony e do Pereira da Silva, caiu numa emboscada donde saiu com uma fractura da coluna vertebral que lhe paralisou metade do corpo obrigando aquele homem dinâmico e irrequieto a estolar-se numa cadeira de rodas.

Com uma força de vontade fora do comum e um realismo dominador, o Salvador Ribeiro tem-se aguentado ao longo dos anos, graças sobretudo à exemplar e invulgar dedicação de sua mulher e de seus filhos.

A VISITA DO PRESIDENTE DO MPLA A BENGUELA

Quando foi anunciada a vinda do presidente Neto a Benguela, os principais responsáveis locais do EME não podiam deixar de aproveitar esta oportunidade para demonstrar todo o “seu amor e dedicação à causa do presidente, tanto mais que na sua maioria nunca tinham saído do asfalto para calcorrear as amarguras da guerrilha e do exílio. Convinha-lhes portanto pôr de parte qualquer outro melhor credenciado e por isso não me pediram qualquer ajuda ou opinião sobre o programa da recepção.

Aliás esta atitude só favorecia a minha posição, pois convinha-me convencer todo o mundo da minha neutralidade em relação aos três movimentos.

Os organizadores da recepção até se esqueceram do governador no acto da chegada. Mas eu estava lá, no aeroporto, com outros “excluídos”, entre eles o engenheiro Falcão, o intendente Rodrigues e outras personalidades das forças vivas benguelenses.

Assisti à recepção no primeiro andar do aeroporto, no restaurante.

A recepção foi colossal: uma compacta multidão enchia o aeroporto estendendo-se a perder de vista e, o presidente Neto, ao pôr os pés em terra mal podia caminhar de tal modo ele estava apertado entre os populares. O entusiasmo era tal que alguns dos homens armados da segurança começaram a fazer tiros para o ar e rajadas, imitando um fogo de artifício.

Foi então que me apercebi do perigo que corria o presidente no meio de tal confusão, pois no meio de tal barulheira e desordem seria fácil a um infiltrado atirar sobre o presidente sem ser referenciado.

Logo chamei um “secreta” que nos vigiava de perto com quem insisti energicamente para que intervisse sem perda de tempo para acabar com o “fogo de artifício”

Claro está que nesse dia não apresentei os meus cumprimentos de boas vindas ao camarada Neto.

Dias depois o presidente foi ao Palácio do Povo onde eu o recebi no átrio com estas palavras: “pela primeira vez entre estas paredes que tresandam a colonialismo um “terrorista” recebe outro “terrorista”!

Pelo breve clarão que vi nos olhos do presidente percebi que ele tinha gostado da frase.

Voltei a encontrar o presidente do MPLA na recepção que lhe foi oferecida pela delegação do MPLA em Benguela. Sentados lado a lado e rodeados de dois guarda costas (um deles era o hoje general Beto Traça) a uma mesa enfeitada de bolos e diante de dois whiskies dos quais éramos fiéis apreciadores, houve um muito oportuno fotógrafo que gravou uma chapa que eu considero histórica e única: histórica porque eu estou ao lado da História e única porque não existe outra fotografia do camarada António Agostinho Neto onde ele apareça a rir com tanta satisfação e simplicidade.

A PRIMEIRA VISITA OFICIAL DO PRESIDENTE DA UNITA À PROVÍNCIA DE BENGUELA

Andando por entre uma grande multidão apressada e ávida de ver um presidente caído do céu (o presidente da UNITA vinha num grande helicóptero que em ruidosas voltas sobre a cidade anunciara a sua chegada) fui ao aeroporto do Lobito cumprir o meu dever de anfitrião.

No aeroporto – junto ao qual tinha sido construído um corredor e uma espécie de palanque, bem alto, de pau e capim – encontrei vários conhecidos, entre eles o Orlando de Albuquerque que já não via há muito tempo.

Surgindo de uma grande nuvem de poeira que o helicóptero provocara, destacou-se um senhor fardado que parecia muito grande, de barba, boina e grande bengala, que passou perto de mim sem querer ver-me e se dirigiu para o palanque onde foi recebido por uma imensa gritaria da multidão que o esperava.

Tendo sido ostensivamente ignorado, disse ao intendente Rodrigues que me acompanhava para sairmos. Mas a retirada por entre aquela compacta multidão era impossível e eu tive que ir para o palanque.

Aqui pude apreciar a excitação popular que atingia o paroxismo com homens e mulheres (até do MPLA!) a desmaiarem, sendo os mais próximos logo socorridos pelo homem caído do céu e seus acólitos!

Tive que aguentar estas cenas durante cerca de quatro horas à espera de uma aberta para me retirar, cansado e muito apreensivo porque o que acabara de presenciar não conjugava com as minhas perspectivas para o futuro.

Com efeito, naquele momento, tive a percepção exacta de que, se aquele barbudo caído do céu, cheio de amuletos, de olhos injectados e bengala mágica de feiticeiro, tivesse ordenado àquela massa negra excitada e nervosa até ao paroxismo, para liquidar os brancos do Lobito, teríamos assistido a um S. Bartolomeu digno de um Xaca Zulu nos seus momentos de alucinação.

Felizmente que naquela altura o exército português ainda estava presente.

A FUGA DE DOIS BARCOS BACALHOEIROS EM CONSTRUÇÃO NA SOREFAME DE ANGOLA

Uma das provas de que o capital português investido em Angola antes da independência jogava na certeza da derrota dos comunistas do MPLA é o episódio que a seguir relato.

Em Julho de 1975, a direcção da “Sorefame de Angola”, no Lobito, encabeçada pelo comandante Carloto de Castro, propôs ao Governo de Transição o encerramento

temporário dos estaleiros desde os princípios de Outubro até 31 de Janeiro de 1976, isto é, no período compreendido entre dois meses antes e dois meses depois do 11 de Novembro.

O Lopo do Nascimento, que na altura ocupava a cadeira de primeiro ministro, (esta cadeira era mensalmente ocupada por um dos três primeiros ministros existentes, um de cada movimento) comunicou-me que o Governo de Transição tinha negado a permissão para o referido encerramento e advertiu-me de que estivesse atento a qualquer tentativa fraudulenta da direcção da Sorefame. Assim fiz e assegurei-me da colaboração de um operário português que ali trabalhava que me comunicou as suas suspeitas de que os patrões planeavam utilizar um dos bacalhoeiros ali em construção para fins inconfessáveis, mas que ele estaria atento e evitaria qualquer tentativa de fuga subtraindo uma peça fundamental do motor

Infelizmente este operário não cumpriu a sua promessa e numa noite de grande caema o bacalhoeiro, levando a reboque o seu irmão gémeo inacabado, largou na escuridão para o mar largo, rumo a Lisboa.

No dia seguinte logo de manhã, o director Carloto de Castro, que me entretivera durante a noite na boate “Calema” telefonou-me para me comunicar inocentemente a fuga dos bacalhoeiros. Estes levaram a bordo grande parte dos operários e funcionários portugueses e, em todo o espaço disponível, nos porões, tejadilhos e convés, carregaram máquinas e equipamentos subtraídos do armazém e das oficinas!

Parece mentira mas é verdade! Uma empresa com a categoria e a representatividade como a “Sorefame da Amadora”, principal accionista da “Sorefame de Angola”, permitiu-se praticar tal acção que eu me abstenho de classificar para não se pensar que pretendo ofender os mentores da façanha, um dos quais foi o eng. Melancia, o de Macau. Este quando mais tarde me recebeu na qualidade de director da Sorefame confiscada, mostrou-se quase malcriado mas orgulhoso da façanha da fuga dos barcos e, para cúmulo, garantiu-me que recuperaria a empresa confiscada. Entretanto os dois bacalhoeiros ficaram atracados na Ilha da Madeira à espera dos acontecimentos em Angola.

Mas com a tomada do poder em Angola pelo MPLA malograram-se as esperanças do capital português continuar a mandar em Angola e por isso os bacalhoeiros e sua preciosa carga nunca mais voltaram.

A quando do nosso recuo devido à invasão sul africana essas esperanças ganharam algum alento; mas só duraram cem dias na Província de Benguela. Mas estes cem dias foi o tempo suficiente para a Sorefame de Angola cometer uma acção fraudulenta mas falhada: enviou por terra, via África do Sul um dos seus administradores acompanhado de dois representantes do chamado Governo Democrático de Angola a Espanha, para aí cobrarem a dívida de alguns armadores espanhóis à Sorefame, cujo montante seria distribuído pelos intervenientes democratas!.

Mas ficou tudo em águas de bacalhau porque entretanto o EME recuperou Benguela.

Para terminar este relato é interessante referir que, oh cúmulo dos cúmulos!, que todas as acções atrás descritas vêm relatadas no documento que a Sorefame da Amadora apresentou ao Governo da República Popular de Angola quando pretendeu contestar o confisco da empresa!

Entretanto as relações entre os movimentos tornaram-se cada vez mais tensas.

Na cidade do Lobito o Jorge Valentim maneja a seu belo prazer os operários do Porto do Lobito e do Caminho de Ferro de Benguela, ante o olhar contemplativo do Fançony, eminência parda do MPLA que intervém aqui e ali mas sem molestar o Jorge, velho conhecido do antigamente.

O REGICÍDIO FALHADO - INÍCIO DAS CONFRONTAÇÕES ARMADAS

Chamo-lhe regicídio porque se passou no sumptuoso Palácio do Governo de Benguela e porque o alvo era eu, o rei sem coroa.

Naquele ambiente cada vez mais incerto em que se vivia, uma dada noite, um indivíduo entrou com o seu jipe no jardim do palácio, pára frente à porta principal, desce, arromba a mal fechada porta, entra, acende todas as luzes que encontra, sobe ao primeiro andar, coloca dois volumosos volumes sobre a sacada que dá para o jardim e grita para os guardas - que, em baixo, assistiram à cena sem sequer intervir como era a sua obrigação!- e grita:

“Rezem pelo senhor governador! Perante estas Bíblias rezem pelo vosso governador!”

Eu, que dormia no primeiro andar, acordei assustado e, como não estivesse armado, abri a janela. Gritou-me um dos guardas: “senhor governador! Não saia do quarto, querem matá-lo! Estão aí dentro. Depois eu aviso!”.

Preferi não acordar a minha mulher que tirara o aparelho que usava para ouvir e aguardei.

Os homens que me guardavam eram da Polícia de Segurança Pública, quase todos portugueses e barrigudos que gostavam tanto de mim que, como já disse, me chamavam “comunista e pai dos pretos”.

Passado bastante tempo, como não ouvisse nenhum barulho dentro do palácio e da janela não visse nenhum dos guardas, fiz das tripas coração, abri a porta, esbarrei num espesso silêncio repleto de luz, desci e quando me aproximei da porta de entrada completamente escancarada, vi, ainda meio escondido, um dos empregados que estava de serviço nessa noite e que assistira a tudo muito bem escondido. e, vindo não sei de onde, vejo um capitão português que me diz textualmente: “o homem já foi abatido. Foi perseguido pela nossa tropa e quando se aproximava da delegação do MPLA, os sentinelas atiraram sobre ele.”

Os sentinelas da Delegação da FNLA, ao ouvirem os tiros, atiraram na direcção da Delegação do MPLA, com tiros e balas tracejantes. Desta responderam na mesma moeda.

Estavam iniciadas as confrontações armadas entre a FNLA e o MPLA.

A 1 de Agosto as hostilidades agravam-se: o MPLA manda uma potente morteirada contra o hotel “Mombaka”, obrigando os dirigentes da FNLA ali alojados a pôr-se salvo.

Depois de várias peripécias os dirigentes da FNLA rendem-se ao MPLA na presença de oficiais portugueses. Mas esta rendição só foi aceite depois de uma bazófia do comandante Pepetela que face às reticências dos fenelosos, disse-lhes: “ou vocês se rendem ou eu faço funcionar o nosso dispositivo e tudo que é vosso vai pelos ares”...! Depois da rendição perguntei ao Pepetela qual era o dispositivo e ele confessou-me que não existia!

O representante da UNITA em Benguela era o Dr. Chingunji que chegou a ser aliciado para se passar de armas e bagagens para o EME mas não aceitou

Quando a UNITA tomou o Huambo o Chingunji tornou-se mais atrevido e tentou por duas vezes agarrar-me, talvez como refém. Numa delas fui perseguido por militares seus dentro da cidade e, só lhes escapei graças à intervenção dos oficiais portugueses a quem recorri mesmo em frente do quartel destes.

No Lobito, Jorge Valentim conseguia reforçar cada vez mais as posições do seu movimento. A sua acção era contrariada por autênticos golpes de audácia como a do

“combóio fantasma”. Apesar desses actos aventureiros e heróicos dos militantes e militares do MPLA a UNITA esteve prestes a apoderar-se do Lobito

Numa tarde em que as forças da UNITA tinham cercado, no Lobito, as forças do MPLA que estavam prestes a render-se, fui eu que apareci na devida altura no Lobito e subi, levando comigo o Fançony, ao quartel português e convenci os oficiais portugueses a intervirem quando não eu “os acusaria de responsáveis pelas atrocidades cometidas pela UNITA caso esta tomasse o Lobito”. Só depois de eu ter dito isto ao comando português do Lobito é que este decidiu intervir. E então foram mandados descer para a cidade três gipões carregados de soldados excitados que começaram a atirar para o ar: e a população até aí escondida apareceu aos gritos saudando a tropa portuguesa! As tropas da UNITA pararam as suas acções e o senhor Valentim aceitou negociações de tréguas

Estas tiveram lugar no palácio do Lobito e a ela assistiram os representantes dos três movimentos e dois oficiais do MFA, representantes da parte portuguesa e eu ficando deliberadamente excluído como elemento neutro que devia ser. Os dois oficiais portugueses eram o capitão Baptista e o major Domingos da Silva que eram dois hábeis negociadores a quem eu recorria nos momentos de aperto porque sabia que “puxavam” para o MPLA.

Entretanto na cidade de Benguela os acontecimentos precipitavam-se. Depois da tomada do Huambo pela UNITA o Dr. Chingunji tornara-se mais agressivo e mais activo. E não percebi com que intenção concentrou todas as suas forças, militares e não militares, incluindo mulheres e crianças, no pior local que podia escolher: num autêntico buraco, nas salinas junto ao mar, logo após a Senhora dos Navegantes. Dias depois não foi difícil ao EME ficar senhor da situação em Benguela e aprisionar os militares e não militares da UNITA que foram conduzidos para os terrenos junto ao quartel português de Benguela a fim de serem evacuados.

E como o Jorge Valentim estava quase senhor do Lobito e tivesse armado os civis, menos os brancos porque eu os adverti, pela rádio, de que não deviam pegar em armas, o comando do MPLA preparou uma ofensiva para tomar definitivamente o Lobito.

Foi assim que numa nevoenta madrugada, as forças do MPLA desencadearam uma ofensiva generalizada para a tomada definitiva das terras do Lobito. Além da morteirada que devia cair a intervalos calculados no Terreiro do Pó (onde estava instalada a delegação da UNITA) e noutros pontos sob o controlo desta, um canhão instalado frente à gare do aeroporto do Lobito, começou o bombardeio do bairro do Compão. Eu assisti a todas as operações não só porque era eu quem devia pôr as tropas portuguesas ao corrente das operações que iriam ter lugar como também já não tinha sentido nem aceitação que eu continuasse como elemento neutro.

Jorge Valentim foi obrigado a recolher ao quartel português donde veio a escapar-se dias mais tarde e: as tropas da UNITA, desarmadas, ficaram entregues aos portugueses do quartel do Alto Liro.

O MPLA daí a dias era senhor único e absoluto da Província de Benguela e como o contingente militar português deixou definitivamente a província eu mandei arrear a bandeira portuguesa dos edifícios públicos e considerei que, a partir de 20 de Outubro de 1975 a Província de Benguela estava independente!.

E quando julgava que todos nós do MPLA, militares e não militares, iríamos fazer um curto espaço de espera para avaliarmos a situação e nos prepararmos para as contingências futuras, fiquei completamente desiludido quando percebi que a grande preocupação do momento era arranjar boas casas, lindas e luxuosas mobílias, “espadas” dos mais caros e, tudo isto, em nome da “vitória”, como espólio de guerra! Eu próprio

deixei de mandar no palácio e tive que assistir à euforia da vitória traduzida na atitude prepotente do vencedor!

Mas esta euforia não durou muito tempo pois daí a dias chegaram as notícias da invasão sul africana.

O COMBÓIO FANTASMA

Num dado momento das confrontações armadas a UNITA tinha-se assenhorado da cidade do Lobito, toda a circulação com Benguela estando sob seu controlo e a ponte rodoviária sobre o rio Catumbela estava fortemente vigiada.

Face a esta situação era urgente quebrar esta hegemonia que, a consolidar-se, acarretaria sérios problemas ao EME fazendo perigar a sua permanência na província.

O Cassange, o Monty e o Pepetela discutiram a situação entre si e alguns militantes e com o meu secretário Diogo.

Este, segundo versão sua, avançou uma ideia: como a ponte do caminho de ferro sobre o Catumbela não estava guardada, porque não organizar um combóio para entrar no Lobito?

Analisando os prós e os contras a ideia foi aceite (ouvi várias pessoas a reivindicar a autoria desta ideia, mas como o Diogo foi quem defendeu essa paternidade com mais calor e convicção, dou-lhe a primazia atribuindo-lhe essa paternidade).

Sem perda de tempo o Cassange pôs em marcha a ideia do Diogo: acordou um maquinista que dormia à beira da fogueira do guarda da estação do CFB de Benguela e logo encontraram ali uma locomotiva à qual engataram os vagões que acharam necessários.

Com voluntários e não voluntários, armados e municados o combóio partiu sob o comando do Pepetela já a noite ia adiantada.

Já perto da Catumbela o combóio apitou mais de três vezes para acordar a tempo algum dorminhoco que se tivesse aproveitado da calma da noite para curtir alguns excessos alcoólicos sobre a ponte. Mas quem estava a dormir a sono solto e avinhado eram os guardas da ponte rodoviária que acordaram espavoridos quando viram surgir do fundo da noite uma máquina fumegante vomitando fogo e balas, um combóio que tal como um fantasma seguiu caminho rasgando a escuridão até à entrada do Lobito onde estavam acantonadas as forças da Unita que só tardiamente se recompuseram da surpresa e começaram a ripostar contra o tiroteio que do combóio faziam os do MPLA.

Estes, em grande parte principiantes nas artes da autêntica guerra, respondiam a torto e a direito pondo em risco a vida dos próprios companheiros a tal ponto que o comandante Pepetela, contou-me ele, resolveu ordenar o recuo do combóio antes mesmo de ele chegar à estação da Restinga

Apesar de o sucesso não ter sido completo foi o suficiente para o MPLA recuperar posições importantes que lhe permitiram reinstalar-se no Lobito.

Este episódio ficou conhecido com o nome de “Combóio Fantasma” e foi um dos acontecimentos que atestam da ousadia e coragem dos militantes e amigos sinceros do EME sempre dispostos a arriscar a vida para o salvar.

Aliás, foi graças a toda uma série de episódios deste género em todo o país que o EME conseguiu vitórias decisivas quando tudo parecia estar perdido.

Vivi alguns desses momentos, já descritos atrás, mas vou relatar mais dois que confirmam que o EME não deve abandonar a estrela amarela que sempre o tem acompanhado.

Num deles, estavam as confrontações no auge, e as forças militares do MPLA eram muito reduzidas e quase sem munições. Esperava-se um reforço de Porto Amboim que tardava a chegar e de muito improvável sucesso porque o adversário ocupava as principais entradas.

Na delegação do MPLA do Lobito, junto ao obelisco, estavam concentrados o estado maior militar e político do EME e o governo da província (estava lá eu). A FNLA ocupava uma posição excelente no Alto Liro onde dispunha de um canhão (arma temida e rara naquela altura) que flagelava a nossa delegação, completamente à sua mercê; o comandante Madaleno já tinha perdido uma perna e acabou por morrer; a situação era desesperada e só com um golpe de audácia seria possível pôr o canhão fora de combate.

Sem alarde, com muita calma, sangue frio e espírito de sacrifício, um dos comandantes das FAPLA que quase não podia mover uma perna tal era a inflamação resultante de uma unha encravada, atravessou valas, subiu a montanha rastejando pelo calada da noite e aproximou-se o suficiente do canhão inimigo para o destruir à granada!

Tratava-se do Carlos Morais, o comandante Monty. (O escritor Pepetela descreve este episódio no seu livro “Yaka”, mas sem citar nomes).

Mas o acto heróico do Monty não resolvia por si só a situação em que nos encontrávamos se não aparecesse o tal reforço de Porto Amboim. Quando já desesperávamos, aparece-nos, vindo das profundezas da terra e da noite escura, um FAPLA magro e pálido com o reforço tão almejado! O nome de guerra desse FAPLA condizia com o seu aspecto magro e pálido pois era conhecido pelo Defunto

Este, soube mais tarde, era um dos irmãos Faceira, o Luís, que continuaram servindo nas FAPLA.

Mas o conflito agravara-se um pouco por toda a parte principalmente no Huambo, onde, depois da UNITA ter ficado senhora da situação os adeptos do MPLA tiveram que refugiar-se num campo guardado por tropas portuguesas.

A preparação, instalação e organização desse campo deveu-se à iniciativa, dinamismo e coragem do Dr. David Bernardino coadjuvado por militantes e adeptos do MPLA, entre os quais o eng. Agrónomo Fernando Marcelino.

Um dos que se refugiaram nesse campo foi o Ernesto Lara Filho de cuja estadia escreveu um diário. Da leitura desse diário ressalta a figura do David Bernardino que, a partir de então ficou sendo um alvo preferido das “forças negativas, regressivas, do ódio e da violência, do racismo, do tribalismo e da vingança cruel” como o afirmou o seu amigo eng. Barros Machado quando ele foi selvaticamente assassinado.

Em fins de Outubro chegaram a Benguela as notícias alarmantes da invasão do país, pela fronteira sul, pelo exército sul africano, aliado às forças da UNITA, FNLA e do ELP (Exército de Libertação de Portugal). As tropas sul africanas possuíam meios modernos que transformaram uma guerra com granadas e morteiros, comboios fantasmas e camiões em blindados transformados, numa guerra com armas velozes e mortíferas das mais sofisticadas.

Do Lubango chegam notícias alarmantes: o exército sul africano é moderno, bem equipado, com homens bem treinados. Num ápice chegaram e ocuparam o Lubango preparando-se para seguir rapidamente para o Norte.

Nos primeiros recontros no Lubango morreu o piloto aviador Eduardo de Azevedo e sua mulher, aquele piloto que em frágeis aviões conseguia bombardear o adversário “com bombas de granadas e copos feitas”!

Os mais temerários afoitaram-se a ir para sul “para ver como era” e morreram ou foram feitos prisioneiros pelos Carcamanos (assim eram alcunhados os sul africanos).

Entre os prisioneiros ficou o meu secretário Diogo, que por estar ferido ficou no Hospital do Lubango e entre os feridos deste hospital também ficou o meu ex aluno Carlos Mangas de Oliveira que acompanhava o Eduardo de Azevedo quando este foi morto.

Entretanto começaram a desembarcar em Benguela os primeiros contingentes de tropas cubanas, armadas e equipadas para ajudar os angolanos. E como a coordenação entre os comandos cubano e angolano não se fez nos devidos termos sucedeu que, enquanto os angolanos se propunham resistir a todo o custo, os cubanos conhecedores do poderio armado dos Carcamanos aconselharam a retirada que ficou sendo conhecida pelo "recuo".

Nas vésperas deste, alguns dos principais comandantes do MPLA- o Pepetela, o Sapo e o Madaleno - estavam no hospital de Benguela a curtir uma hepatite.

Às vinte horas do dia 3 de Novembro de 1975, o Estado Maior Angolano, onde estavam presentes os comandantes Monty, Xieta (ou Monstro Imortal, não me recordo) e Cassange ordenam ao governador da província, que os acompanhara em todos os momentos difíceis, que "devia recuar sem provocar alarmes e utilizando os próprios meios"!

O Cassange lançou-me um olhar que não percebi se era de estar admirado ou revoltado e eu fiquei tão perplexo e ofendido que decidi ficar.

Mas acabei por aceitar o conselho dos amigos que não concordavam comigo e me convenceram que era um sacrifício inútil se ficasse.

Assim, na manhã do dia 4 de Novembro eu e um grupo de amigos, todos armados, embarcámos no petroleiro "Petrangol", ancorado no Porto do Lobito, e o seu comandante, o Teles, foi obrigado a convencer-se de partir imediatamente.

Este petroleiro não atracou em Luanda porque foi desviado pelo meu grupo para S.Tomé.

Como publiquei um livrito onde fiz o relato deste desvio intitulado "Eu foi S. Tomé - Piratas do século XX", abstenho-me de o reproduzir aqui.

Assisti em S.Tomé, pela rádio, à cerimónia da independência de Angola e daí a dias, obedecendo às ordens do governo de Luanda, regressei a Angola.

O HASTEAR DA BANDEIRA DA ANGOLA INDEPENDENTE NA PROVÍNCIA DE BENGUELA

As FAPLA foram recuperando de forma segura e imparável as províncias ocupadas pelos invasores sul africanos e seus acólitos até que, no dia 10 de Fevereiro de 1976, a rádio anunciou, na voz inconfundível do comandante Juju, a recuperação de Benguela, para onde rumei a 13 de Fevereiro à testa da Comissão de Emergência que substituíra provisoriamente o comissariado Provincial

Nesse mesmo dia, 13 de Fevereiro, de manhã, presidi no palácio do Lobito ao hastear da primeira bandeira da República Popular de Angola. Estavam presentes muito poucos populares e o ministro "Minerva" que dirigiu algumas palavras aos circunstantes e muitos jornalistas nacionais e estrangeiros. Foi uma cerimónia simples e muito comovente porque para além do seu particular significado, muitos dos presentes não podiam esquecer os familiares e amigos que, poucos dias antes, tinham sido sumariamente fuzilados, assassinados, no local conhecido por "dez por cento". (Quando pouco depois visitámos este local, donde tinham sido retirados 153 corpos depois de terem estado expostos à torreia do sol durante vários dias, ainda eram bem visíveis as inúmeras e grandes manchas na terra deixadas pelo sangue e suor das vítimas).

Durante a cerimónia do hastear da bandeira, além do ministro Minerva tomaram a palavra outros oradores entre os quais uma jovem chamada Rosa que pretendeu, sem sucesso, valorizar os que tinham ficado em detrimento dos que tinham “recuado”, fugido.

No mesmo dia seguiu-se o hastear da bandeira no palácio de Benguela. A cerimónia atrasou-se porque o ministro Minerva estava discutindo acaloradamente com o jovem nitista Anastácio.

A província foi-me entregue pelo comandante cubano Cisso que comandara as forças que, com as FAPLA, recuperaram Benguela.

A Comissão de Emergência lançou-se ao trabalho com os quadros e estruturas anteriores.

Mas eu dificilmente podia governar o barco porque além de faltarem alguns meios tinha à perna dois adjuntos mais desejosos de mandar e aproveitar do que de aprender e ajudar, um deles com laivos de racismo primário que chegava ao ponto de receber as suas visitas no meu gabinete mesmo quando eu estava presente.

As crianças das escolas que anteriormente passavam com as suas batas brancas e ao ver-me faziam o “V” da vitória e diziam “viva o MPLA”, agora quando passavam diziam “abaixo, abaixo” e faziam o respectivo gesto. O ambiente era de tal ordem que eu não dormia no palácio, nem revelava onde pernoitava. E tinha razão porque, por duas vezes, de madrugada, fui procurado por grupos armados que se diziam cubanos ignorando que a chefia cubana colaborava comigo a cada instante.

Uma tarde, ao chegar ao palácio do Lobito onde dava audiências, logo que cheguei o empregado um tanto enervado disse-me que toda a mobília e máquina de escrever do meu gabinete tinham sido roubados...pelas FAPLA! Não acreditei, mas era verdade. O comandante das FAPLA do Lobito, entrou no palácio, apoderou-se das mobílias e máquina e não deu cavaco a ninguém.

Logo o procurei e na presença do comissário político Cadete, sorridente e irónico, prometeu-me, sem uma desculpa, devolver-me tudo imediatamente...até hoje! Se eu revelasse agora o seu nome ninguém me acreditaria, nem ele, que ocupa um posto proeminente no GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional).

Nessa altura, numa tarde em que entrei no primeiro andar de um hotel do Lobito onde funcionava o bar, encontrei um ambiente muito tenso em que um polícia e um FAPLA ameaçavam dar umas bofetadas (ou já tinham dado) a um rapaz branco, o Fragão. Este, ao ver-me, pediu a minha protecção e quando me chamou governador o polícia replicou em voz bem alta: “não há governadores nem comissários brancos”!.

Como era meu hábito, eu não tinha guarda costas nem arma. Senti-me impotente, recomendei calma, fiz das tripas coração e tomei uma bebida e dispunha-me a sair quando fui ladeado pelo polícia e pelo militar que começaram a descer as escadas comigo e, de repente, um deles deu-me um valente cachação...e compreendi que queriam levar-me com eles. Já na rua, passou um jipão repleto de militares que se aperceberam de que havia qualquer coisa de pouco normal e perguntaram: “senhor governador há problemas?”.

Logo desceram do jipão, rodearam os meus acólitos com quem falaram e disseram-me: “senhor governador, pode seguir sem receio!”.

Quando entrei para o meu carro, o tal militar (que deve ter sido o autor do cachação) pediu-me boleia.

Como ele não estivesse armado e quisesse identificá-lo acedi. Quando lhe perguntei o nome, respondeu-me: “sou o Che Guevara Negro!”

Foi nesta atmosfera carregada de ameaças e de imprevistos que tive que acolher no palácio a célebre cantora Miriam Makeba e as lindas moças guineenses do não menos célebre “ballet” de Modibo Keita.

Graças ao dinamismo e camaradagem das senhoras da OMA (Organização da Mulher Angolana) foi possível organizar uma recepção digna do anfitrião e dos convidados durante o qual até dei uns passos com a célebre Makeba – a que chamei a “dança do cisne” porque no dia seguinte deixava a pasta de governador – sob o olhar furioso do chefe da comitiva, um guineense que disse a quem quis ouvi-lo que na sua terra não havia governadores brancos nem mulatos. (pouco depois mandou-me pedir duas garrafas de whisky...mas levou sopa!).

No dia seguinte chegou o meu substituto, “o autêntico filho do povo”, Gungo Arão que vinha acompanhado do ministro Nito Alves.

Quando deixei definitivamente o palácio de Benguela apeteceu-me correr todo nu como o Arquimedes e gritar:

Eureka! Eureka!

Com efeito, para mim, foi uma autêntica vitória ter saído são e salvo das lides governativas!

CAPÍTULO IX

No comando dos estaleiros navais do Lobito

Logo que deixei o governo da província desloquei-me a Luanda para ultimar as démarches para ser nomeado director da “Sorefame de Angola”, estaleiro de construção e de reparação naval sediado no Lobito.

Durante a minha estadia em Luanda, numa manhã, fui visitar o meu amigo Manuel Pires Guerra, gerente da “Sifal” do Lobito, cujos escritórios estavam situados no primeiro andar daquele grande prédio de azulejos azuis, à entrada do largo da Mutamba, para quem vem da parte alta da cidade.

Dias antes, o Pires Guerra tinha sido assaltado naquele mesmo escritório e tinha ficado bastante magoado nas costas e no peito com os maus tratos infligidos pelos assaltantes.

Quando bati à porta entreaberta, o Pires Guerra com voz insegura mandou-me entrar. Entrei e, quando comecei a estranhar a escuridão e o silêncio que se seguiu, ouvi uma voz e vi uma pistola apontada para mim que disse: “senta-te naquela cadeira e não te faças fino”.

Sentei-me ao lado do Pires Guerra num divã baixo igual ao dele, frente a duas secretárias ocupadas por dois negros ameaçadores empunhando cada um a sua pistola.

Logo nos amordaçaram, a mim e ao meu amigo, e ataram-nos com cordéis as mãos atrás das costas. Arrancaram os fios do telefone, e, enquanto assim procediam perguntavam ao Pires Guerra onde estava o dinheiro e chamavam-lhe reaccionário.

Em dado momento percebi que os bandidos, por qualquer razão, alarmaram-se e preparavam-se para fugir. Antes de fugir, um deles colocou a pistola junto ao lado esquerdo do ventre do Pires Guerra de modo a atingir também a mim e disparou. Pelo canto do olho pude ver imediatamente o sangue jorrar por um ferimento do lado direito do seu ventre e compreendi que eu não fora atingido.

Seguiu-se um grande silêncio durante o qual o Pires Guerra caiu para a frente e estatelou-se no solo com poucos sinais de vida.

O jovem empregado que assistiu a tudo, desapareceu.

Consegui desamarrar-me e, ainda amordaçado, consegui entrar na butique ao lado onde o empregado, quando me viu, ia fugir se eu não o tivesse impedido

Poucas horas depois, ao entrar no hospital, o meu amigo Pires Guerra deixava-nos para todo o sempre.

Isto aconteceu no dia em que começou o histórico julgamento dos mercenários.

Logo depois, em meados de 1976, fui credenciado para exercer as funções de director da “Sorefame de Angola”, hoje “Estalnavé”.

Enquanto fui governador tive, como já referi, muitos contactos com operários da empresa que colaboraram na adaptação de dois camiões em carros blindados, percursos dos carros blindados que apareceram depois vindos das estepes da União Soviética e das chanas da África do Sul.

Ali me mantive de 1976 a 1983, e ali vivi acontecimentos que merecem ser registados.

Em 1976, a política apontada para o socialismo dominava as preocupações dos intelectuais e operários angolanos, uns e outros ansiosos por se libertarem das sequelas do colonialismo e implantarem o socialismo libertador. Na “Sorefame” vivia-se intensamente este ambiente de renovação, onde labutavam cerca de quatrocentos operários qualificados, dos quais só quatro dezenas pertenciam ao comité do partido no lugar de trabalho, e ainda mais cinco dezenas de trabalhadores eventuais.

Eu, embora mais cauteloso, também comungava na euforia do socialismo libertador do momento e procurava dar-lhe um impulso importante. Por isso, mesmo antes de ter sido obrigatório incluir operários no Conselho de Direcção (C.D.) da empresa, já eu tinha formado um C.D. onde figuravam operários das secções mais importantes. E mais, a presidência das reuniões e seu secretariado eram rotativas para permitir aos menos experientes ou menos letrados aprender a dirigir uma reunião e fazer a respectiva acta sem excessos de palavreado e de referências inúteis.

Mas estes aprendizes do socialismo, como todos os principiantes nesta matéria, sofriam do que Lénine denominava “infantilismo, ou doença infantil do comunismo” e logo na primeira reunião quiseram “sanear”, isto é pôr na rua o único contabilista português, o Marques, que tinha sobrado da direcção colonialista, o único homem que conhecia os meandros da complexa contabilidade de uma empresa de construção e reparação naval, o único homem que conhecia as artimanhas daquela direcção. Tive que usar de uma prudente mas autoritária argumentação para evitar o despedimento de tão valioso elemento.

Trabalhando lado a lado com este contabilista português estava um jovem angolano que se aplicava afincadamente para conhecer os segredos da gestão económica e financeira de um estaleiro e que, logo que se sentiu seguro na matéria, utilizou toda a sua matreirice para se libertar da minha pessoa e ocupar o meu lugar.

Eu deixei-me manobrar pensando que o ambicioso tivesse um pouco de sensibilidade para compreender que eu agia para facilitar a sua ascensão e não por estupidez ou burrice. Mas a sua desmedida ambição levou-o a transgredir todas as leis da lealdade e da gratidão a tal ponto que, por razões inconfessáveis, abandonou o país.

Depois de eu ter consentido – digo bem consentido pois o contabilista Marques já tinha tentado sair do país sem o meu consentimento e foi impedido de o fazer porque eu telegrafei ao camarada Petrof, ministro do interior, cujos subordinados apanharam o Marques já ele tinha o rabinho sentado no avião – que o contabilista luso saísse do país, a direcção do estaleiro ficou completamente nas mãos dos angolanos cada vez mais conscientes das suas reais capacidades e das insuficiências que era necessário colmatar recorrendo à cooperação estrangeira.

Para contratar essa cooperação desloquei-me a Lisboa e quando estava cumprindo os últimos trâmites para a vinda dos cooperantes portugueses, fui surpreendido por uma decisão superior, tomada sem prévio aviso ou consulta: a contratação de trinta técnicos superiores e operários especializados em reparação e construção naval, todos soviéticos, para dirigirem o estaleiro.

Estas três dezenas de soviéticos, secundadas por três interpretes caíram no estaleiro dispostos a comandar e mandar como senhores únicos e capazes de “ajudar” os angolanos “ignorantes e analfabetos” que tanto precisavam da sua “generosa ajuda”.

Obedecendo às directivas superiores de colaborar com os que tanto nos tinham ajudado nos momentos mais críticos, não me pareceu necessário obedecer cegamente aos “tovaritches”. Por isso – e correndo o risco de ser apodado de anti-soviético - resolvi manter as rédeas do comando do estaleiro nas minhas mãos, ficando o grupo soviético com relativa autonomia para dirigir a reparação naval, sobretudo da frota de guerra e pesqueira que na altura eram dominadas por barcos de construção soviética.

Apesar deste grupo trazer consigo um económico financeiro muito competente, este não ficou em lugar de chefia mas sim como acessor do jovem angolano de que falei atrás.

Este economista soviético era muito competente e estava sempre ao dispor para transmitir os seus conhecimentos, fugindo muitas vezes da disciplina e das normas rígidas impostas ao seu grupo. O jovem angolano aprendeu muito com ele, mas não lhe foi possível completar o seu saber porque o soviético lembrou-se de fazer lindos olhos a uma senhora portuguesa, casada, que se queixou ao Ivan, o chefe do grupo, que o despachou para a pátria do Lénine sem mais contemplanções.

Estavam as relações de trabalho quase normalizadas com os colaboradores soviéticos quando a “Lisnave” se propôs colaborar na recuperação dos estaleiros de toda a costa angolana. É então que a “Lisnave” e “Navelink” apresentaram um plano director para a reparação e construção de estaleiros navais ao longo de toda a costa angolana. Este plano foi elaborado pelos melhores especialistas portugueses que se deslocaram a Luanda para o apresentar.

Apesar de aprovado pelo ministério da indústria à frente do qual estava o Bento Ribeiro (Cabulo) este plano nunca foi aplicado, restando dele unicamente os elos que desde então se estabeleceram entre a “Lisnave” e a “Sorefame de Angola” que deram origem à “Estalnavé”.

Depois de estabelecidas estas relações, eu era, para os fogosos jovens que estavam à frente dos destinos da indústria angolana, um empecilho que emperrava a sua ânsia de mandar e ver a indústria naval progredir com rapidez e eficácia pois não se sentiam com a coragem bastante para dar ordens a um veterano do meu calibre. Por isso, conscientemente ou não, tudo foi encaminhado para eu deixar a empresa.

Um dos homens que mais contribuiu para esse afastamento foi o meu adjunto que soube manobrar nos órgãos do partido para que eu alcançasse posições cimeiras. Graças a um currículo rico em habilitações académicas e aventurosas situações relacionadas com o nacionalismo angolano, o meu adjunto tinha argumentos convincentes para me fazer ascender aos lugares primeiros nas votações do partido. É interessante mencionar que só comecei a descer nessas votações quando um militante que tinha um currículo que se limitava à data de nascimento e fracas habilitações literárias propôs que os currículos não excedessem mais de dez linhas...proposta esta que foi aceite!.

Mas antes disto, nas eleições do Comité Provincial do Partido, em 1982 ou 83, eu fiquei em primeiro lugar e, em consequência, os coordenadores da conferência, camaradas Mambo Café e Kundy Payama não hesitaram e colocaram-me no departamento económico financeiro da comissão executiva do Comité Provincial do Partido.

Assim deixei, com aparente sucesso, a direcção da “Sorefame de Angola” para ocupar um lugar importante no Partido e logo choveram conselhos e propostas para eu deixar a minha casa do Lobito à beira mar plantada e cortar a minha dependência económica (salário) com a “Sorefame”, conselhos e propostas que eu recusei para contrariar os oportunistas e os amigos duvidosos.

Ainda a propósito da minha presença no estaleiro devo referir que, apesar da fuga dos principais quadros portugueses, a empresa possuía quadros médios administrativos e operários qualificados angolanos à altura de aguentar o barco com a ainda boa reserva de matérias primas, equipamentos e acessórios que tinham escapado do saque a quando da fuga dos bacalhoeiros. Assim foi possível melhorar as condições sociais dos trabalhadores criando um refeitório, uma cooperativa de consumo, um grupo desportivo com destaque no futebol, um posto médico capaz de atender operários e

famílias e uma escola de formação donde saíram operários competentes para várias empresas do província, tudo isto com a ajuda de alguns operários membros do partido, entre eles o Paulo Caterça e o Pélé.

Devo revelar, sem intuítos de auto propaganda que tudo isto foi conseguido com montanhas de paciência para aturar os oportunistas de toda a hora, desde os políticos ambiciosos aos funcionários calculistas, não falando dos que se arvoraram em defensores do MPLA que viam espões por todo o lado aos quais se juntavam os agentes da polícia secreta do governo, quase todos eles incompetentes mas prepotentes, exigentes e ameaçadores

Do meu tempo no estaleiro ainda me lembro dos factos que a seguir descrevo.

O camarada Docui de Castro, que trabalhara como operário na “Sorefame”, era na altura comissário provincial interino. O que se dizia meu amigo Docui de Castro na véspera de deixar Benguela, pois já tinha sido nomeado comissário de Kuanza Sul, talvez com saudades dos tempos do fato macaco, lembrou-se de visitar a empresa na qualidade de comissário e apareceu nesta, antes das sete horas, cercado pelos delegados provinciais.

Chegou ao portão um pouco antes das sete, entrou, não perguntou por mim, mandou encerrar o portão às sete e cinco e marcar faltas aos trabalhadores não presentes.

Eu, que passara a noite na empresa em serviço da Defesa Popular, fui informado da presença do comissário por um operário a quem o comissário tinha querido – sem o conseguir, porque se tratava de um operário dos mais refilões – impedir de picar o cartão por ter chegado três minutos depois das sete.

Disse ao operário que não dissesse à comitiva do grande chefe que eu estava no estaleiro e quando o Docui apareceu no meu escritório deve ter perdido várias coroas quando me viu. Ele vinha acompanhado por todos os delegados e logo me disse que íamos fazer uma reunião. Sentámo-nos e antes que começássemos tomei logo a palavra e disse que tinha que fazer uma severa crítica ao camarada Docui de Castro por ter entrado na empresa, ter-se arvorado em mandão sem sequer perguntar por mim e até ter impedido a entrada de trabalhadores que tinham 10 minutos de tolerância, etc., etc.

Ele, como bom militante que julgava ser, engoliu em seco, aceitou a crítica e fez a respectiva autocrítica perante o olhar gozão dos outros membros do governo, a quem deu várias ordens relacionadas com a empresa que ele não podia verificar porque no dia seguinte deixava a província. E eu não precisava nada de tais ordens porque quem tinha as rédeas da economia da província nas mãos eram a Banca, chefiada pelo meu amigo Dionísio Mendonça e as Finanças à guarda do não menos amigo Reis Esteves.

Muito mais tarde encontrei o Docui que, sem que eu tivesse falado do assunto, disse-me: “sabes, aquelas makas entre nós eram contradições de classe”(!!!) Quando isso sucedeu eu ainda era um zé ninguém e ele já era um embaixador plenipotenciário num país europeu.

Lembro-me também dos momentos vividos durante a reparação da doca.

Na altura, a nossa doca flutuante tinha 110 metros de comprimento por 24 de largura que podia suportar navios até 1.500 toneladas. Como ela necessitasse de uma reparação urgente, que em princípio não se podia fazer localmente, entusiasmei os técnicos da empresa para fazerem um estudo sobre a possibilidade de repararmos a doca no próprio estaleiro.

Com grande entusiasmo todos se lançaram ao trabalho e os técnicos chegaram à conclusão de que era possível alar a doca. Entre os técnicos estava o Américo Silva, homem muito meticoloso, por vezes demasiado, que também deu o seu aval para a operação.

Mas quando perguntei quem tomava a responsabilidade, os técnicos calaram-se... fizeram-me um manguito. Tinha que ser eu a tomar a grande decisão. Então perguntei-lhes qual era a probabilidade de êxito e eles responderam-me que era de 70 a 75%.

Arrisquei e fomos para a frente.

Durante a alagem da doca rebentou um cabo com cerca de duas polegadas de diâmetro que só por milagre não colheu nenhum de nós. Se isso tivesse acontecido teria sido morte certa para quem tivesse sido apanhado pela chicotada de um cabo de aço de tal calibre!.

Quando isso aconteceu tive que subir ao meu gabinete para arranjar mais coragem com uma boa dose de combustível escocês.

A operação de alagem durou cerca de dez horas, findas as quais era bem visível o cansaço, a alegria e o orgulho dos operários angolanos, tal como o Pélé, nacionalista ferrenho e antigo às de futebol, o seu irmão Pulo Caterça, o Graça, o ex-militante da FUA do Falcão, António Sales e o “capitão” da alagem, Paulino, que só trabalhava bem quando tinha um grão muito grande na asa. Os poucos operários portugueses que ainda restavam estavam todos eufóricos, o Coelho, o Bragança, o Manuel Luís, o polivalente António de Sousa e, claro, o Américo Silva.

Esta alagem da doca teve repercussões tais que o ministro das finanças e perito soldador Saily Mingas deslocou-se ao Lobito para ver a doca que “nós tínhamos tirado do fundo do mar”. Quando apareceu na empresa não me deixou falar e perguntou-me: “como é que vocês arranjam meios e dinheiro para arrancar a célebre doca afundada no fundo da baía ?”

“Não é essa...e expliquei-lhe. E o Mingas saudou efusivamente os nossos trabalhadores e foi nessa altura que revelou já ter sido um perito em soldadura.

Passados alguns anos, já eu não estava na empresa, a mesma doca foi levada para Luanda para idêntica reparação. Hoje jaz ferrugenta e envergonhada ao lado da doca de dez mil toneladas que a substituiu.

Outro acontecimento que ficou na memória dos trabalhadores de então, foi o lançamento à água do navio de pesca “Calunga”, cuja construção começara no tempo colonial e foi acabado com a colaboração dos cooperantes soviéticos.

Assistiram à cerimónia o presidente da República Popular de Angola, António Agostinho Neto e sua mulher Maria Eugénia que desceram dum helicóptero que poisou frente ao portão da empresa.

Na cerimónia de lançamento, em vez do clássico champanhe utilizou-se o vinho de ananás da “Sifal” do Lourenço Pires que eu baptizei como sendo “o suor fruto do internacionalismo proletário, do esforço dos trabalhadores angolanos, soviéticos e portugueses”.

Foi uma cerimónia bonita e empolgante que só não terminou com o troar de um grande “hurrah” de todos os operários porque um deles o Paulo Caterça, não quis obedecer ao sinal combinado comigo.

O Presidente Neto ficou visivelmente satisfeito com a cerimónia.

Pouco depois de sair do estaleiro fui à União Soviética convidado pelo meu ex-adjunto Júlio César. Em pleno Inverno visitei estaleiros no sul e no norte da URSS entre os quais o de Taline.

Todos os planos e projectos então estabelecidos com os soviéticos ficaram em águas de bacalhau com a implementação da Peristroika, já em curso, que acabou por dismantelar os sonhos de Lénine.

NOS ORGANISMOS POLÍTICOS **da** **PROVÍNCIA de BENGUELA**

Em 1981, fui eleito pelas estruturas do EME, deputado da Assembleia Popular da Província de Benguela.

Quando os emissários de Luanda expuseram os mecanismos que deviam reger esta assembleia salientaram que os deputados tinham que, periodicamente “prestar contas”.

Como naquela altura a maior parte das empresas estatais não prestavam as suas contas por falta de contabilistas, eu, com a intenção de dizer uma gracinha, declarei que os futuros deputados não podiam prestar contas pois que eram raros os contabilistas que os pudessem ajudar e como a minha gracinha não foi compreendida, passei por “burro” e tive que ouvir uma exaustiva explicação do que era isso de “prestação de contas” dos deputados.

Estes não eram remunerados e eram obrigados a fazer o controlo periódico das empresas ou organismos que lhes eram distribuídos, os quais atendiam muito a contragosto as investidas dos controladores, muitos dos quais não tinham a necessária preparação para bem cumprir a sua missão.

No entanto devo dizer que esta metodologia poderia ter tido resultados úteis se as conclusões tiradas dos seus relatórios tivessem eco na Assembleia do Povo, o que era raríssimo acontecer: porque, depois de longas e proveitosas discussões nas Provinciais, as suas conclusões ou ficavam nos arquivos desta ou nas gavetas da Assembleia do Povo.

Apesar de tudo, os deputados das Provinciais, ao longo de mais de uma década, deram o melhor de si e adquiriram uma experiência que seria de aproveitar na Assembleia Nacional nascida na II República, isto é, eleita depois de instaurada a democracia no país.

Mas isso não aconteceu porque, dos antigos, poucos foram os “escolhidos” para a Assembleia da Segunda República: é que depois de instaurada a democracia no país, a democracia no seio do MPLA, pelo menos na província de Benguela, passou a ser “mais rigorosa” de tal modo que o “centralismo democrático” não elegeu muitos dos que o mereciam. Soube-se mais tarde a razão deste “rigor”: é que os deputados da Segunda República iam receber chorudos vencimentos e usufruir de regalias, muitas das quais eles próprios deviam rejeitar face à situação de miséria da grande maioria do povo angolano.

Quando em 1983 tomei posse na Comissão Executiva do Comité Provincial, tinha que me deslocar diariamente para Benguela na minha “carocha” VW, até que por fim me foi distribuída uma velha carrinha “Nissan” que saltava tanto que eu, para a lastrar devidamente, dava boleias até conseguir uma estabilidade mais confortável o que contribuiu para que a minha fama de “gajo porreiro” crescesse no seio das massas menos abastadas.

Um belo dia, no final de uma reunião da Comissão Executiva, foi-me comunicado que deveria comparecer no dia seguinte...com o estojo da barba e escova dos dentes (isto fez-me lembrar o agente Sabino da PIDE que quando me prendeu em

1961, em vez de me dar ordem de prisão disse-me para levar comigo o “estojo da barba e a escova dos dentes!).

Quando me apresentei no dia seguinte, fiquei sabendo que o camarada comissário Kundy Payama tinha tomado uma decisão muito a seu gosto: os membros do governo e da direcção do partido iam todos para o interior, Ganda e Cubal, para aí avaliar das condições locais e aí mesmo tomar as necessárias decisões.

Como não podia recusar-me a acompanhar tão temerária excursão, fiz das tripas coração, e preparei-me psicologicamente para ser um dos heróis da fita.

Tardámos a partir tal era a falta de organização!.

Para reorganizar a nossa comitiva de perto de uma dezena e meia de carros e cinquenta ODPs (homens da organização de defesa popular) parámos numa das colinas do Uche, a cerca de dez quilómetros de Benguela. Aí, o presidente da Comissão Executiva, Paulino dos Santos (o camarada Kundy Payama não ia na nossa comitiva; andava numa coluna militar da SWAPO que passava velozmente por nós com alegres adeuses sem compaixão alguma para com a minha evidente fragilidade) chamou os odêpês para lhes mostrar os membros da comissão executiva que eles deviam proteger e defender em caso de ataque do inimigo. Os nossos guarda costas eram jovens que pareciam estar mais aflitos do que decididos a defender-nos, muito menos a mim que era um branco velho que eles estranhavam ver ali.

O camarada Manuel Cabinda era o coordenador da comitiva que na falta de rádios, para manter as comunicações na coluna, de cerca de um quilómetro ou mais de extensão, tinha que correr dum lado para o outro num jipe cambaio.

Ali estivemos mais de uma hora sujeitos a uma eventual flagelação do inimigo que, a ter-se dado, teria tido a oportunidade de apanhar praticamente indefesos, todos juntinhos, os responsáveis do governo e do partido.

Se escapámos sãos e salvos desta temerária excursão, o mesmo não sucedeu, meses mais tarde, a uma caravana do governo comandada pelo governador adjunto Dakaiassunda que foi aprisionado e na qual morreram alguns membros do governo e ficou ferido o camarada Alfredo Pita Grós que escapou porque o tiro de misericórdia não o atingiu por milagre ou deliberada intenção do carrasco.

No período em que pertenci aos órgãos partidários da província, foram muitos os desgostos por que passámos, além dos atrás referidos: a barragem do Lumaum que fornecia energia ao Huambo e Benguela foi dinamitada; a fábrica de celulose do Alto Catumbela sofreu a mesma sorte; e era frequente a sabotagem dos postes de transporte de energia da barragem do Biópio.

E quando eu já passara da Comissão Executiva para 1º secretário da Assembleia Popular, fomos todos abalados por um incomensurável desgosto: 63 homens pujantes e jovens, 63 quadros civis morreram afogados nas praias do mar Atlântico da baía de S. António quando executavam o exercício final dos comandos da defesa civil!.

Nunca percebi porquê, mas isso aconteceu várias vezes, alguns cotas (membros influentes do governo e do partido) que me indigitaram para cargos importantes porque, segundo eles, eu tinha uma experiência e saber que deviam ser ouvidos e acatados, acabaram por contrariar as minhas opiniões, comprazendo-se mesmo em fazê-lo de maneira acintosa.

A este propósito recordo-me de dois casos que vou relatar.

Num período em que a xenofobia era particularmente activa e dirigida contra os portugueses, os cooperantes portugueses residentes, isto é, os que ficaram depois da independência, não escaparam. Embora se tratasse de um grupo de cooperantes bastante idoso, eram profissionalmente competentes, usufruíam de um salário muito inferior ao salário dos cooperantes recentes, e só transferiam 50% desse salário e tinham

alojamento e transporte próprios. Embora privilegiados em relação aos trabalhadores angolanos, os encargos governamentais eram muito inferiores os dos cooperantes nova vaga. Além disso, muitos deles tinham ficado por terem laços familiares com angolanos e serem simpatizantes do MPLA e terem mesmo pegado em armas.

Como eu era responsável do departamento a quem competia este assunto, apresentei uma proposta à C.E. em que salientava os argumentos atrás referidos para contrariar a tese dos nacionalistas fanáticos que queriam reduzir os salários dos residentes ao nível dos salários dos angolanos com direito a uma pequena transferência de 10% do salário.

Como todos os membros da C.E. sabiam que o presidente da mesma, camarada Kundy Payama, era um dos ferozes nacionalistas que não me apoiavam, não se atreveram a contrariá-lo e a minha proposta foi simplesmente rejeitada.

Em consequência os mais válidos cooperantes residentes abalaram e, alguns deles acabaram por voltar com muito bons vencimentos em divisas e regalias que nunca tinham sonhado alcançar.

Outra derrota sofrida pela minha apregoada experiência e sabedoria passou-se na APP com o caso da açucareira.

Naquela altura a cooperação cubana não podia ser criticada sem se correr o risco de ser acusado de contra revolucionário e no sector da produção açucareira a presença cubana era numerosa, as açucareiras da Catumbela e do Dombe Grande estando já invadidas pelos companheiros de Fidel de Castro sem melhorias visíveis.

Na qualidade de deputado à APP e porque o angolano director destas açucareiras estava sendo apodado de pequeno burguês e mau gestor porque não comungava com os fanáticos do internacionalismo proletário, fiz um trabalho em que demonstrava por a+b, a quem soubesse ler, que os companheiros cubanos não tinham interesse algum em fazer prosperar as nossas açucareiras porque isso só os viria a prejudicar pois, além de serem dos maiores produtores mundiais de açúcar de cana, eram os principais fornecedores de Angola de quem recebiam muitos dólares americanos que faziam muito jeito a um país obrigado a fornecer a baixo preço toda a sua produção à protectora União Soviética.

O meu trabalho não teve apoio nem eco e o engenheiro Victor Ribeiro, director das referidas açucareiras, viu-se coagido a deixar o país para não estar à mercê dos vexames a que o sujeitavam os fanáticos e os oportunistas defensores do internacionalismo proletário.

Enquanto pertenci à C.E. era também membro do governo e quando deixei aquele lugar o camarada Payama, apesar de me ter criticado injusta e publicamente, entendeu conservar-me no governo, o que lhe era permitido por eu ser deputado.

O camarada Kundy Payama é sem dúvida um homem e um político capaz mas que, por vezes tomava atitudes irreflectidas que molestavam os atingidos que só não se ofendiam por conhecerem as suas honestas intenções e excessos de linguagem.

Foi durante o seu reinado como comissário provincial que se deram os factos atrás referidos: sabotagens do Lumaum e da Celulose, dos postes de energia e acidente dos comandos. Se não me engano foi também durante o seu reinado que, em 1981, aconteceu outra grande sabotagem que causou pânico na população do Lobito: o incêndio dos depósitos de combustível situados na baía do Lobito.

Às tantas da noite a cidade foi sacudida por explosões sucessivas e grandes clarões que logo se percebeu virem dos depósitos de combustível da baía, na Caponte. Os residentes deste Bairro não perderam tempo e abandonaram as suas casas e o mesmo fizeram os habitantes de outros bairros. Os residentes na ponta da Restinga, temendo que a baía se tornasse num inferno de chamas, também se preparavam para se meterem em viaturas fugindo aos incêndios prováveis. Fui eu e outros residentes que os

convencemos a ficarem onde estavam porque era mais fácil, em caso de necessidade, fugir de barco da Restinga do que enfrentar o braseiro e a confusão na Caponte.

Os barcos ancorados no porto levantaram ferro e afastaram-se do fogo. Entre estes barcos estava um, muito alto e todo negro de cerca de quinze mil toneladas, mineraleiro japonês que aportou ao Lobito julgando ou fingindo julgar que ainda havia no porto o minério de Katanga ou o ferro de Kassinga. Com uma tripulação de várias origens, quase toda asiática, era o barco ideal para transportar sabotadores. Estou convencido que os peritos sabotadores que actuaram nessa noite vieram e foram nesse mineraleiro que não encontrou o minério que procurava.

As sabotagens das principais fontes produtoras de energia eléctrica causaram prejuízos incalculáveis e obrigaram a despesas enormes na compra de geradores.

A partir daí toda a produção foi afectada. Mas nessa altura, a nossa moeda, o kwanza, era uma moeda forte e não queria conversas com o FMI; havia lojas especiais para dirigentes e para o partido, lojas muito bem recheadas e a preços acessíveis, enquanto as lojas do povo estavam sujeitas a racionamento embora bem fornecidas. A cerveja era rara e com a venda na candonga de duas caixas de cerveja, conseguia-se comprar um bilhete avião, ida e volta, para o Puto; os aviões para o estrangeiro iam cheios de angolanos carregados de dólares que se pavoneavam alegremente pelas capitais da estranja; os cooperantes, nas férias, permitiam-se comprar bilhetes para dar a volta ao mundo, tão irrisório era o custo das passagens em divisas. Era o tempo das vacas gordas em que não proliferavam comerciantes de bubu e turbante, libaneses, senegaleses, zairenses e indianos, nem nasciam a toda a hora e em cada canto uma seita religiosa ou uma organização humanitária, uma ONG verbosa e bem vestida disposta a “sacrificar-se” pelos meninos de rua e da rua. Era o tempo em que os ministros eram escolhidos pela sua participação na luta e dedicação ao partido, não importando formação e competência; era o tempo em que o MPLA mandava e a polícias política e económica abusavam; era o tempo em que os países que tinham ajudado o EME na luta de libertação procuravam compensações com uma cooperação muitas vezes incompetente que semeava brinjelas às toneladas onde houvera boa banana para exportação.

Com as sabotagens, incompetência e ganância de uns tantos a situação económica degradou-se de tal maneira que o kwanza passou a chamar-se sucessivamente “novo Kwanza” e “kwanza reajustado” e passou a valer cem mil vezes menos que o kwanza original, suponho eu, porque a partir de então as contas com zeros só se podem fazer com máquinas electrónicas altamente sofisticadas!. Era um tempo em que um camarada que fosse esforçado, dedicado e ambicioso podia ascender a lugares de comando e fazer o que bem entendia dada a incompetência, espirito de deixa andar e oportunismo dos colaboradores

Foi neste quadro desolador que eu voltei ao Huambo para repousar e reflectir.

CAPÍTULO X

Angola no coração

Pouco depois da assinatura dos acordos sobre a retirada das tropas sul africanas e cubanas em 22 de Dezembro de 1988, estive de novo no Huambo e, como era hábito, alojei-me na casa do meu sobrinho David.

Este não conseguia esconder as preocupações que o dominavam, embora fizesse um esforço evidente para manter a jovialidade e o dinamismo que o caracterizavam. E tinha boas razões para isso, porque para além dos factores políticos que não auguravam uma paz estável para breve, assistia-se a uma degradação galopante da situação sócio económica da região.

No seu Centro de saúde de Cacilhas – para mim um barómetro dos mais eficazes para avaliar a situação do momento – podia sentir-se essa galopante degradação.

As crianças do bairro eram uma amostra evidente das precárias condições em que se vivia com os seus ventres salientes e luzidios assentes em magras e frágeis pernas vacilantes; as que eram atendidas no centro mostravam uma comovente gratidão ao doutor David, não por gestos ou palavras, mas através daqueles grandes olhos alvinegros onde despontava uma fugidia centelha de alegria mesclada de incontida incerteza.

O David não poupava esforços para conseguir manter o seu Centro com o mínimo indispensável e, para tanto, recorria aos amigos e às organizações internacionais como a OMS e outras.

Naquele momento era evidente que mal conseguia o indispensável, o que o obrigava a reduzir a refeição matinal a que habituara a criançada do Centro.

O ambiente no Huambo tinha-se tornado sombrio, de espessa e evidente desconfiança e as ervas daninhas e o capim tinham ocupado as terras onde medrara o milho, a batata, o tomate, as frutas, as terras onde crescera o pasto para as vacas leiteiras.

Era confrangedor o abandono em que se encontravam as lavras e searas das que tinham sido as rainhas do milho e da batata – a Caála e Vila Flor – as lavras, searas e terrenos onde crescera o feijão, a couve, o tomate e frondosas árvores de fruto estavam secos, exibindo esqueléticos arbustos e amostras de árvores; os verdejantes pastos do Kussava onde não há muito tempo se viam vistosas e corpulentas vacas ostentando orgulhosamente as suas ubérrimas tetas, estavam desertos dando pasto a raras cabras e cabritos.

Era triste e desconsolador contemplar esta decadência que se repetia por ali fora –Vila Nova, Bela Vista, Sambo e Bailundo – e demais arredores da cidade do Huambo.

Eu andei observando tudo isto usando de toda a minha coragem para acompanhar o David nalgumas das suas frequentes digressões pela região. Ele que já escapara milagrosamente de uma mina que fez accionar mas não explodiu, arriscava-se por estradas e caminhos como no antigamente.

Quando eu estava no Huambo procurava sempre o velho amigo Ernesto Lara que, apesar de octogenário e carregado de desgostos, conservava uma memória e lucidez excelentes.

Quando estávamos juntos, invariavelmente, acabávamos por fazer um balanço dos tempos idos e presentes. O velho Lara não poupava as suas severas críticas tanto aos adversários como aos amigos, usando da ironia, do azedume e da tristeza que cada caso ou pessoa mereciam; e não escondia a sua incomensurável tristeza face à situação a que se chegara.

Numa das vezes que o visitei, estava ele a classificar, arrumar e até a queimar documentos e papelada deixada pelo seu filho Ernesto. Ainda pensei em pedir para poupar alguns dos papéis a queimar, ficando eu com eles; mas ele sabia melhor que ninguém o que devia queimar ou não.

No meio daqueles escritos não vi aquele grande livro que o filho transportara consigo por montes e vales na nossa fuga de Portugal para França. Era um espesso e grande livro, devidamente encadernado, com o formato do jornal “ABC” dos anos 70, onde o filho tinha reunido as principais crónicas que fizera como jornalista. Foi com esse grande e grosso livro que o Ernesto Lara Filho se credenciou junto do famoso quotidiano francês “Le Monde” para se apresentar como “attaché de presse” do comité director da FUA no exílio.

Como o ambiente exterior fosse muito pouco agradável eu, quando estava no Huambo, preferia não sair de casa, onde podia com mais calma consertar ideias, acertar e apoiar opiniões consultando aquela vasta e diversificada biblioteca, rica biblioteca várias vezes recuperada, onde a par dos mais recentes compêndios de Medicina existiam os mais valiosos livros de Arte, de Ciências, de História Mundial e de África ou Angola e até compêndios de Matemática que o pioneiro da divulgação moderna da saúde pública que era o David consultava frequentemente. Para se ter uma ideia mais exacta do que foi a casa do David, transcrevo com a devida vénia, a descrição que dela fez a minha sobrinha Maria Alexandre.

A CASA

No princípio está a casa. Os muros protegem-na e limitam-na. Neles lê-se a poesia esbatida por anos de chuva. As árvores mais antigas foram plantadas por meninas que abalaram vestidas de branco e revisitam-na avós. Ao longo de décadas colhemos as romãs. A árvore está lá tranquila e pródiga. Há um atalho pelo meio do jardim, e as primeiras flores fecham-se à noite porque só abrem ao sol.

Abriram-se paredes e, agora, há duas floreiras na sala para as orquídeas. De manhã cedo a música enche a casa e bebe-se café quente. Cada geração guardou os seus segredos só para si. Nos anos cinquenta, época dos vestidos rodados de grandes flores, havia um único carro para toda a família. Hoje há uma grande mesa de tampo de mármore para o chá. Desde que tudo isto começou que as matriarcas nos iniciaram no chá. E o ritual foi-se repetindo com amigos que ficaram ou partiram, ou simplesmente, de passagem. O belo canto e os livros conservados durante anos são também a casa. Tranquilizadora a mesa com o tampo negro e os Matisse e Picasso. Discretas as fotografias da família entre os muitos livros e objectos queridos. E há um lugar de eleição: a cozinha grande que dá para a marquise que é uma estufa. Aí se encontram as fadas.

Chove. Os amores perfeitos antecedem a horta donde vem tudo. Os abacates carnudos vieram do Brasil e devem ser temperados com vinho do Porto e canela. Como na roda de Picasso estarão todos juntos no jango. Haverá espaço para os peregrinos e forasteiros e tudo será preparado com esmero. É uma hospitalidade antiga, é uma tradição. Tradições esbatidas quase invisíveis na continuidade. Na continuidade está a

casa mudando sempre a mesma. Sabendo-se um lugar único que se vê e que se esconde entre o rendilhado das cortinas.”

Maria Alexandre Dáskalos – in “Matéria Volátil”

Era esta a casa do David.

À noite, depois das preocupações do dia terem mergulhado temporariamente na policromia do pôr de sol característico destas paragens, a família e os amigos mais chegados (quase sempre o casal Marcelino e a sua numerosa prole de engenheiros agrónomos) reuniam-se à volta de uma chávena de chá servido a preceito para apreciar uma ópera, um ballet, uma sinfonia, um espiritual negro americano, muitas vezes acompanhados por um esclarecimento dado pelo David.

O eng. Fernando Marcelino aproveitava esses momentos de calma para actualizar o seu computador e rever conclusões dos seminários e conferências internacionais em que participava frequentemente.

Quando me referi à prole de engenheiros agrónomos foi porque me lembrei que o governador provincial do Huambo, certamente levado na embalagem das denúncias de açambarcadores e candongueiros, acusou o eng. Marcelino de “açambarcador de diplomas”!.

A família Marcelino ficou muito desgostosa com essa acusação pois pensaram que na sua origem estava o facto dos filhos serem todos brancos.

Mas o desgosto foi muito maior quando, pouco depois o Marcelino foi exonerado de director do Instituto de Investigação Agronómica sem prévio aviso nem justificação!

O mesmo sucedeu ao veterinário, também angolano e branco, Victor Duarte, director do Instituto de Investigação Veterinária

Estes autênticos “ponta pés no traseiro” dado a estes dois cientistas pelo ministro da agricultura, Isac dos Anjos, eng. agrónomo formado no Huambo, de comprovada competência profissional e hábil e culto cultivador da convivência elitista em sociedade, causaram um certo mal estar e perplexidade nas gentes do Huambo e nos meios científicos nacionais.

Este mal estar, perplexidade e regozijo de uns tantos, foram mais tarde habilmente aproveitados pelos políticos racistas para poderem agir impunes e descaradamente e cometer crimes que mancharão para sempre os anais da história do Planalto Central.

Em Junho de 89 o país foi sacudido por uma notícia incrível, inesperada, mas verdadeira!. O presidente Eduardo dos Santos selara com um aperto de mão um acordo para a PAZ com o cessar fogo, o fim da guerra 72 horas depois desse 22 de junho de 1989!.

Porém, passadas essas 72 horas, uma das partes (a partir de então Angola ficou dividida em duas partes) declarou que não tinha cumprido com a acordo selado com o tal aperto de mão porque não possuía os meios necessários para fazer chegar as suas ordens a todos os cantos do país e também porque não tinha a certeza de que os seus soldados e generais estivessem dispostos a cumprir as suas ordens!.

Esta incapacidade premeditada, calculada, vai servir a essa parte para prolongar, parar e continuar a guerra a seu belo prazer.

Porém, as negociações para a paz prosseguiram graças, principalmente, à habilidade de um homem que soube transferir os métodos da guerrilha maoista para a mesa das negociações diplomáticas com chefes guerrilheiros incapazes de se fazerem obedecer pelos seus soldados.

Esse homem, o português Durão Barroso, com a calma e paciência herdadas do maoismo, conseguiu que as paragens nas negociações não se tornassem rupturas

definitivas e assim sucederam-se em 1990, as etapas de S. Julião da Barra, Instituto de Altos Estudos Militares e Base Aérea de Sintra que culminaram com os Acordos de Bicesse em 31 de Maio de 1991. Segundo esses acordos as eleições realizar-se-iam em 29 e 30 de Setembro de 1992.

Entretanto, durante o ano de 1990 sucederam-se dois acontecimentos muito importantes no contexto político da África Austral: a libertação de Nelson Mandela em 11 de Fevereiro e a Independência da Namíbia em 21 de Março.

Após os acordos de Bicesse começam a aparecer nas cidades, abertamente, os homens da mata, os auto proclamados lutadores pela democracia que parecem não acreditar muito nela pois vêm todos bem armados e equipados, fazendo alarde das suas armas, equipamentos e viaturas, estas na sua maior parte carrinhas GMC, altas, potentes e resistentes, próprias para andar nas picadas das matas.

Nas cidades de Benguela e Lobito reclamam e ocupam as suas antigas instalações enquanto procuram o apoio dos mais humildes e menos abastados e instalam empresas comerciais.

Os homens do galo negro entraram nas cidades e meios urbanos numa altura em que os créditos do MPLA no seio das massas populares estava muito em baixo e em franco declínio. Por isso a sua chegada foi saudada com certa simpatia ou esperançosa expectativa pelos que já não acreditavam no EME ou tinham sérias dúvidas em relação a este. As dúvidas e incertezas em relação ao futuro criaram também uma cambada de oportunistas de vários calibres no seio do MPLA, muitos dos quais se apressaram em ingressar nas fileiras do empresariado não hesitando mesmo a associar-se com homens da mata que se apresentavam com uma fachada repleta de notas verdes do Tio Sam.

Até antigos comerciantes destas paragens benguelenses desprezaram ou mesmo não consultaram as opiniões e conselhos dos amigos habituais do antigamente e deixaram-se embalar no risonho futuro das cantigas de embalar dos recém chegados. Estavam de tal maneira eufóricos e confiantes que não hesitaram em investir nas suas empresas, modernizando o seu equipamento e importando grandes quantidades de mercadoria como fez a velha firma do meu velho amigo António Pinto de Sousa e outros, alguns deles cautelosos comerciantes que sempre tinham sabido singrar entre os meandros da política, conservando uma neutralidade quase estável apesar da sua simpatia ou laços familiares com adversários políticos.

Entretanto o MPLA arregaçou as mangas e preparou-se para enfrentar a nova situação montando uma máquina eleitoral digna dos meios políticos das democracias mais elaboradas como os Estados Unidos da América. Esta máquina eleitoral do EME contribuiu para elevar a simpatia das massas que começavam a hesitar em dar-lhe apoio, transferindo-o para apoiar o presidente Eduardo dos Santos. Por isso este teve retumbantes sucessos nos comícios em que se apresentou em todo o país com especial relevo nas cidades de Benguela e Lobito, apesar de esta ser considerada um feudo da UNITA.

Mas os “democratas” vindos das matas continuavam armados até aos dentes e não escondiam a sua agressividade em relação aos dirigentes e militantes do MPLA, apesar de este se ter despedido do P e do T para não cheirar muito a comunismo.

A máquina de propaganda do MPLA, muito bem montada, não teve grande sucesso nos arrabaldes das cidades de Benguela e Lobito e do interior da província, entre as populações não alfabetizadas e mais carentes porque os bons activistas do EME não estavam, quase todos, dispostos a enfrentar a agressividade e ameaças dos uniteiros que chegaram mesmo a usar da violência em relação a militantes emepelistas dos mais activos e mais conhecidos.

Por isso a propaganda do MPLA quase se circunscreveu às zonas asfaltadas e os rádios, camisolas, bandeirinhas e bandeirolas, panos e lenços pintados e até televisores não chegaram aos morros do Lobito nem à maior parte dos muceques das cidades da província.

Os militantes mais conhecidos na utilização das línguas nacionais não quiseram arriscar-se na campanha eleitoral, uns porque já tinham compromissos comerciais com os primos da mata e outros porque temiam represálias violentas. Aliás este temor não era partilhado somente pelos tradutores das línguas nacionais, também era visivelmente partilhado por alguns responsáveis que mal sabiam esconder esse temor.

Apesar do mau aproveitamento da máquina eleitoral e das hesitações de alguns responsáveis, o MPLA ia aumentando o seu prestígio pois o facto dos primos da mata continuarem armados até aos dentes e arrogantes, favorecia a adesão ao EME e, como disse, principalmente ao presidente Eduardo dos Santos.

Um dos símbolos mais felizes que apareceu na campanha do EME foi o coração envolvendo o seu emblema que acabou por se transformar num coração envolvendo Angola. Graças às canções e imagens divulgadas pela rádio e televisão o slogan “com o EME no coração” passou a confundir-se com “Angola no coração”.

Foi com “Angola no coração” que o candidato à presidência da república José Eduardo dos Santos foi recebido pelas populações de Benguela e Lobito com um entusiasmo de tal ordem que assustou os partidários da Unita e adormeceu os do MPLA que adoptaram de novo o slogan “a vitória é certa”.

Os responsáveis da Unita logo se movimentaram para fazer arrefecer esse entusiasmo e reconquistar os hesitantes, principalmente os do Lobito que acompanharam a pé numa longa distância o candidato Dos Santos, também a pé. (Nenhum dos candidatos mais conhecidos, principalmente o da UNITA, se atreveria a fazer caminhada semelhante sem os seus vigilantes e bem armados guarda costas).

A visita a Angola de Sua Santidade o papa João Paulo II contribuiu para dissipar muitos receios sobre o advento da democracia, apesar de a UNITA continuar com o seu aparato bélico e provocador.

O entusiasmo das populações, incrementado pela propaganda eleitoral, estendeu-se pelo país fora e foi de tal ordem – em cor, música e alegria – que fez acreditar na mudança tão desejada. A tal ponto que, um grupo de intelectuais angolanos resolveu lançar-se no mundo da informação, do jornalismo, criando um periódico quinzenal com um nível cultural, científico, artístico e político digno dos pergaminhos e tradições das gentes do Huambo e capaz de competir com as publicações congéneres da vanguarda do progresso na defesa da dignidade, da verdade, dos explorados e oprimidos e no combate ao obscurantismo.

Era um sonho, megalómano atendendo às condições em que pretendia realizar-se, que começou com a publicação do n.º “0” do jornal “Jango” que apareceu à luz do dia no dia 14 de Agosto de 1992.

O entusiasmo era tanto, a ânsia de liberdade e de combate à mentira e à demagogia era tanta que fez esquecer as cautelas que se usam quando o adversário além de ser demagogo e desonesto é também primitivo e sanguinário e não hesita em recorrer ao terrorismo para eliminar os adversários perigosos, mesmo quando estes são pacíficos e ingénuos.

Foi com o feliz slogan “Angola no coração”, que para muitos se confundia com a estrela amarela iluminando o candidato Dos Santos, que o povo angolano concorreu às urnas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992.

A FERRO E FOGO

Nos trinta dias que antecederam as eleições viveu-se em Angola um aparente clima de euforia, as massas populares esperanças em que a guerra fosse definitivamente afastada.

Mas essa euforia não era completamente partilhada pelos adeptos da UNITA que se mantinham reservados, desconfiados, nem pelos seus militares que se mostravam arrogantes e se apresentavam ostensivamente armados.

Essa reserva e desconfiança perturbavam as boas relações entre adeptos de um e outro lado, os populares menos abastados apresentando-se de semblante carregado, desconfiado, parecendo estar à espera do momento propício para descarregar o seu mau humor. Esta atmosfera, se não era bem visível na cidade do asfalto, era bem visível nos bairros circundantes, em particular de Benguela e Lobito onde eu próprio pude constatá-lo.

Pouco antes da campanha eleitoral, estava eu à espera de uma boleia numa das ruas do centro do Lobito, quando uma carrinha GMC carregada de militares do galo negro parou bruscamente à minha frente e dela saltou um homem fardado que se dirigiu a mim.

Fiquei um tanto surpreso e assustado, mas face ao sorriso e à mão estendida do militar, recompus-me e ouvi dizer:

“Não me conhece? Sou o Eliseu Chimbili, fui seu aluno no liceu de Benguela e nunca me esqueci o que fez por nós”.

“E agora o que é que faz” – perguntei eu.

“Estou com os malucos” – respondeu sorrindo e apontado para os companheiros e para a carrinha.

Fiquei muito satisfeito com este encontro e pensei que estava ali um homem “do outro lado” com quem se podia colaborar.

Naquela altura era governador de Benguela o Paulo Jorge que tinha como vice governador um mestiço e preparava-se para dar o outro lugar de vice também a um mestiço.

Eu, o Júlio Gomes e o Antunes da alfândega, tentámos dissuadi-lo disso porque, para nós era mais que evidente que, nas eleições, o adversário principal procuraria tirar proveito do facto de nenhum dos altos governantes da província ser negro.

Mas o Paulo Jorge não concordou; quando lhe indiquei o camarada que poderia exercer o cargo com eficiência e vantagens eleitorais, respondeu-me que esse não convinha porque “era muito mulherengo”!. Fiquei pasmado e achei que era uma desculpa sem cabidela porque muitos dos emepelistas que conheci, sobretudo entre os veteranos, foram e ainda tentam ser autênticos Casanovas!

Entretanto, no meio do colorido e da euforia a que me referi, chegámos ao dia das eleições.

Assisti no Lobito ao acto eleitoral.

Alguns dos militantes do MPLA com uma certa responsabilidade política que viviam nos morros e aí deviam votar e apoiar os seus correligionários, assustados com as ameaças e atitudes pouco amigáveis dos uniteiros, desceram dos morros para votarem nos círculos do centro incluindo o da Restinga onde se sentiam mais seguros mas muito pouco à vontade porque aqueles da UNITA que também lá moravam também tinham descido dos morros para votarem no asfalto.

Com efeito, a UNITA fez descer dos morros em dezenas e dezenas de camiões os seus militantes que se concentraram à volta das secções de voto fazendo compactas bichas que esperavam pacientemente o momento de votar enquanto, pois que na sua grande maioria eram analfabetos, os activistas do galo negro lhes mostravam como e onde votar.

O maior lote era constituído por mulheres já de certa idade, precariamente vestidas e descalças que obedeciam pressurosas aos activistas, lançando olhares muito pouco amistosos aos circundantes, principalmente aos da Restinga onde grande parte era constituída por mestiços e brancos.

Sentia-se neste numeroso grupo de votantes obedientes e vigilantes, a vontade de ganhar através daquele estranho papel que lhes diziam chamar-se voto, para depois tirarem a sua desforra.

E o acto eleitoral decorreu em todo o país sem incidentes de maior. Estes começaram com a contagem de votos. A UNITA, que contava com o ovo no cu da galinha (como bom galo negro que era) começou a aperceber-se que o ovo não saía como ela queria. E então começou a arranjar argumentos de toda a ordem para contestar os resultados. Um dos seus representantes, o Salupeto Pena, chegou ao ponto de fazer publicamente uma ameaça se as coisas não corressem como ele desejava. Declarou alto e bom som que tudo seria passado a “FERRO e FOGO” caso se repetissem as fraudes por ele imaginadas.

Mas ninguém se deixou intimidar e as Nações Unidas declararam as eleições “livres e justas”.

Segundo estas, o MPLA conquistou a maioria em 13 províncias, em 7 das quais com mais de 70% dos votos e o presidente Eduardo dos Santos só não foi eleito à primeira volta por lhe faltarem 21.000 votos, correspondentes a 0,43% do eleitorado!.

Para mim estas eleições não foram nada justas porque quem merecia mais de 70% dos votos era o candidato Eduardo dos Santos. E esta anomalia deveu-se à maneira como estavam impressos os boletins de voto em que a fotografia de Dos Santos estava defeituosa e a estrela com que se apresentava nos comícios estava impressa no boletim dos partidos concorrentes junto do MPLA!.

Assim o MPLA teve um sucesso que pertencia a Eduardo dos Santos. E este, se não alcançou a percentagem necessária para vencer à primeira volta foi porque na província de Benguela e, em particular no município do Lobito, os responsáveis políticos não trabalharam como deviam. Enquanto no município de Benguela o presidente Eduardo dos Santos ultrapassou o rival da UNITA em mais de três mil votos, este, no município do Lobito ultrapassou aquele em mais de 43.000 votos!.

Apesar do Lobito ser considerado um feudo da UNITA, esta vitória exagerada do galo negro só foi possível graças à total negligência e espírito derrotista dos principais responsáveis do EME do Lobito que aceitavam sem reagir a hegemonia e atrevimentos da UNITA e jogavam com pau de dois bicos a pensar em não perder tudo em caso de derrota. (Diga-se de passagem que estes dirigentes, apesar das falhas apontadas, mais tarde, foram ocupar lugares do partido de maior responsabilidade!).

A UNITA não aceitou o resultado das eleições e decidiu tomar o poder pela força. E o MPLA, sobretudo em Luanda, distribuiu armas aos civis. Assim, quando a UNITA desencadeia as operações em Luanda, encontra pela frente uma resistência popular de tal ordem que, aliada às FAPLA, consegue fazer gorar os objectivos da UNITA que perde alguns altos dirigentes, ente eles o homem que ameaçara passar tudo a “ferro e fogo” Salupeto Pena, o seu vice presidente Chitunda e o meu ex-aluno, o logístico Eliseu Chimbili que assim pagou com a vida as suas “maluquices”.

As acções militares da UNITA estenderam-se a todo o território.

No Lobito e Benguela, tal como em Luanda, a resistência civil foi decisiva no combate ao galo negro. Na sua maioria constituída por jovens aqui e ali enquadrados por “mais velhos” veteranos nestas “guerras”. Nestas duas cidades a UNITA esteve à beira da vitória mas quando ela parecia certa, a intervenção decidida, sobretudo corajosa e muitas vezes aventureira destes militantes anónimos do EME fez gorar as intenções dos uniteiros.

Estes, durante os combates, cometeram toda uma série de atrocidades com particular aversão e ódio contra os mestiços.

Na vila da Catumbela este ódio atingiu as raias do genocídio com a exterminação quase total de famílias de mestiços.

Eu, que vivia e vivo no Lobito na ponta da Restinga assisti a estas guerras em relativa calma. As acções militares passavam-se do outro lado da baía, frente à minha casa do lado de cá desta; as morteiradas e tiros de canhão entre os morros, onde estava a UNITA e o centro da cidade, onde estava o MPLA eram bem ouvidas e percebidas do meu observatório.

Só uma vez caiu um obus ou coisa que o valha perto do palácio da Restinga. Segundo vim a saber, a UNITA não visava as casas da Restinga porque, tanta era a certeza na vitória, que estas estavam reservadas para zona residencial dos seus dirigentes.

Durante os combates, alguns dos adeptos da UNITA aqui residentes, vinham para junto de minha casa com binóculos assistir aos combates. Eles procuravam estar junto de mim por uma razão que não confessavam: procuravam a minha eventual protecção para o caso de caírem nas malhas dos fanáticos do MPLA e, como dizem que sucedeu a alguns, serem liquidados.

Numa das fazes dos combates, uma manhã, ainda era bastante cedo, o Zeca Moreno, 1º secretário do MPLA do Lobito veio a minha casa dizer-me que convinha que eu saísse imediatamente porque o Lobito estava prestes a cair nas mãos da UNITA pois sendo uma pessoa conhecida defensora do EME e já idoso não convinha ficar e sujeitar-me a eventuais sevícias. Respondi-lhe que, pessoalmente, não tinha interesse em “cavar” e que só o faria se levasse comigo os três filhos do meu vizinho Apolo e um português, o Carrapito, que se refugiara em minha casa quando a guerra começou lá nos morros.

Aceite a minha condição, o ex-capitão Alfredo Apolo, um dos voluntários da defesa civil levou-nos, a mim, miúdos e português para o prédio da capitânia do porto do Lobito onde estavam concentrados os altos responsáveis do partido, de armas na mão e cartucheiras bem recheadas e alguns civis também armados.

No trajecto de minha casa para a marinha os habitantes estavam à porta das casas, jardins e nos muros das casas a pretender ver o que se passava; estavam calmos mas era visível uma certa ansiedade.

Ao vê-los eu senti-me envergonhado por os deixar ao azar dos acontecimentos, enquanto eu estava prestes a abandoná-los com bagagens e tudo.

Quando chegámos ao quartel da marinha o meu protector Zeca Moreno entabulou uma acesa discussão com o Gourgel, também armado, e como a discussão não findasse, eu pedi ao Alfredo que regressássemos a casa.

Felizmente a UNITA, à última hora perdeu a cartada. Estranhei que o Zeca Moreno, até hoje, não me tivesse falado do assunto. Muito mais tarde vim a saber a razão do “carinho” do Moreno para comigo: é que as famílias dos muatas do Lobito já estavam num rebocador prestes a largar

Mas as milícias opunham-se à sua saída porque achavam que todos deviam suportar as consequências uma vez que estavam todos na mesma luta. Eu seria a pessoa que poderia

evitar a recusa das milícias...O que é verdade é que o tal rebocador nunca chegou a sair...

Mais uma vez foi graças às acções destemidas, improvisadas, heróicas e por vezes aventureiras da defesa civil que a UNITA perdeu a batalha tanto no Lobito como em Benguela.

Esta “guerra” aconteceu durante o mês de Novembro mas a derrota da UNITA não foi total e conseguiu reunir forças para tentar de novo apoderar-se destas duas cidades no mês de Janeiro de 1993.

Desta vez as suas investidas foram de novo, e em iguais circunstâncias, definitivamente goradas e por isso teve que retirar apressadamente para o interior levando consigo armas e bagagens e veículos seus ou roubados, atrás dos responsáveis políticos e suas famílias.

As consequências destas batalhas, em perdas humanas, foram incalculáveis e os danos materiais foram incomensuráveis porque não resultaram somente da troca de tiros, resultaram principalmente das pilhagens e destruições, estas praticadas de forma insana e destrutora por uma população completamente descontrolada e incontável.

A fúria das destruições foi de tal ordem que foi totalmente destruído o parque industrial e comercial de Benguela e Lobito.

Acho conveniente descrever a psicose que envolveu esses saques e destruições mas antes disso vou referir uma cena a que assisti já no final da Segunda guerra.

Quando já era possível circular na cidade sem grande risco, fui com a protecção do Alfredo Apolo dar uma vista de olhos pela baixa citadina. No Compão ainda havia cadáveres aqui e ali porque eram tantos que o tractor do lixo que andava na sua recolha ainda não tinha cumprido a sua tarefa; no centro da cidade havia alguns populares a mirar os estragos causados no hotel “Grão Tosco” conhecido por ter sido um dos quartéis gerais da UNITA, que apresentava pequenos e grandes e numerosos ferimentos causados por balas, morteiros e obuses, fumegando aqui e ali e já completamente abandonado.

Nisto chega um jipe com polícias armados, apressados e nervosos, que nos perguntaram onde era o “Grão Tosco”.

“É ali” - dissemos-lhe apontando o hotel fumegante. E “já não está lá ninguém”! - acrescentámos.

Ao ouvirem isto, os polícias viram-se para o edifício fumegante e mandam uma bazukada e uma rajada de metralhadora contra o hotel. Disseram-me que este já era o segundo grupo de polícias que assim procedia!

Nos dias seguintes o hotel foi completamente saqueado e queimado e ainda ali se encontra completamente degradado à espera que o actual ministro do turismo, Jorge Valentim, que em tempos ali pernoitava numa cama circular, o mande recuperar e, - quem sabe? - o converta em monumento nacional como símbolo da resistência contra o marxismo leninismo.

As lojas que circundam o mercado municipal tinham sido, excepto uma ou duas bem protegidas por grades de ferro, completamente saqueadas e lá andavam alguns proprietários procurando algum salvado entre os escombros.

Quanto a mim, a psicose que provocou estes saques e destruições deveu-se a dois factores principais: por um lado as populações afectas à UNITA queriam satisfazer a sua ânsia de vingança acumulada e exacerbada pela derrota e por outro lado as pessoas afectas ao MPLA ou neutras que tinham acreditado no fim da guerra e acreditado num futuro melhor e sorridente estavam completamente desiludidas e face às pilhagens sistemáticas nas quais colaboravam homens fardados da polícia ou militares também tentaram arrecadar a sua parte. Só uma grande necessidade aliada à vingança e à

desilusão podem explicar que os saques fossem completados com a destruição de tudo o que estivesse à mão e que tivesse desaparecido toda a tentativa da autoridade para pôr cobro a tal vandalismo. Tudo se processava automaticamente, sem ameaças ou violências pessoais, como se estivesse cumprindo um ritual findo o qual era necessário cumprir o preceito final: partir tudo, destruir tudo, não deixar nada para ninguém. E tudo se processava sem gritos, sem ameaças, sem disputas, à luz do dia!

À socapa ou abertamente foram feitos filmes desses saques, durante e após os mesmos.; alguns dos saqueados disseram-me confidencialmente que alguns membros do 'EME e do governo tinham participado nos saques. Mas nunca me mostraram os filmes comprovativos desse facto nem tão pouco fizeram as necessárias e devidas denúncias. Eu acredito que alguns proprietários, do partido ou não, se tenham metido nas bichas dos saqueadores e se tenham saqueado a si próprios, tentando salvar alguma coisa. E é possível que, levados pelo ritmo, tenham “salvado” pertences dos vizinhos do lado.

Nos bairros do Liro e da Canata, os saqueadores não respeitaram as afeições políticas dos proprietários, mesmo da UNITA; a “Aguedense” cujo patrão, o Carvalho, não sabia esconder a sua afeição pelo galo negro, não escapou ao vandalismo. No Lobito Velho, a ex-Sorefame foi das poucas empresas estatais que saiu ilesa graças a uma protecção civil coordenada pelo camarada Domingos da Silva que com os seus camaradas activos e corajosos não fugiram para a cidade, não se acobardaram com as ameaças e souberam defender não só a empresa como também o seu bairro.

O que se passou em Benguela na empresa de fabrico de tintas “Cin” é um dos exemplos evidentes de que o saque não era o principal objectivo porque, os saqueadores, depois de terem retirado algumas latas com tinta, destruíram a maquinaria, despejaram uma a uma centenas e centenas de latas, partiram portas e janelas, destruíram arquivos e equipamento de escritório e lançaram fogo ao que puderam.

Se não fossem as destruições e incêndios, os saques teriam sido um mal menor e facilmente reparável. Mas com as destruições causaram-se prejuízos de tal ordem que dificilmente foram avaliáveis e reparáveis.

ANGOLA FERIDA NO CORAÇÃO SANGUE E LÁGRIMAS ENXUTAS

Logo após a UNITA ter contestado as eleições vejamos o que se passou no coração de Angola: no Huambo e no Bié.

Como já disse, no Huambo, pouco antes das eleições nasceu o jornal “Jango” cujos objectivos principais era informar com verdade, educar e instruir. Esses objectivos vêm descritos no número “0” que passo a transcrever: “Somos muitos, pertencemos à maioria silenciosa que sabe melhor o que não quer do que precisar o que quer. Um pouco por todo o mundo e, talvez mais em Angola os políticos de profissão estão gastos. Temos que procurar conhecer outras formas de participação das gentes na gestão das coisas que lhes dizem respeito e para isso è necessário traze-las para a praça pública. “Jango” quer ser um espaço dessa praça, onde entram todos os que não vêm para ferir e onde se fala, se trabalha, se ri, se aprende e se discutem as coisas grandes e pequenas”.

E no mesmo número vem um artigo de fundo intitulado “O grave problema do eleitor angolano” do qual faço os extractos necessários para que se compreendam os factos por este artigo provocados. Assim, passo a transcrever: “O alarme que mais se avoluma vem da Jamba. A denúncia de actos criminosos cometidos intencionalmente sobre as pessoas da própria Jamba, já há muito que se ouviam, mas eram catalogados de unilaterais, de fabricados pela “outra parte”, de propaganda mentirosa(...). O que foi a

Jamba nesta dezena de anos?. Que sofreram e em que participaram os seus habitantes?. O que são e o que move os responsáveis principais da UNITA?“. Já não é possível conter estas interrogações, mesmo que por pequeno período de tempo se reprimam as possibilidades de resposta e inquirição”. (...) Pelo que é possível perceber neste momento o poder que os dirigentes da UNITA procuraram a todo o custo alcançar, levou-os a alianças com Deus e com o Diabo ao sabor da oferta e da procura”. A consequência inevitável de tal política foi esvaziar a organização de qualquer ideologia...”. E por isso foi necessário criar outro cimento: o endeusamento de um chefe todo poderoso, senhor da vida e da morte, onnipotente e onnipresente!”. Pouco a pouco a população da Jamba ter-se-á transformado, involuntária e inconscientemente, numa espécie particular de seita, organizada em guerra santa contra o terrível comunismo e os satanases cubano e soviético, totalmente à mercê protecção única do seu guia infalível e indiscutível”. E será essa a razão dos rituais públicos em que obrigatoriamente todos tinham que comungar e que serviam ao mesmo tempo de mobilização e inculpação dos próprios seguidores, uma vez que eram compelidos não só a presenciar como a intervir nos sacrifícios ao altar do chefe”. “Todos e cada um participavam da sentença que o chefe mandava executar e cada um juntava obrigatoriamente a sua própria acção: da agressão física ao condenado ao espancamento na praça da humilhação, fosse ele soldado ou general ou, mais trágico ainda, mais uma acha na fogueira da desgraçada vítima do desagrado maior do senhor da morte” (...). Grande parte dos atentados à dignidade e à vida terão sido feitos em rituais públicos: de certo os centros de informação dos governos dos EUA, de Portugal, do próprio Vaticano que tanto interesse têm demonstrado pela democratização de Angola, poderão ajudar-nos a esclarecer as acusações. Mas acima de tudo, são os nossos compatriotas da Jamba os que ainda não deixam de lá sair e os que já cá se encontram, que têm que fazer o esforço principal em se esclarecerem sobre o que viveram e em esclarecerem-no a nós. A coesão que parece agora apresentarem-nos, estará afinal baseada no medo e na consciência de terem participado também em atentados à dignidade humana.? Todos compreendemos a vulnerabilidade e consequente fragilidade de cada um em acontecimentos trágicos que às vezes acontecem – mas agora, para além da compreensão de todo um passado, existe o dever moral e civil de o esclarecer devidamente antes de uma candidatura a representante do povo angolano”.

“Só então se resolverá o grave problema do eleitor angolano”.

Assim escreveu o “Jango” dias antes do começo da campanha eleitoral e, como já disse, esquecendo-se de todas as cautelas necessárias quando o adversário além de ser demagogo e desonesto é também primitivo e sanguinário. Com este artigo os principais orientadores do “Jango” pagaram bem caro o seu atrevimento.

Nas eleições do Huambo a UNITA teve uma vitória retumbante assim como o seu presidente. Mas não foi o suficiente para acalmar a ira de uma derrota a nível do país.

Coincidindo com essa ira, e quando tinham começado os assaltos e roubos no bairro Kapango, num entardecer de um dia calmo – Terça feira, 21 de Outubro de 1992 – o David ouviu rajadas de metralhadora, uma vintena de tiros, que lhe soam da rua muito perto do seu portão de entrada. Quando acorre, mesmo à entrada do seu portão, encontra um carro parado já pronto para entrar no seu quintal. Dentro dele estão quatro corpos ensanguentados: dois deles, o eng. Marcelino e o sua irmã Dilar, já mortos; a Miete, mulher do Marcelino, tem um grande ferimento na cabeça, está inerte mas ainda viva; e o Zaida está muito ferida mas ainda consegue sair do carro. A Miete morre pouco depois.

O impacto deste crime na população do Huambo foi enorme. Todas as vítimas eram bem conhecidas e geralmente estimadas: A Zaida Dáskalos era uma antiga professora primária por quem passaram muitas gerações de crianças do Huambo; A Dilar era uma missionária laica que consagrara a sua vida à protecção dos desamparados; A Miete era uma conhecida militante do MPLA e dirigente da OMA sempre pronta a ajudar os mais necessitados; e o engenheiro Marcelino era o técnico competente e incansável mestre que pugnava pela emancipação dos angolanos, técnico já consagrado a nível internacional.

A tristeza, desolação e repugnância por estes crimes foram evidentes durante os funerais das vítimas. No cemitério, na última homenagem que o David prestou aos seus amigos declarou: "este atentado não era dirigido contra a minha pessoa, com supõem alguns,. Não era dirigido contra mim porque, se me quisessem atingir era muito fácil: bastava procurarem-me no meu centro de saúde de Cacilhas, donde eu saio todos os dias cerca das onze horas..."

E, para cúmulo dos cúmulos, demonstrando total desprezo pelo que se poderia inferir da identidade dos seus autores, no dia 4 de Dezembro, à hora e no local indicados, o David foi premeditada e friamente abatido com tiros de metralhadora ante o pasmo dos habitantes e do terror dos meninos daquele bairro do Huambo que tinham sido previamente afastados do jipe do doutor que costumava dar-lhes uma boleia de alegria quando saía do Centro.

As repercussões locais destes crimes foram grandes mas diluíram-se nos sofrimentos que os habitantes do Huambo começaram a suportar desde então e vão aguentar durante meses e meses numa odisseia de sangue e lágrimas, aquelas lágrimas enxutas que arrancam vitórias quando tudo já parece perdido.

Com efeito, naquela altura, já tinham começado no bairro Kapango os assaltos a residências, os roubos e os saques – muitos dos residentes neste bairro eram adeptos do MPLA – roubos e assaltos que continuaram de Dezembro em diante, até que, a 8 de Janeiro, dois comandos da guarda pessoal do maior dos galos negros matam um sargento do pelotão da unidade governamental de tanques que, em represália, no dia seguinte saem à rua e dirigem-se à Casa Branca, no Bairro de S. João onde habitava o afilhado do Tio Sam que se escapou a tempo das "rajadas" de canhão.

E, em cinco horas, com muita garganta e poucas cautelas, as forças governamentais tomam a cidade do Huambo. Nos dias seguintes a aviação governamental destruiu a Casa Branca e a UNITA retirou-se para os arredores.

Mas pouco depois, a UNITA recuperou os bairros de S. João, Benfica e Cacilhas. Seguiu-se uma batalha em que a UNITA, senhora da maior parte dos bairros periféricos procurou apoderar-se da cidade alta onde estava refugiada a maior parte da população afectada ao MPLA que procurou a protecção das FAA(Forças Armadas Angolanas).

Foi uma batalha que durou 53 dias durante a qual os habitantes da parte alta da cidade ficaram sujeitos às maiores privações desde a falta de alimentos até à falta de água, tendo que enterrar os mortos nos quintais ou lançá-los nas cacimbas.

Ao cabo de 53 dias, os sobreviventes sob o comando do general Sukissa, organizaram a retirada.

A batalha do Huambo foi descrita por um jornalista que foi obrigado a vivê-la e participou da retirada, o jornalista angolano William Tonet. Como bom jornalista que é descreveu a batalha procurando ser neutro, não tomado partido por nenhuma das partes.

É dos "Diários da Batalha" que ele publicou no jornal "Expresso", de Lisboa, que eu transcrevi as referências atrás descritas.

Mas eu conversei com bastantes sobreviventes da batalha do Huambo que participaram na retirada e, segundo estes, tanto a batalha como a retirada, foram uma odisséia de resistência heróica dos militantes, simpatizantes, adeptos e amigos do MPLA. Resistiram como tal e sofreram como tal; famílias de militantes conhecidos, como a de Marcolino Moco, foram dizimadas; os mestiços foram perseguidos e sumariamente abatidos; grande parte, senão a maior parte dos que retiraram eram mestiços pois que eram alvo predilecto dos uniteiros. Foram muitos os que ficaram pelo caminho ou simplesmente abatidos pelos perseguidores ou porque já não tinham forças para continuar ou afogados nos rios atravessados a vau.

Com esta retirada a UNITA apoderou-se do Huambo e concentrou os seus esforços para se apoderar da cidade do Kuito, capital da província do Bié, onde obteve 72,2% dos votos para deputados e idêntica percentagem nas presidenciais.

Mas o Kuito ofereceu uma resistência digna de Estalinegrado. Uma vez mais a defesa civil afecta ao EME soube organizar-se e impedir que a cidade fosse tomada. A malta do EME, militantes e amigos, enquadrados aqui e ali por veteranos nestas lutas, souberam resistir e aguentar enquanto não foram ajudados pelas forças governamentais que tiveram que enviar alimentos e medicamentos por pára-quedas. Um dos veteranos era o Joaquim Teixeira que estivera comigo nos combates de Benguela de 1975 e agora, em 1992 era o grande impulsionador do grupo chamado "Coração Negro" que contribuiu, para a resistência civil vitoriosa em terras bienas.

Em dado momento, a defesa civil estava desesperada e prestes a render-se. Foi quando, já com 1.500 feridos, sem alimentos nem medicamentos tiveram que decidir entre abandonar os feridos e recuar para o Kuando-Kubango ou fazer um derradeiro esforço para aguentar e resistir. Decidiu-se resistir até ao último homem!. Foi quando começaram os reforços por pára-quedas!. Um tanto recompostos, reorganizaram-se em grupos de assalto, de limpeza e de ocupação, entre eles o referido "Coração Negro" que romperam o cerco e avançaram triunfantes... e só não continuaram por terem recebido ordens expressas da capital para pararem!.

E o galo negro que estava prestes a cantar vitória em terras do mar ao leste e exigir a partilha do território nas vésperas dos acordos de Lusaka, viu-se coagido a assiná-los depois da ofensiva das FAA que recuperaram o Huambo e obrigaram todos os galos negros a refugiarem-se nas nespereiras do Bailundo.

Esta ofensiva vitoriosa das FAA só foi possível graças à persistência do Estado Maior General das FAA cujo chefe, o general Matos, soube sobrepor-se às hesitações dos políticos para impor a sabedoria das armas, causando um mal estar de tal ordem, ao comandante supremo dos galos, que este não compareceu para assinar os acordos (mandou um emissário).

O sangue que manchou as terras do coração de Angola ficará para sempre na memória dos angolanos e as lágrimas que não correram, as lágrimas enxutas, contidas pelo pasmo e pela dor imensa perante tanta atrocidade, converter-se-ão em autênticas lágrimas, mas de alegria, quando forem extirpados para todo o sempre os ódios, as vinganças e ambições de feiticeiros cruéis e desumanos que se refugiam na autenticidade para justificar os seus crimes!

Se, em consequência destas batalhas a cidade do Huambo ficou parcialmente destruída, já a cidade do Kuito ficou tolamente arrasada, a tal ponto que se pensou em construir uma nova cidade pois ficaria mais barato do que reconstruir a cidade arrasada.

A ferida causada no coração de Angola por estas batalhas se, no que diz respeito às destruições de imóveis e infra estruturas é sanável; mas no que diz respeito a valores humanos, culturais e científicos serão precisas algumas décadas para reatar o fulgor e o alento de que – quer se queira ou não - o jornal "Jango" era o símbolo e o exemplo.

Para o compreender, necessário se torna conhecer as personalidades atingidas nos atentados do Huambo de 21 de Outubro e 4 de Dezembro de 1992 e as repercussões desses atentados.

CAPÍTULO XI

O lobo e o cordeiro

Quando eu estava no sétimo ano do Liceu, traduzi do Latim para Português as fábulas de Fedro. Nunca mais me esqueci disso e lembro-me muitas vezes da fábula “O Lobo e o Cordeiro” para me libertar de um eventual complexo de culpa com ela relacionado.

Resumindo, essa fábula conta o seguinte: “Uma vez estava um lobo bebendo água num ribeiro, quando apareceu um lindo cordeiro a saciar a sede na mesma água que corria de onde estava o lobo para onde estava o cordeiro.

O lobo, ao ver o cordeiro, pensou logo em papá-lo e procurando um pretexto para atacar disse: óh cordeiro!, olha que tu estás a sujar a água que eu estou a beber...e vais pagar por isso!

O cordeiro, cheio de medo respondeu: óh lobo, como é que eu posso estar a sujar a água se ela corre de ti para mim!?.

O lobo, furioso, respondeu: se não foste tu, foi o teu pai!, e saltou sobre o cordeiro e papou-o.

A partir daqui, quando se falava de colonialista e de colonialismo, eu ficava muito receoso de ser metido no mesmo saco apesar de eu ser um acérrimo combatente contra a exploração em geral e contra o colonialismo, em particular.

Bastantes vezes, indirectamente, fui apodado de colonialista. Eu ainda tentava esquivar-me do que para mim era um insulto pensando que o meu pai não era português, mas de nada valia porque, colonialistas, para esses nacionalistas de vistas curtas, eram todos os brancos.

Mas os nacionalistas de vistas curtas ou oportunistas conscientes e inconscientes continuaram existindo. Destes, os mais perigosos, são os nacionalistas que além de serem racistas são oportunistas conscientes e não escolhem os meios para atingirem os seus fins. Foram nacionalistas deste tipo os responsáveis pelos atentados de Outubro e Dezembro na cidade do Huambo.

Esses responsáveis escolheram a dedo as suas vítimas: todas brancas, todas bem conhecidas e geralmente estimadas, todas dispostas a combater o obscurantismo e ingenuamente abertas a uma luta franca, leal, democrática contra demagogos desonestos e brutais.

Todas elas tinham o “defeito” de serem descendentes de colonos e tinham que pagar por isso para mostrar aos negros humildes e analfabetos e aos tímidos e oportunistas o poder do nacionalismo todo poderoso cujo objectivo é regressar à autenticidade dos hábitos e costumes do passado desprezando tudo o que for importado, excepto whisky e carros de luxo.

E se, a nível local, os tais mentores conseguiram em parte alcançar os seus objectivos, a nível nacional e internacional os seus objectivos foram gorados e só serviram para desmascarar as suas propaladas intenções democráticas e humanistas.

A nível nacional, os docentes universitários, investigadores científicos, jornalistas, intelectuais, engenheiros e juristas assinaram um abaixo-assinado em que declaravam:

“Desde 1975, docentes universitários, investigadores científicos e intelectuais angolanos e estrangeiros bem como estudantes universitários, têm sido assassinados, especialmente no Huambo, Bié e Huila, por esquadrões da morte ligados à Unita e às forças do apartheid, que cometem homicídios selectivos, em bases ideológicas. Em 1992 foram alvo de atentado o Prof. Fernando Marcelino, professor universitário e escritor, sua esposa Miete Marcelino, dirigente da OMA e directora da biblioteca do Huambo, sua irmã Dilar Marcelino, freira católica e Zaida Dáskalos, professora e escritora, única sobrevivente do massacre.

Agora foi a vez do Dr. David Bernardino, médico e intelectual lutador desde a primeira hora contra o fascismo e pela independência de Angola, também docente universitário e director do recente jornal independente “Jango”. Eram todos naturais de Angola, de ascendência europeia, residentes na cidade do Huambo, no Planalto Central, com marcante actividade intelectual, empenhados em diversas acções no campo da investigação científica e histórica e todos eles envolvidos no apoio social a uma população fustigada por anos sucessivos de guerra impiedosa.”

O seu assassinato foi dirigido deliberadamente contra tudo quanto representavam como integrantes das forças progressistas e humanistas angolanas.

Urge desmascarar as cumplicidades internas e internacionais que atribuem o estatuto informal de “beligerantes” e formal de “partes”, interlocutores em “diálogos” e governos, aos assassinos dos esquadrões da morte e aos seus chefes que, na sombra têm até ao momento ficado impunes.

Por estas razões e ainda as indicadas no apelo anexo, os docentes da Universidade Agostinho Neto, investigadores, médicos, engenheiros, juristas, economistas escritores e outros intelectuais angolanos abaixo assinados,

- 1-Repudiam o terrorismo e o fascismo;*
- 2-Exigem que o governo tome as medidas adequadas, se necessário recorrendo à cooperação internacional, para encontrar os autores de tão hediondos crimes e os membros e chefes dos esquadrões da morte.*
- 3-Apelam a toda a população e à Comunidade Internacional para que colaborem com as autoridades angolanas nas acções referidas no número anterior.*
- 4-Exigem que o Governo tome medidas com vista à reposição da legalidade democrática e à prevenção das suas violações sistemáticas, em especial no domínio dos direitos humanos dos cidadãos.*
- 5-Apelam às Nações Unidas e à Comunidade Internacional para que assumam as suas responsabilidades relativamente ao cumprimento dos Acordos de Paz para Angola e ao respeito dos Direitos Humanos no País, que incluem a desmilitarização urgente e completa da Unita e o desmantelamento dos seus grupos terroristas.*
- 6-Apelam à solidariedade de todas as Universidades, Centros de Investigação, organizações profissionais de intelectuais e associações de todo o mundo para que pressionem os seus governos a tomarem posição contra o assassinato selectivo de intelectuais angolanos por esquadrões da morte*

e, em geral, contra a violação sistemática dos Direitos Humanos em Angola.

Luanda, 5 de Dezembro de 1992

Assinaram este abaixo assinado 287 personalidades, entre as quais 61 docentes universitários.

Com a mesma data, os docentes e investigadores da Universidade Agostinho Neto assinaram um Apelo do qual extraímos as seguintes passagens:

(...)”Em Angola as agressões à comunidade universitária e científica vão muito além das violações da liberdade académica. Situam-se no plano do puro terrorismo, com a prática de homicídios e outros crimes violentos contra as pessoas, com um carácter selectivo numa base ideológica (a sua ligação directa ou indirecta ao MPLA ou ao ANC) e/ou étnica (por exemplo, angolanos brancos,, estrangeiros residentes ou ovimbundos que recusam o tribalismo).(...)Não foi a primeira vez que membros desta Universidade foram barbaramente assassinados, em crimes com evidentes conotações políticas.

Em Abril deste ano, o ex-assistente da Faculdade de Direito, Dr. Pinto Ribeiro, de nacionalidade portuguesa, sua esposa e filhos, foram assassinados na praia de S. Brás, bem como os seus amigos angolanos que o acompanhavam.

Em 1984, a professora do Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango, Dra. Jeanette Schon, de nacionalidade sul-africana e conotada com o ANC, e sua filha de oito meses, morreram naquela cidade vitimadas por uma carta armadilhada.

Em 1975, foram assassinados na província do Huambo e do Bié, durante o período de controlo dessas províncias pela Unita, o eng. António Assis e os estudantes da Faculdade de Ciências Agrárias, Fadário Muteka, Victor Carvalho, Dino Marques e Faceira; entre muitos outros estudantes universitários assassinados por todo o país. Entre estes, pelo seu carácter massivo regista-se o massacre dos Estudantes do Instituto Superior de Ciências da Educação pelo exército invasor sul-africano, a quando da ocupação da cidade do Lubango. Em 1977, numa emboscada perpetrada pela UNITA foi morto o médico Aníbal Fernandes.(...) A impunidade de que até agora têm gozado os autores morais ou materiais destes crimes, das violações da legalidade referidas contraria frontalmente os Acordos de Paz e a própria Lei Constitucional e tem como consequência a instituição de facto de estatutos jurídicos duplos traduzidos em os senhores da guerra da UNITA estarem acima das leis em vigor em Angola e ainda das Convenções Internacionais sobre os Direitos Humanos e sobre o Direito Internacional Humanitário a que o Estado Angolano aderiu.”

Nestes dois documentos Apelo e Anexo, estão bem denunciadas e provadas as intenções racistas, tribalistas, retrógradas e terroristas dos auto-propagadores da defesa da democracia e, só causa espanto e pasmo, como é que há governos e personalidades que continuam a dar-lhes apoio.

Foram estas as principais reacções, a nível do país, aos atentados de Outubro e Dezembro na cidade do Huambo.

Mas para que se compreenda a verdadeira dimensão das vítimas desses atentados, necessário se torna conhecer com maior profundidade as suas biografias e as manifestações de pasmo e repulsa que tais atentados provocaram fora do país.

Se o pobrezito do cordeiro da fábula pereceu ingloriamente; se os lobos armados de ódio e metralhadora quiseram amedrontar e afastar sem deixar rasto os que na terra angolana nasceram, enganaram-se!

Porque os meninos do Huambo, de Angola, crescerão e com eles crescerá a gratidão e a saudade por aqueles que se consagraram e consagram as suas vidas à felicidade de todo o povo!

Porque, como diz a Maria Alexandre Dáskalos:

*Porque aqui se construiu a vida
olha-se, agora, com a mágoa de
não encontrar o edifício.
No entanto sabemos que os alicerces
são sólidos e ocultos.
Amanhã, um dia, hoje
levantá-los-emos de novo
sem esquecer quem o começou um
um dia!*

A TERRA EM QUE NASCEMOS

O David era o filho mais velho de uma prole de seis irmãos, todos nascidos no Huambo, (era o filho varão mais velho porque o primogénito é uma rapariga, a Carmito).

Como mais velho, a sua infância e juventude foram bastante diferentes da do resto dos irmãos pois viveu as vicissitudes dos primeiros tempos do casal Bernardino.

Por volta dos onze anos ele levantava-se com a madrugada e ia para a padaria ajudar o pai: contar o pão para os distribuidores, vender ao balcão, consertar bicicletas e limpar os candeeiros a gás acetileno que nós chamávamos carbureto (carboneto de cálcio).

Ao cair da noite colaborava também na padaria pesando a farinha e o pão e tendendo este quando o velho Candeeiro vinha grosso (o mesmo empregado que em tempos idos me obrigara a iguais tarefas).

Desde criança que o David conviveu no quintal com os filhos das lavadeiras, comendo com eles peixe seco e pirão, começando desde então a sentir e a compreender as contradições entre patrões e criados e a tomar partido por estes.

Depois de ter feito o liceu foi para Lisboa onde partilhou comigo o primeiro lar da Casa dos Estudantes do Império e ingressou nas organizações progressistas portuguesas.

Foi um membro activo do MUD Juvenil e simpatizante do PCP. Naquele tempo, o PCP preocupava-se muito com a alfabetização e com a cultura geral dos portugueses. Por isso os seus militantes e simpatizantes consagravam grande parte do seu tempo às tarefas da alfabetização, das artes e das letras. Os escritores, pintores, escultores, cientistas portugueses e artistas portugueses que no decorrer deste século mais se distinguiram em Portugal e no estrangeiro pertencem quase todos à família dos progressistas militantes e simpatizantes do PCP. (É pena que neste final de século o PCP já não tenha as mesmas preocupações culturais do antigamente).

É interessante salientar que o David, nado e criado na mediocridade cultural do Huambo, se ter tornado um profundo conhecedor das artes e um cientista competente e sempre actual de que a suas biblioteca, videoteca, e discoteca eram uma vasta e rica amostra.

A sua competência nos mais variados ramos da actividade humana, aliada à sua jovialidade e dinamismo, granjearam-lhe amizades e simpatia por onde passava.

E como viajava muito (quis sempre viver em Angola e apesar das intimidações da polícia política ia frequentes vezes ao estrangeiro e visitou-me quando eu estava na Argélia e na Guiné-Conacri durante a guerra colonial), conquistou simpatias e respeito pela sua competência profissional nos diferentes países do mundo por onde passou e fez estágios profissionais.

Por tudo isto, se o seu brutal desaparecimento despertou a indignação no país, também causou pasmo e indignação no estrangeiro, com particular relevo para Portugal onde os seus irmãos e amigos organizaram uma sessão de homenagem na qual estiveram presentes mais de 400 personalidades, na sua maioria médicos, advogados, juristas, jornalistas, professores, investigadores, funcionários públicos, os quais subscreveram um abaixo-assinado em que se dizia:

“Indignados e comovidos com o assassinato do David Bernardino vimos prestar homenagem ao cidadão, amigo e médico exemplar.”

“Condenamos o acto bárbaro cometido por agentes criminosos que continuam a perpetuar a guerra em Angola. David Bernardino foi morto em consequência da sua vida de militância, de coerência, de abnegação, generosidade e coragem”.

Assinaram 406 personalidades entre as quais o actual Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, que na altura era presidente da Câmara de Lisboa (teria sido uma boa ocasião para o senhor Mário Soares se redimir pela sua estranha amizade pelo líder dos galos negros e evitar a vergonhosa visita que fez a Angola, ele e os angolanos que aceitaram acompanhá-lo, nos derradeiros dias do seu mandato como presidente da República Portuguesa).

Das manifestações de repúdio no estrangeiro destaco, entre outras, um abaixo-assinado que correu em Universidades e Centros Científicos da Bélgica, colhendo 140 assinaturas entre as quais as dos prestigiados Professores Pierre de Maret, Pierre Mertens, Marie Louise Bastin, Pierre Salmon, Paulette Pierson-Marty, Jean Salmon, Eric David, Willem Bossier, Jacques Nagel e outros

O professor Yash Gay da Faculdade de Direito da Universidade de Hong Kong, enviou também uma tocante mensagem.

De igual modo, o Apelo mereceu a seguinte referência num relatório sobre os Direitos Humanos em Angola, do Departamento de Estado norte-americano: “Um grupo de mais de trezentos intelectuais angolanos, incluindo diversos professores universitários, afirmou que a UNITA também fora responsável pelos assassinatos de intelectuais angolanos brancos com estreitas ligações com o MPLA, entre eles o conhecido Dr. David Bernardino. Todavia, até hoje, nenhum suspeito foi preso em relação a esses casos”.

As referências atrás citadas dão uma imagem do que foi o David mas para ser mais completa vou transcrever o que dele disseram o jornalista Ernesto Lara Filho e seu irmão, o médico Luís Bernardino.

Em 1975 o Ernesto refugiou-se no campo que o David e o Marcelino organizaram no Huambo para proteger os adeptos do MPLA da fúria das hostes do galo negro enquanto não eram evacuados. Da sua estadia neste campo fez o Ernesto um diário do qual extraio as seguintes passagens:

“Dia 10 de Setembro de 1975: na camarata a situação deteriora-se. Ninguém quer fazer a limpeza(...). Não são poucas as pessoas a quem falta o sentido das responsabilidades em relação ao trabalho, preferindo as cargas leves às pesadas, escolhem as leves e deixam as pesadas para os outros. Seja para o que for, tais pessoas pensam primeiro em si próprios e só depois nos outros(...). O camarada David Bernardino é médico e faz da arte de curar a sua profissão. Distinguiu-se sempre lá fora como se distingue cá dentro pelo seu grande sentido humanístico(...). A sua acção dentro deste campo, onde partilha os nossos sofrimentos: dorme no chão como nós, come do que nós comemos, racha a lenha para a fogueira, lava a sua loiça e roupa, distribui carne, atende aos múltiplos problemas do campo e ainda faz sessões de esclarecimento além de orientar a evacuação, etc., etc., constitui uma excelente lição para todos aqueles que aqui estão. Todos devemos aprender dele o espírito perfeito de abnegação. Assim cada um poderá vir a ser de grande utilidade para o povo”.

E o seu irmão Luís escreveu logo após a sua morte:

(...) Em 1972 ele era o médico marginal do sistema colonial, prosseguindo um projecto inovador de saúde para a população mais carente e em risco, mas que, para além de acções pontuais, fosse a filosofia do que, anos mais tarde, se viria a designar por “cuidados primários de saúde”.

Em 1992, não obstante as suas inestimáveis contribuições à administração da Saúde, nos seus postos de Director de Saúde extra-hospitalar do primeiro ministério da saúde de Angola (foi ele que converteu várias moradias desocupadas de Luanda em Centros de Saúde, criou a Farmácia e o Formulário extra-hospitalar), de Delegado da Saúde do Huambo e do Kuanza Norte e finalmente no Instituto Nacional de Saúde (onde fez importantes trabalhos de campo de diagnóstico clínico e epidemiológico), não obstante tais contribuições ele era de novo, o marginal simbolicamente remetido ao seu Centro de Saúde de 1971, derivando para o ensino nas Faculdades de Medicina e de Ciências Agrárias o seu saber e experiência e as suas actividades de pesquisa e investigação científica.

Quando em 1979, os ministérios de Coelho da Cruz e de Mendes de Carvalho cederam aos corruptos e medíocres e o afastaram do seu Huambo para Dalatando, uma das peças acusatórias contra ele era de que “não considerava oportunas as palavras de ordem do MPLA nas reuniões do Hospital Provincial e da Delegacia, porque estas eram reuniões profissionais ou administrativas, mas não partidárias, abertas a não membros do partido”.

“Como ele (então membro do Partido) era tolerante e acima do seu tempo e de todos os situacionistas de então!”

(...)Para o David a floresta, mais do que o MPLA, era a implementação e fortalecimento do regime democrático da tolerância cívica – únicos genitores da justiça e do desenvolvimento para a sociedade angolana. Ora, para esse objectivo, o MPLA, com a marca que lhe tinham imposto 17 anos de sociedade civil, era uma peça fundamental contra o regresso da sociedade feudal. Os que juntaram a sua voz à da UNITA na contestação dos resultados eleitorais revelaram-se homens pequenos, despeitados, não contra o MPLA mas contra o processo democrático e contra o povo que não tinha votado nele – e são também responsáveis morais pelo ódio e crime que a UNITA desde então tem desferido sobre a nação angolana.

“Em defesa desta floresta o David ignorou árvores caducas e putrefactas que emanavam do MPLA que ele sempre criticara.(...) Um outro traço marcante do David era a sua grande inteligência. Aplicada à Medicina, ele fez-lhe muito cedo ver, que a atitude curativa era uma actuação tardia e incompleta que era imperioso cavar mais profundamente na tecido social. A sua tese de mestrado, em 1971, em Amsterdão tinha

o título polémico “O médico como factor negativo na promoção da saúde” e foi publicada em 1972 em Bruxelas pelo “Groupe d’Etudes a pour la Réforme de la Médecine”, antecessora ou contemporânea como era da corrente da Anti-Medicina e do livro de Ivan Illich.

Essa sua concepção ecológica da Saúde praticou-a sempre depois, nomeadamente quando Delegado de Saúde do Huambo, e em equipa com os seus amigos António Russo (Agricultura), Carlos Machado (Assuntos Sociais) e outros que cuidavam da Assistência Social através de projectos de produção alimentar, de educação e enquadramento social, etc.

Mas no David a sua inteligência não era apenas a inteligência do manusear de conceitos e ideias mas também para as tarefas e problemas práticos: para mexer numa bomba de água, num gerador, para lidar com adubos e planejar o uso de insecticidas, para conceber uma mobília ou a reparação de um telhado. Por isso o David tinha sucesso nos seus empreendimentos e era um grande construtor – o construtor do seu Centro de Saúde, da sua casa, da sua horta, do seu jornal.

Por isso ele era também o homem do campo, avesso o mais possível ao gabinete, e sempre em contacto com pessoas e coisas.

Nos últimos meses, com mais paz na região, tinha calcorreado várias zonas rurais do Huambo, estarrecido pela medição extremamente alta do bócio endémico que tinha inicialmente feito na cidade do Huambo, e deixou-nos os dados e o trabalho inacabado da sua prospecção.

Construtor em tempo de ódio e destruição assim se manteve sempre o David!

Ultimamente o David estava vibrátil, quase irascível: o seu grande coração sofria os rudes golpes das dores que lhe eram mais íntimas e todas as mais da nação angolana: as meias palavras, as indefinições e tergiversações, a pequenez de sentimentos, eram-lhe cada vez mais avessas. Tinha chegado ao limiar da grandeza que não perdoa aos homens pequenos, parecia dizer como o poeta familiar Alexandre Dáskalos:

*A vida tem de ser de gestos largos
de força bruta a domar montanhas
carinhos festas e afagos,
só para filhos ainda nas entranhas!*

(...) Quantas pinceladas ainda faltam para me aproximar da beleza do retrato do David! Que carinhos de mãe, que conjugação de forças e de acasos, que lento incubar do que é bom e santo produzem homens como o David e o Fernando Marcelino!

“E contudo bastou alguns segundos ao criminoso para os destruir. Aprendeu a manejar a arma, muniu-se do ódio do assassino e da frieza do mercenário e tudo nos tirou.”

Assim é com as coisas também: os institutos de ciências, os aeroportos, as barragens, os hospitais, as docas dos portos, as pontes – quanta devoção, quanta ciência, quanto trabalho ! E contudo o ódio destroi-os em instantes! Bastou o treino em explosivos em Pretória, Marrocos ou na Jamba e a mesma alma negativa e criminosa!”.

Assim escreveu o Luís logo após o horroroso assassinato de seu irmão David.

A minha irmã Zaida ou a Zaidinha como a tratamos em família desde criança que se mostrou dinâmica e enérgica colaborando nas tarefas domésticas e da padaria, estudando e fazendo desporto. Até praticava com rara mestria o futebol. Animava os sobrinhos obrigando-os a madrugar para fazer ginástica e, na falta de recursos, a lavarem-se com uma toalha molhada como aconselhava o Muller.

Com uma inclinação natural para lidar com os mais jovens, tornou-se uma excelente professora primária seguindo as pisadas da mãe e aperfeiçoando-se nos

conhecimentos da língua portuguesa de que se tornou uma especialista. Associando-se a uma amiga, Leopoldina Medeiros, construiu um amplo edifício onde ficou instalado o colégio Ateniense que acabou por ser confiscado depois da independência o mesmo tendo sucedido ao velho prédio da família na avenida Castro Soromenho apesar de toda a família ser afectada ao MPLA e na maior parte nunca ter abandonado o Huambo.

Passaram pela Zaida muitas gerações de crianças que sempre a guardaram no coração. Mais tarde tirou uma especialização e virou bibliotecária, sendo no momento do atentado bibliotecária no Laboratório do Instituto de Investigação Veterinária cuja biblioteca ficou quase destruída quando a UNITA dinamitou os laboratórios e demais dependências deste Instituto.

Consagrou-se à literatura infantil e como especialista que era da língua portuguesa prestou auxílio a escritores e poetas nacionais alguns dos quais já consagrados.

Quando naquele declinar do dia foi atingida pelas balas, a Zaida já ultrapassara a casa dos sessenta e só ela pode descrever a dor e o traumatismo que a abalaram quando escapou milagrosamente e viu os seus companheiros no carro com os crânios despedaçados!

Salvou-se milagrosamente, perdeu uma vista e até agora tem resistido com esforçada coragem e seria a sua maior alegria poder retornar à sua terra natal liberta dos temores passados e presentes para aí acabar os seus dias na paz que os angolanos tanto desejam.

E a Dilar? Quem era a Dilar?- pergunto eu e responde o David no “Jango” publicado logo após a sua morte.

A Dilar era uma menina de 60 anos!(...)há uma vintena de anos decidiu consagrar-se aos mais desamparados, dentro da Igreja Católica, de que foi militante abnegada:

Actuou nos últimos dez anos em Menongue onde as tão deficientes condições de vida têm prejudicado um pouco, segundo nós, a maneira muito delicada, distinta, que a caracterizava...”

A Dilar tinha sido monja no Convento de Trapa, em Espanha, e saíra para ir viver numa cubata em Carimbué, Angola”

O arcebispo do Huambo. D. Viti, conhecia-a bem e por ocasião do seu assassinato negou-se a fazer o seu elogio fúnebre talvez por ela andar em más companhias pois foi o próprio D. Viti que declarou na altura que a Dilar tinha morrido vítima de “um acidente de percurso”!

A Miete era natural de Benguela e depois de casada residiu alguns anos nesta cidade para depois se instalarem no Huambo. Aqui o casal começa a participar nas ajudas aos mais necessitados nas estruturas da Igreja Católica para mais tarde ingressarem no MPLA onde se distinguiu pelo seu dinamismo nas actividades sócio-políticas do EME. Em breve se tornou dirigente da OMA. Aqui logo estabeleceu laços de solidariedade intelectual, social e física com todas as militantes, em particular com as mais idosas. Mãe de numerosa prole, conseguia conciliar os seus afazeres domésticos com a actividade social e política e acudir aos mais necessitados.

A sua vida foi uma luta constante e o seu apego à terra que a viu nascer nunca foi abalado pelas dificuldades do dia a dia

O engenheiro Fernando Marcelino nasceu no Luso e fez os estudos secundários no Huambo, no colégio “Adamastor” e formou-se em agronomia em Lisboa. Em 1959 instalou-se definitivamente no Huambo e depois de passar pela Junta dos Cereais ingressou no Instituto de Investigação Agronómica de Angola onde começou a consagrar-se à investigação científica.

Em 1975 foi obrigado a deixar o Huambo e foi o grande auxiliar do David no campo que albergou os adeptos do MPLA. Em 1976 retomou a sua actividade no Instituto de Investigação Agronómica, sendo o único técnico Superior que ali ficou dos cerca de um milhar de técnicos e quadros que ali existiam.

Quando a UNITA destruiu o Instituto colocando bombas no herbanário, na entomoteca riquíssima, no laboratório de solos, por toda a parte, foi ele que, com um grupo de auxiliares dedicados, recuperou o que era possível de todo um trabalho acumulado durante décadas de labor científico. Foi ele que deu continuidade aos trabalhos iniciados pelos portugueses no melhoramento da produção do milho que deram origem à criação dos híbridos designados primitivamente por HD e mais tarde por SAM e SAM III. que contribuíram para o aumento da produção do milho em quantidade e qualidade.

Foi o grande impulsionador da criação da Faculdade de Ciências Agrárias onde ensinava com particular interesse e paciência para formar agrónomos angolanos competentes. Tornou-se um técnico cuja competência galgou fronteiras a ponto de ser um dos “indispensáveis” nos encontros internacionais para os assuntos da agricultura africana e particularmente da África Austral.

Foram estas as vítimas dos atentados de Outubro e Dezembro de 1992 na cidade do Huambo. Todas elas, pelas suas qualidades morais e profissionais podiam viver em qualquer parte do mundo.

E porque é que não abalaram como fez a maioria?

Porque estavam agarrados à terra em que nasceram que só é nossa quando lutamos e sofremos para satisfazer as nossas aspirações não limitadas nem mesquinhas mas amplas e generosas e não se confinam à satisfação pessoal mas se estendem, abarcam o mundo que nos cerca.

Quando já duvidava e pensava que a existência de brancos angolanos estaria em vias de extinção, mudei de ideias e tive a certeza de que ela se perpetuaria, quando, ainda há bem pouco tempo, encontrei várias pessoas de tez branca, tisonada pelo sol do planalto, nadas e criadas nas terras do Nando (uma delas que eu conheci quando ainda ela era criança) e que tinham aguentado lá todas as guerras e que, ao encararem comigo, me saudaram efusiva e respeitosamente

Eram da UNITA?

Que importa, se não eram terroristas.

QUANDO AS ACÁCIAS MURCHAM

Nestes últimos anos as acácias rubras e amarelas deste litoral benguelense murcharam várias vezes quando os homens se desentenderam e pegaram em armas para se matarem uns aos outros sem saberem porquê.

È verdade! Enquanto os senhores da guerra não envenenaram as gentes com milongos preparados com condutos de rivalidades tribais ou étnicas, mesclados com molhos importados, poucos eram os que sabiam porque é que se matavam uns aos outros!.

E as acácias, envergonhadas com tanta insânia no seio dos homens murcharam e cobriram-se de luto.. E só começaram timidamente a despontar quando as armas pareceram calar-se e apareceu uma tímida luz no meio da escuridão com promessas de paz.

Entretanto vários amigos entregaram a alma ao criador buscando no além a paz que não encontravam na terra. Um deles foi o Aires de Almeida Santos, que se finou

como um passarinho num quarto do Hospital do C.F.B.; vi as acácias rubras chorar e as amarelas todas chorosas quando o seu corpo passou pelas ruas de Benguela para ir repousar em paz junto do túmulo da poetisa que fez florir as acácias rubras.

Pouco tempo depois o meu amigo Artur Apolo, o companheiro e pirata que quase consumiu a reserva de “combustível escocês” durante o nosso assalto ao petroleiro “Petrangol”, resolveu despedir-se à sua maneira das amarguras desta vida e vendeu o lindo carro que eu tinha ao meu dispor para consumir em whisky os dólares resultantes dessa venda. Encharcou-se de tal maneira, propositadamente, que na tarde do dia de Natal de 1994, partiu deste mundo sem um queixume, estoicamente, como se estivesse a seguir um ritual que devia ser cumprido!.

Como já referi, entretanto eu fora sujeito a uma operação à próstata pouco antes da homenagem. Mas logo depois as vias urinárias entupiram-se de novo a tal ponto que, no hospital militar de Luanda me fizeram uma saída artificial da urina para um saco, o que me obrigou a transformar o acto de urinar num prosaico acto de “despejar o saco”.

A quando da homenagem já eu andava de saco pendurado, situação que não podia prolongar-se por muito tempo, pelo que comecei a mover-me para ir ao estrangeiro. E como a ajuda solicitada ao partido tardasse, sob os hospícios da Lisnave embarquei para Lisboa onde a Lisnave Internacional se responsabilizou pela minha operação no antigo mas eficaz hospital da CUF.

A minha estadia neste hospital não foi noticiada pelos meios de comunicação lisboeta porque estavam demasiado ocupados com a estadia, na mesma altura e no mesmo hospital, do cantor português Marco Polo.

Pouco antes da operação tive uma surpresa mais do que agradável quando o telefone tocou e do outro lado da linha, em Lisboa, estava o camarada Paulo Jorge que me deu uma notícia surpreendente: trazia consigo os preciosos dólares que o Partido me prometera!

Passados dois meses sobre a operação voltei para Angola senhor de um certo desafogo financeiro que me permitiu enfrentar as constantes variações do dólar e a penúria em que vivia pois naquela altura a minha reforma não chegava a 5 milhões de kwanzas, equivalente a 6 mil escudos portugueses!

Em 23 de Dezembro de 1996 fui acometido de um mal pouco doloroso mas terrivelmente desmoralizador, uma paralisia lateral direita que só não me deformou a boca e a fala, dizem os entendidos, por eu ser canhoto! Como disse é uma doença desmoralizante que reduz uma pessoa a uma coisa totalmente dependente de terceiros e de segundos!.

Graças à eficiente ajuda da minha vizinha e comadre Zulmira Apolo e do camarada Elísio Gregório, fui rapidamente evacuado para Luanda onde entrei no Hospital Militar, graças, mais uma vez à gentileza do seu director Aristides Garcia Africano. E também mais uma vez prestou-me uma incansável ajuda a minha sobrinha Inocência Bernardino.

Felizmente que eu não me sentia desmoralizado, e até tinha momentos de bom humor chegando ao ponto de perguntar às enfermeiras se o estranho rato que me visitara quando eu lá estivera alguns meses antes ainda era vivo.

Tratava-se de um ratito muito estranho porque não se assustava quando via gente, sentando-se e movendo as patitas superiores como se estivesse a fazer adeus.

Fiquei desconfiado que foi ele que me surripou a dentadura inferior nesta minha última estadia no hospital.

Graças à rápida intervenção do meu amigo e camarada, secretário Geral do EME, Lopo do Nascimento, no dia 30 de Dezembro de 1996 desembarquei em Lisboa acompanhado pelo médico Luís Bernardino e graças também à rápida intervenção do

embaixador Rui Patrício fui logo internado no hospital de Santa Marta cuja directora é a doutora Manuela Lima, esposa do meu velho camarada, cabeça de punho Júlio Pequito.

Sujeito a um tratamento diligente, competente e oportuno recuperei rapidamente da paralisia da perna e melhorei bastante do braço e fui continuar o tratamento no Centro de Recuperação de Deficientes de Alcoitão. Em todas estas andanças fui apoiado pelo meu sobrinho Paulo Bernardino que me deu uma ajuda eficaz, oportuna e incansável

Durante estes quase seis meses de estadia em Portugal, aparte a minha família mais chegada, mulher e filhos que não tiveram tempo para visitar-me, estive frequentes vezes com minhas irmãs e sobrinhos que na altura estavam completamente desolados com a doença, um cancro impiedoso e cruel, que se apoderara de meu sobrinho José Bernardino

Dos irmãos Bernardinos este foi sempre o mais castigado pela vida por ter optado, desde muito novo, por uma via que naquele tempo, final da década de 50, era a via da dedicação total, de desprezo pelos bens materiais, de sacrifício pela defesa das liberdades fundamentais negadas pelo regime colonial fascista de Salazar: ingressou no Partido Comunista Português e, mais do que isso, entrou na clandestinidade!

Preso em 1961, foi sujeito às piores torturas, inclusive à chamada estátua –na qual o prisioneiro era obrigado a estar de pé dias e noites a fio sem dormir – e resistiu a tudo sem nada revelar, nem o próprio nome!.

Portou-se com tal coragem e valentia que até conquistou o respeito e a admiração dos seus carcereiros. Casou-se na prisão com uma militante do PCP, tão corajosa como formosa.

Pouco tempo depois de eu escrever estas linhas o Zé partiu para sempre deixando uma mágoa e saudades infundáveis nos corações de sua mulher, filhas e familiares e nos amigos aquele sentimento sem nome que se traduz na frase “valeu a pena tanto sacrifício?”

Quando já estamos na curva descendente da vida vamos ficando conformados com o fim inexorável que nos espera e aquilo que se passa à nossa volta é observado como um filme que passa por passar, sem interesse de maior.

Foi assim que observei o quotidiano naquela enfermaria do hospital de Santa Marta em que era geralmente bem aceite o carinho e dedicação dos enfermeiros e médicos e logo repudiada a arrogância e altivez de uns tantos; em que o espectáculo da morte já não comove o pessoal hospitalar e que os doentes das camas próximas espreitam pensando na sua vez, em que logo após as operações, quando libertos da angústia da anestesia, os operados se tornam loquazes, eufóricos, procuram saber da vida dos outros e revelam pormenores da sua. Mas que, logo que têm alta e retomam a vida normal, perdem a loquacidade e regressam ao seu egoísmo.

No Centro de Recuperação de Alcoitão o ambiente era diferente. Os doentes, os que estavam conscientes porque havia alguns quase ou completamente inconscientes, alimentavam todos uma esperança de melhoras e estavam rodeados de um pessoal hospitalar especialmente preparado e, em grande parte, já com uma grande prática e de certa idade pois o Centro já existe desde 1966. O ambiente geral era de “animação” pois fazia parte dos deveres do pessoal clínico animar os doentes, embora algumas das tarefas que executavam fossem mal cheirosas e oferecessem um espectáculo de nudez muito pouco olímpica.

Havia doentes total ou parcialmente paralisados ou que tinham perdido o uso da fala; outros eram deficientes porque tinham ficado sem as pernas ou os braços e iam ser “apetrechados” com membros artificiais.

Se são muitas e por vezes complexas as causas que inutilizam total ou parcialmente um ser humano contra as quais há ou se procuram meios de cura, há causas que contribuem para isso e que só dependem da vontade do homem: são os traumatismos resultantes dos acidentes de viação. Grande parte dos pacientes de Alcoitão são jovens que ficaram total ou parcialmente inutilizados em acidentes de viação.

O número de mortos e feridos nas estradas portuguesas è assustador. Portugal, neste aspecto, bate todos os recordes dos países ditos civilizados.

Para diminuir substancialmente este exagerado número de acidentes, os candidatos às cartas de condução, em Portugal, deviam fazer uma visita obrigatória a um centro de recuperação como o de Alcoitão. Completei o meu tratamento em Alcoitão saindo do regime de internato para o regime de externato, alugando um quarto perto do Centro.

Como não recuperei totalmente a mobilidade da mão direita estou escrevendo com um só dedo, o indicador esquerdo e por isso lembro-me frequentemente do adágio popular “grão a grão enche a galinha o papo” pois eu “dedo a dedo encho as minhas memórias”.

Como tardasse a prorrogação do meu visto de permanência, antes de regressar estive principescamente alojado em casa do Victor Ribeiro. Como estava tão principescamente alojado, consegui esperar sem alterar a tensão arterial e depois de um mês de espera o dito ainda não estava pronto e pediram-me trinta mil escudos para mo concederem tendo que esperar mais quinze dias!.

Espantado e irritado resolvi embarcar sem tal visto pois a multa disso resultante, a pagar no aeroporto, era muito inferior a trinta mil escudos.

Felizmente que no aeroporto encontrei funcionários fora de série que me deixaram sair sem pagar multas nem excesso de bagagem!.

Assim deixei Lisboa onde a amizade e os préstimos do casal Manuela-Victor Ribeiro e dos filhos Janine e Victor Hugo serviram para mitigar o desgosto de não passar esses últimos dias com os meus familiares mais chegados.

Á beira mar sentado, com a aprazível baía do Lobito em frente estou ultimando, dedo a dedo, estas memórias aproveitando os poucos momentos em que a energia eléctrica chega à ponta da restinga.

Só quebrei esta monótona sequência do meu quotidiano quando resolvi apadrinhar o casamento de dois jovens. Ela que conheço desde a nascença é a filha da Zu, uma esbelta e linda moça de 19 anos que merece ser integrada na normalidade de uma vida legalizada e libertar-se do costume que se vem tornando hábito de fazer filhos sem lei nem casa: ele é um jovem de 22 anos com princípios e força de vontade bastantes para vencer na vida. Ambos merecem ser estimulados.

A Sandra e o Vitó casaram-se e as cerimónias nupciais foram lindas, dignas e vistosas graças aos sacrifícios da Zu que suportou heroicamente as enormes despesas para dar à filha a festa que merecia.

A madrinha de casamento da noiva foi a D. Rosa Mangureira, enfermeira de profissão que mora aqui perto e está sempre pronta a prestar ajuda aos vizinhos e não vizinhos, inclusivamente a mim nas várias crises por que tenho passado. Pertence àquele grupo, pequeno, de pessoas que estão sempre prontas a acudir ao próximo sem esperar recompensas. Ainda bem que foi a madrinha da noiva porque daqui em diante, quando precisar dos seus préstimos, em vez de chamar a enfermeira chamo a comadre.

Se este casamento se tivesse realizado há alguns anos teria tido um bom pretexto para me encharcar de bom whisky; mas como foi agora que temo a cada instante um

novo “entupimento” ou uma traiçoeira paralisia, limitei-me a beber uma água tônica e a comer dois rissóis.

Nesse dia, quando recolhi ao silêncio do meu quarto satisfeito com o dever cumprido, lembrei-me da inscrição que o David tinha no muro do seu quintal: “Vales tu, a certeza do incessante recomeço”.

A HOMENAGEM

Estou escrevendo as derradeiras páginas destas memórias quando já decorreram quase cinco anos depois da libertação do Huambo e Bié, porque fui interrompido pelas moléstias próprias da idade avançada. Uma delas é o mal que vitimou duas figuras conhecidas e respeitadas pela comunidade internacional, De Gaulle e Mitterrand e eu sentia-me orgulhoso por isso; mas quando anunciaram que o Mobutu também sofria do mesmo mal, o meu orgulho transformou-se em desolação.

Em Junho de 95, graças à rápida e eficiente ajuda de sua excelência o Presidente da República fui operado no exterior à dita cuja.

Quando regresssei era notória a dado momento que o meu estado físico estava em decadência e então os meus camaradas e os amigos resolveram prestar-me uma homenagem ... em vida.

Dias antes da data aprazada, 4 de Maio de 1996, o Carlos Freitas, então director do Gabinete do Plano, presenteou-me com um opíparo banquete a que assistiram todos os funcionários do referido gabinete e também com uma ajuda monetária importante, pretendendo assim mostrar o seu reconhecimento pelo apoio que lhe dei quando os peritos da Banca Mundial iniciavam as primeiras pesquisas para financiar o Projecto de Saneamento Básico das Cidades de Benguela e Lobito.

A homenagem começou no dia aprazado, com uma visita a minha casa das entidades máximas do Governo e do Partido e respectiva comitiva de jornalistas da rádio e televisão. Estes puderam esquadrinhar todos os cantos e recantos da casa e fazer as perguntas que entenderam.

Lembro-me que, talvez levados pelo entusiasmo das manifestações que me eram dirigidas, os jornalistas fizeram frequentemente uma pergunta a várias pessoas que ficavam embaraçadas com a resposta a dar. Era quando o jornalista perguntava ao entrevistado se achava que eu era “um herói nacional”! Eu apreciava o embaraço do entrevistado e a maneira como respondia para esconder o que realmente pensava e murmurava para com os meus botões que talvez tivesse sido um herói se não tivesse escapado das ciladas que me prepararam quando era governador.

Depois de um almoço no Palácio do Lobito, realizou-se uma cerimónia solene no salão da Casa do pessoal do Porto do Lobito ao qual faltaram muitos dos que gostariam de comparecer mas não o fizeram porque foram informados de que as entradas eram pagas! Foi pena porque eram dos mais sinceros e menos abastados.

Deveriam estar presentes conforme me disseram, algumas personalidades vindas de Luanda entre as quais os “matumbos” do Huambo Lúcio Lara, Manuel Rui Monteiro e Gabriela Antunes, mas infelizmente não compareceram. O único representante dos calús que compareceu foi o Paulo Jorge, aliás benguelense de gema.

Durante a homenagem sucederam-se as mensagens e não faltaram as danças tradicionais e a presença de alegres pioneiros. Além das palavras proferidas pelo governador da província, Dumilde das Chagas Rangel e pelo Representante do Bureau

Político do Partido, Paulo Jorge, também falaram o Nuno de Menezes, o Carlos Mangas de Oliveira em representação dos antigos alunos, o Elísio Gregório, o Carlos Gouveia e foi lida uma poesia muito válida e oportuna que eu tenho pena em não poder reproduzir.

Destas intervenções vou reproduzir a pronunciada pelo “Goia”, não só por ser a única que possuo como também pelo conteúdo e corte literário característico do autor.

Ia-me esquecendo que esteve presente a todas as cerimónias o camarada Ferraz, secretário do Conselho de Ministros.

Eis o que disse o camarada Carlos Gouveia, “Goia”:

A homenagem que faltava

“Uma vivência de mais de sessenta anos consecutivos aqui em Benguela e, como é óbvio, na cidade do Lobito, leva-me forçosamente a conhecer toda a gente, velhas figuras importantes e influentes da nossa zona litoral. É que são muitos anos, cerca de três gerações a surgirem e a pautarem as nossas vidas”.

“Desde a velha Mamã Chica, que me salvou do lacrau, vavó Olímpia das gajajas amarelinhas, dona Margarida, velha quitandeira de mamões redondinhos a lembrarem seios de cafecos a florirem; o velho Fortes das mangas-cajú, ali para os lados do campo de futebol do actual Nacional de Benguela; a dona Maria Furtado, costureira de primeira e velha amiga de família, todos um exemplo de humildade, de amizade, de convívios salutareis.

Conhecer o “tanque dos bois”, o ”Largo da Peça”, o “Bairro de Benfica” da rua 11 do saudoso Aires, o “Troca o Passo”, das gostosas broas de milho, depois na bola, o Varzeca, o Gamboa, o Palermo, o nosso já saudoso Malagueta, todos desaparecidos e repousando para lá do calundo.”

Mas de todos os nossos amigos dessa vivência longa, alguns estão bem vivos e presentes, símbolos de heroísmo, de luta, de derrotas e vitórias, de amor à causa pela qual sempre lutaram.

Está neste caso Sócrates Dáskalos, o Homem que hoje homenageamos, o velho amigo de longa data, o poeta da guerra e do amor, o governante de uma das fases mais críticas da Província, que soube sempre colocar o coração ao lado da Justiça e da Verdade, nunca se influenciando por propostas sedutoras. Um profissional íntegro e humano, amando a terra e as pessoas, comovendo-se com o drama dos outros como se fossem seus. Perseguido, preso nas cadeias portuguesas, amputando-lhe a força da sua juventude, mas mesmo assim soube sempre vencer a adversidade, lutar contra tudo e todos e impondo-se como Homem do Povo, o mesmo povo que o admira e respeita. Na solidão dos dias tristes e na ausência de amigos que já abalaram, revoltado de ser uma nuvem baça, o homem que propunha a beleza das acácias, tem tempo ainda de editar as suas memórias. Em 1988, troca comigo algumas impressões do que pensa escrever e intitulará de “O Meu Poema.” Nessa altura falei-lhe de episódios verídicos por mim aqui vividos, sobretudo em Benguela, e que ele magistralmente relatou no seu Poema, quando ainda estava animado pelo forte impulso de emoção causada pelos acontecimentos que vivera na Província de Benguela desde o começo da segunda guerra de libertação. Sob o ímpeto dessa emoção pretendia o autor fazer uma narrativa que reflectisse o espírito de abnegação e de total entrega nas acções de bravura atingindo as raias do heroísmo.

Um homem assim, com esta dimensão jamais se poderá silenciar mesmo que a idade o impeça de caminhar pelos mesmos trilhos tortuosos, resta-lhe porém ainda a força e a lucidez de pensamento para continuar e colocar no papel o seu poema:

“Não sei fazer poemas/ ah!/ Se soubesse/ O meu poema seria um monumento/

Majestoso e belo / Prenhe de ternura / Amor e sentimento / Talhado no mármore e na pedra dura/ Em que o sangue/ A dor e desventura / Dos inocentes e desamparados

/Pela fúria da violência trucidados / Nele ficassem / Saudosamente lembrados / Não sei fazer poemas / Ah! Se soubesse!

Sócrates Dáskalos ofereceu-nos um belo momento da sua memória privilegiada, o que viu, viveu, sentiu e sofreu, não tendo medo de o relatar. Ele soube escrever com emoção e ao mesmo tempo cativar e construir amizades no Grande Poema da Vida.

Aí está o homem completo, o que plantou árvores em todos os sítios de Angola e escreveu um livro importante e histórico do nosso quotidiano.

Felizmente ele continua vivo e actuante e a sua voz continuará a elevar-se pelos mesmos sítios das nossas terras, onde catuituis e siripipis inundarão de Esperança o Cântico do Futuro!”

È evidente que Goia pecou por excesso nos elogios à minha pessoa, mas este pedaço de prosa é bem saboroso por dar uma imagem humana e sentida da antiga Benguela.”

Na homenagem, foi distribuída e lida pelo camarada Arlindo Guedes a minha autobiografia que, evidentemente não é necessário reproduzir.

Estava redigindo estas linhas de memória, mas ainda bem que encontrei o programa da homenagem, quando não cometeria “gaffes” importantes e omitiria dois factos ainda mais importantes. Uma das “gaffes” é que eu não mencionei que o primeiro orador foi o camarada Zeca Moreno, na qualidade de primeiro secretário do Comité Provincial do MPLA e a outra, é que devia ter falado em nome da União dos Escritores angolanos, a minha conterrânea Gabriela Antunes que, se tivesse comparecido talvez se referisse na sua intervenção que, como escreveu na revista da TAAG, quando era pequenina, tinha visto o meu pai todo nu! (e eu teria que intervir para explicar tão nudesca situação).

Também me escapou que o camarada mais velho (tem mais dois anos de idade do que eu), o escritor Raul David também botou discurso em nome da Associação das Acácias Rubras.

Os dois factos importantes que me iam escapando são os que constam do programa da homenagem e rezam assim: “Entrega dos documentos referentes aos imóveis do eng. Sócrates Dáskalos” e “Entrega do patrocínio da obra de Matemática do eng. Sócrates”.

Quanto a este patrocínio, nem no dia da homenagem, nem depois dela ninguém me falou do assunto. Quanto aos imóveis, a história é um pouco mais longa: pelo casamento fiquei herdeiro de quatro imóveis sítos na cidade de Benguela, um dos quais foi abusivamente ocupado pelo hóspede do verdadeiro inquilino quando este faleceu. Por razões várias os herdeiros não se apropriaram desses prédios em devido tempo mas eu nunca me ausentei ilegalmente do país, sou o legítimo e único herdeiro e por razões que só podem ser explicadas por negligências e cambalachos os prédios foram confiscados apesar de como já disse eu nunca me ter ausentado do país, nem tão pouco da Província de Benguela!. O que é mais chocante e incompreensível é que só em 1996, nas vésperas da homenagem, é que se soube dessas confiscações e por isso durante a homenagem ninguém me falou dos tais documentos anunciados. Para terminar este assunto acho conveniente e oportuno revelar que o tal hóspede a quem eu entreguei os documentos para legalizar a sua situação é o senhor Gabriel, que hoje se diz proprietário do bar “Escondidinho” (só das paredes, porque o terreno é meu) e que na altura era um modesto cidadão a quem eu pretendi ser útil e hoje é uma figura da sociedade benguelense que até já arranjou aliados junto de alguns camaradas que deviam antes de tudo zelar pela legalidade e honestidade no seio desta nossa sociedade que tanto carece destas virtudes.

A homenagem culminou com um pôr de sol no Cantinho I da amiga Leonor Faro Coelho que com o seu marido Fernando Faro Coelho foram inexcedíveis no trabalho que desenvolveram demonstrativo do apreço em que me têm e do carinho que me consagram. As senhoras que deram a sua contribuição para a homenagem fizeram com tanta boa vontade e zelo que eu me perguntava se o merecia e até apresentaram uma passagem de modelos tradicionais durante o pôr de sol.

O conjunto musical era orientado por um jovem amigo, o Sete, sempre alegre e oportuno.

Para completar a abundante variedade de bebidas o meu conterrâneo e director do porto do Lobito, Carlos Gomes ofereceu um barril de cem litros de rico vinho tinto que, numa taberna simbólica, fez as delícias dos conhecedores até ao despontar do dia.

De Benguela faltou muita gente e muitas amigas do antigamente, mas estava a Esperança da rua onze com quem fingi dar uns passos de dança. O meu amigo Artur Pires, disseram-me, animado pelo saudade das recordações perdeu-se até altas horas da madrugada.

Para não quebrar o ritmo da animação, saí à francesa e fui acompanhado a casa pelo governador Dumilde Rangel a quem quero deixar aqui, bem vincada, a minha gratidão pelas atenções que tem tido por mim.

Já não me lembro se o Paulo Jorge também me acompanhou a casa ou se, como ele é um exímio dançarino, ficou a fazer demonstrações de dança lá na festa. E também desejo deixar-lhe aqui a minha mensagem para agradecer a sua sempre leal e oportuna ajuda, desde os tempos em que lavávamos a loiça, em Paris, em casa do Câmara Pires até aos últimos tempos, depois de atravessarmos tantos momentos de eufóricas vitórias e outros tantos de amarguradas tristezas.

Quando me retirei da festa deixei lá a minha guarda avançada, a minha comadre Zulmira Apolo e os seus três filhos. Foi graças a ela que recuperei a melhor prova material que restou da homenagem! Ela conseguiu, no meio da euforia dos que brindavam e dançavam, apoderar-se de uma “obra prima de um consagrado artista Lobitanga...”. Ela conseguiu apoderar-se do meu retrato, pintado a óleo pelo Manuel de Oliveira (Dudu), apesar do quadro ser quase do tamanho dela. O retrato é tão grande que se fosse colocado no alto da torre Eiffel ver-se-ia, cá de baixo, em tamanho natural. E o Dudu também não me perdoaria que me esquecesse dele que também me dirigiu uma mensagem durante a homenagem.

Aqui deixo os meus sinceros agradecimentos a todos os que contribuíram de qualquer modo, especialmente às senhoras, para que esta homenagem à minha pessoa tivesse atingido uma dimensão e um sentimento que perdurará por muito tempo no coração da maioria dos que a ela puderam assistir. Eu registei todas as manifestações com muita emoção e se, não me comovi até às lágrimas, foi porque soube escondê-las a quem não as viu.

As palavras que eu proferi neste dia, reservo-as para encerrar estas memórias.

EPÍLOGO

De memórias póstumas ou em vida?

Talvez fosse mais elegante e apropriado usar esta última designação. Mas, serão as memórias em vida as memórias de toda uma vida ou podem ser as memórias de uma parte delas? Iguais considerações se podem formular a respeito de memórias póstumas.

Na incerteza de uma resposta, firmo-me na certeza de uma realidade: estou a escrever o epílogo das memórias de toda uma vida, porque os dias de vida que ainda me

restam perdem-se, dissolvem-se na imensidade dos dias que perfazem os 77 anos aqui lembrados.

E como quero que tal epílogo se revista de certa solenidade, neste final de Agosto de 1998, recuo ao 4 de Maio de 1996 e ao ambiente cordial e solene de que se revestiu a homenagem que me foi prestada nesse dia, para transcrever, das palavras que então proferi, aquelas que me parecem deverem ser lembradas.

Assim, depois de ter lembrado vários episódios da vida benguelense aqui relatados, afirmo:

“Durante o período que governei a Província de Benguela, tanto aqui como no resto do país, o MPLA alcançou, à última hora, pequenas e grandes vitórias graças à intervenção de civis, quase todos muito jovens. Quais foram as intenções e objectivos daqueles que, à última hora pegaram em armas para ajudar o EME a alcançar essas vitórias?”.

Porém, antes de responder, quero render homenagem àqueles companheiros que comigo partilharam tristezas e alegrias mas ficaram pelo caminho: os comandantes Augusto Chipenda, Bragança, o “cavaleiro eternamente esperado” Herculano Cassange, o Roberto mais conhecido por “Cubano” ou “Che Guevara”, o Eduardo de Azevedo, aquele “piloto aviador que lançava bombas de granadas e copos feitas”, o José Samuel, o Libata e tantos outros de cujos nomes me não recordo.”

“E quero fazer uma especial referência aos trabalhadores da ex-Sorefame, onde trabalhei largos anos, a todos os trabalhadores excepto aqueles que abandonaram a empresa traindo os ideais por que se tinham batido, pois foi com eles que conseguimos provar que havia operários e dirigentes angolanos capazes de aguentar o barco mesmo quando a borrasca é grande.”

“Decorridas duas décadas, avolumaram-se a dor e o luto dos angolanos, a tal ponto que seria uma heresia não render uma muito sincera e comovida homenagem aos que regaram com o seu sangue o solo pátrio, em particular aos das cidades do Huambo e Kuito, daquele Huambo onde, aqueles que dedicaram a vida inteira a fazer dele o exemplo da democracia multirracial e do progresso, foram brutal e sanguinariamente assassinados.”

“Afinal quais foram as intenções e objectivos daqueles que à última hora, adeptos e não adeptos do MPLA, pegaram em armas e lançaram-se nas batalhas que culminaram em pequenas e grandes vitórias?”.

“Essas intenções e objectivos resumem-se num só: salvar o EME.”

“E porquê?”

“Porque o MPLA, apesar de todos os erros e falhas, é o único movimento angolano que reúne em si os anseios dos que são convictamente antirracistas e antitribalistas e que, políticos ou não querem continuar a viver nesta terra”.

“E os antirracistas, antitribalistas, são a grande maioria, aqueles que no momento das grandes aflições, pegaram em armas e, em angustiosos sprints ganharam as derradeiras batalhas.”

Ao longo da sua história, o MPLA ganhou muitas das suas batalhas à última hora, com sprints finais que atingiram as raias do heroísmo, do inverosímil, do inacreditável”.

O que aconteceu em 75-76, repetiu-se em 92-93. Benguela e Lobito venceram à última hora graças à intervenção de civis, quase todos jovens, enquadrados aqui e ali por mais velhos já batidos nas lides guerreiras conjugando os seus esforços com os dos militares.”

“O mesmo aconteceu noutros pontos do país.

“Pois bem, é precisamente nestes jovens que o MPLA tem que pensar. Não só o MPLA como também a sociedade em geral tem que se preocupar muito seriamente com os mais jovens.”

“Mas cabe ao MPLA a maior responsabilidade nesta acção porque é o partido que está no poder e, até porque, se quer conservá-lo, se quer ganhar as próximas eleições tem que se preocupar muito seriamente com o futuro das novas gerações”.

“Há anos atrás poder-se-ia pensar que a ideologia do EME foi a principal razão que levou à adesão de milhares de militantes.”

“Mas se analisarmos bem as causas dessa adesão chegaremos à conclusão de que essa ideologia era um tabu, uma incógnita para a maioria desses militantes que só depois de filiados é que começaram a papaguear as palavras de ordem e a ideologia do movimento(...). O MPLA impôs-se e cresceu porque demonstrou ser o defensor dos mais explorados e dos trabalhadores e porque combateu as principais causas que conduzem à desunião: o tribalismo e o racismo.”

“Hoje, agora, o MPLA para crescer, para se impor, para se consolidar depois de ter sido amputado do P e do T, tem que aliar-se à classe trabalhadora para encabeçar o combate, a luta, contra todas as formas de degradação, não só dos hábitos e costumes como também contra a degradação dos solos, da fauna e da flora e também para combater a erosão que ameaça as terras e as consciências e pode provocar a separação, a desunião que só favorece os que pretendem dividir para reinar.”

“O MPLA tem que saber reforçar o sentimento de nacionalidade, de angolanidade que não pode resvalar na caduca negritude, na retrógrada autenticidade nem tão pouco na chamada criolidade que até soa mal ouvidos.”

“O MPLA tem uma responsabilidade histórica no fomento e cimentação da nacionalidade de que as palavras de ordem “um só povo, uma só nação” foram e deverão continuar a ser o elemento catalisador desde Cabinda ao Cubango e Cunene e do Mar Atlântico às fronteiras do Leste.”

O MPLA não pode nem deve abdicar dessa responsabilidade histórica para não cair na vulgaridade dos partidos políticos que só pretendem o poder para que os seus maiores viam no luxo e na ostentação.”

“É na senda dessa responsabilidade histórica que o EME tem que se reforçar para mostrar aos mais jovens os inconvenientes da mundialização dos hábitos e costumes provocada pela avalanche das inovações tecnológicas que os países mais ricos, mais industrializados, lançam nos países do Terceiro Mundo a fim de mostrar a esses jovens que se trata de uma nova forma de neocolonialismo que deve ser denunciada e combatida a tempo.

Esta nova forma de neocolonialismo é responsável pelo culto do novo-riquismo que avança a passos de gigante sem pejo algum em instalar-se em luxuosas vivendas com vários “espadas” à porta e uma, e até duas parabólicas, desafiando a pobreza dos casebres vizinhos, sem água nem luz, pestilentos

Este espectáculo é uma pequena amostra do que já existe por esse mundo fora, na América do Norte, no Brasil e mesmo em África (em Lagos, na Nigéria e em Joanesburgo, na África do Sul), onde já proliferam pequenas e grandes cidades só para gente muito rica, com segurança privada, cujos habitantes procuram assim fugir à crescente criminalidade das grandes cidades e também fugir ao espectáculo quotidiano da pobreza e miséria que eles próprios provocam substituindo o homem pelo robot responsável pelo aumento crescente do desemprego.

O EME tem que saber organizar-se e organizar para levar avante as tarefas que conduzem ao bem estar de toda a sociedade, da comunidade em geral, e elimine esse egoísmo feroz que se está alastrando e leva cada um a pensar unicamente na maneira

fácil e rápida de enriquecer, quantas vezes à custa dos que mais precisam. Tem que pensar muito seriamente nesses jovens – muitos deles mutilados – sem apoio nem estímulo, que querem aprender, que querem tornar-se adultos capazes de reconhecer os valores humanos e culturais que eliminem o racismo e o tribalismo.

O MPLA tem o dever de pensar seriamente nos graves problemas que afectam a juventude, tem que aliar-se aos mais jovens, tem que se bater com eles e por eles.

Se o MPLA tem esta responsabilidade, os angolanos e os partidos políticos também devem estar atentos para não permitir que se aprofunde o fosso entre governantes e governados que pode conduzir à anarquia total, única saída que resta aos derrotados.

Todos os angolanos sinceramente interessados na consolidação da paz e do bem estar geral, e o MPLA na qualidade de partido no poder, têm à sua frente uma tarefa gigante para evitar a desagregação da sociedade angolana e da unidade angolana, e para tanto têm que optar pela prioridade de todas as prioridades: dar o pão e a escola às crianças, aos jovens, aos adolescentes, a todas as camadas juvenis da sociedade angolana, dar o pão e a escola em quantidade e qualidade, sem o que não poderão alcançar o principal objectivo:

Erradicar definitivamente o tribalismo e o racismo da terra angolana para garantir a unidade nacional!

Pode parecer descabido ou pretensioso que eu aproveite esta ocasião em que estou a ser homenageado para dar conselhos arvorado em sabichão. Mas eu não teria direito às vossas homenagens se, neste momento não revelasse o que sinto e o que penso em relação ao futuro da nossa terra.

Há dias, um jornalista perguntou-me se, segundo ele, tinha valido a pena ter sacrificado a minha vida para se chegar à situação degradante em que se encontra o país.

E eu respondi, em tom de bravata: “tudo vale a pena quando a alma não é pequena”.

Mas hoje, face a essa manifestação de amizade, carinho e respeito de que sou alvo, eu corrijo e respondo:

Sim valeu a pena, quanto mais não fosse para sentir o calor sincero, humano, amistoso e respeitoso desta homenagem.

Muito obrigado

Tinha pensado que este seria o melhor remate para estas memórias. Mas repentinamente lembrei-me de um facto que se passou comigo que julgo que fecha estas memórias com chave de ouro:

Há tempos, quando eu ainda tinha carro e dava boleias a toda a gente, dei uma carona a uma senhora já de certa idade que, quando se sentou a meu lado, voltou-se para mim e disse: “olha, é o camarada Sócrates! Como está velho! Lembra-se? Estivemos juntos no óbito do marido da Mascote, nas farras da Manuela da Camunda, da Luzia, da Esperança, da Boneca, do Stock, etc., etc. Bons tempos... que já não voltam mais...”

Quando desceu do carro, acrescentou: “não imagina o prazer que tive em vê-lo. Olhe, quando o camarada morrer, se a gente souber...vai ser um grande comba!

Lobito, Agosto de 1998

POSTFÁCIO

Quando estas memórias estavam já no prelo caíram-me do céu alguns documentos importantíssimos que confirmam muitas das revelações que desvendei e são a prova oficial irrefutável da existência das mesmas.

Um desses documentos é a fotocópia do jornal do Huambo, a “Voz do Planalto” de 8 de Novembro de 1941 que apresento em anexo e da qual transcrevo os assuntos referentes à Organização Socialista de Angola a que me referi nos primeiros capítulos deste livro.

Na primeira página da “Voz do Planalto” de 8-11-1941, lê-se:

Governo Geral de Angola

NOTA OFICIOSA

Embarcaram ontem, mandados apresentar ao Governo para os efeitos que entenda por convenientes, dois elementos civis; três mais embarcaram também por lhes ficar interdita a residência nesta colónia até ao fim da guerra; e um último preso foi solto depois de lhe ter sido feita uma severa prevenção. Assim terminou o que pode designar-se por “processo do Huambo”.

Por denúncia de familiar de um dos presos, e não de terceiros como se propalou sem fundamento, a polícia obteve documentos categóricos sobre o recente estabelecimento de uma organização secreta de título socialista que congregava alguns moços de todas as profissões.

O segredo era muito mal mantido, o socialismo muito romântico, as intenções tão combativas como mal definidas, e a capacidade de acção, sensível no grupo inicial, rapidamente decrescente com a distância, de tal forma que as delegações projectadas não puderam constituir-se e até suscitaram reacções de grande bom senso e determinação entre os próprios moços.

Os responsáveis não tiveram tempo de dar uma forma definitiva a esta massa plástica em preparação. Por isso se entendeu que a falta dos jovens adictos não ultrapassava em gravidade a daquelas que a família, o trabalho e a idade corrigem suficientemente. Espera-se que o futuro confirme a justeza deste critério.

Aparece no processo, como principal responsável, um professor particular, que se mostra, inicialmente, dissolvendo na consciência dos rapazes os conceitos por eles aprendidos na vida familiar e frequência da escola, depois, congregando-os em associações legais e, por fim, promovendo a associação paralela da associação ilegal.

A organização ilegal é confiada a outro, mais moço e combativo, que se multiplica fazendo discursos, escritos e cartas de acção. Este, menos vago que o seu orientador, define os objectivos com precisão maior; os rapazes, por vezes, acabam, não por escrever bem sobre o socialismo, mas por escrever

desrespeitosamente sobre as opiniões dos pais, de certo por entenderem que neles não está incluído o seu, mas sem notarem que o não exceptuam.

O facto deste exercer um cargo de escriturário, mas uma influência de ordem superior ao seu cargo numa associação de natureza económica e o facto da dificuldade com que deparou, de fazer uma rápida análise de reacções, conduziu as investigações para um meio inteiramente estranho à fundação, doutrina e intenções da organização socialista.

Assim foram feitas algumas prisões, decerto justificadas como acto de investigação, mas que o não seriam como acto de punição, pois que dos autos resultou verificar-se que, apesar da confusão estabelecida na prova e que motivara a detenção, os presos não estavam implicados nem na preparação nem na constituição, nem na acção da organização socialista. Este facto se reconheceu, soltando-os logo que terminou o exame geral dos autos.

A propaganda necessária ao desenvolvimento da organização a aceitavam, e faziam, os pequenos jornais locais, e era preciso saber se o faziam apenas pelo interesse em publicar uma colaboração de que desconheciam o verdadeiro valor, ou com plena consciência de que o faziam a favor da organização. Mais do que a primeira hipótese e menos do que a segunda se concluiu, porque a intenção de insolidarizar, cindir, incompatibilizar, a nação com o Estado; é esta atitude considerada pelo passado dos detidos absolutamente irremediável, que se reconheceu, entendendo que a guerra impunha à Colónia uma paz, ordem e certeza moral, incompatível com a atitude nitidamente subversiva que neles se definia.

Não está isento de falta o último dos presos que se referiu, pois se provou a sua diligência de publicar fora da colónia sobre estes acontecimentos notícias que merecem reparo. Entendeu-se, porém, que a sua detenção, demorada como foi, pelas investigações, representa uma chamada de atenção, que, por ventura, não perderia por ser maior.

* * *

Acompanham estes presos dois mais, que foram encontrados a tentar sabotar o avião em que o comandante da Polícia fora ao Lubango averiguar da existência e acção de uma delegação da organização socialista . O primeiro é um dos presos em Moçambique, pela tentativa revolucionária que se produziu há meses naquela colónia, e mandado apresentar ao Governo pelo respectivo Governador Geral.”

“Da Repartição do Gabinete do Governo Geral”

E no mesmo jornal lê-se:

OUTRA NOTA OFICIOSA

“Embarcou ontem no Cubango, para apresentação no Ministério das Colónias, o Sr. Dr. Manuel Alves da Cunha.

A categoria e relações do missionário, por um lado, e a capacidade de servir do Governador, por outro lado, manifestam à Colónia a convicção da importância das circunstâncias que condicionaram esta determinação, e das quais oportunamente se publicará o conhecimento e comentário.

“Da Repartição do Gabinete do Governo Geral”

* * *

Tempos depois de ter conseguido a fotocópia da “Voz do Planalto” com as notas officiosas atrás referidas, consegui obter na Biblioteca Municipal de Lisboa a fotocópia do Boletim Oficial de Angola, II Série, n.º 49, de 3 de Dezembro de 1941 onde vem o Despacho do Governador Geral de Angola que deu origem às referidas notas officiosas.

Neste Despacho vêm os nomes que foram omitidos naquelas notas.

Assim segundo este Despacho, o professor particular é Constantino Augusto; o escrivão é Américo de Carvalho; e os jornalistas são três: António Correia de Freitas, Felipe Coelho e Norberto Gonzaga Martins (respectivamente do jornal “Província de Angola”, de Luanda, do jornal da “Huila” e da “Voz do Planalto”, do Huambo).

E os dois presos acusados de sabotagem de um avião são: Álvaro dos Reis Cláudio e Hermenegildo dos Santos.

Conheci estes dois em Lisboa, já eles tinham sido libertados e por eles soube que o Cláudio tinha sido preso em Moçambique e que fugira, em Moçamedes (hoje Namibe), do navio que o transportava para Lisboa e que foi ele que aliciou o Hermenegildo para a sabotagem fracassada.

O “último preso” de que se fala depois dos dois primeiros e foi libertado, deduzo que se trata do meu irmão Alexandre que teve a “honra” de embarcar de avião para Luanda na companhia do Américo e do Constantino Augusto na altura em que foram presos no Huambo.

Ficam assim, como já afirmei, todas as informações sobre a existência e actividade da Organização Socialista nascida no Huambo.

É interessante referir que no mesmo Boletim Oficial se lê que o governador de Angola, Dr. Manuel da Cunha e Costa Marques Mano seguiu para Lisboa em 27 de Novembro de 1941 chamado por S. Ex.cia o Ministro das Colónias e que o seu chefe de gabinete Dr. Fernando Beça Tavares foi exonerado e “recebeu Guia para regressar a Lisboa”.

Posso acrescentar que o Dr. Marques Mano nunca mais regressou ao seu cargo de governador de Angola, o que confirma as previsões do Monsenhor Alves da Cunha quando me disse “garanto-lhe que dentro de dois ou três meses estarei em Angola e quem vem de malas feitas é o governador Geral Marques Mano”.

Também em Lisboa, tive a grata notícia de saber que no dia 10 de Junho deste ano, de 1998, o meu sobrinho José Bernardino foi agraciado postumamente com a Ordem do Infante D. Henrique pelo inteligente, honesto e conseqüente Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio.

INDICE

Preâmbulo de Adelino Torres.....	I
Prefácio de Manuel Rui.....	1
Introdução	4
Capítulo I - Das brumas da meninice ao alvor da juventude	8
Capítulo II - Na capital dos “Heróis do Mar”	21
Capítulo III - Regresso à terra natal	30
.. - Na cidade das acácias rubras.....	35
Capítulo IV - A Frende de Unidade Angolana (FUA)	37
.. - Advertência.....	37
.. - Gestação e nascimento.....	38
.. - Nas prisões do colonial-fascismo.....	43
.. - Residência fixa na capital do Império.....	47
.. - O salto: fuga e primeiros passos na capital da liberdade.....	51
.. - No labirinto do socialismo “sem véu” e “com véu”.....	53
.. - Argel, capital da “revolução africana”.....	60
.. - O ocaso da FUA.....	64
.. - O General Humberto Delgado na capital argelina.....	70
.. - Uma república socialista nas montanhas de Angola.....	72
.. - Um golpe de Estado.....	74
Capítulo V - Na República Popular da China	
76	
.. - Na Guiné Conacri.....	83
.. - Na Costa do Marfim.....	87
Capítulo VI - Treze anos depois	90
.. - Regresso do exílio.....	90
.. - Na Comissão de Descolonização enviada por Portugal	
.. à 29ª Assembleia Geral das Nações Unidas.....	91
Capítulo VII - A evolução sócio-económica do Huambo	
.. nas últimas décadas da colonização.....	93
.. - O Ensino e a saúde no Huambo nas vésperas da independência.....	97
.. - As congregações religiosas e a emancipação dos angolanos.....	99

Capítulo VIII - No governo da Província de Benguela.....	105
... - A grande debandada: retornados e adidos.....	107
... - A corrida aos confiscos e nacionalizações.....	111
... - O Gabinete de Estudos.....	112
... - A visita do Presidente do MPLA a Benguela.....	113
... - A primeira visita oficial do Presidente da UNITA à Província de Benguela.....	114
... - A fuga dos dois barcos bacalhoeiros em construção na SOREFAME de Angola.....	115
... - O regicídio falhado - Início das confrontações armadas.....	116
... - O comboio fantasma.....	118
... - O hastear da bandeira de Angola independente na Província de Benguela.....	120
Capítulo IX - No comando dos estaleiros navais do Lobito.....	123
... - Nos organismos políticos da Província de Benguela.....	128
Capítulo X - Angola no coração.....	132
... - A casa.....	133
... - A ferro e fogo.....	137
... - Angola ferida no coração: sangue e lágrimas enxutas.....	141
Capítulo XI - O lobo e o cordeiro.....	146
... - A Terra em que nascemos.....	149
... - Quando as acácias murcham.....	154
... - A homenagem.....	157
... - Epílogo.....	161
... - Posfácio	165